

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

A Estratégia Nuclear Norte-Americana:
Evolução e Tendências

Adérito Russo Vicente



*Biblioteca
do IESM*

Centro de Investigação de Segurança e Defesa
Novembro de 2015

Como citar esta publicação:

Vicente, Adérito Russo, 2015. *A Estratégia Nuclear Norte-Americana: Evolução e Tendências*. Coleção "ARES", 7. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Diretor

Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias

Editor-chefe

Major-General (Doutor) Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Núcleo Editorial e Design Gráfico

Capitão-de-mar-e-guerra Carlos Alberto dos Santos Madureira
Alferes RC Pedro Miguel Januário Botelho

Propriedade

Instituto de Estudos Superiores Militares
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: 213 002 100
Fax.: 213 002 179
E-mail: cisdi@iesm.pt
www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

Pré-Impressão e Distribuição

Fronteira do Caos Editores
Rua Diogo Cão, 1242 r/C Esq.
4200-259 PORTO
Tel: 225 205 005
e-mail: fronteiradocaos@netcabo.pt
www.frenteiradocaoseditores.pt

ISBN 978-989-99171-9-4

Depósito Legal 401 724/15

Tiragem 200 exemplares

© Instituto de Estudos Superiores Militares, 2014

LISTA DE ABREVIATURAS

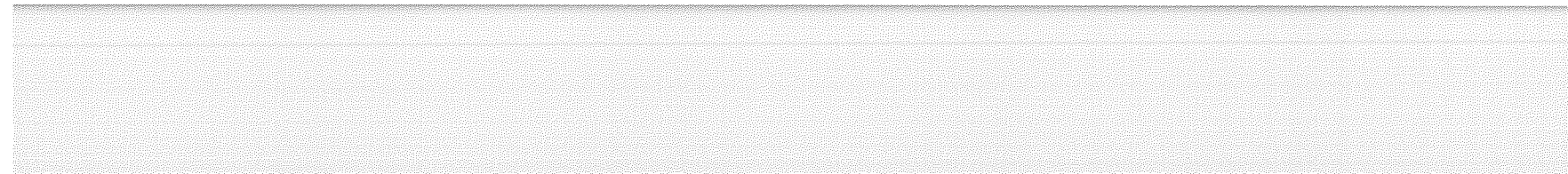
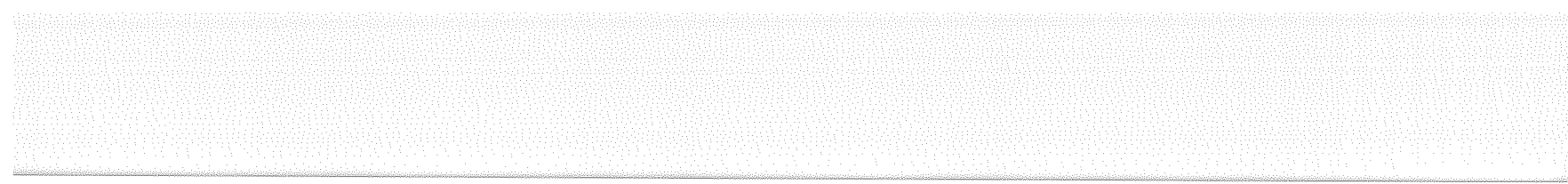
ABM	Misséis Anti-balísticos (<i>Anti Ballistic Missiles</i>)
ACDA	Agência de Controlo de Armas e Desarmamento (<i>Arms Control and Disarmament Agency</i>)
ACE	Comando Aliado Europeu (<i>Allied Command Europe</i>)
ADM/WMD	Armas de Destruição em Massa (<i>Weapons of Mass Destruction</i>)
ADW	<i>Agent Defeat Weapon</i>
AEC	<i>Atomic Energy Commission</i>
ALCM	Missil de Cruzeiro Lançado do Ar (<i>Air-launched Cruise Missile</i>)
BMD	Defesa contra Misseis Balísticos (<i>Ballistic Missile Defence</i>)
C3	Comando, Controlo e Comunicação (<i>Communications, Command, Control</i>)
C3I	Comando, Controlo, Comunicação e Informação (<i>Communications, Command, Control and Intelligence</i>)
CBW	Armas Biológicas e Químicas (<i>chemical and biological weapons</i>)
CFE	Tratado sobre Forças Convencionais na Europa (<i>Conventional Forces in Europe Treaty</i>)
CFR	<i>Council for Foreign Affairs</i>
CMRR –NF	<i>Chemistry and Metallurgy Research Replacement – Nuclear Facility</i>
CTBT	Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares (<i>Comprehensive Test Ban Treaty</i>)
CTBTO	Organização do Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares (<i>Comprehensive Test Ban Treaty Organization</i>)
CTR	<i>Cooperative Threat Reduction Program</i>
DGZ	<i>Designated Ground Zero</i>
EPW	<i>Earth-penetrator weapons</i>
EWI	<i>EastWest Institute</i>
FAS	<i>Federation of American Scientists</i>
FCNL	<i>Friends Committee on National Legislation</i>
FMCT	Tratado de Eliminação de Materiais Cindíveis (<i>Fissile Materials Cutoff Treaty</i>)
GAC	<i>General Advisory Committee</i>
GCDP	<i>General Comprehensive Disarmament Proposals</i>

GICNT	Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear (<i>Global Initiative to Combat Nuclear Terrorism</i>)
GPO	<i>United States Government Printing Office</i>
HDBT	<i>Hard and Deeply Buried Targets</i>
HTKW	<i>Hard-Target-Kill Weapons</i>
IAEA/AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica (<i>International Atomic Energy Agency</i>)
ICBM	Mísseis Balísticos Intercontinentais (<i>Inter-continental Ballistic Missiles</i>)
IFB	Banco de Combustível Internacional (<i>International Fuel Bank</i>)
INF	Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermédio (<i>Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty</i>)
IRBM	Míssil balístico de alcance intermédio (<i>Intermediate-Range Ballistic Missile</i>)
ISN	<i>Bureau of International Security and Nonproliferation</i>
JCS	Junta dos Chefes de Estado-Maior (<i>Joint Chiefs of Staff</i>)
JDNO	Doutrina para Operações Nucleares Conjuntas (<i>Joint Doctrine for Nuclear Operations</i>)
JSCP	<i>Joint Strategic Capabilities Plan</i>
JSOP	<i>Joint Strategic Objectives Plan</i>
LANL	Laboratório Nacional de Los Alamos (<i>Los Alamos National Laboratory</i>)
LOW	Lançamento imediato diante do sinal de alerta (<i>Launch-on-Warning</i>)
LTBT	Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares (<i>Limited Test Ban Treaty</i>)
MAD	Destruição Mútua Assegurada (<i>Mutual Assured Destruction</i>)
MAS	Estabilidade Mútua Assegurada (<i>Mutual Assured Stability</i>)
MAUD	<i>Military Application of Uranium Detonation</i>
MDA	Agência de Defesa contra Mísseis (<i>Missile Defense Agency</i>)
MDT	<i>Mutual Detargeting Treaty</i>
MED	Distrito de Engenharia de Manhattan (<i>Manhattan Engineer District</i>)
MIRV	Míssil com Veículo de Reentrada de Alvos Múltiplos Independentes (<i>Multiple Independently Targetable Re-entry Vehicle</i>)
MLF	Força Nuclear Multilateral (<i>Multilateral Nuclear Force</i>)

MoU	Memorando de Entendimento (<i>Memorandum of Understanding</i>)
MRBM	Missil Balístico de Médio Alcance (<i>Medium-range Ballistic Missile</i>)
MX	Missil Experimental Nuclear (<i>Peacemaker</i>)
NAC	Conselho do Atlântico Norte (<i>North Atlantic Council</i>)
NATO/OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte (<i>North Atlantic Treaty Organization</i>)
NDRC	<i>National Defense Research Committee</i>
NNSA	Administração Nacional de Segurança Nuclear (<i>National Nuclear Security Administration</i>)
NNWS	Estados não-nucleares (<i>Non-nuclear Weapons States</i>)
NORAD	Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte (<i>North American Aerospace Defense Command</i>)
NPG	Grupo de Planejamento Nuclear (<i>Nuclear Planning Group</i>)
NPR	Revisão da Postura Nuclear (<i>Nuclear Posture Review</i>)
NPT	Tratado da Não-Proliferação de Armas Nucleares (<i>Non-Proliferation Treaty</i>)
NSA	<i>NATO Standardization Agency</i>
NSA-CSS	Agência de Segurança Nacional (<i>National Security Agency</i>)
NSAM	<i>National Security Action Memorandum</i>
NSAs	Garantias de Segurança Negativa (<i>Negative Security Assurances</i>)
NSC	Conselho Nacional de Segurança (<i>National Security Council</i>)
NSDM	<i>National Security Decision Memorandum</i>
NSG	<i>Nuclear Suppliers Group</i>
NSPD	<i>National Security Presidential Directive</i>
NUWEP	Política de Emprego de Armas Nucleares (<i>Nuclear Weapons Employment Policy</i>)
NWFZ	Zona Livre de Armas Nucleares (<i>Nuclear-Weapons-Free Zone</i>)
NWS	Estados com armas nucleares (<i>Nuclear Weapon States</i>)
ODATSD NM	<i>Office of the Deputy Assistant to the Secretary of Defense for Nuclear Matters</i>
ONU/NU	Organização das Nações Unidas (<i>United Nations</i>)
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OSRD	Gabinete de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (<i>Office of Scientific Research and Development</i>)

OTA	<i>Office of Technology Assessment</i>
PDD	Directiva da Decisão Presidencial (<i>Presidential Decision Directive</i>)
PGS	<i>Prompt Global Strike</i>
PNET	Tratado sobre Explosões Nucleares Pacíficas (<i>Peaceful Nuclear Explosions Treaty</i>)
PSI	Iniciativa de Segurança contra a Proliferação (<i>Proliferation Security Initiative</i>)
R&D	Pesquisa e Desenvolvimento (<i>Research and Development</i>)
RRW	Ogiva de Substituição Fiável (<i>Reliable Replacement Warhead</i>)
RV	Véiculo de Reentrada (<i>Re-entry Vehicle</i>)
S-1	Secção sobre o estudo do Urânio do Gabinete de Pesquisa e Desenvolvimento
SAC	Comando Aéreo Estratégico (<i>Strategic Air Command</i>)
SALT	Negociações de Limitação de Armamentos Estratégicos (<i>Strategic Arms Limitation Talks</i>)
SAM	Missil terra-ar (<i>Surface to Air Missile</i>)
SDI	Iniciativa de Defesa Estratégica (<i>Strategic Defense Initiative</i>)
SERV	<i>Security-Enhanced Re-Entry Vehicle</i>
SIOP	Plano Operacional Integrado Único (<i>Single Integrated Operational Plan</i>)
SIPRI	<i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
SLBM	Mísseis Balísticos Lançados de Submarinos (<i>Submarine-Launched Ballistic Missiles</i>)
SLCM	Míssil Cruzeiro Lançados do Mar (<i>Sea-Launched Cruise Missile</i>)
SORT	Tratado de Moscovo sobre Reduções Estratégicas Ofensivas (<i>Strategic Offensive Reductions Treaty – The Moscow Treaty</i>)
SRBM	Missil Balístico de Curto Alcance (<i>Short-range ballistic missile</i>)
SSBN	Submarino com Míssil Balístico Nuclear (<i>Nuclear Powered Ballistic Missile Submarine</i>)
SSN	Submarinos Ofensivos Nucleares (<i>Nuclear Powered Attack Submarines, de Ship Submersible Nuclear</i>)
SSP	<i>Stockpile Stewardship Program</i>
START	Tratado sobre Redução de Armamento Estratégico (<i>The Strategic Arms Reduction Treaty</i>)
STRATCOM	Comando Estratégico (<i>Strategic Command</i>)

TIJ/ICJ	Tribunal Internacional de Justiça (<i>International Court of Justice</i>)
TLAM/N	Missil Tomahawk de Ataque a Superfície/ Nuclear (<i>Tomahawk Land Attack Missile/Nuclear</i>)
TTBT	Tratado sobre a Limitação de Testes de Armas Nucleares no Subsolo (<i>Threshold Test Ban Treaty</i>)
U.235	Urânio 235
UNODA	<i>United Nations Office for Disarmament Affairs</i>
UPF	<i>Uranium Processing Facility</i>
USAF	Força Aérea dos EUA (<i>United States Air Force</i>)



ÍNDICE GERAL

LISTA DE ABREVIATURAS	iii
NOTA PRÉVIA	xiii
PREFÁCIO	xv
INTRODUÇÃO	1
I. ESTRATÉGIA NUCLEAR – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	11
1. Estratégia	12
a. Introdução ao conceito	12
(1) O pensamento seminal de Clausewitz	13
b. Conceptualização crítica	16
(1) A problemática	17
(2) O objecto	19
(3) Conceptualizações contemporâneas: delimitação e conceito adoptado	21
(4) Enquadramentos da Estratégia	23
(a) Relações entre a Política e a Estratégia	24
(b) Relações entre Estratégia e Tática	27
(5) Divisões da Estratégia	29
(6) Figuras afins	30
2. Estratégia na Era Nuclear	34
a. O advento nuclear	34
b. Estratégia Nuclear (Parâmetros)	35
(1) Modalidades	37
(2) Dissuasão	39
(3) Estratégia Genética	42
(4) Estratégia de Emprego	42
(a) Guerra Nuclear	43
(b) Emprego Massivo	46
(c) Emprego Flexível	49
Conclusões	50

II. A ESTRATÉGIA NUCLEAR NORTE-AMERICANA	53
1. A Primeira Era Nuclear	54
a. As origens da estratégia nuclear norte-americana	55
b. Do monopólio nuclear à retaliação massiva (1945-1960)	61
c. Da resposta flexível à MAD (1961-1973)	65
(1) As negociações SALT	67
d. O período pós-MAD (1973-1985)	69
(1) O nascimento da doutrina Schlesinger	70
(2) A política de escolha de alvos nucleares	73
(3). Sistema de defesa contra mísseis estratégicos	74
e. A mudança de paradigma estratégico (e o fim da Guerra Fria)	75
2. A Segunda Era Nuclear	79
a. Debate estratégico: principais tendências	81
(1) Marginalistas e abolicionistas	81
(2) Tradicionalistas/realistas	85
b. Proliferação nuclear	86
c. Controlo de armamentos e desarmamento	89
d. Dissuasão nuclear: ampla e mínima	90
Conclusões	93
III. A POSTURA NUCLEAR NORTE-AMERICANA NA SEGUNDA ERA NUCLEAR	95
1. A administração Clinton e a NPR de 1994	96
2. A política nuclear da administração Bush	99
a. A NPR de 2002 e a doutrina Bush	100
(1) A reformulação do conceito de ameaça	104
(2) A função da dissuasão	105
(3) A política do <i>first use</i>	107
(4) O ataque preemptivo e a guerra preventiva	109
b. O fim do MAD: a nova tríade nuclear e as políticas unilateralistas	110
(1) A Nova Tríade	112

(2) As políticas unilateralistas sobre o controlo de armamento nuclear	116
(a) Rescisão unilateral do Tratado ABM	117
(b) A redução unilateral do armamento nuclear, a guerra do Iraque e o regime de contra-proliferação	117
(c) A oposição ao Tratado CTBT e a apologia de ensaios nucleares	119
(d) As excepções: o Tratado SORT, a PSI e o GICNT	120
3. Obama e a construção de uma nova política estratégica nuclear	122
a. Uma nova doutrina: em direcção a um mundo sem armas nucleares	124
b. O regresso do multilateralismo e a adopção de um regime de não-proliferação global	127
(1) O novo START	128
(2) A proposta de ratificação do CTBT e as negociações do FMCT	130
(3) O fortalecimento do Tratado NPT	132
(4) O conceito da Estabilidade Mútua Assegurada (MAS)	134
c. Que Revisão da Postura Nuclear?	137
d. O impacto negativo da Crise Ucraniana	146
Conclusões	148
IV. A POSIÇÃO ESTRATÉGICA DOS EUA NO MUNDO	151
1. Ordenamento internacional: contexto estratégico	152
2. A transformação da <i>Grand Strategy</i> norte-americana	162
a. Evolução estratégica: análise superveniente	163
(1) As instituições internacionais	166
(2) A política de alianças	168
(3) Intervencionismo militar	170
b. Interesses nacionais, ameaças e desafios	174
3. A estratégia nuclear: pilar essencial ou opção extrema?	178
Conclusões	186
EPÍLOGO	187

BIBLIOGRAFIA	195
Fontes Primárias	195
Fontes Secundárias	206
GLOSSÁRIO	237
QUADROS	293
Quadro 1 – Forças Nucleares no Mundo, em número de Ogivas, Maio de 2015	294
Quadro 2 – Forças Nucleares Norte-americanas Operacionais, 2015	295



NOTA PRÉVIA

*À memória da minha avó materna
pelo amor e carinho que me deu.*

AGRADECIMENTOS

O livro que agora se apresenta resultou de um trajecto atribulado, de muitas leituras, e de muita reflexão, ao longo do qual fui recebendo o apoio e estímulo de muitos. E, apesar do processo solitário a que qualquer investigador está destinado, um trabalho desta índole reúne sempre contributos de várias entidades. Neste sentido, os méritos que ela possa ter, devem-se também à confiança que fui recebendo de várias pessoas, sem as quais esta investigação não teria sido possível, expressando por isso a todos a minha mais profunda gratidão.

Ao Major-General Carlos Manuel Martins Branco, com que eu tive a oportunidade de privar no quartel-general da NATO, o qual muito agradeço convite para elaborar este livro e o privilégio do seu prefácio.

Ao Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), designadamente ao Coronel Lúcio Barreiro dos Santos e ao Comandante Carlos Madureira por terem possibilitado a publicação do presente livro.

Ao Observatório Político, sobretudo à Patrícia Oliveira e à Professora Doutora Cristina Sarmento pelo apoio e audácia de acreditarem em mim.

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a minha alma mater, por me ter dado a oportunidade, durante o meu Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, de apresentar e difundir a minha investigação sobre esta matéria.

Ao Dr. Miguel Monjardino, Professor de Segurança Internacional no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, pelos seus sagazes comentários enquanto arguente da minha Dissertação de Mestrado, no qual se baseia este livro.

À Professora Teresa Botelho, orientadora da minha Dissertação de Mestrado – no qual este livro se baseia –, pelas críticas e sugestões relevantes, e o privilégio de ter sido seu aluno. Mas também, ao Professor Doutor António Horta Fernandes, co-orientador da minha dissertação, figura ímpar do pensamento estratégico português, pela sua partilha de conhecimento.

A Jeffrey Michaels pela troca de ideias ao longo dos últimos meses, designadamente através das nossas tertúlias intelectualmente estimulantes nos cafés da Grand Place em Bruxelas, partilhando esta paixão pelo estudo da Estratégia Nuclear.

Ao Jose Luis e à Maggy por me terem apoiado e possibilitado participar e liderar démarches e reuniões nas áreas do desarmamento nuclear. E ao Carlos Quesada e à Patrícia e a todos os meus amigos e antigos colegas da Delegação da UE em San José, Costa Rica

Aos meus antigos colegas NATO, em especial ao meu amigo Roberto Zadra, Chefe da Ballistic Missile Defence Section, por me ter encorajado a não desistir do estudo e leitura de matérias sobre a Segurança Internacional, durante o meu posto diplomático na América Central.

A todos os meus amigos pelo seu contínuo estímulo e amizade.

À Inês por me ter apoiado durante “mares turbulentos” da Existência.

À minha família, e em especial aos meus pais, pelo estímulo e apoio incondicional e indispensável desde a primeira hora.

A todos, o meu muito obrigado.



PREFÁCIO

Apesar das armas nucleares representarem uma das grandes ameaças existenciais para a humanidade, o tema não tem sido devidamente debatido em Portugal, muito em particular no seio da comunidade académica nacional que se dedica ao estudo da estratégia e das relações internacionais. O trabalho que temos diante de nós vem contribuir para colmatar essa lacuna.

Para além de enquadrar teoricamente o conceito de Estratégia e elaborar sobre a sua transformação pelo advento do fator nuclear, o trabalho integra uma componente histórica sobre o modo como as diferentes administrações americanas lidaram com o assunto ao longo das décadas, trazendo-nos uma reflexão consistente e extremamente bem articulada sobre os desenvolvimentos da estratégia nuclear norte-americana e o papel que esta teve na Grande Estratégia dos EUA, tanto na Administração George W. Bush como na Administração Barack Obama, trazendo à colação o fundamental dos debates que lhe estiveram subjacentes.

Nesta espada de Dêmocles que pende sobre a humanidade torna-se cada vez mais pertinente debater as possíveis linhas de ação a seguir e a viabilidade das medidas a adotar que, de algum modo, possam ajudar à diminuição do risco de uma hecatombe, vis a vis as duas correntes de pensamento dominantes sobre a proliferação nuclear: os que defendem que a existência de múltiplos Estados com armas nucleares tem um efeito pacificador sobre o sistema internacional, levando à estabilidade mundial, e os que preconizam o contrário. Isto é, a

proliferação nuclear contribuiu para uma maior instabilidade internacional. Tendo como pano de fundo estas duas linhas de pensamento, o autor disserta com detalhe e de uma forma fundamentada sobre as opções de estratégia nuclear das duas Administrações em causa.

É com os fundamentos da primeira corrente de pensamento em pano de fundo que melhor se compreende a lógica subjacente às opções da Administração Bush em matéria de estratégia nuclear: a rescisão unilateral do Tratado Anti Mísseis Balísticos (ABM), a falta de empenho na negociação de um novo Tratado bilateral entre os EUA e a Rússia sobre a Redução de Armas Estratégicas (START), a oposição à ratificação do Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares (CTBT), assim como a disponibilidade para realizar testes nucleares. Enquanto a Rússia, nos anos noventa, e a Índia, em 2003, mudaram as suas doutrinas, passando a adotar uma postura de no first use da arma nuclear, atribuindo à sua utilização um caráter eminentemente defensivo, a Administração Bush consagra na Nuclear Posture Review (NPR), de 2002, a possibilidade de first use de armas nucleares dando primazia à dissuasão nuclear baseada na ameaça preventiva, através do uso de armas nucleares.

Esta linha de pensamento foi abandonada com o fim do reinado Bush. Embora não fosse clara e explicitamente rejeitados alguns dos seus aspetos, a verdade é que muitas das novas abordagens eram fundamentalmente diferentes. A prova disso encontra-se na NPR, de 2010, em que a Administração Obama promoveu uma clara rutura com as concepções doutrinárias da sua antecessora, muito em particular no que respeitava ao regresso às políticas multilaterais e à rejeição da possibilidade do first use de armas nucleares. A Administração Obama veio provocar uma mudança primordial na estratégia de dissuasão nuclear norte-americana, baseada agora na busca de uma dissuasão nuclear mínima.

Assistiu-se à revitalização do regime de não-proliferação, de que se salienta a ratificação do CTBT, as negociações do Fissile Material Cutoff Treaty (FMCT) com o objetivo de proibir a produção de material fissil para armas nucleares, o fortalecimento do Tratado de não Proliferação Nuclear, através do reforço da capacidade da Agência Internacional de Energia Atómica e da criação de um banco internacional de combustível nuclear, a par da consagração da cimeira sobre a segurança nuclear global. Junta-se a estas iniciativas o cancelamento, em 2009, do programa Reliable Replacement Warhead que visava construir novas armas nucleares.

Em apoio destas novas opções, o Congresso americano ratificou o Tratado

START, em dezembro de 2010, o qual foi seguido pela ratificação na Duma, em janeiro de 2011. Desta forma, o novo START acordado em 2010 tem vindo a lidar com as questões cruciais da agenda nuclear mundial, como sejam as reduções de armamento estratégico, as armas nucleares táticas, os sistemas de defesa antimíssil, e o desmantelamento de ogivas nucleares. Obama pretendia reduzir um terço das capacidades nucleares existentes nos arsenais nucleares americano e russo. Ainda durante o seu primeiro mandato, no âmbito do novo Tratado START, os EUA e a Rússia acordaram em limitar as suas capacidades a um teto de 1.550 ogivas.

A agenda nuclear americana passou igualmente a incluir a necessidade de reconstruir o processo de controlo de armamento, mais ou menos devastado durante a época Bush, de modo a tonificar o sistema de controlo de armas estratégicas e aprofundar o processo da Estabilidade Mutualmente Assegurada (MAS). Em alternativa às armas nucleares, os EUA têm vindo a desenvolver a designada Conventional Prompt Global Strike Capability (CPGSC), uma capacidade que se insere como uma luva nos propósitos da administração Obama para reduzir o papel das armas nucleares e criar, em alternativa, novas formas de utilização de armamento convencional capaz de produzir efeitos idênticos aos das armas nucleares, sem risco de escalada para um conflito nuclear. Estas e outras medidas denotam o objetivo do Presidente Obama de reduzir o papel das armas nucleares na sua Grande Estratégia, ao contrário do seu antecessor.

Passados cinco anos da assinatura do “novo” START e da celebração na cimeira da OTAN, em Lisboa, de um reboot nas relações entre a Rússia, por um lado, e os Estados Unidos e a OTAN, por outro, a euforia inicial foi progressivamente dando lugar à frustração e ao desencanto da Rússia. O primeiro fator prende-se com os desenvolvimentos operados no sistema antimíssil na Europa, com expressão nas iniciativas antimíssil em curso na OTAN, que levaram os dirigentes russos a acusarem os EUA de não respeitarem os seus interesses de segurança. O “escudo nuclear” da era Bush baseado num sistema de defesa terrestre instalado em países da OTAN, concebido contra a ameaça de mísseis balísticos, foi modificado ficando assente em interceptores instalados em navios e submarinos, naquilo que ficou conhecido como a Phased Adaptive Approach. Este tema tornou-se num grande pomo de discórdia entre os EUA/OTAN e a Rússia. Os dirigentes russos tiveram sempre grandes reservas quanto às reais intenções que estariam por detrás do levantamento deste sistema antimíssil. Esses sentimentos agudizaram-se com o facto de não haver intenções para alterar os planos, caso se venha a obter uma solução para

o problema nuclear iraniano, e com o facto de os EUA patrocinares um sistema antimíssil semelhante na região Ásia-Pacífico.

Os acontecimentos na Ucrânia e a resposta dos países ocidentais ao comportamento da Rússia na Crimeia e o apoio aos rebeldes de Donetsk e Lugansk vieram aprofundar as tensões criadas pelo desenvolvimento do sistema antimíssil. A tímida parceria que se iniciou no seguimento da cimeira da OTAN de Lisboa deu rapidamente lugar a um clima de profunda tensão e desconfiança com ameaças de corrida aos armamentos nucleares, e o possível abandono do Tratado START, por parte da Rússia.

É nesta intrincada teia temática que o autor se move, transmitindo-nos de uma forma esclarecida, rigorosa e simples os aspetos determinantes do debate. Por isso, este trabalho reúne todas as condições para se tornar um documento de referência sobre a matéria.

Carlos Manuel Martins Branco
Major-General



INTRODUÇÃO

For the first time in the history of mankind, one generation literally has the power to destroy the past, the present and the future, the power to bring time to an end.

Hubert H. Humphrey

No início do século XXI, os EUA encontram-se numa posição de superioridade militar sem precedentes. Nenhum outro país, ou mesmo agrupamentos de diversos países, poderiam almejar derrotar a América numa batalha de índole convencional por terra, mar, ar, ou espaço. Não obstante, considera-se também que as principais ameaças às forças militares norte-americanas, e que poderiam infligir uma derrota tática, provêm do uso de armas químicas, biológicas ou nucleares contra o seu território. Neste contexto, apesar de os EUA se terem transformado na força de combate mais poderosa do mundo, apenas o uso de armas de destruição em massa, em particular as armas nucleares, poderá fragilizar essa posição.

No entanto, considera-se paradoxal que as armas nucleares constituam verdadeiramente uma ameaça ímpar às forças militares dos EUA e ao seu território, e ao mesmo tempo, que não tenha existido uma política concertada para eliminá-las do planeta. Para além do mais, foi considerada, ainda muito

recentemente, a construção de novas armas, uma acção que apenas serviria para colocar a América em maior risco.¹

Na corrida armamentista anterior à II Guerra Mundial, tanto a Alemanha como o Japão ignoraram Tratados destinados a conter a militarização. Cada uma destas potências imperialistas desenvolveu super navios de guerra, aeronaves avançadas e uma artilharia pesada mais poderosa, enquanto os proponentes da Liga das Nações (e seus futuros adversários) ficaram “presos” às suas promessas de redução armamentista. Actualmente, neste período de incerteza e de mudança, a comunidade internacional é confrontada com a decisão do que fazer com os arsenais nucleares, com uma capacidade massivamente destrutiva, de nove ou dez Estados no mundo.

Se as armas nucleares são portadoras de um poder altamente destrutivo, a sua existência implica uma vulnerabilidade e um risco para a segurança da Humanidade, susceptível de se materializar consoante a vontade daqueles que possuem essas armas. Este risco assume, hoje, a mesma actualidade e importância de há setenta anos atrás, envolvendo questões de carácter político, militar e ético. Contudo, os Estados continuam a possuir essas armas, sem terem realmente noção das suas consequências.

Como se referiu, as armas nucleares são as mais destruidoras da História da Humanidade, tendo o potencial para extinguir a vida no nosso planeta. Estas são muito caras e tecnologicamente difíceis de construir, sendo igualmente potenciadoras de conflitos e antagonismos entre os Estados que as possuem. No entanto, os países continuam a investir na sua produção e passam por diferentes desafios políticos só para as adquirirem. Outros Estados, pelo contrário, como por exemplo os países da América Latina ou do continente africano, não possuem estas armas, nem as querem, por serem prejudiciais ao seu desenvolvimento. Para clarificar estas questões Joseph Cirincione (2008), especialista em assuntos estratégicos nucleares e Presidente da Ploughshares Fund, no seu livro “*Bomb Scare: The History & Future of Nuclear Weapons*”, determina cinco causadores

¹ Por exemplo a disponibilidade da administração George W. Bush para a realização de testes nucleares. A Nuclear Posture Review (NPR) de 2001 afirmava que os EUA necessitavam de manter a disponibilidade, se necessário, para retomar os testes nucleares subterrâneos no Nevada (Gordon, 2002a). Mais recentemente, e após promessas de desarmamento nuclear do NPR de 2010 e do novo START, a administração Obama parece estar disposta a modernizar o arsenal nuclear (Broad & Sanger, 2014). Um novo estudo, aliás – realizado pelo instituto de investigação norte-americano *James Martin Center for Nonproliferation Studies*, sediado em Monterey Califórnia –, prevê até que ao longo dos próximos 30 anos, os EUA planeiam gastar cerca de 1 trilhão dólares para manter o arsenal actual, comprar novos sistemas de substituição e actualização existente de bombas e ogivas nucleares (Wolfsthal, Lewis & Quint, 2014).

e outras tantas barreiras à proliferação do armamento nuclear. De todas as teorias que explicam porque razão os Estados procuram armas nucleares, a justificação mais usual conduz, inexoravelmente, na referência aos 3 P's – Poder (ou Segurança), Prestígio e Política –, sendo que na maioria dos casos estes factores são suficientes *per si*. Existem ainda outros dois factores a considerar, que podem influenciar a decisão de construir ou não as armas nucleares, nomeadamente a Tecnologia e a Economia (que contraditoriamente podem constituir, de igual modo, barreiras à sua proliferação nuclear).²

Fundamentalmente, as armas nucleares, mais do que qualquer tipo de armamento que as antecederam, dizem respeito não apenas ao estratégia militar ou político mas também ao cidadão comum. Como armas de destruição em

² Neste sentido, os factores que norteiam tanto a procura das armas nucleares como os impedimentos para o seu desenvolvimento são os mesmos, mas com justificações distintas. Numa primeira abordagem, caracterizam-se os seguintes causadores de proliferação, do seguinte modo: i) o principal factor é o poder vis-à-vis Segurança, isto é, muitas das decisões dos Estados *grosso modo* são tomadas com intuito de defender o imperativo de Segurança, neste sentido, os Estados ao adquirirem armas nucleares fazem-no usualmente para proteger sua própria soberania, ou em última análise para projectar o seu poder através da segurança deste engenho, para dominar ou influenciar determinada área política, económica ou geopolítica (quase todas as explicações podem-se reportar a este desejo de poder, mas nem todas); ii) o Prestígio é outro importante factor, na medida em que as armas nucleares surgiram como um atalho para alcançar o estatuto de grande potência, ou um último esforço para manter este estatuto no xadrez mundial; iii) a Política, e sobretudo a política interna dos Estados, poderá favorecer estes a adquirirem-nas quando um conjunto de actores burocráticos proeminentes convence os líderes políticos da importância da sua necessidade; iv) outro factor é a Tecnologia, em muitos casos a capacidade de possuir esta impulsiona a decisão para construção de armas nucleares; v) o último factor, e aquele que terá menos importância no processo de decisão de um Estado são a Economia. Porém, os apologistas de um arsenal nuclear defendem que uma Defesa nuclear é mais barata do que uma convencional. Na realidade, acabou por se tornar um argumento sem fiabilidade, porque a produção das armas nucleares são muito caras, todavia não deixa de se consubstanciar como um impulsor de proliferação. Numa segunda abordagem, considera-se que todos estes cinco factores e geradores de proliferação relacionam-se directamente com os seus obstáculos, ou seja, por cada factor analisado existe uma barreira complementar, do seguinte modo: i) em relação ao factor poder, muitos Estados reconhecem que a sua Segurança é mais eficiente ao renunciarem às armas nucleares, e/ou quando pretendem adquirir protecção de um aliado nuclear; ii) em relação ao prestígio, muitos Estados para poderem alcançar a aceitação ou liderança no seio da Política Internacional, renunciam às armas nucleares em larga medida devido à norma internacional que estabelece a interdição da propagação deste tipo de armamento (o Tratado NPT, cerca de 150 países assinaram-no, reflectindo de longe a maioria da opinião mundial); iii) relativamente à Política, e sobretudo, a política interna de cada Estado, rejeita-se armas nucleares sempre que haja uma oposição pública significativa aos seus programas, ou uma mudança no regime político ou nas prioridades do Governo, e/ou quando um conjunto de actores burocráticos proeminentes convence líderes políticos que estas armas são desnecessárias; iv) no que diz respeito à Tecnologia existe claramente uma barreira, mormente quando os Estados não podem desenvolver ou adquirir os conhecimentos técnicos necessários para construir uma bomba nuclear; v) por fim, no plano económico, como foi referido, os Estados frequentemente renunciam às armas nucleares basicamente porque estas são muito caras (sobretudo a sua manutenção), por sanções económicas que resultem da prossecução de um programa nuclear, ou ainda devido a benefícios económicos sugeridos para o abandono de tal programa (Cirincione, 2008).

massa, protegem – e ameaçam – as próprias fundações da nossa Civilização. No seguimento da Crise Ucraniana e do programa nuclear do Irão, chegou o momento de trazer as discussões relacionadas com a política nuclear, até pelas suas consequências, para fora do espectro militar e político, devendo-se envolver um público mais vasto. As armas nucleares afectam-nos, designadamente a estratégia nuclear, daí que é de relevância extrema a discussão académica e pública das suas implicações. Neste sentido, procurar-se-á corresponder a este apelo, ao formular um estudo global sobre a estratégia nuclear norte-americana, tendo como aferidor último as suas consequências para a *Grand Strategy*³ dos EUA.

A este respeito, e segundo Barry Posen, professor e director Departamento de Ciência Política no Massachusetts Institute of Technology (MIT): «*Grand strategy is a state's theory about how it can best cause security for itself*» (1984: 13). Acerca desta afirmação deduzir-se-á fundamentalmente duas coisas. Em primeiro lugar, uma *Grand Strategy* não é simplesmente uma reacção a uma ameaça. É uma postura dinâmica, projectada para apreender a oportunidade e a capacidade de um Estado dar forma ao ambiente internacional. A maioria das políticas securitárias prevê o uso do poder ofensivo, defensivo e dissuasor. Deste, somente o primeiro é inerentemente dinâmico sendo igualmente de utilidade limitada e raramente empregue. Porém, o que faz da *Grand Strategy* ser original é uma lógica que se encontra no seu núcleo: o uso do *precautionary power*, para impedir que as ameaças potenciais se materializem. Em segundo lugar, esta transcende o poder militar. Um Estado aplica a sua teoria de segurança empregando todas as facetas do poder à sua disposição: militar, político, económico, psicológico e social. Este esforço é usualmente referido como a política de Segurança Nacional (Fukuyama & Ikenberry, 2006). Neste contexto, cabe formular a seguinte e essencial pergunta: qual o papel da Estratégia nuclear na *Grand Strategy* norte-americana? A qual terei a oportunidade de tentar explicar e elucidar ao longo deste humilde manuscrito.

Ao nível internacional, no panorama da teoria geral da Estratégia, isto é, dos estudos teóricos sobre a natureza, funções e delimitação do campo óptico e epistemológicos da fenomenologia e praxeologia estratégica, não tem sofrido grandes alterações (Fernandes & Abreu, 2004). Na realidade, depara-se até com um certo marasmo criativo na formulação de novas concepções teóricas, excepção feita a alguns autores franceses (Pierre Gallois, Lucien Poirier, Jean-Paul Charnay, e, mais recentemente Hervé Coutau-Bégarie),

³ Terminologia adoptada por alguns autores, no presente debate estratégico norte-americano, como Posen & Andrew Ross (1996-97), G. John Ikenberry (2001), Robert Art (2003), Christopher Layne (2006), Barry Posen (2014), entre outros.

e, em particular, ao espírito inventivo e ao papel de divulgação científica da revista *Stratégique*, fazendo crer que a teoria estratégica continua viva. Por seu turno, a escola estratégia Escola Anglo-Saxónica, tem em Basil H. Liddell Hart, historiador militar inglês, o seu principal expoente. Este viria a notabilizar-se na sua obra “*Strategy*”, com o desenvolvimento do conceito de *Grand Strategy*, distinguindo-a da estratégia pura ou militar.⁴

No entanto, com o advento nuclear, houve uma intensificação do debate estratégico e do seu estudo, nomeadamente em universidades e institutos de investigação anglófonos (norte-americanos, britânicos e australianos) – no âmbito dos estudos de segurança e estratégicos, e de segurança internacional – e consequentemente no papel retransmissor dos *media*, divulgando o processo de formação de doutrina estratégica (Gere, 1991). Bernard Brodie foi um dos primeiros a recorrer à noção de Estratégia Nuclear, a qual será, em larga medida, objecto de estudo na sua primeira grande obra intitulada: “*The Absolute Weapon: Atomic Power and World Order*” (1946). O pensamento de Brodie catapultou definitivamente o debate estratégico norte-americano, tendo como protagonistas: Albert Wohlstetter (matemático), Herman Khan (físico), Thomas Schelling (economista), Henry Kissinger (cientista político e diplomata), e ultimamente Edward Luttwak (historiador).

No debate académico dos últimos anos, o argumento sobre a importância e influência das armas nucleares tem recebido uma atenção quase sem precedentes. Neste contexto, emergiu uma nova disciplina dedicada à Estratégia Nuclear. No seu sentido mais lato, um campo exclusivo do estudo que combina a Política, a Diplomacia, a Estratégia, a Tecnologia e os assuntos militares, com um enfoque especial no papel e impacto das armas nucleares (Williamson & Rearden, 1993). Estudos recentes de académicos e de estrategistas do ramo, como David Alan Rosenberg (1983), Robert Jervis (1984), McGeorge Bundy

⁴ Considerado o pai das teorias contemporâneas da guerra limitada, o britânico foi axiomático ao defender que, por causa do sofrimento e perturbação de relações normais entre Estados-nação causados pela guerra, estas deviam ser limitadas (Freedman, 2003). As concepções de Liddell Hart tiveram apreciável acolhimento, nomeadamente com a definição de *Grand Strategy* e o debate em torno da estratégia de aproximação indirecta (indirect approach), no final da II Guerra Mundial no pensamento estratégico anglo-saxónico. No entanto, em 1943, o norte-americano Edward Mead Earle, na sua obra intitulada “*Makers of Modern Strategy Military. Thought from Machiavelli to Hitler*” foi um dos primeiros a estender a suas definições, de Estratégia e, o debate estratégico em torno dos componentes não-militares de conflito. Segundo Earle, a Estratégia significava o seguinte: “*the art of controlling and utilizing the resources of a nation – or a coalition of nations – including its armed forces, to the end that its vital interests shall be effectively promoted and secured against enemies, actual, potential, or merely presumed. The highest type of strategy – sometimes called grand strategy – is that which so integrates the policies and armaments of the nation that the resort to war is either rendered unnecessary or is undertaken with the maximum chance of victory*” (cit. in Kennedy, 1991: 2).

(1988), Fred Kaplan (1991), Terry Terriff (1995), Marc Trachtenberg (1999), Lawrence Freedman (2003), John Lewis Gaddis (2005), Nina Tannenwald (2007), Scott Sagan (2003, 2012), Vipin Narang (2014) e outros, tentam esclarecer muitos e novos problemas suscitados pelo advento das armas nucleares, sobretudo as suas implicações político-militares e as complicações que estas colocaram em relação a áreas como o planeamento estratégico, o controlo de armamento, a relação entre aliados e as políticas básicas de segurança. Enquanto estudiosos geralmente aceitam que as armas nucleares tiveram uma influência no ambiente internacional do pós-Guerra, porém não existe consenso sobre os seus efeitos precisos. No plano da investigação *tout cours* e com contacto diário com estas temáticas, nomeadamente das relações e da postura da estratégia nuclear norte-americana no mundo contemporâneo, destacam-se ainda os nomes de Henry D. Sokolski, Harald Müller, Pavel Podvig, Jeffrey Lewis, Robert S. Norris, Amy F. Wolff, Matthew Kroenig, Janne E. Nolan, Daryl G. Kimball, Stephen Schwartz, Mark Fitzpatrick, Bruno Tertrais e Hans Kristensen.

Este livro baseia-se no estudo e investigação da minha dissertação de mestrado, avaliada qualitativamente com a classificação de *magna cum laude*, e intitulada “O debate estratégico nuclear nos EUA (1945-2010): tendências e evolução”. Reflectindo os circunstancialismos da investigação/ ensino na presente Era nuclear, bem como a análise documental das obras e opiniões de governantes e académicos considerados. Mas também as minhas experiências como investigador no Parlamento Europeu, e vivências como membro do *International Staff* no quartel-general da NATO, em Bruxelas, durante os últimos anos. Acrescenta-se ainda a passagem pelo Serviço Europeu para a Ação Externa. (SEAE), e conseqüente introdução aos meandros da *realpolitik*, através do meu trabalho como *political attaché* na América Central, e contactos diplomáticos e outros que estabeleci por esse mundo fora. Para além dos meus encontros com especialistas durante as minhas viagens “Tocquevillianas” aos centros de investigação e ao quartel-general das Nações Unidas em Nova Iorque – por via de um *Summer School* em Diplomacia Multilateral –, mas também às bibliotecas aos centros de decisão de Washington D.C., bem como às prestigiosas universidades de Columbia e Harvard, sem esquecer o Departamento de Ciência Política do MIT em Cambridge, Massachusetts.

Neste contexto, procurou-se realizar uma explanação aprofundada sobre o tema “A Estratégia nuclear norte-americana: evolução e tendências”, explanando algumas traves mestras da discussão estratégica actual, tentado discernir as suas principais teorias e doutrinas, tendências, projectos, lacunas, evolução e funções das forças nucleares, e procurando aferir o problema central do livro.

Com base nesta problematização, convém indicar a metodologia deste livro. Optou-se por uma interpretação com base na *foreign policy analysis*⁵. Este campo de estudo reflecte os debates teórico-metodológicos globais das Relações Internacionais (RI) e propõe vários modelos de análise, que mais do que rivais, devem ser complementares. A escolha recairá sobre: o modelo de decisional de Richard Carlton Snyder (2002) onde os factores internos (decisores políticos: actividade comportamental e percepção relativamente à definição da situação; ênfase dado às origens domésticas e societárias da política externa), os externos (passam a fazer parte de um conjunto mais vasto de factores que, de uma forma geral, condicionam uma situação específica, a qual, por sua vez é definida de acordo com a percepção dos decisores políticos) e o próprio processo de decisão⁶ (como uma fonte importante e independente de decisões) são variáveis-chave para a explicação dos fenómenos de política externa; e a concepção de sistema da *linkage theory* de James Rosenau (1997), tendo como sua condição essencial a mútua interpenetração e interdependência entre o meio interno e internacional (sistema/ambiente).⁷

Assim, no primeiro capítulo do livro far-se-á um enquadramento teórico do conceito de Estratégia e da transformação desta pelo advento nuclear, descrevendo igualmente em traços gerais as suas principais características, com intuito de conceptualizar e elucidar parte do problema do trabalho. Este capítulo estruturar-se-á em dois subcapítulos, o primeiro referente ao estudo da Estratégia *tout court* e o segundo atinente à análise da Estratégia na Era Nuclear. Este capítulo tem como objectivo operacionalizar conceitos estratégicos, enquadrando a variável nuclear no percurso histórico da estratégia nuclear norte-americana.

No segundo capítulo, analisar-se-á a evolução da estratégia nuclear norte-americana desde as origens do seu programa atómico até ao debate estratégico contemporâneo. Numa primeira abordagem, caracterizar-se-ão as principais linhas orientadoras da sua estratégia nuclear durante a Primeira Era Nuclear,

⁵ Envolve o estudo de como um Estado faz a sua política externa. Igualmente extraindo do estudo da diplomacia, da guerra, das organizações intergovernamentais, os meios por onde um Estado pode executar a sua política externa. Neste caso, tendo em conta, a variável nuclear na sua estratégia global.

⁶ Neste contexto, adequa-se parcialmente, e também, o modelo de análise burocrática de Graham Allison (1971), especialmente a fusão entre o *modelo do actor racional* (onde os Estados são retratados como entidades monolíticas e unificadas, onde os decisores muitas vezes agem de acordo com a lógica da maximização do interesse nacional) e o *modelo de política burocrática* (não considerando nenhum actor unitário, mas antes numerosos actores vistos como jogadores, que não se concentram numa só questão estratégica, mas em muitos e diversificados problemas internacionais).

⁷ Neste modelo, o investigador de política externa deve preocupar-se em analisar os processos de *linkage* que ocorrem entre os sistemas nacionais e o sistema internacional.

identificando a sua origem e os factores que explicam a adopção de diferentes políticas e estratégias dos EUA, desde 1945 até finais da década de 1980. Numa segunda abordagem, explanar-se-á o debate estratégico em torno variável nuclear atinente ao período da Segunda Era Nuclear, inaugurada no início da década de noventa com a implosão da URSS, que tanto representou uma oportunidade para os que acreditaram ser possível a abolição ou a marginalização das armas nucleares, como um momento propício à proliferação nuclear. Deste modo, apresentar-se-ão as principais tendências relativas a este debate (abolicionistas, marginalistas e tradicionalistas), visando essencialmente os seguintes pontos de discussão: a existência de armas nucleares (os esforços para sua abolição e a defesa da sua manutenção), o papel da dissuasão, os efeitos da proliferação nuclear, e, por último, controlo de armamento e desarmamento nuclear.

No terceiro capítulo, após a caracterização e a descrição do percurso histórico da variável nuclear norte-americana e do seu debate estratégico, far-se-á uma caracterização da sua postura nuclear, isto é, a definição da sua estratégia e política. Este capítulo distinguirá fundamentalmente a doutrina e Revisão da Postura Nuclear (*Nuclear Posture Review* – NPR) da administração Bush e a da administração Obama, comparando-as. Neste sentido, tendo em vista a melhor compreensão destas matérias na presente Segunda Era Nuclear abordar-se-á primeiramente, e de uma forma resumida, a postura nuclear da administração Clinton e analisar-se-ão os fundamentos e influência da NPR de 1994 nas subsequentes. Em relação à NPR de 2002, examinar-se-ão excertos tornados públicos do relatório classificado e a influência deste na doutrina da administração de Bush, antes da análise crítica dos seus pressupostos e legado. Por último, após a análise da actual capacidade das forças nucleares norte-americanas, far-se-á um estudo aprofundado acerca das matérias relacionadas com a Revisão da Postura Nuclear de 2010 e as relações essenciais com a Rússia, a outra superpotência nuclear. Neste ponto não se analisará a proposta tanto como solução final, mas como um ponto de partida para renovação do debate público sobre os riscos, os benefícios, os desafios e o futuro das armas nucleares nos EUA, promovida pela administração Obama.

No quarto capítulo, após a caracterização da política e estratégia nuclear dos EUA – tendo em conta a sua evolução, doutrinas, e tendências –, estar-se-á em condições para a abordar e responder, ao desiderato concreto da pergunta de investigação deste livro. Em primeiro lugar, analisar-se-á o ambiente político internacional hodierno que rodeia a estratégia nuclear dos EUA, identificando sobretudo no âmbito da teoria das RI as diferentes visões sobre a posição dos

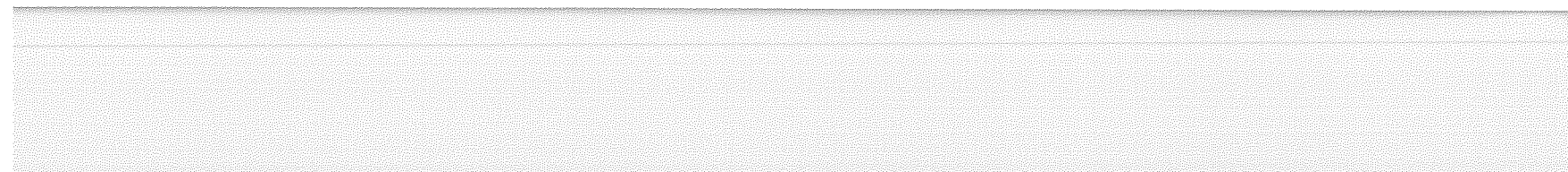
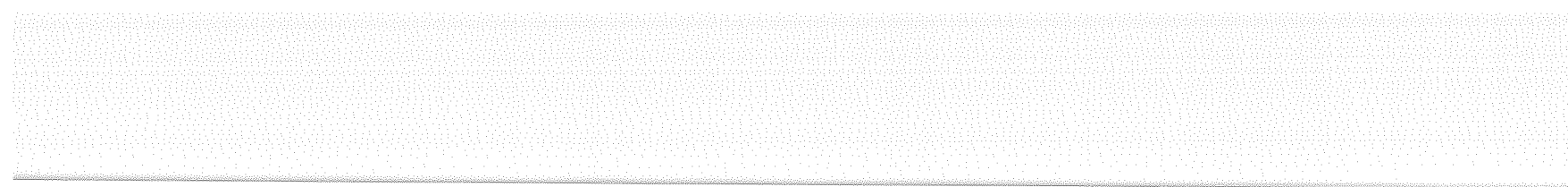
EUA no sistema internacional. Neste âmbito, procurar-se-á enunciar as travésmestras do debate estratégico em torno da posição hegemónica ou não dos EUA no mundo, tendo em conta o papel relevante das armas nucleares. Em segundo lugar, explicar-se-á alguns aspectos gerais da *Grand Strategy* norte-americana contemporânea, com o intuito de aferir melhor o papel das armas e estratégia nuclear como pilar essencial ou opção extrema na estratégia global norte-americana (*U.S. Grand Strategy*).

Acrescente-se ainda que a Estratégia, tal como outras áreas do conhecimento, utiliza uma linguagem própria, carregada de expressões herméticas e, por este motivo e por razões de economia de texto, criou-se um glossário para ajudar a decifrar e a conceptualizar terminologias.

Tendo em conta a estrutura agora apresentada, pretende-se chegar ao fim deste estudo com a capacidade de reconhecer as características e os elementos mais relevantes da estratégia e postura nuclear, e sobretudo o papel das armas nucleares na *Grand Strategy* dos EUA, enquadrando-os no particular contexto da Segunda Era Nuclear e no presente debate estratégico.

Este livro é um desafio, devido à amplitude dos problemas que este se esforça por esclarecer e também em virtude da discrição que cobre ainda muitos dos segredos da estratégia nuclear norte-americana. No entanto, dificilmente recobrirá todas as problemáticas e temáticas associadas ao seu desiderato, quer por limitações temporais, económicas e até relacionadas com a própria organização do manuscrito.

A resposta será por certo exígua e terá sempre implícita e inconscientemente uma genética e uma visão portuguesa, europeia e ocidental. Se por um lado, o ponto de partida deste livro foi o estudo global da estratégia nuclear americana, evolução, tendências, e sua postura; por outro lado, o seu ponto de chegada será sempre a análise das suas consequências na *Grand Strategy* dos EUA.



1. ESTRATÉGIA NUCLEAR – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Everything in strategy is very simple, but that does not mean that everything is very easy.

Carl Von Clausewitz, *On War*, 1832

La mutation technologique, le fait nucléaire a provoqué une double coupure, praxéologique et épistémologique, dans la stratégie.

Lucien Poirier, *Stratégie théorique II*, 1987

Neste primeiro capítulo do livro, dedicado à conceptualização teórica da Estratégia Nuclear, far-se-á um enquadramento teórico desta e da sua transformação pelo advento nuclear, descrevendo-se igualmente em traços gerais as suas principais características no âmbito do pensamento estratégico. Este capítulo estruturar-se-á em dois subcapítulos, o primeiro referente ao estudo da Estratégia *tout court* e o segundo atinente à análise da Estratégia na Era Nuclear. No primeiro subcapítulo apresentar-se-á, inicialmente, uma pequena introdução ao conceito de Estratégia e a consubstanciação do mesmo através da análise da influência do pensamento seminal de Clausewitz. Posteriormente, far-se-á uma breve análise crítica acerca da sua conceptualização, tendo em conta a sua problemática, objecto, concepções

dominantes, delimitação, enquadramentos, divisões, e figuras afins (geopolítica, geoestratégia, Defesa, Segurança). A importância do advento do Nuclear e a Estratégia na Era Nuclear, tendo em conta os seus parâmetros, com especial ênfase na explicitação das suas modalidades, dissuasão, estratégias genética e de emprego (guerra nuclear, emprego massivo e flexível), serão analisadas no segundo subcapítulo.

1. Estratégia

a. Introdução ao conceito⁸

Desde o seu primeiro emprego, na Grécia clássica, até aos nossos dias, a palavra Estratégia⁹ sofreu alterações profundas em relação à sua conceptualização. Tendo, até, desaparecido do vocabulário, durante cerca de 2000 anos, para ressurgir, com vigor, nos últimos três séculos e através do pensamento seminal de Carl von Clausewitz. A Estratégia, até meados do século XX, estava altamente conotada com o fenómeno da guerra, limitando-se o seu emprego praticamente ao campo militar. Mais recentemente, o advento nuclear, a criação da ONU, a crescente afirmação do Direito Internacional e o desenvolvimento das opiniões públicas têm limitado, significativamente, o recurso da Estratégia a esse campo (militar)¹⁰, pelo menos enquanto estratégia de acção, conducente a uma valorização das outras estratégias gerais que integram a chamada estratégia indirecta e apelam ao frequentemente designado *soft power*. Conquanto, no presente, verifica-se uma utilização indiferenciada do termo nos domínios mais variados da actividade humana, «*como bordão dum linguajar que assim se julga moderno, culto e profundo, originando-se uma deriva conceptual que impede qualquer teorização consistente e útil*» (Couto, 2004: 224). Sendo um dos principais desideratos deste capítulo a sua delimitação conceptual,

⁸ Sobre as origens do pensamento estratégico moderno, sob uma perspectiva global, vide as referências de Peter Paret (1986), Azar Gat (1989), Gérard Chaliand (1990), Beatrice Heuser (2010) e Sir Lawrence Freedman (2013).

⁹ O termo Estratégia, de origem grega, deriva de *strategia*, e o seu significado aplica-se tanto à arte do general, como ao conjunto de conhecimentos necessários do comandante em chefe (*strategos*). Embora a sua etimologia provenha do grego clássico, a concepção de Estratégia como a arte de reunir e empregar as forças militares no tempo e espaço para atingir os objectivos de uma guerra, tem origem relativamente recente. Desde os tempos de Maquiavel até o séc. XVIII, os escritos utilizaram o termo relacionado com *estratagem* (artimanha ou astúcia para conseguir uma vantagem através da surpresa).

¹⁰ Presentemente, na escola estratégica portuguesa, existe um debate epistemológico que procura aferir se a Estratégia deve alargar-se ao campo da competitividade (estratégia económico-empresarial), ou cingir-se ao campo da hostilidade (estratégia político-militar).

pele menos no que diz respeito à sua formulação, e consequentemente da Estratégia Nuclear.

Na génese e no horizonte agónico da Estratégia, começou por habitar a violência. Ao longo da História, esta tem vindo a reivindicar para si uma parcela importante na *ethos* da civilização humana, tendo assumido diversas formas, entre as mais comuns: a ameaça, a luta, a coacção, conflito e, particularmente, a guerra. Tradicionalmente, a Estratégia preocupava-se, essencialmente, com a melhor forma de preparar e travar uma guerra. A Estratégia que foi no princípio uma *arte* – muitos tratados estratégicos chamavam-se *arte da guerra*, isto é, um conjunto de procedimentos e técnicas militares mais ou menos conceptualizados –, tornou-se uma teoria da representação do real, e simultaneamente uma conceptualização abstracta. Porém, à medida que se foi alargando o horizonte geográfico dos Estados e das Nações, que as ambições políticas se imiscuíram em planos mais destacados, que a população e o progresso tecnológico aumentaram e que as possibilidades de ligação se desenvolveram, a guerra deixou de ser exclusiva do domínio militar de cada Estado e passou a interessar igualmente a outros domínios, como o económico, o social e o político. Consequentemente, a Estratégia foi também sendo norteadada por estes domínios, originando o aparecimento de novos conceitos (Alves, 1999). E, é neste contexto, que se desenvolveu o estudo das suas teorias e análise do pensamento (estratégico) dos seus principais autores (Sun Tzu, Tucídides, Maquiavel, Guibert, Jomini, Clausewitz, Liddell Hart) – que procuraram racionalizar a violência e a conflitualidade para o seu uso estratégico-militar, mediante uma lógica de Poder, subordinada à decisão política –, desde o período pré-gâmico¹¹ até ao advento nuclear.

(1) O pensamento seminal de Clausewitz

Antes de explicitar, porém, a importância seminal de Clausewitz para o pensamento estratégico e, consequentemente, para o estudo da Estratégia

¹¹ O historiador britânico Arnold Toynbee divide a História do mundo em dois períodos: pré-gâmico e pós-gâmico. Toynbee recorre à mítica viagem marítima de Vasco da Gama, para delimitar as duas épocas e definir como o período de mudança cultural, civilizacional e progresso técnico mais importante da Humanidade, da seguinte forma: «*The revolutionary Western invention was the substitution of the ocean for the Steppe as the principal means of (...) world-communication*» (2006: 59).

Nuclear, cabe referir que a par da importância do trabalho de Sun Tzu¹², nenhum estudo sobre a Estratégia pode deixar de conceder um lugar de primeiro plano ao pensamento político, filosófico e estratégico da Grécia Antiga, pois foi aí que nasceu a reflexão teórica sobre a comunidade política e sobre o Poder e aí atingiu um dos níveis mais altos da História. Como se observou, foi na Antiguidade que a palavra Estratégia adquiriu a sua definição funcional, a qual viria a ser recuperada no séc. XVIII¹³, traduzindo-se por uma estratégia militar operacional e tendo por objecto a guerra (Fernandes, 1998). Porém, enquanto disciplina que visa a racionalização política da violência, não se confundindo com esta e, desde logo, não redutível ao âmbito militar, a Estratégia aparece como filha da Era do Iluminismo, isto é, da recuperação empreendida em todo o mundo Ocidental, da esfera do universo material e das faculdades sensíveis, conduzindo-os para o domínio da dignidade filosófica e científica. No entanto, considera-se que só no séc. XIX, com a publicação póstuma da obra magistral de Clausewitz, *Vom Kriege*, é que se assiste realmente ao nascimento certificado da Estratégia moderna¹⁴ (Soromenho-Marques, 2004).

De facto, no seguimento das guerras napoleónicas, havia um crescente reconhecimento da maior complexidade da Estratégia, tendo Clausewitz exposto que «*there can be no question of a purely military evaluation of a great strategic issue, nor of a purely military scheme to solve it*» (cit. in Paret & Moran, 1984: 21). Neste sentido, o estrategista é geralmente considerado seminal pelas suas aspirações filosóficas sobre a natureza da guerra. Para Clausewitz a «*guerra*

¹² O conjunto de textos atribuído tradicionalmente a Sun Tzu, sob o título “*A Arte da Guerra*”, constitui um dos mais antigos tratados de estratégia militar que chegou até aos nossos dias. Na verdade, a obra reflecte as preocupações e as práticas militares do Período dos Reinos Combatentes (403-221 a.C.), constituindo o resultado de uma acumulação de experiências e teorias militares que se foram cristalizando ao longo dos tempos sob a forma de um tratado de Estratégia. No essencial, o principal objectivo de Sun Tzu (2002) foi, e é, esclarecer, ainda que primitivamente, qual a natureza da guerra e apontar os meios susceptíveis de a conduzir à vitória (tendo por objectivo ganhar), sendo igualmente conhecido como o primeiro defensor da manobra, simulação, surpresa e inteligência para subjugar o inimigo sem luta. Características, portanto, muito próximas de alguns requisitos da Estratégia Nuclear, que privilegie o não emprego de armas nucleares por aproximação indirecta. A sua leitura, por isso, é obrigatória para qualquer estudante de Estratégia.

¹³ Promovendo uma racionalidade social específica em face do conflito motivador de hostilidade, e a formalização de um sistema causal integrador e unívoco, seccionador de sub-funções, como por exemplo: a especialização social da profissão militar, a divisão social do trabalho (sobretudo quando conjugada com o progressivo enquistamento do aparelho burocrático do Estado e sua especialização social). Criando um cruzamento dos vários factores, um circunstancialismo específico propiciador da efectivação da Estratégia, como produto da modernidade Europeia (Fernandes, 1998).

¹⁴ A fundação moderna da Estratégia em Clausewitz obriga a um duplo exercício, a um tempo, negativo e positivo. Pela negativa, Clausewitz separa a Estratégia do universo quase infinito da violência, geralmente entre entidades com estatuto estadual ou afins (movimentos de libertação ou resistência, por exemplo). Pela positiva, identifica, fundamentalmente, o Estado como o verdadeiro sujeito organizador da acção propriamente estratégica (Soromenho-Marques, 2004).

é pois um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade» (1976: 73), isto é, um acto de força física que se manifesta em combate com o inimigo – princípio em que o prussiano assenta todo o seu raciocínio. E, em consequência da dialéctica de luta, a guerra tem tendência para ascender aos extremos, ou seja, a tomar a sua forma absoluta – guerra absoluta (Couto, 1988). Ao mesmo tempo, Clausewitz analisa a interação de Outros que poderão modificar esta doutrina básica, e caracteriza a guerra como uma notável e «paradoxical trinity» – composta primordialmente de violência, de ódio, e de inimizades –, encarada como um jogo de oportunidades e probabilidades em que o espírito é livre e vaguear como um instrumento da Política, fazendo-o subordinar somente à razão (1989: 89). Clausewitz defende o uso da guerra como instrumento para obrigar o Outro a negociar e a fazer concessões.¹⁵

Contudo, também reconheceu que este fenómeno não se desenvolve deste modo no mundo real. Por um lado, a guerra, deve ser, obedecendo aos interesses e objectivos políticos de um determinado grupo, um instrumento da política do Estado, isto é, «a guerra não é senão uma continuação da política por outros meios» (Clausewitz, 1976: 65). Por outro lado, como os humanos ficam sempre aquém dos esforços absolutos, é-lhes impossível dispor de todos os seus recursos para fazer a guerra, já que é permanente a procura de satisfazer outras necessidades. Neste sentido, os fins que motivam a guerra, bem como os meios por esta utilizados, devem ser controlados com inteligência política.

Neste contexto, a guerra é vista como uma demonstração limitada, própria da concepção estratégica do pensamento da Era Nuclear. Em primeiro lugar, a natureza devastadora de um conflito nuclear sob condições de destruição mútua assegurada, veio favorecer e reforçar a pertinência da fricção¹⁶, de acordo com Clausewitz (1976), pelo aumento dos custos da guerra a tal ponto que se torna difícil discernir qualquer benefício racional. Em segundo lugar, o aparecimento da ogiva nuclear e dos mísseis intercontinentais veio tornar possível a destruição física de um inimigo potencial; porém a reciprocidade desta capacidade nuclear veio, de facto, reforçar a importância que o estrategista incute à restrição da sua aplicação (factor psicológico). Grande parte da teoria da dissuasão assenta precisamente na ameaça implícita da utilização de força, procurando avaliar a determinação, percepção e valores da outra potência nuclear, opondo-se à

¹⁵ Porém, não se confunde o conceito de guerra absoluta, com o de guerra total. O entendimento de Clausewitz sobre esta matéria é que «o plano de guerra engloba o acto de guerra total, que graças a ele se torna uma operação única, tem de ter um só objectivo final definitivo, e no qual todos os objectos particulares se fundiram» (1976: 707).

¹⁶ Para Clausewitz a fricção «ou aquilo que assim denomina, é pois o que torna difícil tudo o que parece fácil [na guerra]» (1976: 131).

ideia da probabilidade de uma guerra total. Neste aspecto, a dissuasão nuclear obedece à racionalidade clausewitziana.

A guerra, que tem como fim primordial e último a paz, compreende os seguintes objectivos: por um lado, o objectivo da guerra é destruir as forças militares inimigas, o que significa que estas têm de ser colocadas em tais condições que se tornem incapazes de prosseguir o combate. Neste âmbito, Clausewitz veio definir a Estratégia como «*the use of engagements for the object of the war*» (1989: 128). Por outro lado, argumenta que é difícil uma situação onde a vitória total seja possível, no sentido de dominar totalmente a vontade do inimigo ou de destruí-lo completamente. Daqui, resulta a importância da guerra como uma forma de diálogo e a ênfase na procura da conclusão da guerra.

Por último, *Vom Kriege* é visto como sendo centrado na Estratégia e não o é. De facto, Clausewitz lida com a guerra. O problema da sua leitura resulta em parte de uma transposição linear da expressão guerra para a Estratégia, na medida em que a sobreposição da última sobre a primeira no séc. XX, principalmente em consequência do advento nuclear e da guerra revolucionária veio complicar uma linearização simplista entre os dois termos¹⁷ (Duarte, 2004). Na verdade, a Estratégia não obriga a uma dicotomização da acção, ao contrário da guerra (Coutau-Bégarie, 1999). A última é um duelo, a Estratégia nem tanto, obedecendo antes a uma lógica sistémica. No essencial, o pensamento estratégico clausewitziano demonstra que a guerra está subordinada tanto à Política como à Estratégia, havendo, por este facto, uma relação paritária entre ambas.

b. Conceptualização crítica

A Estratégia, era, na sua origem, uma metodologia de acção estritamente militar tornou-se uma teoria geral da acção humana (Couto, 2002). Actualmente, esta mais se assemelha a uma actividade do pensamento do que à arte do general: apoia-se em representações intelectuais e não tanto em objectos e concretizações operacionais (tropas, terreno etc.). Essa mudança provocou a requalificação de certos elementos que antes pertenciam à esfera da Estratégia e que, a partir de agora, farão parte do domínio da Tática. A substituição da relação paritária entre Política e Estratégia própria do pensamento clausewitziano, pela subordinação da Estratégia à Política evidencia esta situação. O aparecimento das armas nucleares e o desenvolvimento de acções subversivas permitiu,

¹⁷ Por seu turno, Alan Beyerchen (1992-93), conclui de forma extraordinariamente similar que a obra de Clausewitz se caracteriza pelo entendimento de que todas as guerras são por natureza, um fenómeno não linear, cuja condução é alterada de formas que não podem ser analiticamente antecipadas. É por demais salutar esta advertência na Era da ciência, do nuclear e da tecnologia militar avançada.

igualmente, alargar a Estratégia até outras áreas de conflitualidade e deslastrá-la definitivamente da guerra em acto, dando lugar ao aparecimento de uma espécie de percurso gerativo da Estratégia. De facto, a sua estratificação em diferentes níveis sobrepostos e interdependentes é substituída por aquilo que Charnay (1995) chama estratégia gerativa¹⁸ funcionando como um modelo hipotético-dedutivo. A Estratégia abandonou, então, o campo de batalha para tornar-se uma verdadeira meta-semiótica, pois invadiu, com seu próprio modelo, outras semióticas (competição empresarial, hostilidade).¹⁹

(1) A problemática

«O significado do termo *Estratégia* necessita de definição contínua, porque o seu conteúdo e alcance são de natureza essencialmente dinâmica» (Comprido, 1985a: 1221). Esta dinâmica²⁰, ao incorporar processos, meios e objectivos de uma forma isolada, isto é, sem a identificação de elementos caracterizadores da Estratégia, não pode ser utilizada como critério de demarcação, podendo os seus efeitos involuntários ou não resultarem numa deriva conceptual.

Necessariamente, a Estratégia relaciona-se, em primeiro lugar, com o princípio basilar da dialéctica do antagonismo, isto é, sem inimigo (real ou potencial) não existe campo de aplicação para o pensamento estratégico. Nestes termos, para que a concepção e a execução de Estratégia façam sentido terá de existir uma vontade antagónica ou entidade hostil, que pela confrontação, tentará relegar o Outro para a inferioridade. O aspecto fundamental da existência do Outro (alteridade que pretende ser afirmada por este)²¹, que age e reage, que alimenta uma relação de hostilidade, criando objectivos incompatíveis com os interesses do inimigo numa dialógica de vontades e que utiliza o uso ou ameaça da força para o obrigar, constitui o cerne da problemática estratégica

¹⁸ Em francês *stratégie générative*, que Jean-Paul Charnay define como uma «*expansion des éléments agis par l'acte stratégique depuis ses mobiles originaires jusqu'à l'investissement général de l'espace par les sociétés organisées et technologisées*» (1995: 35).

¹⁹ Neste contexto, surgiu a chamada *métastratégie* (doravante metaestratégia), que englobaria todas as análises estratégicas, todos os modelos e todos os comportamentos estratégicos (Charnay, 1990a, 1990b).

²⁰ Os historiadores norte-americanos Williamson Murray e Mark Grimmsley, destacam a qualidade dinâmica do processo como sendo inerente à formulação da Estratégia, como uma «*constant adaptation to the shifting conditions and circumstances in a world where chance, uncertainty, and ambiguity dominate*» (1996: 1-2).

²¹ Em comparação, e de certa forma similar, o cerne da existência do Direito reside igualmente na alteridade. Não obstante, no pensamento estratégico, o reconhecimento ou não do Outro não é condição essencial (esta constitui *per se* uma aparência da problemática) de uma epistemologia correcta, mas um mero cumprimento moral que lhe é enviado.

(Charnay, 1990a). Em segundo lugar, o móbil da Estratégia, ou melhor, o fim teleológico que serve é, em última análise, a segurança; isto é, a sobrevivência, a conservação do ser de que pronunciava Spinoza.

Por seu turno, a Estratégia também é considerada essencialmente uma actividade pragmática e prática. Esta ideia é resumida por Bernard Brodie (*cit. in* Baylis, Wirtz, Cohen, & Gray, 2002), quando defende a teoria estratégica como uma teoria de acção, isto é, define uma relação estratégica dialógica, básica para acção (condição essencial do reconhecimento do Outro), como sendo a única que permite o trilha para a objectivação da Estratégia (Charnay, 1990a). Por conseguinte, na combinação de meios com objectivos em oposição ou no mínimo em concorrência face a um Outro, cria-se uma situação geradora de ameaças que contraria a acção empreendida, superada num jogo sucessivo de decisões inter-condicionadas de paradas e respostas, culminando com a definição de um vencedor/vencido ou com um compromisso/hegociação (Couto, 2002).

Em relação à problemática da cientificidade da Estratégia, houve a necessidade de se estabelecer uma metodologia que fosse capaz de estabelecer o estudo daquela como assunto fulcral²² (Baylis et al., 2002). Brodie, no seu artigo “*Strategy as Science*”, de 1949, é o primeiro a preconizar o seu estudo e estatuto científico. Neste sentido, a Estratégia para além de ser uma arte, tornou-se uma ciência. Como arte, a Estratégia é um dom, que se traduz pela capacidade de: apreender a situação tal como é realmente; distinguir o essencial do secundário; conjugar a realidade a enfrentar com todo o saber, instinto e coragem específicos do estrategista/líder; ser sensível à mudança, ou seja, ser capaz de intuir as grandes linhas de força da evolução e o seu sentido. Como ciência, a estratégia é, essencialmente, um método de análise duma situação multilateral, com vista a uma acção racional que promova ou proteja os fins da organização num ambiente agónico (Couto, 2004). Contudo, tem-se considerado, contemporaneamente, e tendo em conta um critério da aquisição e aplicação do conhecimento estratégico, que a Estratégia é simultaneamente uma ciência e uma arte.

No entanto, se por um lado Brodie (1949) defendia a Estratégia como essencialmente uma ciência instrumental que permitia resolver problemas práticos. Por outro lado, segundo Stephen M. Walt (1987), a Estratégia não tem uma base empírica suficientemente isenta de constricções exteriores e a História tem-se encarregado de desmentir sucessivamente os grandes estrategistas, conjuntamente com as suas teses demasiado lineares, existindo

²² Sobretudo, dada a multiplicidade do *background* dos estrategistas norte-americanos do pós II Guerra Mundial.

obstáculos epistemológicos à sua conceptualização enquanto ciência²³, no qual preconiza a não cientificidade da Estratégia (Fernandes, 1998).

(2) O objecto

Si vis pacem, para bellum. Desde os mais recuados tempos, é significado genérico do termo Estratégia «a ciência que prepara com ardor a guerra que há-de vir» (Alves, 1999: 93), sendo a última efectivamente o seu objecto e a paz o seu objectivo derradeiro. Como se observou, a essência da Estratégia reside numa dialéctica de vontades em oposição. O seu objecto é, então, toda a luta em que uma vontade procure, servindo um qualquer interesse, vencer outra vontade antagonista. Por sua vez, esta luta normalmente é circunscrita ao antagonismo hostil, isto é, a actos de confrontação violenta e armada entre unidades políticas, com vista à consecução de objectivos políticos pela força, geralmente, através da guerra. Neste contexto, e numa primeira aproximação, o objecto da Estratégia é a guerra. A Estratégia, portanto, começou por ser estratégia operacional, conduta da guerra, mas evoluiu no sentido durativo que hoje a caracteriza (Poirier, 1987; Couto, 1988; Fernandes, 2007).

Presentemente, é consensual distingui-la do fenómeno da guerra, não apenas porque a Estratégia é uma função contínua que antecede e prepara aquela, continuando igualmente depois do cessar de hostilidades, mas sobretudo porque o seu campo óptico (o seu modo de ser) não é o mesmo. De facto, na guerra existe um franco acentuar das manifestações de violência organizada *per si*, e da violência *tout court* como horizonte último, contrariamente àquilo que acontece com a Estratégia. Esta, por seu lado, tem um espectro mais alargado do que a guerra, respondendo directamente e subordinadamente à Política. Deste modo, os objectivos estratégicos têm o seu sentido último na dimensão Política, interagindo e dependendo desta para a concretização dos mesmos. No essencial, a Estratégia tem por finalidade preparar e conduzir a acção hostil e armar a paz, acompanhando a Política e distinguindo-se adicionalmente da guerra (Fernandes & Borges, 2005).

Neste contexto, tem-se considerado o largo espectro da conflitualidade, como o objecto *per si* da Estratégia, relegando o papel da guerra para um

²³ Esta reflexão assenta basicamente em dois obstáculos basilares: o primeiro relaciona-se com o *secretismo*, ou seja, a necessidade característica da Estratégia de manter em segredo seus planos e decisões, impossibilitando o debate crítico acerca de sugestões alternativas; o segundo prende-se com a componente política que envolve a Estratégia, influenciando-a (sobretudo pelo interesse individual e parcial dos vários interesses em jogo) nas suas decisões, do que propriamente pela busca de uma metodologia epistemológica, essencial a qualquer disciplina científica humana. A conjugação destes dois obstáculos estabelece uma impossibilidade constitutiva da entronização da Estratégia como ciência (Walt, 1987).

aspecto particular desta; e encarando o duelo como aspecto fundamental (Clausewitz, 1989). Este tem uma meta que é vitória; isto é, o seu objectivo é a destruição ou, pelo menos, a subjugação do adversário, a fim de impor a sua vontade. Neste aspecto, existirá um vencedor e um vencido, sendo a Estratégia basicamente um puro jogo de soma zero. Todavia, haverá quem procure tanto a vitória e gaste todos os seus recursos na sua prossecução, que acabará por destruir as vantagens de uma paz ulterior.²⁴ Contudo, tal cenário é raro, uma vez que um conflito entre Estados não é uma simples competição de interesses, mas sim um «*mouvement des passions*» que carece de designar um vencedor e um vencido (Coutau-Bégarie, 1999: 76).

Esta visão tem sido severamente contestada por Thomas Schelling (1994), sobretudo pelo seu estudo na compreensão do conflito e cooperação através da análise *Teoria dos Jogos*. Em relação próxima com a última, encontra-se a teoria do *bargaining* como correlato da Estratégia, combinando abordagens sociopsicológicas e lógico-estratégicas em torno do estudo do conflito humano.

Convém ainda referir que Julien Freund associa uma intenção hostil inerente à figura do conflito; pressupondo à Estratégia tratar todas as formas que imediata ou mediadamente tenham a ver com a hostilidade, isto é, todas as potenciais razões de hostilização de outra vontade política quando confrontada com objectivos políticos próprios que colidam ou possam colidir com o Outro (Fernandes, 2007). Na medida em que a Estratégia retroage, reorganiza e ajuda a redistribuir as configurações de Poder, mantendo uma relação dialéctica e recursiva com a Política, gerando uma racionalidade social específica face ao conflito hostil, isto é, uma racionalidade social estratégica de fins próprios que, por sua vez, alimenta essa retroacção (Charnay, 1990a). Por conseguinte, o espectro da conflitualidade hostil é hoje extraordinariamente vasto e existem mesmo esforços teóricos para o alargar não apenas às zonas

²⁴ Por exemplo, mesmo se todos os países da Europa empobrecessem à custa da I Guerra Mundial, e, a posteriori, pagassem o preço por o fazerem, os Aliados ainda assim seriam vencedores (Coutau-Bégarie, 1999). Neste sentido, o objecto da guerra não é a vitória, parafraseando Liddell Hart, esta é simples e adequadamente uma paz preferível. Hart, reforça essa ideia, argumentando que um «*State which expends its strength to the point of exhaustion bankrupts its own policy, and future. If you concentrate exclusively on victory, with no thought for the after-effect, you may be too exhausted to profit by the peace, while it is almost certain that the peace will be a bad one, containing the germs of another war*» (1991: 353). Neste caso, a vitória é certamente melhor do que a alternativa, mas não pode ser considerada o fim exclusivo da guerra, ganhar será sempre o seu objectivo. O mesmo entendimento tem J. Boone Bartholomees, em relação à sua *teoria de vitória*, ao sustentar que «*the fact that war is about winning does not mean it is about victory. One can win a war, especially a limited war, without achieving victory; here the distinction in words becomes significant. Military force can legitimately be used to obtain goals short of total victory or for immediate political advantage with no intent of resolving the underlying issues. The point is that war is about politics, and consequently victory in the end is a political matter*» (2008c: 36).

de limiar agónico, onde conflitualidade e competição se confundem em níveis onticamente pastosos, mas à competição *per si* (Fernandes, 2007). Ultimamente, porém, a doutrina estratégica tem considerado aceitável a extensão da situação conflitual ou hostil para além do âmbito político, bem como admite o alargamento do conceito ao domínio competitivo.²⁵

(3) Conceptualizações contemporâneas: delimitação e conceito adoptado

Vários autores²⁶expuseram trabalhos importantes que permitiram desenvolver uma teorização suficientemente coerente e consistente, capaz de unificar todo o sistema correspondente à referida concepção alargada da Estratégia. Contudo, no quadro deste ensaio, importa circunscrevê-la a duas concepções determinantes, a saber: a concepção do general André Beaufre e a definição modelo (formulada em 1968) proposta pelo general Cabral Couto. Beaufre na célebre obra intitulada “*Introduction à la Strategie*”, por um lado, e de uma forma sucinta, supera a definição clássica de Estratégia como arte e empregar as forças militares para conseguir alcançar os objectivos da Política, substituindo-a por uma «*arte da dialéctica das vontades que utiliza a força para resolver o conflito que entre elas se estabelece*» (2004: 36). Por outro lado, a definição de Couto remete para o horizonte agónico limitado à conflitualidade hostil e para uma ideia instrumental de Estratégia como:

A ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitam, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política (1988:209).²⁷

²⁵ Nomeadamente os nomes de Lucien Poirier (1982, 1985), Cabral Couto (2004) e Francisco Abreu (2002, 2004).

²⁶ Os trabalhos pioneiros de Liddell Hart (1946, 1991), o esforço criativo do general Beaufre (2004), acompanhado ou continuado por outros pensadores proeminentes, do que se chama a Escola Estratégica Francesa – Aron (2003), Poirier, Charnay (1990a, 1990b, 1995) –, bem como as obras produzidas pela Escola anglo-saxónica, especialmente a norte-americana – Brodie (1946, 1971), Schelling, Luttwak (2003), Gray (1999a) –, mas também pelo trabalho recentemente desenvolvido da Escola Portuguesa – Cabral Couto (1988, 1989), Horta Fernandes (1998, 2004, 2007, 2012), e Abreu.

²⁷ A segunda definição, enunciada pela primeira vez em 1998, de Cabral Couto, aponta para o alargamento do horizonte óptico da Estratégia, evoluindo a posição inicial: «*A ciência e a arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objectivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico)*» (2004: 215). No entanto, por questões relacionadas com a operacionalidade teórica e conceptual de Estratégia Nuclear, privilegia-se a primeira concepção do autor, em detrimento da segunda.

Visando obter uma definição de Estratégia que possa exprimir, com o maior rigor e equilíbrio possível, a construção de um conceito de Estratégia Nuclear e, tendo em conta as conceptualizações anteriores, convém referir três critérios de delimitação, geralmente considerados: critério dos sujeitos que devem exercer a Estratégia; critério do campo da aplicação da Estratégia; e o critério da aquisição e aplicação do conhecimento estratégico.

O primeiro deixou de fazer parte das preocupações académicas, pelo menos enquanto critério horizontal de delimitação assente na diferença social das acções e protagonistas, sendo, hoje em dia, considerado critério distintivo o que tem a ver com as consequências das acções e a relação com o poder político superior dos sujeitos (associado ao Estratégia²⁸ Político). O segundo critério pressupõe a conflitualidade hostil como objecto da Estratégia, isto é, a esta interessam, sobretudo, aqueles objectivos que podem suscitar a hostilidade de uma vontade política. No terceiro critério, podem ser identificadas três orientações distintas: arte ou pura actividade; ciência ou, pelo menos, o conjunto de conhecimentos científicos; ou a similitude entre a ciência (sentido subjectivo) e a arte (sentido objectivo), sendo a orientação que melhor se coaduna com fenómeno contemporâneo da Estratégia.

Em sentido subjectivo, por um lado, a Estratégia é, essencialmente, um método de análise científico que traduz um esforço racional, tentando discernir o que está para além do horizonte visível, assentando em termos gerais: numa análise, permanente e aprofundada, da realidade interna e externa dos Estados, das convergências e oposições entre objectivos/interesses, próprios e de outros actores (definindo possíveis aliados e opositores e categorizando-os), de potencialidades e vulnerabilidades próprias e alheias, e das grandes tendências de evolução estratégica; em, à luz dos fins do Estado, vislumbrar oportunidades e ameaças, estabelecer e hierarquizar objectivos que explorem aquelas, corrijam vulnerabilidades, aumentem potencialidades e permitam neutralizar ameaças; e, em definir a modalidade de acção considerada mais adequada (Couto, 2004). Todavia, é preciso manter bem presentes as limitações da Estratégia enquanto ciência *per si*.

Por outro lado, em sentido objectivo, convém delimitá-la à concepção proposta por Beaufre, que, basicamente, remete o essencial da Estratégia para um jogo abstracto que resulta, da oposição de duas vontades e para uma arte

²⁸ Estratégia aqui entendido como aquele que conduz ou dirige a Estratégia. Não se confundido com estrategista, em sentido *latu*, que é aquele que estuda, teoriza e cria Estratégia. Sobre uma análise aprofundada acerca do termo *estrategista*, contendo uma visão eminentemente norte-americana, John R. Galvin (1995), e, também, Gregory D. Foster (1996).

que permite, independentemente de qualquer técnica, dominar os problemas que só por si são colocados por qualquer duelo, para permitir justamente utilizar as técnicas com o máximo de eficácia. Neste sentido, a Estratégia surge como a arte da dialéctica de forças²⁹. Com base nesta definição, Cabral Couto (2004) distingue alguns elementos essenciais. Em primeiro lugar, a existência de um Outro (ou de vários Outros). Em segundo lugar, trata-se de vontades antagónicas. Em terceiro lugar, uma dialéctica que se exprime através de acções e reacções, que se inter-relacionam e condicionam mutuamente.³⁰ Em quarto lugar, o resultado dessa dialéctica é essencialmente psicológico, ou seja, o *jogo* cessa quando o Outro se dá por vencido ou convencido.³¹

No entanto, e apesar dos referidos elementos, considera-se que a primeira definição, proposta por Cabral Couto (1988), é aquela que melhor delimita a essência da Estratégia, e mais propriamente da Estratégia Nuclear. Ao privilegiar a consecução de objectivos políticos, sobretudo através da coacção e do desenvolvimento e uso da força. Ao restringir a direcção e condução da Estratégia às mais altas hierarquias civis e militares. E por último, ao delimitar a sua execução ao aparelho coercitivo de uma determinada entidade política unitária, isto é, no sentido de um poder político organizado ainda que não reconhecido.³²

(4) Enquadramentos da Estratégia

Tradicionalmente, a Estratégia cingia-se à estratégia militar. Mas, em consequência da evolução do fenómeno da coacção, enquanto poder que tende obrigar o Outro a aceitar os nossos pontos de vista (mormente no campo da conflitualidade hostil), foi evoluindo, até se chegar à concepção anteriormente referida. Tal evolução traduziu-se, entre outros aspectos, num aumento das dimensões da estratégia³³ (Howard, 1979; Gray, 1999a), isto é dos seus campos de actividade, desde o político, passando pelo social, até ao tecnológico; num alargamento dos meios utilizados; numa maior variedade das formas de acção

²⁹ Para Beaufre, a ideia de força identifica-se com o conjunto dos factores do poder nacional (um somatório de capacidades diplomáticas, económicas, psicológicas, militares que se consubstanciam num determinado potencial estratégico).

³⁰ É o que Clausewitz sintetiza quando narra: «eu não sou senhor dos meus actos, visto que o adversário me dita a sua lei, como eu lhe dito a minha» (cit. in Couto, 2004: 224).

³¹ A estratégia ideal seria a que, exclusivamente com meios psicológicos, permitisse, pela deterioração das forças morais, convencer o Outro, conquistar o seu espírito, sem necessidade prévia de o vencer pelo desgaste ou neutralização, no todo ou parte, do seu corpo.

³² Podendo ser um Estado, um movimento de libertação, um beligerante numa guerra civil, etc.

³³ De acordo com o historiador britânico Michael Howard (1979), a fenomenologia estratégica é analisada mediante quatro dimensões, a saber: a social, a logística, a operacional e a tecnológica.

(ameaças directa e indirecta); em metodologias de análise e de decisão cada vez mais complexas (Couto, 1988). Este crescente alargamento e mutação do seu campo ótico e fenomenológico, trouxe consigo repercussões e efeitos conceptuais sobre alguns dos mais importantes domínios, ditos enquadrantes, da Estratégia, a saber: a Política (enquadrante superior) e Tática (enquadrante inferior). Nomeadamente, na procura das interacções entre os mesmos e nas relações com acção estratégica, com intuito de determinar o seu conteúdo (Fernandes, 1998).

(a) Relações entre a Política e a Estratégia

O progressivo desenvolvimento do fenómeno estratégico, porventura alargando o seu campo ótico, criou paralelamente uma crescente sensibilidade inquisitiva em relação à problemática das relações entre a Estratégia com a Política. Esse assunto, de acordo com o general Cabral Couto (1988), envolve as seguintes questões essenciais: a primeira, que hierarquia existe entre a Política e a Estratégia?; a segunda, quais os aspectos distintivos entre os dois domínios?; e por último, quais as principais interacções entre a Estratégia e Política?

Em relação à primeira questão, a sua solução pressupõe a análise de três grandes concepções: a que subordina a Política à Estratégia; uma outra que justapõe Política e Estratégia; e uma última que subordina a Estratégia à Política. A primeira concepção engloba três visões, quanto às suas doutrinas: i) a percepção dominante de guerra total (entre as duas Grandes Guerras) considera a guerra como um fenómeno periódico e, face à sua evolução, decisivo na vida dos Estados (o seu potencial de destruição, podia conduzir a consequências incalculáveis e à própria eliminação do Estado); ii) outra via corresponde a concepções marxistas-leninistas sobre a revolução mundial, a irredutibilidade dos antagonismos, entre os campos capitalista e socialista, levaria a uma marcha inevitável da História, numa luta de vida e de morte; iii) uma terceira via assenta na impossibilidade de segurança, face ao exterior e sem uma segurança interior sólida e estável (crises sociais ou económicas). A segunda concepção vê a sociedade internacional como essencialmente anárquica e conflitual; ou seja, toda a Política seria, então, essencialmente, uma política do poder e pelo poder, tendo como meio específico a ameaça ou o emprego da força, o que a confunde com a Estratégia. Por fim, a terceira, aquela que predomina o pensamento estratégico, assenta em dois pressupostos: na rejeição do paradigma que reconduz a redução da realidade social a relações de conflito, reconhecendo, tanto na ordem interna como externa, uma substituição do velho paradigma e até um predomínio de relações de cooperação e de acomodação; e no espírito

Iluminista e democrático ocidental, com sua visão optimista sobre a capacidade jusnaturalista do Homem controlar e impor uma ordem aos conflitos, por meios racionais e coercitivos de Direito. Neste particular, a Política não se esgota na Estratégia; pelo contrário, a prossecução do interesse geral constitui a parte mais substantiva daquela (Ibid). A Política é, então, o enquadrante superior da Estratégia, dirigida sublimemente por aquela, mas que ao mesmo tempo a influencia directamente ao colocar limites à concretização de alguns dos seus objectivos, quando os mesmos são não razoáveis em termos de conflito ou de uma paz possível (Fernandes et al., 2005).

No que diz respeito, à distinção entre a Política e a Estratégia, convém, a priori, identificar as suas várias dicotomias relacionais: ciência/actividade, decisão política/acção estratégica, política doutrina de fins/estratégia com uma disciplina de meios. Em relação à primeira, tal como a Estratégia, a Política pode ser entendida como ciência e actividade, subsistindo no entanto diferenças. Como ciência, a Política trata exclusivamente dos fundamentos do Poder, dos fins a que se destina, da hierarquia e ramos de instituições e das relações entre si e com os corpos sociais e governados; enquanto a Estratégia interessa-se pela totalidade do real, mas entendida como a via que permite definir, de forma sistemática, as potencialidades que, no campo da conflitualidade, podem igualmente ser exploradas como vulnerabilidades, geralmente por um adversário. Como actividade, a Política constitui uma acção dos órgãos do Estado cujo objectivo directo e imediato é a conservação da sociedade política, bem como a definição e a prossecução do interesse geral, segundo as circunstâncias exigidas. Já a Estratégia apresenta-se mais como uma actividade semiótica, uma dialéctica de vontades, em que a decisão é um factor psicológico que se quer produzir na mente do adversário, através de um conjunto de sinais que o levam a reconhecer a luta. Este tipo de incitamentos, requerendo sinais, exprime essa relação semiótica da Estratégia. Em relação à segunda dicotomia, em traços gerais, a Política é una e incidível, podendo intervir em qualquer decisão política considerações estratégica, económica, social, etc., que representam senão um dos elementos daquela. A acção estratégica é, aqui, apenas um dos aspectos da actividade política e a sua importância (no conjunto da Política) varia no espaço e no tempo. Na terceira distinção, de uma forma sucinta, a Política surge naturalmente como uma doutrina de fins. Isto é, dependente, é certo, das Ciências que a informam, mas fundamentalmente da hierarquia de

valores que estabelece. Pelo contrário, a Estratégia é uma disciplina de meios³⁴ que é ou deve ser independente de qualquer referência ideológica-valorativa. Neste aspecto, o papel daquela consiste *grosso modo*, em definir os meios para se atingir alguns dos fins escolhidos pela Política³⁵ (Couto, 1988).

Por último, e relativamente, às interacções existentes entre a Estratégia e a Política, cre-se que as relações entre os dois domínios resultam de uma insuficiente diferenciação entre o papel da estratégia como ciência e como actividade, propondo-se a seguinte sistematização. No âmbito da ciência, existem três aspectos a considerar: em primeiro lugar, a Estratégia, surge como uma das ciências informadoras da Política, auxiliando-a e informando-a na formulação dos seus objectivos e na redução de vulnerabilidades estratégicas, sobre as ameaças e hipóteses de conflito, possibilidades e vulnerabilidades dos adversários (reais ou potenciais) e sobre as necessidades estratégicas e prazos de transformação de recursos potenciais em reais; em segundo, a Política fixa os objectivos que terão de ser alcançados pela Estratégia, isto é, define a missão estratégica; e, por último, a Estratégia estabelece conceitos de acção, concebe doutrinas de preparação, indicando à Política os meios e processos mais adequados para se atingirem aqueles objectivos e os recursos necessários para esse efeito. No âmbito da actividade, os dois domínios podem ser distinguidos da seguinte forma: a Política, por um lado, escolhe o conceito de acção e a doutrina estratégica que considera adequados, define o quadro da acção (isto é, os condicionamentos a observar na consecução dos objectivos), e atribui recursos; a Estratégia, por outro lado, pormenoriza a doutrina estratégica escolhida (fixando objectivos intermédios e sucessivos), e emprega e orienta os recursos postos à sua disposição pela Política para atingir objectivos estratégicos (Couto, 1982, 1988). No geral, pode-se dizer que a Política comanda a Estratégia³⁶: a primeira em si é um fim, e a segunda, como actividade, um meio para atingir esse fim.

³⁴ Numa das definições de Estratégia que formula, isto é, sem sair do âmbito de uma estratégia como disciplina de meios, Lucien Poinier, estabelece uma autonomia de objectivos estratégicos como meios dos fins da Política, do seguinte modo: «*la stratégie est la dialectique des forces conjures, réalisées et employées pour atteindre les buts définis comme moyens des fins de la politique. Elle est, aussi, la dialectique des libertés d'action nécessaires pour accomplir les projets politiques*» (1987: 107-108).

³⁵ Por seu lado, Poinier (1987) alarga a Estratégia a toda a Política em acto, tornando difícil a interpretação das suas fronteiras, sendo a dialéctica da conflitualidade a sua essência comum.

³⁶ Porém, nem sempre a Política (pelo menos na acepção tradicional) é o enquadrante superior da Estratégia, do mesmo modo que os actores e respectivos objectivos podem não ser políticos. O critério aqui de delimitação será atinente aos fins de determinada organização. Em relação ao termo Política verifica-se o mesmo alargamento conceptual a que o termo Estratégia tem sido sujeito (falando-se em política da empresa, universidade). Por conseguinte, se por Política se entender a ciência e arte de conceber e agir na prossecução dos fins de uma organização, então aquela continuará a ser entendida como enquadrante superior (Couto, 2004).

(b) Relações entre Estratégia e a Tática

Se a Política é o enquadrante superior da Estratégia, é a Tática que a executa, sujeita aos imperativos da primeira e orientando o comportamento da segunda. A Tática corresponde a uma extensão de todos os sectores que intervêm na execução estratégica, assumindo-se como enquadrante inferior da Estratégia, e também como disciplina de meios desta. Tendo em conta o pensamento clausewitziano sobre esta matéria (que defende o uso da das forças armadas, por parte da Tática, e a utilização do resultado dos combates, na Estratégia), Raymond Aron justifica que a Tática se distingue da Estratégia pelos seus meios, uma vez que os fins da Estratégia podem ser vários e indeterminados (*cit. in* Fernandes, 1998). Ao mesmo tempo, a Estratégia comanda as disposições tomadas pela Tática, orientando-as, e não a supondo a um mero agregado das acções táticas, sem que a Tática também não retroaja sobre a Estratégia. Por conseguinte, qualquer alteração que se produza na natureza da primeira repercute-se forçosamente sobre a segunda (Clausewitz, 1976).

Contudo, convém, esclarecer porque é que existe esta subordinação interactiva. Por um lado, e numa primeira abordagem racional de Tática, Cabral Couto autonomiza, na sua acepção tradicional militar, uma concepção muito próxima do critério de topologização horizontal, para a definir como: «*a ciência/ arte de utilizar, da melhor forma, os meios militares em função do ambiente operacional e das facilidades proporcionadas pela técnica, e tendo em vista reduzir o adversário pelo combate ou pela ameaça do combate*» (1988: 221). Esta definição pressupõe a distinção entre Estratégia e Tática baseada num critério horizontal de delimitação assente na diferença social das acções e protagonistas. Por outro lado, percebe-se que este critério já não tem a capacidade exigível do ponto de vista conceptual para destriçar estes dois domínios, designadamente depois do advento nuclear. Este critério distintivo passou a considerar-se vertical e prende-se sobretudo com dois aspectos fundadores: a consequência das acções e a relação com o poder político superior/director. Neste contexto, o general Poirier define Tática como:

A ciência e arte de conceber, preparar e executar cada uma das operações elementares requeridas e combinadas pela manobra das forças estratégicas; cada um tendo por objectivo a produção de efeitos físicos específicos e calculados, para que a resultante de todas as operações elementares coincida com o objectivo estratégico (*cit. in* Fernandes, 1998: 221).

É visível nesta definição a subordinação da Tática à Estratégia, e o mais importante, a separação essencial das duas pelas consequências. No

fundamental, o critério vertical sai ainda mais reforçado, embora se considere que a fronteira entre ambas seja mais fluída do que a referida entre Estratégia e Política (Poirier, 1987). A primeira dificuldade racional conduz à problemática do estudo para a distinção entre Estratégia e Tática, essencial para uma estabilidade conceptual da *Estratégia tout court*.

No que diz respeito às relações entre os dois domínios, a Tática apresenta um carácter relativamente preciso e limitado, nitidamente instrumental, quer na área geográfica afectada (cingida ao campo de batalha), quer na duração (a curto prazo e sincopada) e continuidade da acção, quer no valor dos meios envolvidos, quer nas consequências dessa acção (Couto, 1988), recorrendo a uma lógica de retroacção ente meios e fins (Poirier, 1987), sendo o ambiente operacional do conflito normalmente dominado por esta (Luttwak, 2003). Em relação à Estratégia, esta é o meio de aplicação da política violenta, aquela que decide a forma de conflito, ofensivo ou defensivo, insidioso ou violento, directo ou então progressivo e indirecto; será ela também a decidir na área política ou militar, a utilização ou não da arma nuclear, etc; competindo ainda a esta fixar às técnicas (que servem a táticas), os fins para que devem tender nas suas invenções e pesquisas (associada, hoje em dia, à conceptualização da estratégia genética). Neste contexto, a escolha das táticas (ou da Tática) é a função da Estratégia, como deve também orientar a evolução das táticas para que estas possam desempenhar o papel necessário que lhes compete, com vista à decisão (Beaufre, 2004). Em síntese, considera-se que a Tática constitui a forma atomizada da realização da Estratégia (Couto, 1988).

Em relação à divisão entre a Tática e a Estratégia, esta processa-se por critérios de distinção (critério vertical), sendo de natureza estratégica as decisões ou acções³⁷ que visam ou podem modificar de uma forma substancial os potenciais ou as relações de forças em presença. Actualmente, são consideradas também as relações com o poder político, bem como as consequências políticas das acções (de natureza tática) que estabelecem a grande delimitação ontológica entre a Estratégia e a Tática. Entre os exemplos mais paradigmáticos, consideram-se, pela natureza das suas consequências estratégicas, os seguintes: a decisão de emprego de armas nucleares táticas, o bombardeamento tático de um santuário em países estrangeiros, ou a utilização de uma unidade de operações especiais para eliminar um líder político hostil; todas são grandes operações táticas na sua concepção e

³⁷ Em relação à distinção das acções propriamente ditas: uma é estratégica se compreendida na sua génese, diacronia e prospectiva; e a outra é tática apenas no seu aspecto particular e sincopado (Fernandes et al., 2005).

execução, mas integralmente estratégicas nos seus objectivos, e eventuais consequências.

Em resumo, entende-se que o critério vertical é aquele que verdadeiramente distingue a Política, a Estratégia e a Tática, de uma forma mais ou menos hierarquizada. Neste âmbito, a primeira dita os fins e os objectivos, a segunda responde a esses objectivos encarnando fins intermédios e efectivando os objectivos em ambiente hostil, e, a terceira concretiza e pontualiza esses objectivos em expressão reificada (Fernandes et al., 2005).

(5) Divisões da Estratégia

Embora a Estratégia seja uma tendo em conta o seu objecto e o seu método, já no que diz respeito à aplicação ela subdivide-se necessariamente em estratégias especializadas. Encontra-se assim, parafraseando Beaufre (2004), uma verdadeira pirâmide de estratégias distintas e interdependentes, que se torna necessário definir convenientemente, para se poder combinar da melhor maneira um conjunto de acções que vise a mesma finalidade de conjunto. No vértice das estratégias, directamente subordinada ao governo (ou ao *Project Politique*) – logo à Política – reina a estratégia integral (Poirier, 1982)³⁸, à qual cabe conceber:

...face às hipóteses de guerra e às ameaças admitidas, o desenvolvimento harmonioso e a utilização dos recursos morais e materiais, com vista à oportuna prevenção ou superação de ameaças à consecução de determinados objectivos políticos (Couto, 1988: 228).

É sua função concretizar os fins da acção estratégica, à luz dos objectivos políticos, auxiliar a Política a definir a missão estratégica própria, dar missões aos vários domínios de acção, combinando as diversas estratégias (gerais).

Num segundo nível de decisão, abaixo da estratégia integral ou total na pirâmide de Beaufre, encontram-se as estratégias gerais, que têm como função repartir e combinar as tarefas das acções empreendidas nos diferentes ramos de actividade da sua área considerada (militar, económica, psicológica, política ou diplomática), com base nas missões e nos objectivos finais definidos pela estratégia integral. Neste nível, as tarefas de concepção e de coordenação equilibram-se com as de execução. A um terceiro nível, encontram-se as

³⁸ Também referida, por alguns autores, sob as designações de estratégia total – *stratégie totale* (é o caso de General Beaufre) – ou global, ou a expressão utilizada pela escola estratégica anglo-saxónica (nomeadamente por Liddell Hart) de *Grand Strategy*, ou pela doutrina militar norte-americana de Estratégia Nacional – *National Strategy*.

estratégias particulares, subdivisões das estratégias gerais, conforme a natureza dos meios que empregam ou dos sectores a que se dirigem.³⁹

Na charneira entre a concepção e a determinação geral da conduta e concretização das estratégias gerais, isto é, entre aquilo que se quer ou deve fazer, tendo em conta as condições técnicas e as possibilidades materiais (Beaufre, 2004), encontram-se três tipos de estratégia, a saber: a estratégia operacional, determina vencedores e vencidos, configurando a utilização dos meios, em última análise para a destruição e recriação de espaços ou ambiente que se insiram no âmbito do objecto da Estratégia; estratégia genética, relacionada com a geração e criação de novos meios, estimulando e orientando investigações e invenções, tendo em vista a inovação de novos instrumentos e armas; e a estratégia estrutural⁴⁰, relativa à composição, organização e articulação dos meios, reflecte e induz uma hierarquia social (governante/governados, chefes/subordinados, etc.).

Por último, quanto aos modos de acção, pode distinguir-se estratégia directa e indirecta. A primeira é uma concepção fundamentada na procura da decisão ou dissuasão, através do emprego ou da existência dos meios militares, como meio de coacção principal. Foi a estratégia que inspirou a conduta da I e II Guerra Mundial e a que domina a posição de forças nucleares em confronto, isto é, a chamada estratégia da dissuasão nuclear, que se aprofundará mais adiante, assente nos sistemas nucleares das duas anteriores superpotências (EUA e URSS). Por sua vez, a estratégia indirecta é aquela em que a decisão não é procurada directamente pelo afrontamento das forças militares.

(6) Figuras afins

Convém agora apresentar resumidamente as diferenças que separam a Estratégia de certas figuras afins. Na prática, elas surgem quase sempre como exercício de aplicação do edifício político-estratégico, informando tanto a Política quanto a Estratégia.

Em primeiro lugar, a Estratégia não se confunde com a Geopolítica. Esta é, no presente, uma disciplina científica autónoma, uma ciência aplicada à

³⁹ Neste aspecto, são normalmente associadas a quatro tipos de estratégias gerais, do seguinte modo: estratégia terrestre, marítima, e aereospacial (no caso da estratégia geral militar); estratégia de produção, financeira, e comércio externo (no caso da estratégia geral económica); estratégia política interna, e diplomática (no caso da estratégia geral política); estratégia de propaganda, contra-propaganda, e de informação pública (estratégia geral psicológica).

⁴⁰ É uma criação portuguesa do general Kaúlza de Arriaga.

Ciência Política e ao exercício político (e não apenas um ramo da Política⁴¹ ou Geografia⁴²). Como ciência, a Geopolítica serve a Política e orienta a Estratégia, através da sua contribuição para a definição de cenários. Enquanto disciplina é sobretudo um exercício de análise e reflexão ao serviço da *praxis* decisional ao nível político e estratégico superior. Embora o seu campo científico autónomo não possibilite qualquer papel hierárquico de enquadramento da Estratégia, sendo igualmente a sua história muito curta e genealogicamente incerta, e obviamente distinta da figura da Política e da Estratégia (Fernandes et al., 2005).

Em segundo lugar, tão-pouco se pode confundir a Estratégia com o campo da Geoestratégia. Esta surge, inicialmente, como uma derivação militar da geopolítica em função do adversário, das suas finalidades⁴³, das tecnologias e de outros factores em presença, de modo a criar condições de opção face aos cenários que se levantam e às possíveis modalidades de acção estratégica a adoptar (relacionada com uma acção directa). Mas, ao contrário da Geopolítica, a Geoestratégia não se separou da Geografia ou da Estratégia para criar uma disciplina autónoma de fronteira, considerando-se a definição proposta pelo Major-General Xavier Fernandes Matias, como sendo esclarecedora:

A geoestratégia é o estudo das constantes e variáveis do espaço que, ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego, de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica (1993: 11).

Porém, a sua afirmação como conhecimento sistematizado e global é relativamente recente. Isso deve-se essencialmente à conjugação de dois factores: por um lado, ter sido muito lenta a organização e expansão do conhecimento geográfico, como ciência que estuda as condições de manutenção e sobrevivência dos Estados; e, por outro, a recuperação da teorização da Estratégia só ter tido lugar depois da extensão possível do combate localizado às operações nos grandes espaços (Comprido, 1985b). Convém ainda referir, e sem esquecer a importância fundamental dos factores geográficos nos conceitos estratégicos, que só depois de a Geografia ter passado a constituir uma ciência que foram estabelecidas relações essenciais entre aquela e a Estratégia, as quais preenchem o conteúdo lato da última. Consequentemente, a geoestratégia não

⁴¹ O cerne da Geopolítica é a área política, e o valor daquela depende da importância que lhe é atribuída pelos Estados.

⁴² A geopolítica não se confunde também com a geografia (política), esta contenta-se em estudar a influência do meio geográfico na formação das entidades políticas – sobretudo, os Estados.

⁴³ O domínio e as finalidades da Geoestratégia situam-se entre a Geografia e a Estratégia, recolhendo da primeira o conhecimento do meio e do Homem com vista à sua utilização pela segunda (Comprido, 1985b).

é mais do que a área da Estratégia que trata do condicionamento geográfico do espaço sobre a acção estratégica; é sobretudo uma área de aplicação que tem o seu ponto nevrálgico no estudo espacial que pode condicionar a manobra da estratégia integral, das estratégias gerais e das estratégias particulares (Fernandes et al., 2005).

Em terceiro lugar, a Estratégia não se confunde com o modo de acção estratégica que é a figura de Defesa. Esta recobre tão-somente o espaço da Estratégia na sua funcionalidade de interdição, isto é, a preservação de um mínimo de liberdade de acção e de decisão, necessários ao exercício do projecto político de um Estado em ambiente agónico, sem o qual não seria possível falar em capacidade política, nem em decisão soberana. Mas defende-se contra quê? Tal reflexão conduz para a problemática da ameaça (ou das ameaças). Uns restringem-na ao campo militar, outros apenas consideram ameaças externas, e existem ainda aqueles para quem as ameaças resultam de uma acção deliberada ou consciente, isto é, aquilo que pode ser designado por uma agressão ou que traduz um comportamento hostil (Couto, 1980). Não obstante, nunca a grande manobra estratégica de um Estado se coíbiu de fazer cumprir objectivos ofensivos, apesar das intenções proclamadas em contrário, não havendo nenhuma razão em termos conceptuais para que se tome a Defesa como preenchendo todo o âmbito da Estratégia. A Defesa é meramente a parte reactiva da Estratégia, é assim um modo substantivo de a fazer, podendo requerer os diversos meios postos à disposição do actor estratégico e não apenas dos militares. Actualmente, porém, existe um aspecto importante da Defesa que se relaciona com a capacidade ou inovação tecnológica, afectando de forma fundamental a relação ataque-defesa. Além do mais, o poder aéreo e as armas nucleares tornaram a questão da Defesa mais complexa, de forma que as consequências de uma guerra são impossíveis de equacionar.

E, por último, a Estratégia distingue-se da figura de Segurança. Esta é provavelmente, de todas as figuras afins, a mais ambígua e perturbadora. Convém, antes de mais, salientar-se que não é de todo um conceito unívoco – é complexo, elástico⁴⁴, subjectivo, e sujeito a implicações políticas e ideológicas –, tendo sido objecto de uma poliformia de conceptualizações diferenciadas.⁴⁵ Na melhor das hipóteses, a Segurança é uma espécie de estabilização de conflitos, um estado de cobertura integral contra um certo tipo de ameaças, muitas

⁴⁴ O conceito de Segurança é problemático e dinâmico, em expansão desde a abertura das sociedades, após a retroacção de conteúdos na era do Nacionalismo, em que as comunidades se encerraram em si mesmas.

⁴⁵ A sua primeira menção em documentos oficiais surge nos EUA com o National Security Act, de 1947 (Bilgin, Booth, & Jones, 1998).

vezes accionada pela emergência de acções ofensivas por parte do Estado, que têm por objectivo tornar estas inoperantes ou desencorajadas. Tal alegação urge para a necessidade de construir uma conceptualização de Segurança que signifique algo muito mais concreto, em termos definitórios, do que um mero objecto das noções abrangentes e difusas de ameaças, riscos, conflitos, inserindo-se normalmente em áreas bastante diversificadas. Neste contexto, é também necessário definir critérios que correspondam exclusivamente a problemáticas relacionadas com a Segurança, de forma a distinguirem-se do expediente normal da Política (Buzan, Waever, & Wilde, 1998). Em relação à Estratégia, desde logo, estão fora de cogitação todos os registos significativos que atendam à Segurança numa dimensão não agónica, ou seja, tudo o que diz respeito à normal processualidade da vida na *polis*, seja segurança alimentar ou níveis baixos e intermédios de segurança policial, não cabem, à partida, dentro do racional político-estratégico (Fernandes et al., 2005).

Ao nível estratégico, a Segurança poderá ser melhor definida como um acontecer-fazer (fazer porque dinâmico e acontecer porque sujeito à dimensão do *pathos* de quem se vê envolvido em riscos), que permite realizar efectivamente a manobra estratégica de um Estado, vencendo as constricções do ambiente estratégico (ameaças e riscos). Isto é, enquanto adjectivo da Estratégia, qualificando a acção estratégica do ponto de vista da realização dos seus objectivos. Estes que não são só defensivos (uma diferença decisiva em relação ao conceito de Defesa), mas podem ser ofensivos, porque o essencial de estar seguro é estar a realizar com êxito a manobra estratégica pretendida, seja derrotando pura e simplesmente o adversário com vista a alcançar o objectivo previsto, seja alcançando uma paz possível, ou contribuindo para um longo trabalho de morigeração da hostilidade, que tem o seu ancoradouro último nos propósitos pós-estratégicos de uma paz filial ou perpétua. Em relação a este último aspecto é inegável que, mesmo no âmbito estratégico, a Segurança responde cada vez mais a uma lógica cooperativa, entre actores internacionais de diversa índole, e a várias dimensões – política, militar, económica, ambiental –, permitindo estabelecer bases para resolução de conflitos (Segurança Global); ou um espaço de cooperação entre racionalidades sociais estratégicas que no limite teórico redunda na percepção de que toda a Segurança é colectiva (Fernandes, 2007).

2. Estratégia na Era Nuclear

a. O advento nuclear

«Sixteen hours ago an American airplane dropped one bomb on Hiroshima (...). That bomb had more power than 20,000 tons of T.N.T. (...). It is a harnessing of the basic power of the universe» (Truman, 1945). Foi, neste contexto, que o Presidente Harry Truman anunciou ao mundo a utilização da primeira arma nuclear como meio estratégico para atingir fins políticos, no caso concreto vencer a II Guerra Mundial.⁴⁶

O advento nuclear, sobretudo a partir do aparecimento das armas termonucleares, é considerado por muitos autores, como o ponto de ruptura praxeológica e/ou epistemológica⁴⁷ que permitiu alargar a Estratégia até outras áreas de conflitualidade⁴⁸ e deslaxá-la definitivamente da guerra em acto. A este respeito, Brodie (1957) desenvolve a ideia revolucionária, e que vai demorar alguns anos a estabelecer-se, que o objectivo dos militares já não é ganhar a guerra, mas sim evitar uma guerra nuclear que poderia ser catastrófica, tanto para o vencedor como para o vencido. O impasse nuclear entre os EUA e URSS, pelo menos no domínio da estratégia operacional, assim o obrigava, contanto se tal não fosse feito, essas mesmas superpotências correriam o risco de perda de controlo da política mundial (Charnay, 1990a). Este facto revolucionário⁴⁹ – o nuclear – tornou-se preponderante não só para as concepções de Estratégia, mas também da Política, da Tática e da Logística, e que se consubstancia na ameaça da possibilidade de utilização de armas cujos efeitos, sem comparação com os das armas convencionais, permitem obter um extraordinário rendimento sobre qualquer tipo de objectivos (Gray, 1999a). Tendo representado infinitamente mais do que um novo progresso na evolução técnica ininterrupta há vários séculos, e introduzindo factores substancialmente novos nos próprios conceitos estratégico-diplomáticos (Delmas, 1975; Aron, 2003).

⁴⁶ Sobre o estudo pormenorizado acerca do modo como a II Guerra Mundial se tornou uma guerra nuclear, vide a obra referenciada de Michael D. Gordin (2007).

⁴⁷ Entre os mais notáveis, Poirier (1987), Charnay (1990a), Couto (1988) e Brodie (1957). Por outro lado, e essencialmente pela novidade da arma nuclear, considera-se que «catalisou decididamente esta na sua dimensão semiótica» (Fernandes, 1998: 56).

⁴⁸ Por exemplo, a formação de novas realidades conflituais: dissuasão nuclear, guerra subversiva, diplomacia coerciva, etc.

⁴⁹ Com o mesmo entendimento vários autores anglo-saxónicos, como por exemplo: Freedman (2003, 2013) que considera a bomba atómica o desenvolvimento tecnológico e estratégico mais revolucionário de sempre; Jervis (1989) ao estabelecer uma teoria sobre revolução nuclear, anteriormente defendida por Brodie (1946), e, reafirmada por Mandelbaum (1981); e, por fim Jacob Viner (1946), ao defender as implicações do armamento nuclear no quadro das RI, basicamente como facto que obrigou à renovação de novas teorias e ideias, alterando, por exemplo, as relações da guerra com a Política.

Contudo, tal inovação não consiste unicamente na modificação da arma: há que atribuir quase igual importância à revolução introduzida no domínio dos vectores (aeronaues, mísseis e satélites) e da informação, e à que incide no campo da informação e das transmissões, ou seja, na electrónica – hoje em dia associada essencialmente à importância dos computadores e da internet. Estas revoluções estão relacionadas com a realidade das armas nucleares⁵⁰, trazendo uma revolução na potência (uma ampliação na capacidade de uso da energia para fins político-militares); aos vectores, uma contracção das distâncias e comunicações, isto é, uma revolução do espaço-tempo; e à electrónica (Era digital), uma contracção que faz do Planeta inteiro um único sistema (Couto, 1989). A par da inovação tecnológica, o advento nuclear veio demonstrar que qualquer que seja o resultado da luta entre duas potências com elevada capacidade nuclear, vencedor e vencido estão sujeitos a danos que, por falta de protecção capaz, são inaceitáveis, dado o poder de destruição das armas termonucleares e, ainda o arsenal existente de tais armas. Neste contexto, a época actual, que designamos por Era nuclear, é sob o ponto de vista estratégico, caracterizada essencialmente pelo advento nuclear.

b. Estratégia Nuclear (Parâmetros)

Como se observou, desde o uso das armas atómicas em Hiroshima e Nagasaki, que nenhuma arma nuclear foi usada em conflito, embora milhares tenham sido acumuladas pelas principais potências, tendo a sua destrutibilidade e sofisticação aumentado exponencialmente. O estudo da Estratégia nuclear é, neste sentido, e antes de mais, o estudo do “não uso” dessas armas. As hipóteses sobre o seu emprego real em combate podem influenciar o seu papel em tempo de paz, mas a experiência histórica fornece uma orientação mínima sobre este entendimento (Freedman, 2003).

Não obstante, a Estratégia Nuclear produziu importantes transformações na concepção de emprego de forças com vista à guerra⁵¹ ou à manutenção de

⁵⁰ A qualidade absoluta das armas nucleares estabelece, sem sombra de dúvidas, um mundo nuclear separado do mundo convencional (Waltz, 1990). Esta constatação baseia-se no estudo preliminar de Bernard Brodie (1946), prosseguido com as evoluções e características da Primeira Era Nuclear por T.V. Paul, Richard Harknett e James J. Wirtz (2000).

⁵¹ Contudo, o paradoxo do uso da força na Era nuclear não está limitado à guerra nuclear; conquanto esta impede, e, em certas condições, diminui o seu uso convencional também. Para uma distinção arrumada entre a força convencional e nuclear, os teóricos da guerra (convencional) e seus defensores subentendem que esta é válida mediante as consequências de um conflito sejam bastante pequenas, gerando uma derrota ou um stalemate aceitável sem recurso a armas nucleares. Neste aspecto, tanto a guerra da Coreia e do Vietname são disso exemplo (Morgenthau, 1964).

paz (Beaufre, 2004), do qual a concepção da última (*peace by terror*)⁵² por Aron (2003) e a própria natureza da Guerra Fria são subsidiárias.

Deste modo, a Estratégia Nuclear é um jogo de ameaças e contra-ameaças, de virtualidades que representam um conjunto de panópias combinadas dos seus conceitos de emprego possível, restringindo simultaneamente os cálculos e as intenções do adversário, que conduz inexoravelmente a uma corrida às capacidades de acção e reacção. Esta estratégia de capacidades torna-se a lógica alternativa ao teste de força real, que este nível de violência intolerável comporta (Poirier, 1982). Por sua vez, a Estratégia Nuclear, segundo Robert Jervis (1989), tende a considerar três instrumentos que permitem continuamente inová-la e reinventá-la, a saber: a tecnologia, os contributos da análise estratégica⁵³, e, conhecimento e desenvolvimento histórico⁵⁴.

No essencial, a Estratégia Nuclear envolve o desenvolvimento de uma doutrina e um conjunto de estratégias, para ameaça ou emprego de armas nucleares, que suscitem, ou possam suscitar, a hostilidade de um adversário. Todavia, acrescente-se que, o critério vertical que tem por base a decisão estratégica (prospectiva e diacrónica), isto é, o uso ou ameaça do emprego das armas nucleares para fins políticos (consequências das acções e a relação com o poder político superior), está normalmente associada à competência do Chefe de Estado ou de Governo, portanto ao “político” (titular do poder político, e representante da Política enquanto enquadrante superior da Estratégia). Neste caso, poderá se advogar que esta estratégia se pode enquadrar, no âmbito da Pirâmide de Beaufre, como uma estratégia integral, incorporando todas as estratégias associadas ao aparelho estratégico. Contrariamente, por exemplo, à moderna estratégia militar⁵⁵, usualmente chefiada por um Ministro da Defesa ou Chefe de Estado-maior, representando uma das estratégias gerais da Estratégia (integral), não tendo normalmente pelas consequências das suas decisões e objectivos, a condução integral do edifício político-estratégico.

⁵² Raymond Aron define-a como (*space by terror is that peace which reigns (or would reign) between political units each of which has (or would have) the capacity to deal mortal blows to the others*) (2003: 159).

⁵³ Desta inovação puramente intelectual, o estrategista francês François Gere (1991), delimita três grandes estudos para consolidação e aprofundamento da doutrina estratégica nuclear. Em primeiro lugar, o trabalho seminal de Graham T. Allison (1971), em segundo, a importância da teoria da decisão cibernética de John D. Steinbruner (1974), e por último, a aplicação de conceitos de análise cognitiva na política internacional, esta terceira inovação provém de Robert Jervis (1978).

⁵⁴ Sobre um estudo alargado e aprofundado acerca do desenvolvimento da Estratégia Nuclear, existem duas obras de referência: “*The Evolution of Nuclear Strategy*”, do britânico Freedman (2003); e a obra “*Des Stratégies Nucleaires*” do general francês Lucien Poirier (1977). Acrescentando, também, o hábil e sucinto trabalho de Brodie (1978), sobre esta matéria.

⁵⁵ Sobre as suas transformações recentes são recomendáveis os trabalhos de Freedman (1998, 2006), e Steven Metz e Douglas V. Johnson (2001).

(1) Modalidades

Tradicionalmente, e tendo em conta o pensamento do general Beaufre (2004), entende-se que para se defender deste perigo sem precedentes (ameaça nuclear), existem apenas ao que parece, quatro tipos possíveis de protecção: a destruição preventiva das armas adversas (meio ofensivo directo); a intercepção das armas nucleares (meio defensivo); a protecção física contra os efeitos das explosões (meio defensivo); a ameaça de represálias (meio ofensivo indirecto). No primeiro tipo, a destruição preventiva, se não das armas nucleares difíceis de localizar, pelo menos dos meios de produção e de lançamento, pareceu ser, inicialmente, a melhor fórmula: a superioridade americana era considerável e os meios de lançamento adversos em comparação com URSS (McNamara, 1967), constituídos por aviões sedeados em bases áreas bem conhecidas, deixavam antever a destruição quase total dos meios inimigos. Por outro lado, com a intercepção das armas nucleares rapidamente se afirmou como podendo ser o elemento chave da nova estratégia (nuclear). Se o valor da intercepção se tornar absoluto para o lado do defensor, deixará de haver necessidade de acção preventiva e de protecção física, assim como a ameaça de represálias adversas perderá toda a sua eficácia. Neste contexto será possível reduzir os efeitos dos bombardeamentos nucleares de uma forma satisfatória, através de uma protecção física? Antes do aparecimento da arma termonuclear, algumas soluções pareciam ser possíveis: abrigos subterrâneos ou *bunkers*, dispersão, mobilidade, protecção com obras de betão, etc (sendo certo que nenhuma destas soluções fornecia protecção absoluta). Porém, com o advento do termonuclear, a protecção conserva o seu valor relativo, mas a potência do ataque aumenta tanto que se torna difícil realizar uma protecção suficientemente eficaz, para não referir as somas astronómicas que teriam de gastar-se para as realizar. A solução relativa neste caso seria colocar todo o esforço nos meios ofensivos e na própria capacidade de penetração.

Contudo, e para além de todos estes procedimentos defensivos de valor variável e incerto, só a ameaça de represálias⁵⁶ proporciona uma verdadeira protecção, sendo necessário possuir uma *force de frappe* com um poder suficientemente forte para dissuadir o adversário de utilizar a sua. Na verdade, é a estratégia de dissuasão sob a sua forma inicial mais elementar, como explica Beaufre: *«procura-se atingir directamente a vontade do adversário sem passar pela intermediação da prova de força. Influenciada por esta ideia geral, vamos assistir ao desenvolvimento de um estratégia cada vez mais complexa e subtil»* (2004: 92).

⁵⁶ A noção de (doutrina de) represálias massivas (*massive retaliation*) será abordada em detalhe no capítulo 2.

Não obstante, e tendo em conta o desenvolvimento do pensamento estratégico norte-americano nesta área, Jervis (1989), por um lado, propõe discutir o fenómeno da revolução nuclear, não como o advento das armas nucleares, mas como a situação decorrente da aquisição de uma capacidade represálias mútua, que preveja um segundo ataque (*second strike capability*)⁵⁷. Por outro lado, a capacidade nuclear possuída por ambas as superpotências (EUA e URSS) durante a Guerra Fria, assentava, igualmente, na ideia de deter o inimigo através da possibilidade de lhe infligir níveis de destruição inaceitáveis. No início da década de 60, esta perspectiva de destruição mútua assegurada (*Mutual Assured Destruction* – MAD), foi considerada uma doutrina estável, sobretudo depois das conclusões do grupo de especialistas do *Killian Report*. A situação das duas superpotências atingirem uma posição onde o ataque de uma delas resultaria na sua destruição mútua, é definida por Lawrence Freedman, professor dos Estudos de Guerra do King's College da Universidade de Londres, como:

The ability to achieve surprise will not affect the outcome because each country will have the residual offensive power to break through the defenses of the other country and destroy it regardless of whether the other country strikes first...at a condition where the contest is drawn and neither contestant can derive military advantage, we need to assume that this state is unchangeable or that one country or the other cannot move again into a position of relative advantage. We see no certainty, however, that the condition of stalemate can be changed through science and technology. This does not mean that some new unimagined weapon or development, far afield from any present weapon system, might not provide an advantage to one side or the other (2003: 150).

Estas concepções levariam a compreender e distinguir dois conceitos essenciais: entre a estratégia de dissuasão (essencialmente, por via da ameaça nuclear), e a estratégia de emprego de armas nucleares.

⁵⁷ Traduz-se na capacidade de um atacado sobreviver a um primeiro ataque nuclear com recursos e meios suficientes para efectuar uma retaliação eficiente. Freedman distingue os dois conceitos, do seguinte modo: «A first strike was taken to refer to a strike that was not only the opening volley of a nuclear war, but was also directed against the nuclear capability of the enemy with the intention of crippling his means of retaliation. A second strike force was one capable of ensuring effective retaliation even after absorbing an enemy first strike. Whereas at first strike involved counter-force. A second strike need be no more than counter-value» (2003: 128).

(2) Dissuasão

«*Deterrence is the art of producing in the mind of the enemy the fear to attack*». ⁵⁸A dissuasão é uma velha prática nas RI, na Estratégia e noutras áreas do conhecimento e comportamento humano (Morgan, 2003). Tradicionalmente, o termo dissuasão⁵⁹ destina-se a garantir a capacidade de infligir, a um potencial agressor, danos desproporcionados aos ganhos. Em *latu sensu*, a dissuasão⁶⁰ visa impedir uma Potência adversa de, numa dada situação, recorrer a determinados meios de coacção em virtude da existência de um conjunto de meios e de disposições capazes de constituírem uma ameaça suficientemente desencorajadora (Couto, 1989). Neste contexto, a dissuasão é, essencialmente, um resultado de natureza psicológica, traduzindo-se por uma inibição ou paralisia perante uma ameaça que se receia e que é de concretização possível e plausível⁶¹. Esta compreensão resulta em parte do pensamento teórico do

⁵⁸ A definição de dissuasão para *Dr. Strangelove*, a personagem que dá o nome à tragicomédia cinematográfica de Stanley Kubrick, sobre a possibilidade de um holocausto nuclear.

⁵⁹ Desde as suas origens que a dissuasão se apresenta como um fenómeno natural, normalmente através da manipulação do comportamento do Outro por ameaças. O primeiro grande exemplo deste facto é providenciado pela Bíblia. Depois da Criação do Homem por Deus, Este prometeu a Adão e Eva que poderiam consumir todo os frutos do Jardim do Éden, com a excepção dos da Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal, avisando Adão que se o fizesse ficaria condenado à vida mortal. A primeira forma de dissuasão era simultaneamente o seu primeiro falhanço. No entanto as consequências do pecado original reforçariam o poder punitivo da Lei, e permitiriam consolidar ao longo da História a dissuasão punitiva, e a dissuasão em geral. O advento nuclear iria dar-lhe credibilidade, sobretudo no que se refere à sua ameaça. Neste contexto, o significado da palavra *deterrence* – deter pela ameaça de represália.

⁶⁰ Sobre a importância da racionalidade da dissuasão estratégica, consultar Patrick Morgan (2003) e Freedman (2004).

⁶¹ Teoricamente, existe a possibilidade de poder dissuadir o Outro através da ameaça de punição («*threat of punishment*») ou de negação («*deterrence by denial*»). No primeiro caso, implica a realização de um acto punitivo que provocará uma resposta tão indesejável que o Outro decide não actuar. No segundo, procura evitar uma acção convencendo o Outro da impossibilidade da realização do seu objectivo. Em qualquer dos casos a teoria da dissuasão assume a criação de decisões racionais com sistemas de valor semelhantes, em que o estado de dissuadido, compreende o convencimento que o Outro possui tanto a capacidade de punir ou negar como a vontade para usar aquela (Bartholomees, 2008a: 35). Neste contexto, está-se perante a dissuasão punitiva (ou ofensiva), aquela que se baseia no levantamento de sistemas que permitam infringir uma punição ao adversário, caso ele tome determinada atitude. Fundamenta-se portanto na capacidade de exercer represálias. Em função dos meios utilizados, pode haver dissuasão ofensiva: económica (caso da ameaça de bloquear certas ou todas as exportações e importações); psicológica (ameaçando represálias morais); diplomática (corte de relações desta índole); militar (através de contra-ataques), por exemplo, com base em bombardeamentos nucleares de resposta.

utilitarismo, do filósofo Jeremy Bentham (1830), dos finais do séc. XVIII.⁶² Quanto às vantagens ou benefícios a colher, dependem do valor do que está em jogo e das probabilidades de sucesso; tendo riscos ou custos de natureza variada. A avaliação da ameaça é, por seu turno, a função da capacidade material do adversário e da plausibilidade dessa ameaça, isto é, para dissuadir é preciso dispor de meios capazes de produzirem um efeito desencorajador, mas também é necessário que o emprego desses seja plausível ao ponto de dissuadir o adversário. Porém, é a incerteza que constitui o factor essencial da dissuasão, no que diz respeito ao apuramento de determinadas incógnitas e aos potenciais riscos de conflito, acentuando o efeito inibidor e podendo ser conseqüente dos factores psicológicos complexos⁶³. Mas, sendo a dissuasão um resultado psicológico, ela depende, frequentemente, de uma assimilação correcta da mensagem, sendo eficaz quando favorecida pela eficácia da comunicação emissor-receptor. O resultado é essencialmente o produto de dois factores: capacidade material e plausibilidade (ou credibilidade); mas que depende, também, da fidelidade de comunicação e da incerteza relativamente a determinadas incógnitas (Couto, 1989; Beaufre, 2004). No plano meramente estratégico, a dissuasão fundamenta-se na capacidade para impedir o Outro agir ou coagir o opositor a não fazer. Se for recíproca, subverte o princípio estratégico crucial. O acto de vencer perde significado – o desejo de vencer é substituído pelo desejo de impedir que o Outro vença (Abreu, 2002). No entanto, demonstrar eficazmente a dissuasão é difícil, dado que ela envolve provar a ausência de algo que resultou de um motivo específico.⁶⁴

⁶² Bentham criticou a noção que as punições deviam ser *ad hoc*, argumentando ao invés um efeito dissuasor entre o crime e a punição, que pode ser desenvolvido se houver tanto um grau de clareza como de predição, baseado na proporcionalidade, em condenar (Freedman, 2004). Bentham (1830) utilizou um termo comum na época, «determent» – isto é, acção ou facto (meio) de dissuadir – para explicar a sua teoria como «the act of punishment exercised on the delinquent, other persons at large are considered as deterred from the commission of acts of the like obnoxious description, and (...) is in consequence considered as endowed with the quality of determent. It is by the impression made on the will of those persons, (...) not by the act itself, but by the idea of it, accompanied with the eventual expectation of a similar evil, as about to be eventually produced in their own instances, that the ultimately intentional result is considered as produced: and in this case it is also said to be produced by the example, or by the force of example».

⁶³ O valor reciprocamente atribuído em jogo, o grau de resolução atribuído à Potência que ameaça de sanções, o eventual comportamento de outras Potências capaz de perturbarem o *status quo* e o real valor dos meios materiais existentes.

⁶⁴ Na opinião de Patrick Morgan, e sobre dificuldade teórica em consubstanciar a dissuasão, este argumenta que «deterrence is not sufficiently consistent to be captured by our theoretical apparatus and empirical studies» (2003: 285-6). Não obstante, políticos e estrategistas geralmente aceitam a ideia de que a dissuasão nuclear efectivou-se durante a Guerra Fria.

Após o ataque nuclear a Hiroshima, Bernard Brodie e seus colegas da *Rand Corporation*, avançam a perturbadora tese de que as armas nucleares não só tinham vindo para ficar como teriam uma capacidade destrutiva sem precedentes, e as poucas probabilidades de encontrar contra-medidas eficazes poderiam actuar como poderosos inibidores de agressão. Desde então, o principal objectivo das instituições militares deixou de ser ganhar guerras para passar a ser evitá-las. Assim, nasceu a doutrina da dissuasão nuclear⁶⁵ (O’Connell, 1997). Por seu lado, Wohlstetter (1959) salientou que os desenvolvimentos tecnológicos iminentes tornariam as armas estratégicas mais vulneráveis a ataques surpresa e que a credibilidade da dissuasão doravante poderia apenas ser mantida através da dispersão, mobilidade e protecção (ou reforço) dos sistemas de mísseis nucleares. Estrategistas como Poirier (1977) têm argumentado que a situação de «non-Guerre» está associada ao nascimento da dissuasão nuclear, tendo presentemente assumindo um significado especial devido à aparente inaceitabilidade das destruições violentas inerentes a uma guerra nuclear.⁶⁶ Neste contexto, a estratégia da dissuasão nuclear, strictu sensu, baseia-se na ameaça do emprego efectivo de armas nucleares em acções estratégica ou tácticas, capazes de infligir danos inaceitáveis, normalmente desenvolvida por Estados⁶⁷. Por um lado, a eficácia do conceito depende de certas qualidades ofensivas das armas ou vectores (potência, alcance, precisão, flexibilidade e poder de penetração) e de possibilidades de sobrevivência (serviço de alerta, protecção, mobilidade, força moral e progresso técnico) apoiadas num eficiente serviço de inteligência secreta (Alves, 1974). Por outro, a sustentação teórica da sua credibilidade depende da capacidade de um Estado, infligir uma quantidade suficiente de danos no seu adversário ou então produzir uma ameaça que seja suficientemente credível (Powell, 1990).

⁶⁵ A definição clássica da teoria de dissuasão de Jacek Kugler (1984) é aqui utilizada, ou seja, aquela que defende que os Estados nucleares confrontando adversários, apresentando maior cautela no uso da força do que de outro modo seria esperado. No mesmo sentido, Brodie (1959, 1978), Howard (1981), e o trabalho revisitado de Morgan (2003).

⁶⁶ Relativamente, às estratégias de dissuasão e não-violência na época nuclear, o pensamento de Charnay (1990b) é incontornável, ao realçar a sua problemática. Esta apresenta-se como uma forma acabada de interdição, como emprego virtual de forças num quadro defensivo, que se aproxima da hostilidade por anti-hostilidade instrumental e de fins. Aliás, nunca atingida, porque a prova de forças transfere para o genético. Em relação às estratégias de não-violência, Charnay refere que a dissuasão transformou velhas filosofias pacifistas neste tipo de estratégias, ao afirmar a pretensão destas numa sobreracionalização do Outro, que no limite tenderia para fins mais racionais através de uma mútua identificação.

⁶⁷ Tendo em conta o trabalho científico e apurado do norte-americano Robert Powell nesta matéria, considera-se como referência ao conceito delimitado de dissuasão nuclear a seguinte definição: «*nuclear deterrence based on the strategy that leaves something to chance, the use or threatened the use of force is related to states attempts to further their ends through array of risk*» (1990: 70).

(3) Estratégia Genética

Apesar de todos os esforços que têm em vista a dissuasão, a guerra nuclear é possível. Seria, aliás, irracional brandir a ameaça de represálias nucleares e, ao mesmo tempo, estar-se seguro de não ter que concretizar essa ameaça, quaisquer que sejam as circunstâncias. Pretende-se de facto, criar condições que tornem tal guerra improvável, mas se tal fosse material ou psicologicamente impossível, a dissuasão nuclear deixaria de existir (Couto, 1989). E, é neste âmbito que a estratégia genética (ou logística) adquire uma considerável importância para a continuação de uma Estratégia Nuclear. A primeira, tem por objecto a invenção, construção ou obtenção de novos meios, a colocar à disposição da estratégia operacional (neste caso, pela invenção de novas armas nucleares mais cataclísmicas), no momento adequado, e que serviam o conceito estratégico adoptado e tendo em atenção a evolução previsível da conjuntura, através de uma ameaça hostil. Na estratégia genética assumem grande importância os prazos de realização; as decisões, já que vão empenhar recursos materiais, humanos e técnicos durante largos períodos de tempo e, uma vez lançados os correspondentes programas, estes saem dificilmente reversíveis ou corrigíveis, a não ser com elevados prejuízos. Neste contexto, não é difícil adivinhar, que a prospectiva é, assim, uma ciência de grande importância para o suporte deste ramo de estratégia (Ibid).

Por conseguinte, há que encarar uma estratégia de emprego de armas nucleares, não só para, aumentando a credibilidade de um eventual recurso aquelas, se reforçar o próprio fenómeno da dissuasão, como ainda para hipótese de a estratégia de dissuasão falhar⁶⁸ (Wieseltier, 1985).

(4) Estratégia de Emprego

O campo da estratégia de emprego, isto é, o estudo das diversas formas que se podem conceber para conduzir uma guerra nuclear (Couto, 1989), pressupõe uma estratégia genética prévia que responda à pergunta: que sistemas de armas criar? Todavia, o mais importante será, porventura,

⁶⁸ Leon Wieseltier rejeita a premissa do apocalipse oculto, muito associada ao pensamento da dissuasão nuclear, como «*the rejection of the idea of operational thinking about nuclear weapons implies that the end of deterrence will be the same as the end of history. More specifically, it implies that once any nuclear weapons are used all nuclear weapons will be used (...) It implies, too that immediately after deterrence fails, from the moment that a nuclear weapon is fired, there will be nothing left to save*» (1985: 829). Contrariamente à proposta de Waltz, «*nuclear weapons do not make nuclear war a likely prospect, as history has so far shown*» (1981: 33). Em síntese, e de acordo, com pensamento de Howard (1981) e Waltz (1981), a única vitória de um potencial conflito nuclear reside na prevenção de uma guerra nuclear, isto é, pressuposto essencial para o sucesso e credibilidade da dissuasão nuclear.

definir os conceitos gerais de emprego, e esclarecer a quem deve pertencer a sua decisão? E é sobre o conjunto de problemas associados à estratégia de emprego, que se fará seguidamente uma análise.

(a) Guerra Nuclear

Como pode eclodir uma guerra nuclear? Cabral Couto (1989) encara as seguintes possibilidades de eclosão de uma guerra nuclear, isto é, situações que podem tornar plausível ou justificar o desencadeamento de um primeiro ataque nuclear: acidente ou mal-entendido; erro de cálculo ou escalada incontrolada; premeditação; e catálise. Na guerra nuclear por acidente⁶⁹, o maior perigo reside no próprio encadeamento de erradas interpretações de medidas preventivas. Por exemplo, uma simples medida de alerta tomada por uma entidade pode ser interpretada pelo adversário como um gesto de agressão e não de defesa, levando este último a tomar uma medida análoga, encadeando-se atitudes por tal forma, de parte a parte, que se atinja um ponto do qual não seja possível voltar atrás. Simultaneamente, o risco de um acidente aumentará à medida que se amplie a dimensão do arsenal nuclear e do pessoal envolvido da entidade vítima por esta eventualidade (Wallace, Crissey, & Sennott, 1986). A guerra nuclear por erro de cálculo ou por escalada incontrolada, corresponde a uma situação na qual nenhum de duas potências nucleares considera as circunstâncias suficientemente graves para provocar uma guerra nuclear, mas face ao qual ambas estão dispostas a empenhar-se a fim de obrigar o Outro a recuar, tendo então por base um erro de avaliação do grau de determinação do adversário e do patamar nuclear (foi um risco que esteve subjacente nas crises de Berlim e de Cuba⁷⁰). Por outro lado, a guerra nuclear premeditada, só é concebível no caso de estarem em jogos objectivos considerados vitais ou quando, por razões de hegemonia, os resultados políticos podem compensar os riscos. Em última análise, esta pode resultar: do desespero, a convicção da inevitabilidade do desencadear de um ataque nuclear, por estarem em jogos objectivos vitais (no aspecto material ou psicológico); de ambição de hegemonia que se julga possível concretizar,

⁶⁹ Acerca da lógica da guerra nuclear por acidente aconselha-se o estudo referência de Bruce G. Blair (1993).

⁷⁰ Na crise dos mísseis de Cuba, de 1962, convém assinalar a importância dos preparativos para uma possível acção militar, do lado norte-americano. Estes pela sua imensa visibilidade acabaram por evidenciar uma ameaça credível para os Soviéticos, através da constante diplomacia coerciva. Assim, o alerta de DEFCON-2 registado, ao invés de tornar eminentemente uma escalada para o conflito nuclear, acabou por se tornar um elemento dissuasor suficientemente crível.

embora exista o risco de se tornar numa guerra premeditada por irreflexão, por consequência de um erro na apreciação da relação de forças; e da crença numa inevitabilidade, tomando então a forma de um ataque preventivo (um dos adversários está convencido de que a guerra será inevitável num futuro próximo, pelo que considera desencadeá-la enquanto goza de uma situação nuclear favorável) ou de um ataque por antecipação⁷¹ (ataque destinado a fazer abortar uma iniciativa adversa considerada iminente). E, por fim, a guerra nuclear catalítica, corresponde a uma situação em que uma potência nuclear mais fraca actua irreflectida ou deliberadamente por razões que lhe são próprias, provocando um conflito entre as grandes potências nucleares.⁷²

No entanto, sendo a guerra nuclear uma inevitabilidade, convém então analisar a sua natureza. Esta, em termos genéricos, caracteriza-se, pelo emprego de armas nucleares, combinado com acções clássicas e de guerra fria e, ainda, com ameaças de um mais intenso ou extenso emprego de armas nucleares (Couto, 1988). Nela se podem ainda distinguir dois graus de

⁷¹ *Preemptive*, na terminologia inglesa ou francesa.

⁷² O receio de uma guerra ilimitada catalítica é um dos mais fortes argumentos contra a proliferação de potências nucleares (Couto, 1989). No entanto com emergência de novas potências nucleares, no pós-Guerra Fria, como o Paquistão e Índia, e o desenvolvimento de programas nucleares no Irão e na Coreia do Norte, este argumento não terá surtido o efeito desejado, quiçá pela nova estruturação do sistema internacional de bipolar para unipolar (ou multipolar).

intensidade da violência: a guerra nuclear limitada⁷³ e a ilimitada⁷⁴. A primeira envolve o emprego efectivo de armas nucleares de natureza táctica, em virtude das restrições deliberadas por parte dos contendores, circunscrevendo o uso das armas nucleares a objectivos muito concretos, e próprios das ameaças da teoria da dissuasão mínima (Kahn, 2007); a segunda⁷⁵ envolve um conflito armado no qual as potências ou coligações nucleares adversárias empregam, sem restrições, todos os meios de que dispõem.⁷⁶

«*A modern thermonuclear war is a frightening thing, and even a nation that is confident of its strength must be worried about the uncertainties*» (Kahn, 2007: 165). Neste contexto, é necessário profenir uma segunda questão: a da possibilidade de poder controlar uma guerra nuclear. A limitação da guerra nuclear requereria deambos os lados em confronto uma maior contenção política

⁷³ Na opinião de Hans J. Morgenthau, a guerra nuclear limitada constitui per si um paradoxo da Estratégia Nuclear, definindo-a como uma «*idea has appeared in different manifestations in different periods, such as the 'clean' H-bomb (...) tactical nuclear war, graduated deterrence with 'firebreaks' between the stages, counterforce strategy. All these manifestations have one quality in common: the desire to reconcile the use of nuclear weapons with the admitted irrationality of all-out nuclear war and the attempt, inspired by this desire, to discover a rational way to use them (...) Once a limited nuclear war has started, escalation is not a matter of choice (...) [and] is predicated upon the ability of the supreme military authorities to hold all nuclear command posts consistently to the limits decided upon*» (1964: 25, 27-8). A referência seminal a Morton H. Halperin (1961) é insuprível. Por seu lado, Poirier (1992) defende que neste tipo de conflitualidade limitada, a violência virtual inerente à sua natureza reduz consideravelmente as consequências que possam advir deste conflito. Contudo, McGeorge Bundy, Kennan, McNamara e Gerard C. Smith, escreveram um artigo conjunto na revista *Foreign Affairs*, criticando a credibilidade e eficiência desta guerra: «*It is time to recognize that no one has ever succeeded in advancing any persuasive reason to believe that any use of nuclear weapons, even on the smallest scale, could reliably be expected to remain limited. Every serious analysis and every military exercise, (...) has demonstrated that even the most restrained battlefield use would be enormously destructive to civilian life and property. There is no way for anyone to have any confidence that such a nuclear action will not lead to further and more devastating exchanges. Any use of nuclear weapons (...) carries with it a high and inescapable risk of escalation into the general nuclear war which would bring ruin to all and victory to none. The one clearly definable firebreak against the worldwide disaster of general nuclear war is the one that stands between all other kinds of conflict and any use whatsoever of nuclear weapons*» (1982: 753-4).

⁷⁴ Horta Fernandes delimita este conceito, como sendo «*realmente a guerra ilimitada por excelência, porquanto podemos pensar o uso de todas as formas de coacção de um modo não muito intenso e devidamente temperado. Todavia, estávamos a pensar antes no conceito de guerra total, anterior ao advento nuclear, que argumentava pelo uso total e cabal de todas as formas de coacção. Se omitimos as suas consequências foi porque se trata de um conceito perfeitamente datado e específico que não interessa desenvolver na economia do discurso (et. al 2005: 46-47).*

⁷⁵ É onde se encontra o outro extremo do espectro de guerra, representa o emprego da força militar sem quaisquer restrições. Neste âmbito, é a antítese da guerra fria, no que respeita ao nível ou intensidade da coacção.

⁷⁶ Acerca das suas consequências, existe um estudo bastante interessante e extensivo do já extinto *Office of Technology Assessment* (1979) [OTA] do Congresso dos EUA que enumera alguns dos seus principais efeitos da explosão nuclear, entre os quais: a radioactividade, o calor e a luminosidade, o pulso electromagnético, a cinza nuclear, e, um conjunto de danos combinados para os humanos (traumas, exposições químicas, doenças infecto-contagiosas).

e um sistema de C3I (comando, controlo, comunicação e informação) altamente desenvolvido. Assumindo, como exemplo a Guerra Fria, a forte determinação de ambas as partes de impedir uma escalada incontrolável e o desejo de não danificar a estrutura C3I do adversário resultariam na limitação do uso de armas nucleares durante o conflito. Todavia, existe o risco da prestação desta estrutura não ser adequada às duras exigências que enfrenta uma confrontação nuclear, entre as quais destacam-se: a sobrecarga do sistema, ilusão, a incompetência do pessoal, falhas no equipamento técnico, desfasamentos temporais, erros de funcionamento humano, interpretação deficiente da informação, etc. Neste sentido, Desmond Ball (1981, 1989) analisou as vulnerabilidades no controlo da guerra nuclear⁷⁷, e conclui a par de outros como Howard (1981), McNamara (1983) e Klaus Knorr (1985) que a guerra nuclear não poderia ser controlada, exceptuando talvez uma parte relativamente pequena das forças nucleares estratégicas (Rajagopalan, 1999), durante um curto período e em apenas situações em que a unanimidade das forças nucleares fosse favorável a uma estratégia de contenção (Caddis, 2005).

(b) Emprego Massivo

As doutrinas de emprego podem reduzir-se a duas categorias gerais: emprego massivo e o emprego flexível armas nucleares de uma forma selectiva. Observe-se, então, os aspectos principais de cada uma, isto é, os objectivos a visar, e os problemas relacionados com a decisão do seu emprego.

Na origem, no período em que a estratégia de dissuasão assentava sobretudo em represálias massivas, a estratégia de guerra confundi-se com aquela: o plano de bombardeamentos estabelecido com vista à dissuasão seria desencadeado. Do lado do agressor e do agredido, o resultado seriam enormes destruições, mas como se pensava que um dos lados (o inimigo) quebraria – *The broken-back strategy* –, a fase de liquidação do inimigo fazia-se com o armamento que sobejasse (Beaufre, 2004).

Para a definição de objectivos racionais, há que conduzir o raciocínio em relação ao agressor e ao agredido e tendo em conta a forma como a guerra nuclear pode eclodir, em função da situação nuclear existente, que pode ser:

⁷⁷ Ball (1981) sublinhou, em plena Guerra Fria, que os EUA se encontravam vulneráveis a um ataque desencadeado por mísseis SLBM, para o qual a prontidão necessária seria mínima. Para além de descrever exaustivamente as dificuldades e as falhas tecnologicamente mais complexas, que normalmente podiam surgir no funcionamento dos sistemas C3I, através de: comunicações deficientes entre centros de comando da Marinha e os mísseis ICBM ou SLBM, ou ambos; dos sistemas de satélite de alerta, reconhecimento e comunicação, do Telefone Vermelho entre Washington e Moscovo, entre outros.

situação estável absoluta, situação instável (ou de superioridade absoluta), e situação de superioridade absoluta recíproca. Na primeira situação, como se referiu anteriormente, é pouco provável a eclosão de uma guerra nuclear desde que a situação nuclear seja estável absoluta e muito menos que, em tais circunstâncias, ela assuma a forma de um emprego massivo de armas nucleares; todavia, admitindo em teoria, que todos esses processos falhavam, observem-se quais os objectivos lógicos do agressor e agredido, tendo presente que qualquer dos adversários se vê ameaçado por danos inaceitáveis (destruição mútua). Na segunda, a situação instável, resulta de uma capacidade de contra-forças altamente eficaz, ou da existência de meios ofensivos, em quantidade e com precisão e potência bastantes para aniquilarem ou reduzirem a um nível aceitável a capacidade de represália do adversário (ou da existência de um sistema anti-vectores eficaz); por outro lado, a escolha dos objectivos é também dependente da iniciativa do ataque pertencer à potência nuclear fraca ou à mais forte (se é que seja possível qualificar nesses termos assimétricos, quanto às consequências e deflagração de um conflito nuclear), correspondendo, em primeira instância, a uma situação de desespero. Na terceira, e última situação considerada – de superioridade absoluta recíproca –, é relativa ao caso em que ambos os partidos dispõem de uma capacidade contra-forças (ofensiva ou defensiva, consoante as disponibilidades do agressor e agredido) eficaz, a qual, evidentemente, tem de ser da mesma natureza⁷⁸ (Couto, 1989).

Neste contexto, e em relação ao emprego massivo, convém estabelecer uma primeira divisão importante: por um lado, aquela que estabelece o primeiro ataque massivo⁷⁹, que se traduz na iniciação de um ataque nuclear; por outro, o denominado segundo ataque, que basicamente prevê uma resposta (Aron, 1965), ou seja, uma retaliação massiva ao primeiro (Powell, 1990). Por seu turno, a última baseia-se numa estratégia que visa responder de uma forma punitiva, com a utilização de armas estratégicas nucleares, ao primeiro agressor, mesmo a provocações menores (como respostas a ataques convencionais). A retaliação massiva, ou a doutrina de represálias massivas, foi apresentada, pela primeira vez, pelo Secretário de Estado John Foster Dulles, da seguinte maneira:

⁷⁸ A. selecção de armas a utilizar, é condicionada essencialmente por três factores: i) natureza dos objectivos a prosseguir; ii) características (em especial, precisão e potência) das armas disponíveis; iii) e capacidade de sobrevivência (Couto, 1989).

⁷⁹ Segundo Robert McNamara (1967: 444), o «*first-strike capability*» constitui *per se* «an ambiguous term, since it could mean simply the ability of one nation to attack another nation with nuclear forces first. But as it is normally used, it connotes much more: the substantial elimination of the attacked nation's retaliatory second-strike forces. This is the sense in which 'first-strike capability' should be understood».

We want, for ourselves and the other free nations, a maximum deterrent at a bearable cost. Local defense will always be important. But...will contain the mighty landpower of the Communist world... [and] must be reinforced by the further deterrent of massive retaliatory power. A potential aggressor must know that he cannot always prescribe battle conditions that suit him. Otherwise...who is gluttoned with manpower, might be tempted to attack in confidence that resistance would be confined to manpower. He might be tempted to attack in places where his superiority was decisive. The way to deter aggression is for the free community to be willing and able to respond vigorously at places and with means of its own choosing. So long as our basic policy concepts were unclear, our military leaders could not be selective in building our military power. If an enemy could pick his time and place and method of warfare...then we needed to be ready to fight in the Arctic and in the Tropics; in Asia, the Near East, and in Europe; by sea, by land, and by air; with old weapons and with new weapons (1954: 108).

Por outras palavras, os EUA confiariam na ameaça da retaliação nuclear massiva para proteger o espectro inteiro de interesses americanos, nos limites mais periféricos do seu território ao mais vital⁸⁰. No quadro de uma segunda divisão, distingue-se, basicamente, a estratégia de emprego dos alvos inimigos (que se tem por objectivo atingir em cenário de guerra nuclear), entre dois tipos: a estratégia contra-forças (*counterforce strategy*) pressupõe que o agressor geralmente atacará os meios de retaliação do inimigo (infra-estruturas militares, por exemplo), ou seja, o conjunto de todos os meios estratégicos capazes de dar uma resposta nuclear massiva ao inimigo; e a estratégia contra-cidades e/ou estratégia contra-recursos⁸¹ (*countercity* ou *countervalue strategy*), consubstancia-se na constatação da invulnerabilidade das forças retaliatórias do inimigo, sendo que neste caso o ataque nuclear deverá cingir-se à sua capacidade vital, isto é, os grandes aglomerados civis e industriais, sobretudo as cidades (Aron, 1965). Esta situação poderá promover involuntariamente a dissuasão ou prevenção da guerra, que pela sua natureza e inerente credibilidade pressupõe uma capacidade de luta, força e de vitória verosímeis, e não pela criação voluntária de forças destinadas à tarefa pura da dissuasão (Lider, 1976).

⁸⁰ Segundo John Lewis Gaddis, «*the logic of massive retaliation (...) was to convince all adversaries that any such conflict might escalate to a level at which none could hope to prevail*» (2005: 174). A par do trabalho de Gaddis, *vide* David Alan Rosenberg (1983) e Samuel F. Wells, Jr. (1981), sobretudo em relação ao debate teórico e origens da retaliação massiva.

⁸¹ No entanto, cabe referir que a estratégia contra-recursos incide essencialmente sobre a capacidade de destruir os complexos demográfico-industriais adversos (Couto, 1989).

Contudo, uma estratégia de emprego massivo não significa o emprego integral dos sistemas de armas disponíveis. A sua quantidade será apenas necessária e suficiente para se obterem os efeitos pretendidos. Em qualquer caso, como em toda ação militar, procurar-se-á conservar uma reserva de armas nucleares, para fazer face a situações ou necessidades imprevistas, garantindo simultaneamente uma possível vantagem estratégica, em termos operacionais.

Por último, a decisão sobre o seu emprego constitui um passo de tal magnitude que não pode ser tomada sem consideração de um conjunto de consequências políticas, humanas e técnicas, pelo que tem de ser centralizada no Político/Estratega, isto é, ao responsável pela estratégia integral – o chefe de Estado ou de Governo (Couto, 1989). No geral, estas concepções, porventura, um pouco simplistas, acerca do uso ou emprego massivo das armas nucleares, estão ainda muito impregnadas nas concepções militares, que consideravam a estratégia como uma ciência puramente militar.

(c) Emprego Flexível

Foi o general Maxwell Taylor, que expôs de maneira muito clara a nova estratégia de guerra a que deu nome de *flexible response*⁸² ou resposta variável (Brodie, 1968). Esta estratégia equivale a prever que cada ação adversa merecerá uma resposta apropriada, com força suficiente para pôr em cheque o inimigo, mas colocando em cenas apenas a quantidade de forças necessárias. Tal não significa que decalquemos a nossa conduta sobre a do adversário, mas sim que cada caso será tratado segundo o seu valor e que só se irá recorrer à resposta ou ao emprego massivo em caso extremo (Beaufre, 2004). A sua teoria foi claramente influenciada pela *no cities doctrine* de Robert McNamara⁸³, associando a esta uma retaliação limitada ou controlada. Isto é, aquilo que Herman Kahn consideraria um conjunto de ataques estratégicos não tendo como finalidade reduzir a capacidade estratégica do inimigo, mas antes a sua determinação em prosseguir um ataque:

...envisages each side engaging in a series of tit-for-tat attacks
(nuclear or nonnuclear), whose object is not the destruction of the

⁸² De acordo com a doutrina oficial norte-americana, o conceito define-se como: «The capability of military forces for effective reaction to any enemy threat or attack with actions appropriate and adaptable to the circumstances existing» (Department of Defense, 2014: 97) [DoD].

⁸³ Na opinião de Powell, «the 1960s saw Secretary of Defense McNamara propose the 'no cities' doctrine, in which American strategic nuclear forces would not be aimed at soviet cities but at soviet military capabilities. The United States would in effect, try to hold soviet cities hostage in order to give the Soviet Union the strongest imaginable incentive to refrain (...) [on American] cities» (1990: 13-14).

Other side's military power but the destruction of his resolve. Each side attempts by threats and actual punishment to force the other side to compromise or back down (2007: 174).

Em relação aos objectivos, estes compreendem não só os característicos das armas nucleares estratégicas, mas também todos aqueles adequados às armas nucleares táticas. Daí a necessidade de uma estreita ligação entre o dispositivo nuclear tático e o estratégico, a fim de garantir a flexibilidade do emprego mantendo a violência controlada, dentro dos limites desejados.

A estratégia de emprego flexível implica uma ainda mais profunda interferência directa da Política (como enquadrante superior da Estratégia) na condução das operações militares. Muito embora a decisão de emprego inicial – incidindo essencialmente na definição dos tipos de objectivos a bater e de armas que podem ser utilizadas – seja da competência do responsável pela estratégia integral, as decisões de emprego particular deverão ser descentralizadas e diversificadas nos vários escalões militares. A passagem ao degrau seguinte, num processo de escalada nuclear, exigirá sempre uma decisão do responsável⁶⁴ pela estratégia integral (Couto, 1989). Neste jogo perigoso mas inevitável, a Segurança (enquanto adjectivo da Estratégia) impõe a existência de um excelente sistema de controlo de armamentos, de modo a evitar que a escalada se produza espontaneamente, devido aos executantes, e transforme um incidente local num conflito generalizado (Beaufre, 2004).

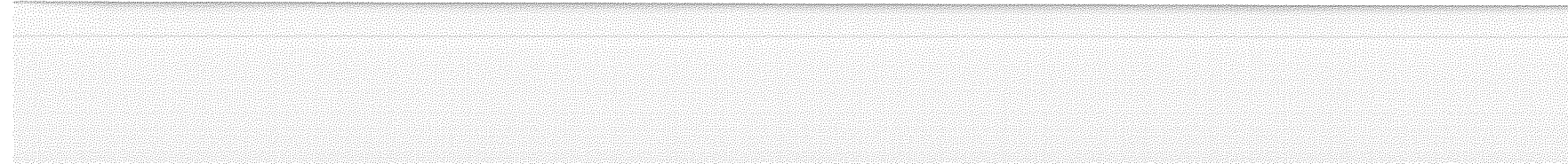
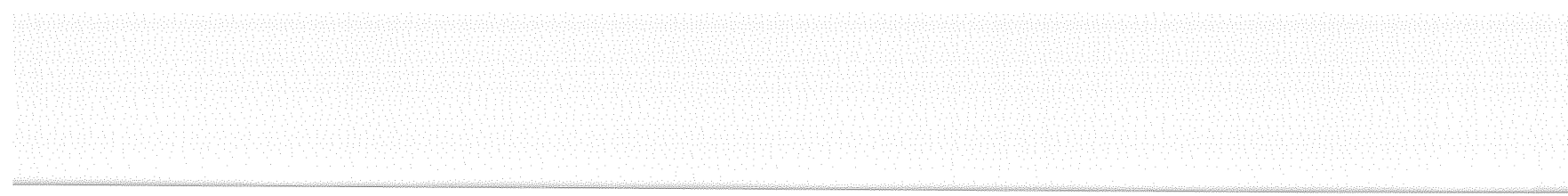
Esta estratégia levanta duas graves objecções. A primeira surge, como é evidente, por parte dos países ameaçados de se transformarem no palco desses conflitos limitados, a ideia de ser campo de batalha – eventualmente nuclear – não é nada tentadora. A segunda objecção diz respeito à possível erosão do efeito de dissuasão causado pela restrição do emprego massivo, o qual se abordou precedentemente. Apesar destas objecções, a estratégia de emprego flexível quer-se eficaz na resposta, mas mantendo o conflito limitado.

Conclusões

A Estratégia – ciência, arte – é um ramo do saber que concebe o uso da força como uma acção humana subordinável à razão. Em face de uma experiência intemporal da guerra como despoletar de uma violência sem controlo que sempre existiu, por evidência do campo de batalha e da cidade

⁶⁴ Por sua vez, este não se limita a definir missões às estratégias gerais, antes interfere profundamente na própria estratégia operacional militar, mantendo-a sob estreito controlo (Couto, 1989).

arrasada, o *homo strategicus* concebeu uma disciplina de acção que lhe inculca segurança e precisão. De facto, a convicção de que a razão pode conformar e subordinar a força maior e irracional da *pathos* humana, confere ao indivíduo a total autonomia dos desígnios superiores. No entanto, o domínio da ciência provocou uma ruptura praxeológica e/ou epistemológica que permitiu a criação de uma arma tão avassaladora que da sua utilização pode esperar-se, no limite, a destruição, pelo instrumento da contenda, tanto de teorias clássicas quanto de cidades. Neste sentido, a Estratégia Nuclear para além de envolver o desenvolvimento de um conjunto de doutrinas e estratégias, para ameaça ou uso de armas nucleares, que suscitem, ou possam suscitar, a hostilidade de um adversário; procura dominar este império da irracionalidade em doutrinas que apresentem um quadro relativamente espectável e previsível.



2. A ESTRATÉGIA NUCLEAR NORTE-AMERICANA

The dog did nothing in the night-time. That was the curious incident, remarked Sherlock Holmes.

Sir Arthur Conan Doyle,
Silver Blaze, 1894

He who fights with monsters should look to it that he himself does not become a monster. And when you gaze long into an abyss the abyss also gazes into you.

Friedrich Wilhelm Nietzsche,
Beyond Good and Evil, 1886

A compreensão contemporânea do debate em torno da estratégia nuclear norte-americana exige o conhecimento do seu passado. Neste contexto, divide-se o presente capítulo em duas partes: uma primeira que incidirá no exame das principais linhas orientadoras e análise da evolução da estratégia nuclear dos EUA durante Primeira Era Nuclear – inaugurada com o lançamento de duas bombas atômicas no fim da II Guerra Mundial; e, uma segunda parte que versará sobre a caracterização da Segunda Era Nuclear – o seu nascimento coincide e é motivado com a queda do Muro de Berlim e implosão da URSS –, e a consequente análise do seu debate estratégico.

Deste modo, em primeiro lugar, examinar-se-á o papel que estas desempenharam na estratégia militar dos EUA durante a Guerra Fria, concentrando-se sobretudo nas noções básicas da dissuasão nuclear, retaliação massiva, MAD e de outras doutrinas remanescentes da Primeira Era Nuclear. Posteriormente, analisar-se-á o debate estratégico em torno das armas nucleares atinente ao período da Segunda Era Nuclear, visando essencialmente os seguintes pontos de discussão: a existência de armas nucleares (os esforços para sua abolição e a defesa da sua manutenção), o papel da dissuasão, os efeitos da proliferação nuclear, o controlo de armamento e desarmamento nuclear, e, por último, o nascimento do conceito de Estabilidade Mútua Assegurada (*Mutual Assured Stability* – MAS).

1. A Primeira Era Nuclear⁸⁵

A Primeira Era nuclear caracterizou-se por um período de bipolaridade no contexto da Guerra Fria. Em 6 de Agosto de 1945, o mundo tinha definitivamente entrado na Era nuclear, quando os EUA lançaram a primeira bomba atómica na cidade industrial japonesa de Hiroshima (e, três dias depois, sobre Nagasaki)⁸⁶ (Gordin, 2007). Foi nesta conjuntura que os EUA começaram a formular uma estratégia nuclear coerente. O debate em torno da utilização táctica destas armas continuou nas décadas seguintes, formando-se um gradual consenso que a utilização destas, em face do seu poder destrutivo, seria problemática em quaisquer situações extremas. Esta percepção, de facto, pode ter resultado no muito célebre tabu sobre o seu emprego, que tem persistido por mais de seis décadas⁸⁷. Mas a ameaça do uso dessas armas estratégicas, juntamente com o planeamento de guerra e *targeting* nuclear, fez daquela uma realidade e parte integrante da Política dos EUA.

⁸⁵ Em relação a esta Era nuclear privilegiar-se-ão as orientações gerais da obra colectiva de Philip Bobbit, Lawrence Freedman e Gregory F. Treverton (1989), associadas ao debate estratégico nuclear norte-americano deste período.

⁸⁶ Sobre os efeitos da bomba atómica nas cidades japonesas, vide *United States Strategic Bombs Survey* (1946) [USSBS].

⁸⁷ Para obter mais esclarecimentos sobre o tabu nuclear, consultar os trabalhos de Nina Tannenwald (1999, 2005, 2007).

a. As origens da estratégia nuclear norte-americana⁸⁸

O desenvolvimento da bomba atómica usada contra o Japão culminou num dos empreendimentos mais extraordinários na história dos EUA. Conhecido como Projecto Manhattan, o esforço começou incipientemente em 1939, durante a Presidência de Franklin D. Roosevelt, concretizando-se seis anos mais tarde sob a égide do seu sucessor, Harry S. Truman. Roosevelt, que morreu em 12 de Abril de 1945, nunca viveu para saber se a bomba funcionaria. Contudo, a ele se deve, em larga medida, a construção da bomba (Dallek, 1995). Roosevelt teve a confiança suficiente para desenvolver o Projecto Manhattan como uma prioridade superior da II Guerra Mundial, investindo mais de 2 biliões de dólares, mobilizando a energia e os mais talentosos cientistas, engenheiros do mundo, no que ficou conhecido como uma das maiores (e mais secretas) operações da época. Os resultados do Projecto Manhattan materializaram-se demasiado tarde para afectar o curso da guerra de uma forma significativa, porém foram destinados a ter um impacto profundo na paz subsequente (Williamson et al., 1993). Mas o que motivou a prossecução deste Projecto?

Em termos gerais, a auto-defesa *vis-à-vis* segurança. Esta foi a razão principal, aliás, porque os EUA procuraram esta tecnologia, fundamentalmente porque tinham medo que os nazis a possuíssem. Isto é, indirectamente foram os alemães que desencadearam a corrida ao armamento nuclear durante II Guerra Mundial e que levaram os EUA a desenvolver a primeira arma nuclear (Cirincione, 2008). Os cientistas, incluindo Einstein, estavam tão preocupados que os alemães pudessem possuir estas armas que encorajaram Roosevelt a desenvolver um programa atómico. De facto, inicialmente, a política em torno das armas nucleares dos EUA teve como principal objectivo antecipar e impedir a aquisição deste tipo de armamento a Adolf Hitler, com intuito de possuí-la não para combate, mas como arma de dissuasão. Este processo de construção da política e estratégica nuclear norte-americana envolveu quatro fases capitais, a saber: o desenvolvimento do programa atómico, o papel do Projecto Manhattan, a decisão de emprego das armas nucleares e a criação da NATO.

Na primeira fase, o conjunto de descobertas científicas registadas na primeira metade do século XX, e principalmente na década de 30, permitiram

⁸⁸ Em relação às origens da estratégia, consultar a obra fundamental de Samuel R. Williamson e Steven L. Rearden (1993), para além do artigo de David Alan Rosenberg, (1983). Sobre outros aspectos relacionados com a evolução estratégica norte-americana deste período, *vide* Bernard Brodie (1978) e Lawrence Freedman (2003), capítulo 1.

a fundação da Física Nuclear⁸⁹ e criaram as condições técnicas favoráveis para o desenvolvimento do programa atômico norte-americano.⁹⁰ Neste contexto, Roosevelt foi influenciado a incrementar programas de pesquisa atômica através de dois factores: a carta Einstein-Szilard, que preconizava a urgência dos EUA em produzir a primeira arma atômica perante a ameaça Nazi⁹¹; e a *débâcle* da França em Junho de 1940, e consequente anexação ao III *Reich*. Por estas razões, Roosevelt, percebeu que os EUA seriam obrigados a entrar na II Guerra. Perante tais progressos científicos e políticos, Roosevelt decide criar o Advisory Committee on Uranium, organismo encarregado de estudar a utilização militar do urânio, tendo como seu Director Lyman Briggs; mais tarde, sob a égide de Vannevar Bush, então Presidente do National Defense Research Committee (NDRC). E, é nesta contextura que os *yankees* iniciam objectivamente o desenvolvimento do seu programa atômico (Williamson, et al. 1993).

Paralelamente, o Comité MAUD – um grupo especial que trabalhava sobre a alçada do antigo British Air Ministry – foi encarregue de avaliar a validade do estudo Frisch-Peierls (sobre o U.235), encaminhando as suas conclusões para o Primeiro-ministro Winston Churchill. O Comité informou inicialmente que uma bomba capaz de uma explosão de violência sem precedentes, na verdade

⁸⁹ Formulada no início do século XIX por John Dalton, a primeira teoria do átomo e o pressuposto da indivisibilidade deste não sobreviveriam àquele século. Demonstrada a radioactividade natural de certas substâncias, Ernest Rutherford e Frederick Soddy emprestam-lhe a primeira explicação – a saber, os núcleos dos átomos radioactivos desintegram-se espontaneamente, libertando energia sob a forma de radiação (Em 1895, Conrad Röntgen descobre o raio X e, um ano depois Henri Becquerel descobre a radioactividade natural do urânio; em 1898 Marie e Pierre Curie demonstram fenómeno idêntico em várias outras substâncias). A célebre fórmula ($E = mc^2$) de Albert Einstein deixava, em 1905, antever a potencial magnitude da energia libertada. No entanto, só com a realização da primeira transmutação induzida (reação nuclear), por Rutherford, em 1919, e com a descoberta do neutrão pelo inglês James Chadwick, em 1931, começava-se a esboçar a possibilidade de uma intervenção humana no fenómeno. Em 1934, o casal francês Frédéric Joliot e Irène Curie descobre a radioactividade artificial. Contudo, o ano de 1939 é fundamental na conquista nuclear, o casal Joliot-Curie, em colaboração com Hans Halban e Lew Kowarski, descobre a reacção em cadeia do processo de cisão. Em Abril de 1940, a solução proveio de dois alemães exilados na Inglaterra – Rudolph Peierls e Otto Frisch –, os quais isolam, por fissão induzida, o componente cindível do urânio: o U²³⁵ (Cohen, 1995; Maia, 2003).

⁹⁰ A melhor introdução ainda é o relatório de Henry DeWolf Smyth (1945).

⁹¹ A preocupação dos EUA em torno da ameaça Nazi era motivada pelas seguintes acções de Berlim: por um lado, cientistas alemães tinham adquirido o acesso a *stocks* de óxido de urânio (provenientes da *Union Minière*, em Olen) – inicia-se o que Samy Cohen (1995) designa por batalha da água pesada (em Fevereiro de 1940, o governo francês consegue comprar todo o stock de 220 litros; um mês depois quando a Noruega é invadida, a carga é embarcada rumo à Inglaterra e de lá para o Canadá); por outro lado, a Alemanha, concentrava os seus principais esforços no desenvolvimento das bombas voadoras V1, mas sem abandonar a investigação nuclear e a produção de água pesada na Noruega ocupada.

parecia ser viável. Porém, no início de Julho de 1941, as principais conclusões do MAUD foram reveladas por relatório a Churchill e ao representante da NDRC em Londres, que logo a retransmitiu a Vannevar Bush (Ibid). No essencial, Bush expôs que «one thing is certain if such an explosive were made it would be a thousand times more powerful than existing explosives and its use might be determining» (cit. in NDRC, 1941: 34). Assim, mais do que a carta Einstein-Szilard, o relatório MAUD teve um efeito galvanizador sobre o pensamento oficial dos EUA. Todavia, Roosevelt sentia-se convencido da importância desta nova arma, tendo já aprovado a ideia básica para o seu desenvolvimento (Dallek, 1995).

Neste contexto, a 28 de Junho de 1941 – seis dias depois das tropas alemãs invadirem a URSS –, Bush veria reconhecidos os seus esforços para intensificação do programa atómico, quando Roosevelt através de uma ordem executiva, criou o Office of Scientific Research and Development (OSRD), tendo Bush assumindo a sua direcção. Este Instituto permitiu consolidar a sua posição científica dentro da Casa Branca, informando directamente o Presidente das suas análises e relatórios. Cumulativamente, o NDRC, dirigido por James B. Conant, então Reitor da Universidade de Harvard, tornava-se um órgão consultivo responsável por fazer recomendações de investigação ao OSRD.

Na segunda fase, depois do ataque japonês a Pearl Harbor, depressa se constatou o predomínio dos militares no programa atómico norte-americano, com o Exército a assumir a responsabilidade global da sua gestão, denominado Manhattan Engineer District, sob a direcção de Leslie R. Groves do Corpo de Engenheiros. Estava de pé o Projecto Manhattan⁹², que mobilizaria cerca de 140 mil pessoas, sustentado por urânio proveniente, além de zonas dos EUA, Canadá e Congo Belga (Cohen, 1995).⁹³ Em 1944, uma unidade de serviços secretos especiais dos EUA, conhecida como a *Alsos Mission*, operando nas linhas da frente do teatro de guerra na Europa, tinha descoberto a primeira evidência sólida, confirmando o que os cientistas ingleses e norte-americanos suspeitavam há algum tempo, que o programa alemão mal tinha avançado para além da fase de investigação (Williamson et al., 1993). Samuel Goudsmit, director científico de Alsos, considerava que:

Although it was evident from the papers that the work had a high priority and that the Army was taking part in, nowhere did we find

⁹² A principal referência sobre esta matéria é o relatório de F. G. Gosling (1999).

⁹³ No final de 1942, três grandes pólos industriais são criados para o efeito: Oak Ridge, para a separação isotópica do Urânio 235; Hanford, destinado à produção de plutónio; e Los Alamos, expressamente ocupado com o fabrico da bomba.

evidence of a large effort. As far as the German scientists were concerned, whole thing was still on an academic scale (1996: 71).

No essencial, a velocidade e o segredo foram as palavras-chave do Projecto Manhattan. E segundo as palavras de F.G. Gosling: «*Secrecy proved to be a blessing in disguise*» (1999: 19).

No xadrez político, e apesar de repetidas diligências por parte dos EUA para promover as relações de solidariedade entre norte-americanos e soviéticos, contra a Alemanha Nazi e a favor da cooperação pós-Guerra, Roosevelt não conseguiu superar as décadas de desconfiança mútua e tensas relações entre Washington e Moscovo que se registaram depois da revolução Bolchevique de 1917. Neste sentido, foi o entendimento de Churchill que prevaleceu, de que a informação sobre energia atômica deveria ser a mantida o mais longe possível dos soviéticos. Todavia, o Projecto de Manhattan havia alcançado o ponto onde, com ou sem concorrência alemã, ou desconfiança soviética, dois tipos de engenhos estavam em desenvolvimento final: uma bomba usando U.235, com uma potência de várias toneladas de TNT, que dispensaria o ensaio de campo; e uma bomba de implosão-tipo de plutónio básico, teoricamente mais experimental mas capaz de muito mais poder. A confirmação do *design* da última foi viável e materializou-se a 16 de Julho de 1945, com a bomba TRINITY a ser testada em Alamogordo, Novo México, tendo produzido uma explosão de 19 kt. No geral, para os cientistas do Projecto de Manhattan, a TRINITY culminou anos de esforço agonizante, validando as suas teorias e dando provas concretas que, apesar das dúvidas de alguns e pessimismo de outros, o dinheiro, tempo, e os recursos investidos no projecto não tinham sido desperdiçados. Mas, para os militares, a TRINITY marcou simplesmente o princípio do fim da II Guerra Mundial.

Na terceira fase, a II Guerra Mundial tinha observado a emergência da doutrina do bombardeamento estratégico, no qual o bombardeamento aéreo das cidades foi usado para destruir a vontade e a capacidade de lutar do inimigo⁹⁴ (Brodie, 1971). Neste sentido, a ideia de empregar armas nucleares em cenário de guerra, começou a ser ponderada poucos meses antes da própria existência da TRINITY. Em Março de 1945, Szilard pede uma vez mais ao seu amigo Einstein (1945) que interceda junto do Presidente, mas, desta vez, para apelar a que este não fizesse uso da bomba contra o Japão. Não obstante, outros

⁹⁴ As recomendações iniciais podem ter destacado o potencial tático de armas nucleares para apoiar uma invasão militar, mas o seu uso claramente seguiu os princípios do bombardeamento estratégico, na medida em que os ataques estavam destinados a obrigar o Japão a render-se, com a ameaça de um novo ataque nuclear em caso de recusa.

consideraram o uso da bomba atômica como um meio para atingir um fim, isto é, a utilização da Bomba-A serviria para terminar a guerra o mais rapidamente possível e salvar centenas de milhares de soldados norte-americanos (Schelling, 1966). A 12 de Maio de 1945, Roosevelt morreu sem ter conhecimento da carta. Harry Truman, vice-presidente, sucede-lhe. Como Presidente, Truman enfrentou o problema de como terminar a guerra no Japão. Quando foi avisado da existência da bomba (pouco antes do teste) por Henry L. Stimson – Secretário da Guerra –, Truman cria uma nova Comissão (Interim Committee) que, a 1 de Junho de 1945 recomenda a utilização de uma bomba atômica contra o Japão. O referido engenho, advogaram os seus defensores, obrigaria os japoneses a uma rendição incondicional. No entanto, à medida que se aproximava a data da possível utilização da bomba contra o Japão, alguns cientistas expressaram uma opinião muito divergente.⁹⁵ Estes alegaram que os EUA sacrificariam a sua liderança moral, se a bomba fosse empregue sem aviso prévio, e incitaram a que a primeira utilização daquela arma fosse meramente uma demonstração. Apesar desta terrível demonstração de força, o poder nuclear teve dificuldades em afirmar-se na política de Defesa norte-americana (Kissinger, 2007). Durante os dois anos seguintes ao fim da II Guerra, faltaram aos EUA, bombardeiros, armas e técnicos capazes de garantir a capacidade nuclear para um ataque forte.

Em relação à quarta fase, a 26 de Junho de 1945, logo após o colapso da Alemanha e semanas antes da capitulação do Japão, 50 nações assinaram, a Carta da ONU, em São Francisco. Após uma das guerras mais devastadoras da História, tendo ainda bem presente o malogro da Liga das Nações, ressurgiu a tentativa de construir um sistema de segurança colectiva. Se, por um lado, a derrota de duas Potências militares e industriais, a Alemanha e o Japão, teria deixado um vácuo da força e poder tanto a Ocidente como a Oriente; por outro lado, todas as Potências triunfantes seriam membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. A história do período ulterior é aquela de como o Kremlin, ajudado por circunstâncias excepcionalmente favoráveis, usou a força combinada do Exército Vermelho e do Bloco Comunista para expandir a sua política ao planeta e de como o resto do mundo reagiu (Ismay, 1995). Porém, os EUA e seus aliados teriam uma palavra importante a dizer.

Neste contexto, a Europa Ocidental e os EUA estabeleceram uma rede de ligações muito fortes ao nível político, militar e social. As forças de ambas as Partes passaram, então, a ser canalizadas para a reconstrução da Europa,

⁹⁵ Entre os principais, George L. Harrison (1945) e a petição contra o uso de armas nucleares de Szilard (1945) e outros 69 cientistas, engenheiros e técnicos do Metallurgical Laboratory do Projecto Manhattan.

contando com o apoio económico-financeiro dos EUA, no quadro do Plano Marshall. No entanto, apesar deste apoio, a Europa Ocidental teria de enfrentar uma URSS tida como inimiga dos valores que sustentavam a sua reconstrução. Face a uma ameaça como esta, constituiu-se em 4 de Abril 1949 o Tratado do Atlântico Norte (TAN)⁹⁶, cuja estrutura militar viria a ser criada em 1950, com a criação da NATO⁹⁷. O artigo 3º do Tratado obriga que:

As Partes, tanto individualmente como em conjunto, manterão e desenvolverão, de maneira contínua e efectiva, pelos seus próprios meios e mediante mútuo auxílio, a sua capacidade individual e colectiva para resistir a um ataque armado (TAN, 1949).

Em junção com o artigo 5º «*as Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas*», tendo cada um dos Estados-membros a capacidade de exercer o «*direito de legítima defesa, individual ou colectiva*» (Ibid). Neste contexto, pode-se deduzir, de uma forma geral, como sendo uma das suas funções principais, a salvaguarda da liberdade e segurança de todos os seus membros através de meios políticos e militares. E, dada existência de um inimigo comum (a URSS), para além da promoção de confiança e ajuda entre os seus membros, a concretização de uma estrutura militar operacional capaz de prevenir conflitos armados e assegurar a pretendida Defesa colectiva, como seu principal objectivo.⁹⁸ Porém, não como uma resistência puramente estratégico-militar ao Pacto de Varsóvia, este só seria criado em 1955, mas como reacção político-ideológica em relação sobretudo às políticas comunistas expansionistas da URSS.

Durante a Guerra Fria e apesar de parecer contraditório, o nível de confiança entre os EUA e a URSS foi o eixo de desenvolvimento de todo o ambiente internacional, dependendo, basicamente, do nível dos arsenais militares quer da NATO, quer do Pacto de Varsóvia. Com ambas a conservarem a capacidade de ditar o fim do adversário, a atmosfera de dissuasão nuclear imperou na segunda metade do séc. XX (Morgan, 2003), marcada, até certa altura, pela ameaça MAD, consubstanciada em planos de alerta contínua e de definição de

⁹⁶ Em 1949, foram doze os Estados – membros fundadores da Aliança – que assinaram o Tratado de Washington, a saber: a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, a França, a Islândia, a Itália, o Luxemburgo, a Holanda, a Noruega, Portugal, o Reino Unido, e, claro, os EUA. Para mais informações acerca da NATO e da composição dos seus membros *vide* o glossário.

⁹⁷ No que diz respeito à construção do sistema da NATO, *vide* Marc Trachtenberg (1999), capítulo 5. ⁹⁸ Sobre os objectivos e funções da NATO, é incontornável a expressão de Lord Ismay (1995), seu primeiro Secretário-Geral, em 1950, ao afirmar que esta organização foi criada «*to keep the Russians out, the Americans in, and the Germans down*».

alvos estratégicos.⁹⁹ Estava, deste modo, iniciado o período bipolar da Primeira Era nuclear, entre as duas superpotências: EUA e URSS.

b. Do monopólio nuclear à retaliação massiva (1945-1960)

A administração de Harry Truman, apesar de forçar a renúncia do Japão através do bombardeamento atômico, foi inicialmente bastante hesitante em relação à utilidade política e militar das armas nucleares. Neste contexto, surgiriam duas escolas de pensamento sobre o papel destas armas nos EUA: a primeira, teve como seu principal proponente o Secretário de Guerra Henry Stimson, que defendia que os segredos em torno da bomba atômica norte-americana eram aparentes por via da sua natureza científica e que não poderiam ser monopolizados para sempre, acreditando, também, que a manutenção deste tipo de engenho no arsenal obrigaria a URSS a desenvolver a sua própria arma a fim de restaurar o equilíbrio de poder; a segunda escola, encabeçada pelo Secretário de Estado James F. Byrnes, considerava que o monopólio dos EUA sobre as armas nucleares havia sido adquirido legitimamente e não devia ser entregue a terceiros, na sua opinião a URSS só entendia o vocábulo *força* e, portanto, só poderia ser subjugada por estas. Este pode ter sido o período de monopólio nuclear dos EUA, mas o valor daquele poderia ser certamente questionado.¹⁰⁰ Neste âmbito, o governo encetou um conjunto de planos de guerra nuclear enfatizando o bombardeamento estratégico para neutralizar a capacidade bélica vital da URSS¹⁰¹ (McDonough, 2006). Durante os primeiros anos a Primeira Era Nuclear, o papel retransmissor dos *media* ocidentais acabaria por ser determinante para prossecução desta percepção (Lente, 2010).

A formulação de uma nova estratégia nuclear por parte da administração Truman, levou o Conselho Nacional de Segurança (NSC), em 1948, a aprovar o NSC-30, determinando que o:

National Military Establishment must be ready to utilize promptly and effectively all appropriate means available, including atomic weapons, in the interest of national security and must therefore plan accordingly (cit. in Sagan, 1990: 16).

⁹⁹ No que toca à estabilidade estratégica durante a Guerra Fria, vide Thérèse Delpech (2001) e Keith B. Payne (2003).

¹⁰⁰ Por exemplo, o número de sistemas de lançamento de armas nucleares era muito reduzido.

¹⁰¹ Entre os vários planos (Broiler, *Bushwacker*, *Half-moon*, *Trojan*) deste período, distingue-se o plano *DropsHOT* de 1949, como sendo o mais sistemático destes planos de guerra nuclear. Sobre estas matérias, vide Desmond Ball (1983), capítulo 1. Truman ameaçaria o uso de armas nucleares em duas ocasiões: a crise de Berlim de 1948, e o período 1950-52 relativo à guerra da *ww*, embora essas ameaças fossem ambíguas e hesitantes (Betts, 1987).

Em 1952, este planeamento de guerra nuclear foi institucionalizado através: da Joint Strategic Capabilities Plan (JSCP), que governaria as operações de guerra durante esse ano fiscal; da Joint Strategic Objectives Plan (JSOP), que regularia as operações durante três a cinco anos; e do Joint Long Range Strategic Estimate, que regeria as exigências da investigação após o fim do plano JSOP.¹⁰² A Leste, a doutrina oficial para consumo externo apostava na desvalorização do poder nuclear, mas internamente, por ocasião do Soviète Supremo de 1946, a palavra de ordem era acabar rapidamente com o monopólio americano (Kissinger, 2007). Em 1949, sinais radioactivos sobre o mar do Japão confirmavam a explosão de uma bomba atómica soviética. O NSC-68 previu que a URSS teria 200 bombas nucleares e, por esse facto, poderia atingir seriamente os EUA (NSC, 1950). Este progresso teve um efeito paradoxal, se por um lado desencorajava doutrinas baseadas no uso de armas nucleares, por outro facultava aos EUA a instituição de uma estratégia nuclear baseada na contenção.

Com a Segunda Revolução Nuclear – a criação da Bomba H –, iniciou-se nos EUA, muito por impulso da detecção da primeira explosão atómica soviética, o projecto da bomba de hidrogénio, em 1950. O engenho designado *super*¹⁰³ pela comunidade científica, era tido como o sequente passo lógico para o desenvolvimento nuclear e aquele que forneceria aos americanos, a curto prazo, uma capacidade substancial para alcançar a superioridade estratégica (Freedman, 2003). Esta posição adquiria extrema importância para os EUA, sobretudo depois de terem perdido a exclusividade deste tipo de armamento para a URSS. Porém, o empreendimento não era pacífico, valendo a oposição de grandes nomes ligados ao projecto da bomba atómica, como Enrico Fermi e Julius Oppenheimer¹⁰⁴ (líder científico do projecto Manhattan), levando o último a criar o General Advisory Committee (GAC) do Comité de Energia Atómica (AEC)¹⁰⁵ Norte-americano. O relatório do GAC, além de argumentar contra o desvio de fundos provenientes do programa da bomba de fissão, forneceu também razões estratégicas e morais para não prosseguir com o *super*, deste modo:

¹⁰² Estes planos formariam a base do Plano Operacional Integrado Único (*Single Integrated Operational Plan – SIOPI*) em 1960, defendendo o uso de armas nucleares com uma opção de último recurso.

¹⁰³ Segundo Freedman, o engenho era descrito, do seguinte modo: «*in more strongly worded appended opinions, the super was described as being a weapon of genocide, beyond any military objectives and into the range of a very great natural catastrophe*» (2003: 63).

¹⁰⁴ Também Albert Einstein, que se mantivera afastado do projecto Manhattan (recusando participar na Comissão Consultiva de Cientistas), apela a Truman que não dê seguimento ao projecto, sem, no entanto, o conseguir demover.

¹⁰⁵ Sobre a história da AEC, vide o relatório de Alice L. Buck (1983).

There is no limit to the explosive power of the bomb itself except that imposed by the requirements of delivery... [also] it has generally been estimated that the weapon have an explosive effect of some hundreds of times that the present fission bombs. ...It is clear that the use of this weapon would bring about the destruction of innumerable human lives; it is not a weapon which can be used exclusively for the destruction of material installations of military...Its use therefore carries much further than atomic bomb itself the policy of exterminating (AEC, 1949).

Contudo, estes argumentos não conseguiram convencer a liderança política dos EUA. No rescaldo da ponte aérea a Berlim, da queda da China nacionalista e da bomba atómica soviética, existia pouco optimismo sobre eventuais negociações com a URSS sobre qualquer matéria. Por conseguinte, Truman autorizou o desenvolvimento, e mais tarde, a produção da Bomba-H. A bomba atómica soviética tinha introduzido uma corrida ao armamento de uma forma que nunca se tinha sentido antes, sendo imprescindível manter-se à frente da corrida (Freedman, 2003). Neste contexto, Edward Teller, que tivera menor protagonismo no fabrico da primeira bomba, abraça entusiasticamente este novo projecto; e, em Novembro de 1952, tem lugar a explosão de um engenho de 65 toneladas, com potencial destrutivo equivalente a 10 milhões de toneladas de TNT, o que é dizer, 500 vezes superior ao poder de TRINITY (Maia, 2003). Posteriormente, ainda não havia passado um ano desde a explosão da primeira bomba termonuclear – *Ivy Mike* –, os EUA detectam a explosão de uma Bomba-H soviética, com uma solução (o método TOKAMAK) ainda não testada pelos norte-americanos.

Se a administração Truman colocou a tónica na capacidade convencional, a nova administração Eisenhower, e sobretudo o Secretário John Foster Dulles, que tinha uma visão perturbadora da URSS como um adversário ideologicamente agressivo, procurava derrubá-lo por intermédio da subversão e da guerra limitada. Eisenhower, em vez de exibir um cenário convencional e simétrico, anunciou uma nova estratégia assimétrica – *New Look*¹⁰⁶ –, consubstanciando-se na reacção aos desafios postos pelo adversário, apostando na força de um contra a fraqueza do Outro.

No primeiro ano do seu mandato, Eisenhower, num memorando enviado a Dulles, fez notar que quando os soviéticos adquirissem armas termonucleares, os EUA poderiam encontrar-se vulneráveis a um *crippling strike*, e nestas circunstâncias seriam obrigados a agir da seguinte forma:

¹⁰⁶ Sobre este conceito, consultar os trabalhos de Saki Dockrill (1996), Herman Wolk (2003), e Gaddis (2005), capítulo 5.

We should patiently point out that any group of people, such as the men in the Kremlin, who are aware of the great destructiveness of these weapons... must be fairly assumed to be contemplating their aggressive use... [And] we would have to be constantly ready, on an instantaneous basis, to inflict greater loss upon the enemy than he could reasonably hope to inflict upon us. This would be a deterrent – but if the contest to maintain this relative position should have to continue indefinitely, the cost would either drive us to war – or into some form of dictatorial government. In such circumstances, we would be forced to consider whether or not our duty to future generations did not require us to initiate war at the most propitious moment that we could designate (Eisenhower, 1953).

Porém, a lógica da estratégia da guerra preventiva¹⁰⁷ baseada no ataque ao adversário antes da aquisição de uma capacidade estratégica ameaçadora, seria gradualmente esbatida com a crescente proliferação nuclear. De facto, esta situação iria constituir a base para a doutrina preemptiva de George W. Bush, evidenciada na campanha de contra-proliferação de 2003 no Iraque. Em termos gerais, as políticas de Eisenhower sobre a variável nuclear basicamente correspondiam à doutrina de retaliação massiva.

Neste âmbito, o NSC-162/2 previu três prioridades: armas nucleares tácticas, capacidade de contra-forças ofensiva e de defesa estratégica. Assim, quando o alarme é dado, a 4 de Outubro de 1957, com o lançamento do Sputnik – provocando um efeito comparável ao da primeira bomba atómica soviética, e constituindo prova da capacidade da URSS em atingir, não já por bombardeiros, as cidades americanas –, os EUA vêem-se obrigados a empreenderem um vultuoso investimento em mísseis intercontinentais (ICBM) e de médio alcance (MRBM). Com efeito, entre 1958 e 1960, o arsenal nuclear dos EUA triplicou em tamanho de 6.000 para 18.000 ogivas (Rosenberg, 1983).

Por seu turno, os planos de guerra criados pelo Comando Aéreo Estratégico (*Strategic Air Command – SAC*) apresentariam elementos tanto de *nuclear overkill* como de preempção. De acordo com o primeiro SIOP, designado de SIOP-62, um ataque nuclear que consistia em lançar toda a força estratégica operacional de 3.500 armas nucleares contra as 1.050 Designated Ground Zeroes (DGZs) da URSS, China Comunista e outros Estados-satélite. Porém, foi feito um esforço para reduzir o número de DGZs e incorporar a objectivos militares na escolha de alvos nucleares, sendo que a *nuclear overkill* só seria

¹⁰⁷ Em relação ao pensamento estratégico em torno da guerra preventiva durante este período, vide Gian P. Gentile (2000).

war...should be the destruction of the enemy's military forces, not of his civilian population (1962: 67).

Contudo, sem surpresas, o empenhamento dos EUA em criar um conjunto de opções para uma estratégia de contra-forças ofensiva (que excluía o ataque a cidades), dirigidas às forças convencionais e nucleares soviéticas, suscitou uma reação hostil por parte da URSS. Neste aspecto, a estratégia contra-forças tende a romper a estabilidade nuclear. Com efeito, qualquer movimento nesse sentido de um dos Blocos, tende a originar um esforço análogo por parte do adversário, traduzindo-se numa intensificação da corrida armamentista e num acréscimo da tensão ao nível da guerra fria (Couto, 1989). O Bloco Comunista estaria, não só numa posição nuclear inferior e vulnerável a um primeiro ataque massivo ocidental, como daria, ao mesmo tempo, à Força Aérea norte-americana (USAF) uma ideia de superioridade estratégica, ao associar a estratégia de contra forças à capacidade de lutar e vencer uma guerra nuclear.¹¹¹ Segundo Freedman os oficiais da USAF justificariam os seus novos e caros programas em torno desta estratégia ao «*[they] spoke and wrote about nuclear war, as a normal military operation rather than as a hideous eventuality, involving deep horror and tragedy*» (2003: 230).

Assim, em 1967, a NATO adoptou a doutrina da resposta flexível, segundo a qual a Aliança manteria operacional uma série de respostas de natureza quer convencional quer nuclear, a todos os níveis de agressão. O novo conceito estratégico (MC 14/3) acentuou o grau de flexibilidade na resposta defensiva da NATO, ao mesmo tempo que introduziu um elemento novo: a escalada na resposta da Aliança. Nestes termos, foram previstas três fases principais na resposta a um ataque soviético: a defesa directa, procurando deter a agressão inimiga; a escalada deliberada, incluindo diversas formas de travar a agressão, controlando-se a intensidade da resposta mas tornando iminente a ameaça nuclear; e por fim, a resposta total, utilizando a capacidade nuclear (Pedlow, 1997). Todavia, foi só depois de 1967, que a doutrina nuclear dos EUA foi dominada pela MAD, e, mesmo assim, a política dominante permaneceu

¹¹¹ A crise de Berlim de 1961 desempenhou um papel central na política de reforço da capacidade contra-forças nuclear. A USAF defendeu um primeiro ataque nuclear durante a crise no sentido de limitar danos para os EUA, enquanto um conjunto de especialistas civis sob a égide do então Subsecretário da Defesa Paul H. Nitze desenvolviam um plano secreto de contingência, envolvendo um primeiro ataque de contra-forças (Betts, 1986-87; Kaplan, 2001).

significativamente alterada com a implosão da URSS e a consequente redução de alvos russos (Rosenberg, 1983). Em suma, a preempção não só permaneceria um recurso do SIOP durante a Guerra Fria, mas também se reflectiria na importância residual dada aos níveis elevados de alerta no período posterior ao desmembramento da URSS, sobretudo na preparação do sistema Lançamento imediato diante do sinal de alerta (*Launch-on-Warning* – LOW).

c. Da resposta flexível à MAD (1961-1973)

Apesar dos elevados níveis de alerta de perigo máximo ao longo dos anos 1960, foi a administração de John F. Kennedy que teve de enfrentar realisticamente uma maior capacidade nuclear Soviética e correspondente vulnerabilidade americana. Esta situação levou à criação do *Poodle Blanket*, um plano que designou uma resposta graduada (em quatro fases, sendo que a última incluía o emprego nuclear) às provocações soviéticas em relação à crise de Berlim de 1961 (Freedman, 2003).¹⁰⁸

A necessidade de flexibilidade levou a administração Kennedy a examinar formas de expandir e reestruturar as opções nucleares na escolha de alvos, codificadas no SIOP-62. Kennedy defendeu a utilidade estratégica dos ataques contra-forças, claramente para alcançar opções flexíveis nucleares, mas na realidade, traduziu-se numa capacidade para um primeiro ataque nuclear preemptivo (Gavin, 2001). A estratégia da resposta flexível, portanto, conduziu a uma nova política nuclear na escolha de alvos, direcionada fortemente para a ideia de uma estratégia de *no cities* (ou *city avoidance*)¹⁰⁹, segundo a qual esses alvos serviriam como um ponto de referência às opções de dissuasão na eventualidade de uma guerra nuclear.¹¹⁰ Segundo Robert McNamara, criador desta teoria, esta salientou que:

The United States has come to the conclusion that, to the extent feasible, basic military strategy in a possible general nuclear war should be approached in much the same way that more conventional military operations have been regarded in the past. That is to say, principal military objectives, in the event of a nuclear

¹⁰⁸ Este plano seria aprovado em Outubro de 1961, como o *National Security Action Memorandum* (NSAM) 109.

¹⁰⁹ Relativamente a uma análise criteriosa e aprofundada acerca desta estratégia nuclear, vide Freedman (2003), capítulo 15.

¹¹⁰ Na *target list* de 1969, estima-se que 11,3 % de 1.860 alvos dos EUA no Bloco Soviético eram urbano-industriais, e o resto seriam sistemas de lançamento de mísseis, alvos Missil Terra-Ar (*Surface to Air Missile – SAM*) e bases aéreas, sistemas C3, instalações de armazenamento e produção de armas de destruição em massa (ADM) (McDonough, 2006).

concentrada numa mistura de estratégias de contra-forças e contra-recursos.¹¹² Com a aceitação da MAD, as capacidades nucleares soviéticas começaram a ser vistas numa perspectiva mais positiva e tranquilizadora – o equilíbrio do terror era estável em vez de frágil.

Por último, foi durante a administração Lyndon Johnson que cresceu a preocupação em torno das implicações estratégicas da potencial capacidade nuclear da China. De facto, a administração Johnson rejeitou este tipo de acções preventivas contra Pequim e, em vez disso, comprometeu-se a efectivar uma campanha massiva de vigilância secreta e implementação de alguns sistemas de Mísseis Anti-balísticos (*Anti Ballistic Missiles* – ABM) iniciais. Paralelamente, assistiu-se à admissão ao clube nuclear do Reino Unido, China e França. Neste contexto foi criado o Tratado da Não-Proliferação de Armas Nucleares (*Non-Proliferation Treaty* – NPT) que tinha por objectivo limitar o clube nuclear aos cinco membros com assento permanente no Conselho Segurança da ONU, assegurando benefícios pacíficos da tecnologia nuclear para qualquer país que não decidisse desenvolver armas nucleares.

(1) As negociações SALT

No início da década de 1970, convém referir o esforço dos EUA e da URSS em diminuir a instabilidade provocada pelo contínuo apetrecho das mútuas capacidades nucleares. Esse esforço foi essencialmente levado a cabo através das Negociações de Limitação de Armamentos Estratégicos (*Strategic Arms Limitation Talks* – SALT), iniciadas em 1969. Estas negociações desenvolveram-se em torno da ideia de que, quanto menor fosse a capacidade ofensiva de uma das partes, menor deveria também ser a capacidade de retaliação da outra neutralizando assim o mecanismo em que se baseia a corrida de armamentos. O primeiro Tratado SALT foi alcançado em 1972, determinando cortes na capacidade de Washington e de Moscovo lançarem mísseis ABM¹¹³. Se, por um lado, este

¹¹² Por exemplo, o JSOP de Fevereiro de 1967 continuou a sublinhar tais noções como opções, controlo, flexibilidade e ataques sequenciais (Ball, 1986). Segundo Charles H. Fairbanks, Jr., a importância do MAD na doutrina estratégica nuclear «*through the 1960s, the Defense Department and successive presidential administrations allowed mutually assured destruction (...) to be perceived as strategic doctrine. And, indeed, MAD did have significant subsequent influence over plans and technology blunting calls for greater weapons accuracy. However, MAD never became, in practice, America's strategic doctrine*» (2004: 137).

¹¹³ De acordo com o Tratado ABM, os EUA e a extinta URSS ficavam autorizados a instalar em apenas dois pontos geográficos nacionais sistemas anti-mísseis. Um dos pontos serviria para proteger a capital e teria de estar separado por, no mínimo, 1.300 quilómetros do segundo. O Tratado previa ainda que em cada ponto não poderiam existir mais de cem mísseis e cem lançadores para interceptar ataques inimigos. Para mais informações vide glossário.

avanço relativo dos sistemas defensivos não teve semelhante desenvolvimento ao nível dos sistemas ofensivos, designadamente ao nível dos ICBMs e Mísseis Balísticos Lançados de Submarinos (*Submarine-Launched Ballistic Missiles* – SLBM), cujos avanços tecnológicos não pararam de se registar. Por outro lado, o SALT I concentrou a sua atenção na redução de dispositivos de lançamento defensivos e nas ogivas que esses sistemas pudessem conter, não abrangendo qualquer tipo de armas nucleares táticas. Este objectivo viria a ser atingido no Tratado SALT II, no âmbito do qual também foram abrangidos os ICBMs e os Mísseis com Veículo de Reentrada de Alvos Múltiplos Independentes (*Multiple Independently Targetable Re-entry Vehicle* – MIRV)¹¹⁴.

Todavia, desde o princípio das negociações, as Partes interessadas sentiram que existiam várias questões estratégicas e incongruências cruciais a responder, sobretudo por parte dos EUA. Os estrategas norte-americanos estavam preocupados que a URSS procurasse uma medida clara de superioridade estratégica quantitativa em mísseis balísticos, que pudesse forçar os EUA a recuar ou desistir em eventuais confrontações. Por conseguinte, a futura estrutura de equilíbrio estratégico entre as duas superpotências parecia cada vez mais favorável à URSS, na medida em que os líderes soviéticos poderiam procurar explorar esta vantagem em futuros confrontos político-militares. Henry Kissinger, então Conselheiro de Segurança Nacional, considerou esta mudança do equilíbrio estratégico particularmente perturbadora – mormente associada a cortes de despesas na Defesa dos EUA¹¹⁵, ao declínio relativo do seu poder no ordenamento internacional, e ao esperado impacto adverso sobre a sua capacidade de gerir as tensões com a URSS –, ao limitar a resposta dos EUA para a ameaça do uso de armas nucleares de forma convincente (sobretudo a credibilidade do arsenal estratégico norte-americano para apoiar a dissuasão alargada). Neste contexto, as forças estratégicas soviéticas sob alçada do SALT foram de tal forma reconfiguradas pela modernização exigida, que poderiam pelos seus números e diferentes tipos de armas apoiar uma capacidade de lutar e vencer uma guerra nuclear (Terriff, 1995). Não só seriam benefícios derivados da erosão das forças estratégicas dos EUA, mas também do domínio da URSS de tecnologias avançadas como o MIRV, sendo também plausível que até com

¹¹⁴ O SALT II não seria ratificado pelo Congresso dos EUA, atendendo à invasão soviética do Afeganistão, em 1979.

¹¹⁵ Por exemplo, insuficiência de meios militares para promover a sua diplomacia, que neste período se encontrava em crise, tornaria cada vez mais difícil contrariar os desafios soviéticos na periferia (nomeadamente, guerras quentes como a do Vietname, os movimentos de guerrilha em África) com êxito (Terriff, 1995). Para um estudo aprofundado sobre equilíbrio estratégico e impacto adverso desses cortes na política de segurança dos EUA, consultar Kissinger (1979).

um acordo de limitações de armas bem-sucedido¹¹⁶, o equilíbrio de poder global (entre as duas superpotências) pudesse dar vantagem à URSS (Ibid). Neste sentido, a revisão da doutrina do *targeting* contra qualquer ameaça norte-americana de armas nucleares mais credível pareceu dar a única solução para os dilemas que Kissinger previu.

d. O período pós-MAD (1973-1985)

Embora os EUA e a URSS tivessem consciência da MAD, a década de 70 ficou marcada por diversas iniciativas. A primeira, já referida, visou a criação de um clima propício ao controlo de armamentos, mediante as negociações dos Tratados SALT. A segunda mostrou a fragilidade da dissuasão nuclear em consequência dos avanços tecnológicos norte-americanos e soviéticos como o desenvolvimento de sistemas MIRV; de sistemas de mísseis de cruzeiro; e da utilização de sistemas nucleares de pequeno e longo alcance (Nogueira, 2006). Assim, e considerando o nível de aperfeiçoamento tecnológico das capacidades colocadas à disposição dos militares, a ideia de MAD começou a recolher crescentes críticas desde logo pelo facto desta estratégia: por um lado, não se basear em conceitos como credibilidade, invulnerabilidade ou estabilidade; e por outro lado, sobre o facto desta estratégia se basear na retirada de protecção das populações civis *tout cours*, caso se concretizasse uma estratégia de emprego de armas nucleares por parte dos soviéticos¹¹⁷. Deste modo, a questão que se colocava era cada vez mais a de saber qual a alternativa a seguir caso a dissuasão nuclear (mútua) falhasse.¹¹⁸

Esta dissuasão baseou-se na ideia de MAD entre os EUA e a URSS, assegurando a ambos uma capacidade de segundo ataque, que previa danos inaceitáveis. Na década de 70, já com Leonid Brezhnev ao poder, Moscovo tinha conseguido uma paridade numérica com seus mísseis ICBMs e despendia uma considerável energia para alcançar a paridade com os mísseis SLBMs, também. Com o advento tecnológico dos MIRV¹¹⁹, a problemática da paridade nuclear complicou-se. Os Soviéticos estavam a desenvolver grandes foguetões,

¹¹⁶ Segundo Terry Terriff, «an arms control agreement that legitimized the (...) [SALT] strategic imbalance might provide the Soviet Union with even greater confidence to challenge U.S. interests that it had already demonstrated» (1995: 89).

¹¹⁷ Sobre as críticas à capacidade de MAD, consultar Heuser (1997) e Freedman (2003), parte final do capítulo 24.

¹¹⁸ Esta preocupação teve eco no seio da NATO, porque com a aprovação do conceito estratégico MC 14/3, ficou em aberto a definição das circunstâncias em que deveriam ser usadas as armas nucleares.

¹¹⁹ Antes, um foguetão transportava uma ogiva de Veículo de Reentrada (RV); com a tecnologia MIRV, um foguetão propulsor conseguia lançar um míssil capaz de transportar várias RVs (cada um levando uma ogiva nuclear), e tendo mérito de atingir, em simultâneo, múltiplos alvos.

que, eventualmente, seriam capazes de transportar mais MIRVs do que o americano *Minuteman*, criando a possibilidade de uma vantagem num eventual ataque contra-forças soviético contra a força dos mísseis americanos ICBMs (McDonough, 2006).

No plano político interno e externo, os EUA experienciavam um período durante o qual a confiança e as garantias de segurança foram sendo questionadas devido ao fracasso do Vietname. Neste contexto, o advento da MAD foi visto progressivamente como tendo uma importância relevante no equilíbrio psicológico entre as superpotências, na medida em que um lado precisaria de convencer um adversário – pela obtenção de recursos mais letais ou pela sinalização irracional na tomada de decisão da *Madman Theory*¹²⁰ – que uma ameaça nuclear era crível. Contudo, não se pode subestimar a ameaça militar posta pela paridade estratégica. Esta foi entendida como sendo capaz de trazer credibilidade às garantias de uma dissuasão nuclear alargada por parte dos EUA aos seus aliados europeus. Assim, em meados de 1975, a URSS não só tinha conseguido a paridade com as forças nucleares dos EUA, como, em termos de forças terrestres, tinham-na superado¹²¹ (Ibid).

Numa clara resposta a estes desenvolvimentos, as administrações de Richard Nixon, Carter e Reagan constituíram três desenvolvimentos inter-relacionados que modificariam totalmente a doutrina nuclear norte-americana, expandindo a sua política da *nuclear-targeting policy* e definindo as bases para a mais recente fase evolutiva da estratégia nuclear dos EUA.

(1) O nascimento da doutrina Schlesinger¹²²

Enquanto se considerava que, a MAD nunca seria totalmente rejeitada por futuros governos americanos, inúmeras modificações em relação a essa doutrina seriam realizadas. Sob o jugo da administração Nixon, a constatação de um equilíbrio de terror e a possibilidade dos soviéticos alcançarem uma vantagem nesta destruição, obrigou os EUA a anunciar a ideia de suficiência.

¹²⁰ Segundo H. R. Haldeman, antigo de Chefe de Gabinete da Casa Branca, Nixon disse-lhe que: *‘I call it the Madman Theory. Bob. I want the North Vietnamese to believe I’ve reached the point where I might do anything to stop the war. We’ll just slip the word to them that, for God’s sake, you know Nixon is obsessed about Communism. We can’t restrain him when he’s angry – and he has his hand on the nuclear button’ – and Ho Chi Minh himself will be in Paris in two days begging for peace* (1978: 83). Sobre a natureza da teoria *Madman* e sua análise estratégica, consultar Scott Sagan e Jeremi Suri (2003), e também o artigo de James Carroll (2005).

¹²¹ Sobre tudo com activação dos ICBMs de quarta geração, os SS-17, SS-18 e SS-19, com precisão e poder destrutivo substancialmente melhorado (McDonough, 2006).

¹²² Sobre uma análise cuidada da doutrina Schlesinger vide o importante contributo de Terry Terriff (1995), capítulo 1.

Esta refere-se à necessidade de manter forças capazes de infligir um nível suficiente de danos contra o adversário, *per si* capaz dissuadi-lo, que por sua vez garantiria aos EUA uma capacidade de resolução de problemas e protecção dos seus interesses, insofismável. Neste aspecto, salientam-se quatro critérios: uma capacidade de um segundo ataque seguro; a susceptibilidade de evitar medidas agressivas; capacidade de infligir mais danos e destruição à URSS, em acaso de conflito nuclear; e a implementação de sistemas de defesa capazes de limitar os danos acidentais ou de pequenos ataques nucleares¹²³ (Burr, 2005). Com o intuito de conservar esta capacidade, o Secretário de Defesa Melvin Laird introduziu a doutrina da Triade nuclear, que obrigava a cada vector da Triade (ICBMs, SLBMs, aviões bombardeiros), a manter uma capacidade de dissuasão para um segundo ataque, e que permitiria aos EUA negar de uma forma mais fácil a eventualidade de um primeiro ataque soviético.

Não obstante, a administração Nixon estava surpreendida com a natureza massivamente destrutiva das opções de uso nuclear em planos de guerra, e procurava planos nucleares mais flexíveis. Em 1974, com a entrada de James Schlesinger para o cargo de Secretário de Defesa, seria formulada uma nova estratégia militar norte-americana. Schlesinger, que tinha mantido um profundo cepticismo acerca do conceito MAD, sobretudo em relação à sua credibilidade, defendeu um modelo alternativo para travar uma guerra nuclear, tendo caracterizado como uma doutrina de:

...targeting options which are more selective and which do not necessarily involve major mass destruction on the other side, and that the purpose of this...is to maintain the capability to deter any desire on the part of an opponent to inflict major damage on the United States or its allies (cit. in Terriff, 1995: 1).

Em termos gerais, esta nova estratégia militar passou a basear-se numa capacidade de retaliação muito sofisticada, assente num sistema de C3 detentora de um vasto leque de opções de natureza nuclear (desde armas nucleares tácticas até aos sistemas de ICBM, SLBM), que permitia uma maior flexibilidade na resposta a um ataque soviético, procurando desta forma evitar uma escalada no conflito¹²⁴. Numa época de paridade nuclear, tais medidas foram vistas como uma espécie de catalisador capaz de aumentar a credibilidade das ameaças

¹²³ Porém, o conceito de suficiência foi considerado ambíguo, na medida em que não explica o que se entende por suficiente. Neste sentido qualquer política poderia ser justificada como tal. Segundo o então Subsecretário David Packard, *«it means that it's a good word to use in a speech. Beyond that it doesn't mean a God-damned thing»* (cit. in Freedman, 2003: 325).

¹²⁴ Sobre as capacidades de natureza nuclear aos dispor dos EUA e seus aliados, consultar Cartwright e Critchley (1985) e Freedman (2003), princípio do capítulo 26.

nucleares dos EUA e diminuir a possibilidade de serem, à falta de melhor termo, auto-dissuadidos a utilizar essas armas em resposta à beligerância soviética. Esta situação permitiria uma destruição assegurada assimétrica, dando vantagem aos EUA, reforçando os padrões da dissuasão, mas também a criação de um plano que pudesse ganhar uma guerra nuclear se a dissuasão efectivamente falhasse¹²⁵ (Terriff, 1995).

O enfoque no controlo da escalada nuclear tornou-se cada vez mais importante desde a acumulação soviética de mísseis MIRV. Segundo *Nitze's Scenario*, a vantagem progressiva da URSS em termos de capacidade de contra-forças, significava que poderia ser concebível a destruição da maioria das forças ICBMs dos EUA e ainda a disposição de capacidades suficientes para dissuadir qualquer retaliação, ameaçando a destruição de alvos de estratégia contra-recursos norte-americanos. A URSS obteria, deste modo, uma vantagem na *ratio* de forças residuais após uma troca nuclear¹²⁶(Nitze, 1976). Porém, esta situação de tensão só seria ultrapassada, numa primeira fase, com a administração Carter.

Neste contexto, e em resposta ao relatório de Paul Nitze, o Secretário da Defesa Harold Brown, em Agosto de 1980, nomeou a estratégia de compensação (*countervailing strategy*). Esta reavaliação, e consequente mudança de estratégia, contemplou novas orientações relativas à utilização da força nuclear¹²⁷, resultando na codificação da estratégia de compensação no âmbito da Directiva Presidencial n.º 59 sobre a Política de Emprego de Armas Nucleares. Segundo Walter Slocombe, esta doutrina nuclear defendia que os «*United States must have countervailing strategic options such that at a variety of levels of exchange, aggression would either be defeated or would result in unacceptable costs that exceed gains*» (1981: 21).¹²⁸ A faculdade de poder igualar as capacidades da URSS a vários níveis de conflito, ajudaria a assegurar que os Soviéticos fossem efectivamente e totalmente dissuadidos de empreender uma agressão nuclear.

¹²⁵ Esta doutrina seria consagrada no National Security Decision Memorandum 242 (NSDM-242). Sobre a importância de ganhar uma guerra nuclear, vide Colin S. Gray e Keith B. Payne (1980) e Gray (1979). Para argumentos críticos desta perspectiva, consultar Charles-Philippe David (1987), e, também, Jervis (1984), sobretudo o capítulo 3. Por fim, sobre a possibilidade da dissuasão falhar, vide o artigo de referência de Wieseltier (1985).

¹²⁶ Este cenário foi originalmente caracterizado por Paul H. Nitze (1976), e mais tarde, desenvolvido por Gray (1978). Para uma crítica concisa sobre este tipo de vulnerabilidade, vide o artigo de John D. Steinbruner (1984)

¹²⁷ Estas orientações baseavam-se, sobretudo, na dissuasão nuclear mínima e a inclusão de alvos soviéticos de natureza económica nos planos militares, para além da inclusão de alvos de natureza meramente militar (Nogueira, 2006).

¹²⁸ Para um exame criterioso acerca do desenvolvimento desta estratégia, vide Warner R. Schilling (1981).

Numa segunda fase, coincidente com o segundo mandato presidencial de Ronald Reagan, a tensão entre os EUA e a URSS seria ultrapassada, com a assinatura do Tratado sobre Forças Nucleares de Médio Alcance (*Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty* – INF). No entanto, em termos gerais, e a partir de meados da década de 70, o clima de dissuasão nuclear deteriorou-se entre as duas superpotências, atendendo a diferentes perspectivas face ao próprio conceito de dissuasão e à contínua corrida a novos armamentos, sustentada nos avanços tecnológicos (já referidos) da época.

(2) A política de escolha de alvos nucleares

A política de emprego de armas nucleares dos EUA, sobretudo aquela que incide na escolha de alvos a visar, continuou, e de certa forma até se expandiu, naquilo que sempre se alicerçou: uma política *de facto* que se identificava claramente com as estratégias de emprego massivo de contra-valores e contra-forças (Jervis, 1994). Neste contexto, a administração Nixon seguiu, em primeira instância, a doutrina *no cities* de McNamara, procurando desta forma abranger mais opções nucleares limitadas e discriminatórias. Esta situação foi projectada para alcançar maior flexibilidade (consagrando um conjunto de numerosos alvos pré-planeados e o redireccionamento da capacidade) e selectividade (baseando-se num conjunto real de objectivos e na necessidade de minimizar os danos colaterais). Na sequência do NSDM-242, a nova estratégia foi consagrada sob a égide da Nuclear Weapons Employment Policy (NUWEP), a 4 de Abril de 1974, e motivando *a posteriori* a fundação do SIOP-5. Estas políticas forneceram diferentes opções nucleares (incluindo selectivas, regionais e limitadas), consagrando a obstaculização da recuperação da economia soviética como opção central. A sua inclusão teve como consequência o aumento progressivo de DGZs em áreas urbano-industriais da URSS, e consequentemente um aumento da capacidade destruidora da estratégia de contra-recursos, em caso de uma troca nuclear prolongada (Terrif, 1995).

Durante a administração Carter, após ter sido reformulada, entre 1977-79, a Nuclear Targeting Policy Review e emitida em 1980 a NUWEP-80, a política de escolha de alvos nucleares moveu-se no sentido político em detrimento da recuperação económica, e segundo Robert Jervis passou a incluir o:

... [The] targeting the leadership and cadres of the Communist Party, KGB headquarters, Soviet internal security forces, and perhaps the army units along the Chinese borders ('opening the door to China'). Some proposals even advocate 'ethnic targeting' [of the Russian population] (1984: 72).

Por outro lado, a importância dada a um sistema de C3 mais resistente, foi, também, incorporado no sentido de reduzir a ameaça de decapitação¹²⁹ e apoiar a dissuasão durante uma eventual guerra nuclear prolongada ou catalítica (Ball & Toth, 1990). A seleção de alvos iria ser mais apurada.

Em relação à administração Reagan, o NUWEP-82 possibilitou a criação do plano SIOP-6, ou seja, a missão contra a recuperação económica foi substituída por uma ênfase mais restrita no apoio à guerra a complexos industriais soviéticos, através do recurso a *hard-target-kill weapons*¹³⁰. Neste contexto, um ataque contra a liderança soviética foi considerado uma opção de recurso durante a maior parte dos anos 1980. Porém, esta política seria alterada em Outubro de 1989 com o advento do SIOP-6F, caracterizando-se por estratégias de contra-liderança e contra sistemas C3 (Ball et al., 1990).

(3) Sistema de defesa contra mísseis estratégicos

A importância progressiva no controlo e domínio da escalada, levou a um crescente interesse nos sistemas ABM: por um lado, capazes de reduzir a vulnerabilidade da sociedade norte-americana a um ataque nuclear; e, por outro lado, garantindo a sobrevivência dos sistemas C3 e forças estratégicas americanas. O interesse dos EUA em sistemas de defesa anti-míssil reflectiu o antigo desejo de obter um conjunto de defesas activas contra sistemas de lançamento adversos. Na década de 1950 e início dos anos 60, os EUA iniciaram algumas medidas de defesa aérea para interceptar bombardeiros nucleares soviéticos armados, inclusive a implementação de um esquadrão com de mísseis nucleares (em prontidão) e baterias SAM, bem como a uma rede de radares de alerta localizadas no Canadá e no Ártico, e a criação do Comando de Defesa Aérea Norte-Americano (NORAD)¹³¹ para coordenar melhor a defesa aérea continental (Boyne, 1969).¹³² Todavia, o advento dos MIRV modificou este cálculo estratégico, aumentando a importância da detecção antecipada de qualquer lançamento de ICBMs e recentrou o interesse norte-americano nas defesas activas contra mísseis balísticos adversos.

¹²⁹ Para uma análise assertiva acerca da ameaça de decapitação, consultar John Steinbruner (1981-82, 1984).

¹³⁰ Estas incluíam: o míssil experimental (MX), os mísseis de cruzeiro nucleares lançados do ar (*Air-launched Cruise Missile - ALCM*) através dos aviões bombardeiros B-52 e B-1B, juntamente com o *Stealth B-2*; e *TLAM/N* lançados do mar.

¹³¹ Actualmente denominado de *North American Aerospace Defense Command*.

¹³² Os EUA, em cooperação com o Canadá, desenvolveram a linha de *Pinetree* e a *Distant Early Warning Line* no Ártico. Estas redes de radar foram complementadas com a linha *Mid-Canada*, construída inteiramente com recursos canadianos.

Embora a implementação de defesas anti-mísseis fosse restringida nos termos do Tratado ABM, a investigação e o desenvolvimento sobre a viabilidade militar da sua tecnologia continuaram nas décadas de 70 e 80. Com intuito de colmatar esta lacuna, em 1984, o DoD expôs ao Congresso a Iniciativa de Defesa Estratégica (*Strategic Defense Initiative* – SDI), que tinha como objectivo fornecer opções de defesa anti-míssil para as administrações vindouras, reflectindo a seguinte visão de Reagan:

Tonight, consistent with our obligations of the ABM treaty and... our allies... I am directing a comprehensive and intensive effort to define a long-term research and development program to begin to achieve our ultimate goal of eliminating the threat posed by strategic nuclear missiles. This could pave the way for arms control measures to eliminate the weapons themselves. We seek neither military superiority nor political advantage. Our only purpose – one all people share – is to search for ways to reduce the danger of nuclear war (Reagan, 1983).

Contudo uma SDI limitada, combinada com a possibilidade de ataques de contra-forças (*hard-target-kill*, estratégias contra-liderança e sistemas C3), prometia uma capacidade aos EUA de dominar a escalada (temida pelos soviéticos) e, de adquirir uma capacidade potencial para um primeiro ataque nuclear exequível (Ross, 1985). A SDI pode ter levado a URSS a despendar os seus escassos recursos nas suas capacidades estratégicas ofensivas, contribuindo para o colapso económico do adversário soviético. Apesar de ter provocado, ulteriormente, uma significativa externalidade positiva, a SDI tinha criado uma dinâmica estratégica destabilizadora no quadro da segunda Guerra Fria¹³³, que só foi atenuada pela redescoberta da administração Reagan, no seu segundo mandato, do controlo de armamento nuclear.

e. A mudança de paradigma estratégico (e o fim da Guerra Fria)¹³⁴

Se a primeira metade da década de 80 foi caracterizada pela criação de programas com vista ao fortalecimento do poderio militar, nuclear e convencional norte-americano, a segunda metade trouxe alterações na postura nuclear dos

¹³³ Sobre a natureza e causas da denominada segunda Guerra Fria, vide a obra de referência de Fred Halliday (1986).

¹³⁴ Para uma análise aprofundada do debate nuclear durante a administração Reagan, consultar Freedman (2003), cap. 26.

EUA (e da URSS)¹³⁵. Desde logo porque ambos os países encontraram uma saída negociada para o impasse criado em redor dos mísseis estacionados na Europa. A administração Reagan queria manter o compromisso assumido em 1949, pelos EUA para com os aliados, e ao mesmo tempo pretendia concretizar a sua política de paz através da força, sustentada no desenvolvimento de novas capacidades militares. Tratava-se de cumprir com a defesa dos seus aliados de um ataque soviético, convencional ou nuclear, mediante uma resposta que incluía a capacidade nuclear, o que correspondia à materialização do conceito de dissuasão alargada, que sempre procuraram cimentar a garantia do chapéu-de-chuva nuclear norte-americano.

Porém, neste período, começou a ser posta em causa nos EUA a estratégia de dissuasão alargada, questionando-se a manutenção da defesa dos aliados, não em termos convencionais, mas antes no que tocava ao uso das forças nucleares (Freedman, 2003). Refira-se, por um lado, que o debate em torno desta problemática foi reacendido no artigo, publicado pela *Foreign Affairs*, intitulado “*Nuclear Weapons and the Atlantic Alliance*” sobre o *no first-use* das armas nucleares, escrito por Bundy et al. (1982).¹³⁶ Por outro lado, a questão dos euromísseis de 1983 contribuiu para que os aliados europeus receassem o afastamento norte-americano da defesa da Europa (Heuser, 1997).

A administração Reagan, que enfrentava eleições em 1984, tinha presente que, para poder concretizar o seu plano de disponibilização de mísseis em território de alguns dos aliados europeus, precisava de dar um sinal favorável às negociações de controlo de armamento. Assim, o então Presidente afirmou publicamente que os EUA e URSS tinham interesses comuns, especialmente no que respeitava a evitar um conflito nuclear e a reduzir o nível de armamentos (Reagan, 1984).¹³⁷

Do lado soviético, em 1985, Mikhail Gorbachev foi eleito secretário-geral do Partido Comunista Soviético. A sua política foi marcada pelos conceitos de *perestroika* (reconstrução) e *glasnost* (transparência), e trouxe consigo uma diferente postura de Moscovo face às negociações de controlo

¹³⁵ Este dualismo reflecte claramente o pensamento e as atitudes aparentemente antagónicas do Presidente Reagan, entre o primeiro e o segundo mandato. Esta tese é aprofundada por Joseph Cirincione (2008), no final do capítulo 3.

¹³⁶ Refira-se que Robert McNamara reafirmá-lo-ia, posteriormente, ao indicar que «it was my view in the early 1960s. At the time, in long private conversations with successive Presidents – Kennedy and Johnson – I recommended, without qualification, that they never initiate, under any circumstances, the use of nuclear weapons. I believe they accepted my recommendation» (1983: 79).

¹³⁷ Segundo Reagan (1984): «Neither we nor the Soviet Union can wish away the differences between our two societies and our philosophies, but we should always remember that we do have common interests and the foremost among them is to avoid war and reduce the level of arms».

de armamento. A subida de Gorbachev ao poder constituiu uma janela de oportunidade que iria marcar igualmente o segundo mandato de Ronald Reagan (Nogueira, 2006).

Ao invés de se opor às negociações com os EUA, a URSS vislumbrou, na época, uma oportunidade para também negociar reduções nos arsenais de mísseis norte-americanos, em troca de diminuições nos seus próprios arsenais de mísseis de menor alcance. Por parte dos EUA, o objectivo era tentar reverter a seu favor a opinião pública europeia e norte-americana, que se multiplicava em manifestações contra o desenvolvimento de novas capacidades militares nucleares, e apelava ao chamado *Nuclear Freeze*, que na época chegou a ter o apoio do Partido Democrata (Freedman, 2003). Para as duas superpotências o retorno a negociações sobre o controlo de armamentos foi encarado como um caminho necessário para ultrapassar o impasse consolidado com a crise dos euromísseis. Neste âmbito, em 1985, em Genebra, Reagan e Gorbachev encontraram-se e desta reunião resultou um acordo de redução de 50% do arsenal nuclear ofensivo de ambas as partes (Nogueira, 2006).

Estas ideias foram consolidadas na Cimeira extraordinária de Reykjavik em 1986, na qual a SDI foi o seu *defining issue*. Esta revelou-se aquilo que realmente era: um ataque de larga escala contra armas nucleares implicando um combate político e ideológico. Esta cimeira constituiu a primeira expressão da utopia de um mundo livre sem armas nucleares¹³⁸. No entanto, a proposta soviética pretendia trazer para a mesa das negociações o congelamento do desenvolvimento da SDI. Tal não foi aceite por Reagan, por motivos relacionados com a segurança nacional dos EUA, para além da referência ao papel estrutural da SDI na prossecução de um mundo livre sem armas nucleares:

And let me return again to the SDI issue. I realize some Americans may be asking tonight: Why not accept Mr. Gorbachev's demand? Why not give up SDI for this agreement? Well, the answer, my friends, is simple. SDI is America's insurance policy that the Soviet Union would keep the commitments made at Reykjavik. SDI is America's security guarantee if the Soviets should – as they have done too often in the past – fail to comply with their solemn commitments. SDI is what brought the Soviets back to arms control talks at Geneva and Iceland. SDI is the key to a world without nuclear weapons (Reagan, 1986).

¹³⁸ Em defesa desta tese, consultar a obra editada por George P. Shultz, Sidney D. Drell e James E. Goodby (2008), entre outros colaboradores, sobre o grande impulso para prossecução desta doutrina.

A SDI de Ronald Reagan causou controvérsia no debate académico. Alguns alegaram que era uma manobra puramente política, enquanto outros explicaram-na como um artificio construído por conselheiros presidenciais para enfraquecer a moral dos Soviéticos. Estes pressupostos, todavia, não reconhecem a profundidade do envolvimento de Reagan na abolição das armas nucleares. Em *“Ronald Reagan and His Quest to Abolish Nuclear Weapons”*, Paul Lettow (2006) apresenta como insustentável a ideia generalizada de que Reagan era um líder ideologicamente superficial.

Apesar de não ter resultado num acordo quanto ao desarmamento nuclear, a cimeira de Reykjavik constituiu o início de uma mudança de paradigma estratégico das duas superpotências, pois permitiu esclarecer as posições de parte a parte, contribuindo para que em Dezembro de 1987 fosse assinado o Tratado INF. Este tratado correspondeu à eliminação de um classe inteira de armas nucleares – sistemas de mísseis de curto e médio alcance – incluindo um regime de verificação e de inspeções¹³⁹. Com base no INF, seria assinado o Tratado sobre Forças Convencionais na Europa (*Conventional Forces in Europe Treaty – CFE*), em 1990, bem como seria alcançado o primeiro Tratado sobre Redução de Armamento Estratégico (*The Strategic Arms Reduction Treaty – START I*), em 1991.

A cimeira de Reykjavik e o Tratado INF marcaram o aumento dos receios nucleares europeus.¹⁴⁰ Este Tratado traduziu-se na retirada dos mísseis de cruzeiro e *Pershing II* norte-americanos bem como dos mísseis soviéticos SS-20. No fundo, o que provocou uma maior apreensão foi uma alteração dos paradigmas estratégicos relativos à dissuasão nuclear. Esta alteração levou os aliados europeus quer a reechar o enfraquecimento do compromisso dos EUA para com a Defesa da Europa, quer a formular a ideia de dever ser desenvolvido o pilar europeu de Defesa no seio da NATO.

Conclui-se, deste modo, que o fim da Guerra Fria *grosso modo* e as orientações nas políticas de Defesa dos EUA (e da URSS) visando o

¹³⁹ O Tratado INF entraria em vigor em 1988 e seria totalmente aplicado em 1991.

¹⁴⁰ Lawrence S. Wittner (2000), historiador norte-americano, sintetiza as reacções ao movimento de desnuclearização, do seguinte modo: «*The nuclear disarmament movement was delighted and claimed credit for the INF treaty, but many conservatives regarded it with fear and distaste. The governments of Britain and West Germany were particularly hostile. I had always disliked the original INF ‘zero option’, Margaret Thatcher recalled, but ‘I had gone along with it in the hope that the Soviets would never accept.’ Ultimately, objections from these governments were overcome only by pressure from Washington*». Por seu turno, Freedman (2003) acredita que as reacções europeias foram exageradas, atendendo ao facto que os sistemas nucleares norte-americanos (inclusive, os sistemas franceses e britânicos) seriam mantidos na Europa, mesmo após a concretização das reduções previstas do Tratado INF.

controlo do armamento nuclear deixaram um espaço de reflexão sobre a reestruturação da Defesa do continente europeu sem a protecção nuclear. No essencial, o fim da Guerra Fria ditou o ressurgir de receios que sempre estiveram presentes na Europa desde 1945: o medo face ao unilateralismo norte-americano, que poderia representar uma possível tentativa dos EUA europeizar a Defesa na própria Europa. No entanto, não tardou muito para que os aliados aprovassem um novo conceito estratégico da NATO¹⁴¹, como resposta às alterações em cascata que se verificaram desde a queda do muro de Berlim. E, como se verá no próximo capítulo, o fim do mundo bipolar proporcionou o aparecimento de novas temáticas no debate estratégico nuclear.

2. A Segunda Era Nuclear¹⁴²

O seu início é difícil de especificar com exactidão. Não existe algum evento definitivo como Hiroshima para marcar seu início (Bracken, 2003). No entanto, a partir de 1991 pode-se dizer que se entrou definitivamente numa nova era das RI. Neste contexto, a bipolaridade própria da Guerra Fria terminou como “fogo de grandes proporções” que se extinguiu para dar lugar a pequenos e médios “focos de incêndio”: os conflitos à escala regional. A Guerra do Golfo foi provavelmente o evento mais destacado pela amplitude e pela natureza das questões em jogo. Não só proporcionou ligações entre inimigos de outrora (EUA e Rússia), como evidenciou a actualização das capacidades militares de natureza convencional, em especial por parte dos EUA, a par do respectivo exercício de projecção de forças militares no terreno. Neste contexto, a denominada Segunda Era Nuclear resultou de uma profunda alteração do mapa de poderes nucleares, identificando, claramente, um lado cujo poder nuclear é largamente conhecido (EUA, Reino Unido, França e China) e outro lado cuja unidade se desintegrou (a ex-URSS), desconhecendo-se ainda o alcance dessa modificação de *status quo*. Ao mesmo tempo, definir a Segunda Era é recorrer

¹⁴¹ Para uma análise criteriosa dos conceitos estratégicos da NATO nos primeiros anos do pós-Guerra Fria, vide Nogueira (2006).

¹⁴² Sobre as características gerais da Segunda Era Nuclear, vide as obras essenciais de Colin Gray (1999b), Keith Payne (1996) e Paul Bracken (1999, 2003, 2012). Para uma revisão dos primeiros anos até aos nossos dias, torna-se relevante a leitura do compêndio de Toshi Yoshihara and James R. Holmes (2012) Em relação ao debate estratégico nuclear *strictu sensu* deste período, consultar a obra colectiva de John Baylis e Robert O'Neill (2000), o ensaio de Thérèse Delpech (2001) e o contributo Freedman (2003), capítulo 28; para além das referências à dissertação de mestrado de Patrícia Matos Nogueira (2006), em especial o capítulo 1. Por último, sobre o papel das armas nucleares após o 11 de Setembro de 2001, ver o artigo de Josiane Gabel (2004-05).

ao debate em torno da proliferação nuclear de novos Estados que nada têm a ver com a estrutura internacional da Primeira Era Nuclear. Não apenas a proliferação, mas também a formulação de uma nova estratégia militar que não tem praticamente nenhuma conexão com a anterior dinâmica da Guerra Fria (Bracken, 2003, 2012). Por conseguinte, houve uma oportunidade para reavaliar a estratégia nuclear e, até, a existência das próprias armas.

No caso particular dos EUA, as diferenças entre a Primeira e a Segunda Era Nuclear são estrondosamente negativas. No início do século XXI, Washington viu-se forçado a desarmar o Iraque e a invadir o Afeganistão, a criar novos sistemas de defesa estratégicos (ativos e passivos), dirigindo uma política externa baseada na eliminação – em vez de dissuasão – das capacidades nucleares dos Outros. A escala da mudança durante a administração de George W. Bush – confirmada pela guerra contra o Iraque, rescisão unilateral do Tratado ABM e por uma política agressiva de contra-proliferação – demonstra o reconhecimento dos EUA que a Segunda Era não seria só estruturalmente diferente da Primeira, mas também mais perigosa. Nos últimos anos, esta percepção é sustentada pela expansão dos arsenais nucleares na China, Índia e Paquistão, da beligerância da Coreia do Norte, e a possibilidade de mais Estados adquirirem armas nucleares como Irão ou o Japão (Yoshihara & Holmes, 2012). Neste contexto, e apesar da redução acentuada do arsenal nuclear estratégico por parte das superpotências nucleares, a realidade sugere que pela busca deste tipo tecnologia de outros Estados a Segunda Era Nuclear tem o potencial para ser ainda mais instável do que a Primeira Era (Sagan, 2010a). O mais importante, porém, é a decadência do regime de não-proliferação, após várias décadas de construção e de intentos durante os primeiros anos da administração Obama¹⁴³.

Apesar destas mudanças, a administração de Barack H. Obama tentou, sobretudo no primeiro mandato, construir um planeta menos perigoso subjugando a ideia de revolucionária de um mundo livre de armas nucleares, através do desenvolvimento e recuperação de políticas multilateralistas, do reforço das relações bilaterais com a Rússia, e da promoção de conversações com Estados que pretendem adquirir este armamento (por exemplo as conversações sobre o programa nuclear iraniano). No entanto, apesar destes intentos e da promoção conceito de MAS, a anexação da Crimeia em Março de 2014 por parte da Rússia trouxe obstáculos ao regime de não-proliferação, inclusive sobre a cooperação EUA-Rússia em matéria de segurança nuclear. O perigo mais grave decorrente da crise Ucraniana é a desvalorização das garantias de segurança contra ameaças

¹⁴³ Sobre a ineficácia dos esforços de não-proliferação da administração Bush, vide Cirincione (2008).

ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política da Ucrânia no Memorando de Budapeste sobre Garantias de Segurança de 1994 (vide Glossário), e também potenciais “fissuras” na credibilidade da dissuasão nuclear alargada norte-americana (Fitzpatrick, 2014).

a. Debate estratégico: principais tendências

A entrada na última década do século XX seria considerada por Colin Gray (1999b) como o início da Segunda Era Nuclear¹⁴⁴, caracterizada quer por novas oportunidades de combate à proliferação nuclear decorrentes do colapso da URSS, quer pela emergência de novos poderes à escala regional com ambições nucleares, pelo potencial perigo de obtenção de ADMs. Estas duas características dominantes são abordadas por Keith Payne (1996), da seguinte forma: do lado benigno, o fim da tensa confrontação entre os blocos político-militares, a dissolução do Pacto de Varsóvia, a reunificação da Alemanha e, o aumento de relações de cooperação entre a Rússia e os EUA e seus aliados promoveu, entre muitos outros aspectos, o combate à proliferação nuclear; do lado perturbador, um maior protagonismo de poderes à escala regional ou mesmo de actores sub-estatais, a proliferação de armas nucleares e ADM, a par da existência de armamento de natureza convencional tecnologicamente avançado e de modernos meios de lançamento de armas ao alcance de Estados pária ou terroristas, possibilitou a sagração de novas ameaças à segurança internacional. Com efeito, surgiram correntes intelectuais distintas e por vezes conflitantes sobre a melhor forma de lidar com a variável nuclear – posições marginalistas, abolicionistas e tradicionalistas.

(1) Marginalistas e abolicionistas

A redução das armas nucleares, no quadro da Segunda Era Nuclear, no início da década de 90, caracterizou-se por acontecimentos¹⁴⁵ que induziram a ideia de uma Era promissora no que toca à marginalização deste tipo de armamento no quadro das RI.

Provavelmente uma das melhores formas de descrever o início desta nova fase das RI é o que McGeorge Bundy, William Crowe Jr, e Sidney Drell apelidaram no seu artigo da *Foreign Affairs* por «*art of cooperative nuclear moderation*»

¹⁴⁴ O conceito de Segunda Era Nuclear será desenvolvido, com base nos trabalhos de Gray (1999b) e Bracken (2003, 2012).

¹⁴⁵ Como por exemplo, a ratificação do Tratado START I entre os EUA e a Rússia, em 1991; e a assinatura do Tratado START II, a 3 de Janeiro de 1993, constituiriam mais um fôlego para consolidação dessas ideias, a par da Declaração Alma-Ata, de 22 de Dezembro de 1991.

(1993: 141). Podendo-se identificar vários factores que contribuíram para que a Segunda Era tenha permitido, inicialmente, um maior protagonismo da gradual marginalização ou mesmo abolição das armas nucleares. Em primeiro lugar, tem-se consciência do que pode resultar do desenvolvimento descontrolado e da consequente banalização das armas nucleares, ou seja, da sua proliferação para lá dos países oficialmente com capacidade nuclear. Em segundo lugar, mantém-se a convicção de que foi aberta uma janela de oportunidades com o fim da Guerra Fria, possibilitando a desnuclearização e relegando para o segundo plano o papel das armas nucleares. A arte de moderação nuclear cooperante passou igualmente pela assinatura da Convenção sobre Armas Químicas, a 13 de Janeiro de 1993, que viria a ser desde logo assinada por 127 países¹⁴⁶.

Para além destes factores, deve-se ter presente a influência dos custos orçamentais relacionados com o desenvolvimento e manutenção dos arsenais nucleares; contribuindo para a argumentação a favor da sua redução, bem como a divulgação de documentos oficiais que permitiram esclarecer os riscos e ameaças de um conflito nuclear, durante o período de Guerra Fria entre as duas superpotências. Esta situação, por um lado, evidenciou factores como o erro humano, falibilidade dos equipamentos e mesmo as deficientes leituras dos acontecimentos, previamente expostas pela doutrina da Primeira Era nuclear, em relação, por exemplo, à eclosão de guerras nucleares. Por outro lado, a ideia de que a existência de armas nucleares exponencia a proliferação nuclear e o perigo de eclosão de uma guerra nuclear por acidente ou detonação accidental veio reforçar ainda mais a visão benigna e paradigmática na Segunda Era Nuclear que acentuava a inutilidade destas armas.

Relativamente à visão marginalista, defendida por Michael Mazarr (1997), autor de *“Nuclear Weapons in a Transformed World: The Challenge of Virtual Nuclear Arsenals”*. Mazarr foi um dos primeiros a defender uma menor importância das armas nucleares nas RI. Em termos gerais, os “marginalistas” partem do pressuposto que a eliminação total das armas nucleares não é exequível, pelo menos por enquanto. Esta concepção encerra em si mesmo, o que Jonathan Schell (1998), autor de *“The Gift of the Time, the Case for Abolishing Nuclear Weapons Now”*, considera uma resposta realista à ideia de eliminação radical das armas nucleares. Acrescente-se, ainda, que os marginalistas reconhecem a abolição destas armas como um objectivo cuja concretização pode enfrentar muitos obstáculos. No entanto, ao invés de defenderem a manutenção do status

¹⁴⁶ Dos países que assinaram a Convenção apenas Israel e Myanmar não a ratificaram. Com base nesta Convenção, foi criada, em 1997, a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPCW), actualmente com cerca de 190 membros.

quo, preferem enveredar por posições menos maximalistas, reconhecidas por Lawrence Freedman (2003) como uma síntese entre as posições antagónicas de manter (“tradicionalistas”) e abolir (“abolicionistas”) por completo os arsenais nucleares. Esta postura depende do conceito de arsenal virtual, conceptualizado por Mazarr, que tem como corolário principal a situação em que nenhuma arma nuclear está operacional a ser utilizada.

Por um lado, esta opção de virtualidade permite a marginalização dos arsenais nucleares, retirando-os dos inventários militares activos. Por outro lado, o conceito de arsenal nuclear virtual implica o estado zero técnico: situação em que as armas estão *de facto* desmanteladas, não podendo ser reconstruídas de imediato. Esta noção difere claramente da ideia de zero político, segundo o qual o uso de armas nucleares está totalmente posto de lado, não se considerando *per si* uma opção, sendo portanto sinónimo de renúncia à utilização de armas nucleares – argumento abolicionista (Krieger, 2013)¹⁴⁷. Em sentido contrário, e crítico do conceito de arsenal virtual, Harald Müller (2000), defende que este é sustentando à custa do desmantelamento e não da eliminação da capacidade nuclear, o que, em última análise, inia manter discretamente aberta a possibilidade dos arsenais serem, de novo, apetrechados.

Quanto à postura abolicionista, esta é subscrita, em termos genéricos, por Robert McNamara, George Lee Butler, George Perkovich, James Acton, David Krieger, entre outros,¹⁴⁸ e caracteriza-se por envolver a total eliminação das armas nucleares¹⁴⁹. Em primeiro lugar, esta ideia é sustentada pelo argumento de que estas armas nunca poderiam dissuadir a ocorrência de conflitos armados entre potências nucleares; em segundo lugar, as armas nucleares são militarmente inúteis porque só podem ser (ou devem) ser utilizadas em face à ameaça nuclear – a sua utilização face a armamento convencional, químico e biológico seria reprovável, tendo em conta a desproporcionalidade da resposta. Neste contexto, a manutenção de arsenais nucleares pode-se resumir à dissuasão face

¹⁴⁷ Para a análise destes conceitos, vide Jonathan Scheil (1998), cap. 3, sobretudo pela análise das posições de Harald Müller.

¹⁴⁸ Para um estudo aprofundado e recente acerca do debate académico em torno da abolição das armas nucleares, vide o documento de George Perkovich e James M. Acton (2009) patrocinado pela Carnegie Endowment, sobre estas matérias. Sobre a “não legitimidade” das armas nucleares como argumento para a sua abolição, vide o importante estudo da James Martin Center for Nonproliferation Studies, elaborado por Patricia Lewis et al. (2010).

¹⁴⁹ Na opinião de Joseph Rotblat (*cit. in* Scheil, 1998), este processo deveria ser conduzido por um mecanismo de verificação, e celebrado num prazo alargado e acompanhado pelo compromisso financeiro e político dos Estados. Muito recentemente, o famoso *think tank Bulletin of the Atomic Scientists* abriu o debate académico intitulado “Zero: The correct goal?” sobre se o zero político seria a melhor opção, sendo que torna-se pouco verossímil que os EUA ou a Rússia alguma vez aceitem esta proposta por completo.

a outros arsenais análogos. O efeito dissuasor das armas nucleares reside em boa parte na sua própria natureza, como Michael Quinlan refere:

The basic reality about nuclear weapons... [r]egardless of the well-worn truism that they cannot be disinvented...is that they provide force of an utterly different order from any other weapon – overwhelming force, virtually (by any human measure) infinite force (2000: 45).

No âmbito de uma argumentação técnico-jurídica favorável à abolição das armas nucleares, destacam-se dois momentos emblemáticos: o parecer consultivo do International Court of Justice [ICJ], proferido a 8 de Julho de 1996; e o Relatório da Comissão Camberra sobre a eliminação das armas nucleares, publicado em Agosto de 1996. Sobre o primeiro momento convém fazer algumas breves considerações. A pedido da Assembleia-Geral da ONU, o Tribunal proferiu um parecer considerado histórico sobre a legalidade da ameaça ou uso de armas nucleares. O parecer reafirmou uma série de considerações a verificar no futuro, todas orientadas para a sua abolição (Nogueira, 2006). Não obstante, o ICJ reafirmou uma série de considerações tendo no entanto deixado em aberto a possibilidade do emprego de armas nucleares, mediante os seguintes termos:

However, in view of the current state of international law, and of the elements of fact at its disposal, the Court cannot conclude definitively whether the threat or use of nuclear weapons would be lawful or unlawful in an extreme circumstance of self-defence, in which the very survival of a State would be at stake (1996: 266).

Apesar de uma certa dualidade expressa neste parecer, é de sublinhar que o Tribunal inscreveu no seu último parágrafo que «there exists an obligation to pursue in good faith and bring to a conclusion negotiations leading to nuclear disarmament in *all* its aspects under strict and effective international control» (ICJ, 1996: 266).

Porém, esta intenção, incluída no Tratado NPT, foi tomada como objectivo principal da proposta apresentada pela Comissão Camberra, estabelecida como uma comissão independente pelo então Governo australiano trabalhista de Paul Keating, em Novembro de 1995. Em traços gerais este relatório considerou, desde logo, que as armas nucleares são uma ameaça intolerável para toda a Humanidade, dada a sua imensa capacidade de destruição. Para além de fornecer como ideia principal a concretização da existência de um mundo livre de armas nucleares. Deste modo, o relatório da Comissão Camberra foi mais uma iniciativa que reflectiu as ideias dos abolicionistas,

crentes e empenhados na possível, desejável e necessária eliminação das armas nucleares, identificando medidas a serem tomadas para a respectiva concretização (Nogueira, 2006). Não obstante, recentemente têm havido diferentes posturas abolicionistas, vindas quer do apoio de múltiplas organizações não-governamentais, ou ainda pelo crescente movimento de conservadores abolicionistas¹⁵⁰, quer de iniciativas promovidas pela ONU e pela administração Obama, que serão aprofundados adiante.

Por último, outra questão fulcral para os abolicionistas prende-se com a hipótese de vir a existir um dissidente ao regime de abolição total de armas nucleares – a chamada situação de *nuclear break-out*.¹⁵¹ Na hipótese de haver Estados dissidentes, estes podem ser de vários tipos: Estado com grande capacidade tecnológica, os Estados pária (potencialmente o Irão); Estados cuja capacidade nuclear nunca foi assumida ou negada (caso de Israel), entre outros (Schell, 1998; Falk & Krieger, 2012).

(2) Tradicionalistas/realistas

Do lado perturbador, são apresentadas as ideias principais dos que consideram útil a manutenção das armas nucleares por parte de alguns Estados como forma de impedir exactamente a proliferação deste tipo de armamento, portanto eminentemente relacionado com o entendimento de dissuasão nuclear. Esta doutrina tem como expoentes máximos Gray, Payne e Michael Quinlan.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à sua utilidade, Robert O’Neill (2000), referiu-se às armas nucleares como sendo o tipo de armamento que passou a ser muito mais útil aos Estados que até esta altura não conseguiram ter capacidade nuclear, deixando de representar grande utilidade para os tradicionais Estados com capacidade nuclear. Em segundo lugar, os tradicionalistas, ao contrário dos abolicionistas e marginalistas, consideram que as armas nucleares têm um importante papel nas RI na medida em que constituem meios de grande capacidade dissuasora de conflitos, proporcionando a manutenção de um equilíbrio de poderes favorável aos Estados que a detêm (Nogueira, 2006). Acrescente-se ainda que os tradicionalistas consideram que a tentativa de abolir as armas nucleares apenas fragiliza os Estados detentores de capacidade nuclear, aos incentivá-los a desarmar, passando a estarem expostos a grandes

¹⁵⁰ Sobre análise e especificidades do movimento dos novos abolicionistas (entre os mais notáveis, Henry Kissinger, George Shultz, Sam Nunn e William Perry), vide o artigo Hugh Gusterson (2008).

¹⁵¹ Joseph Rotblat, físico que participou no Projecto Manhattan, Nobel da Paz em 1995 e signatário do Relatório da Comissão Camberra, analisa esta situação de dissidência (*break-out*), concluindo do seguinte modo: «*while the dangers of breakout are real, taken together they are far smaller than the dangers we run daily in our nuclear-armed worlds*» (cit. in Schell, 1998: 58).

perigos. Deste modo, somente uma leitura errada da realidade poderá sobreviver as prerrogativas do chamado tabu nuclear¹⁵² (Ozga, 2002).

Relativamente à proliferação nuclear, Colin Gray (2000) considera que esta pode abrandar se existir uma dissuasão exigente, e neste ponto, recupera algumas ideias reconhecidas pelos abolicionistas. Porém, não pelas mesmas razões invocadas pelos últimos, mas pela crescente eficácia do armamento convencional, a variável nuclear passa ter maior relevância para outros Estados. Segundo os tradicionalistas, existe um elemento fulcral na compreensão deste fenómeno¹⁵³: a impossibilidade de banir dos anais do conhecimento as referências às armas nucleares.

Por último, os tradicionalistas sublinham que as propostas abolicionistas enfrentam um problema estrutural – o da verificação dos processos de desnuclearização. Com efeito, na presente Era nuclear, as garantias de verificação teriam de representar o mais elevado e apertado regime de controlo de mecanismos de desnuclearização (crítica aos regimes de desmantelamento nuclear)¹⁵⁴. Todavia, Quinlan (2000) sublinha que caso as armas nucleares fossem eliminadas, as garantias de verificação iriam carecer do efeito dissuasor que a variável nuclear porventura emprestou à consolidação de outros regimes de controlo de armamento.

b. Proliferação nuclear

Ao longo da Guerra Fria, já outros países, tinham demonstrado possuir capacidade nuclear. E, apesar das medidas destinadas a proteger o segredo tecnológico e dos elevados investimentos necessários ao desenvolvimento de um programa nuclear, vários observadores previram, desde o início da

152 Nina Tannenwald (2005, 2007) analisa o conceito de tabu nuclear, no que diz respeito a uma proibição de facto contra o *first use* de armas nucleares. Colin Gray (2000) critica-o porquanto considera que a cristalização da ideia da marginalização das armas nucleares, através de regimes de não-proliferação – como o Tratado NPT ou Iniciativa de Segurança contra a Proliferação (*Proliferation Security Initiative*) –, é facilmente abalada pela sua intrínseca fragilidade. Esta tem a sua origem na ambivalência dos Estados que condenam essa função para outros países, apesar de sublinharem a função vital dos respectivos arsenais nucleares (Ozga, 2002), como a dos membros do Conselho de Segurança da ONU.

153 Considerando este como um fenómeno da conquista da civilização, e como tal, existirá sempre a hipótese de se conceberem armas nucleares.

154 Em relação aos impedimentos do regime da desnuclearização, vide John Simpson (2002), Deborah Ozga (2002).

(Primeira) Era nuclear, a progressiva proliferação de potências nucleares¹⁵⁵ (Couto, 1989).

O debate académico em torno da proliferação nuclear divide-se fundamentalmente entre os optimistas, aqueles que afirmam «*more may be better*», e os pessimistas, aqueles que argumentam «*more will be worse*» (Sagan & Waltz, 2003, 2012). Por um lado, Kenneth Waltz e outros optimistas defendem que os Estados são actores racionais que actuam conscientemente de modo a maximizarem os seus interesses, na medida em que as armas nucleares aumentam o custo do conflito, dissuadindo os líderes políticos a envolver-se numa guerra contra os países com armas nucleares. A proliferação de armas nucleares, na concepção dos optimistas, tem um efeito pacificador sobre a sociedade/política internacional, levando à estabilidade mundial. Por outro lado, Scott Sagan e outros pessimistas argumentam que as armas nucleares nas mãos dos Estados aumentam ainda mais a possibilidade de crise, guerras preventivas, e de guerras nucleares por acidente. De acordo com os pessimistas, a proliferação nuclear contribui para um maior nível de instabilidade internacional, desafiado claramente o argumento optimista de que os Estados são actores unitários e racionais que se comportam de acordo com o próprio interesse. Pelo contrário, estrangimentos económicos e técnicos debilitam as capacidades de segurança, de comando e de controlo nos Estados que, como Irão e a Coreia do Norte, pretendem a todo o custo obter armas nucleares (Ibidi; Brown et al., 2010).¹⁵⁶

No quadro específico da Segunda Era Nuclear, a Guerra do Golfo (1991) haveria de demonstrar a possibilidade de um regime político aceder a armas ADM, podendo eventualmente usá-las contra as suas populações, países vizinhos, forças militares da coligação internacional (destacadas no seu próprio terreno), bem como contra alvos num arco geoestratégico mais alargado¹⁵⁷ (Bundy et al., 1993). Tal proliferação vertical, haveria de se confirmar após a resolução deste conflito, tendo sido considerada, por muitos analistas, como um facto de possíveis consequências calamitosas para

¹⁵⁵ Sobre as razões que explicam o crescimento da proliferação nuclear, vide Dong-Joon Jo e Erik Gartzke (2007), e sobre as causas Scott Sagan (2012). Para uma análise conceptual e histórica sobre os problemas actuais no âmbito da proliferação nuclear, vide o estudo de Michael E. Brown et al. (2010).

¹⁵⁶ Acerca destas matérias distingue-se a obra de referência de Scott Sagan e Kenneth Waltz (2003). Para uma análise crítica e prospectiva deste debate, vide o *working paper* de Matthew Kroenig (2009).

¹⁵⁷ De acordo com Miguel Monjardino (2002): «a rapidíssima vitória dos militares americanos e seus aliados sobre as forças iraquianas em 1991 contribuiu para a rápida inflação do valor das armas nucleares no Golfo Pérsico e Ásia».

a segurança do mundo e da Humanidade, embora subsistam acadêmicos, como Kenneth Waltz, que a consideram não necessariamente indesejável¹⁵⁸. Presentemente, a importância da proliferação vertical mantém-se, mas com uma acuidade menor, tendo cedido o lugar central que então ocupava ao problema da proliferação horizontal, dominado pelos casos de alguns Estados que passaram a ver na posse das armas nucleares um elemento essencial das suas estratégias. Como por exemplo o estabelecimento de novas potências nucleares Israel, Índia e Paquistão. Todavia, os casos do Irão e da Coreia do Norte são os dois mais recentes paradigmas desta nova realidade. Deste modo, o xadrez nuclear passou a contar com mais peões, através da ideia de democratização da variável nuclear¹⁵⁹.

Além do mais, a evolução dos canais de disseminação do conhecimento e de tecnologias, que passaram a estar mais acessíveis, através da Internet, permitiu que grupos, outrora sem protagonismo internacional, pudessem vir a ter uma eventual capacidade de influência, através do acesso, quer ao conhecimento do fabrico de armas nucleares, biológicas e químicas (NBQ), quer a redes de proliferação de armas desse tipo, muitas delas operacionais em países da ex-URSS (Nogueira, 2006). Mas também a países em desenvolvimento, como demonstra Payne, da seguinte forma:

There is a general consensus that the diffusion of the technology and know how necessary to produce WMD (weapons of mass destruction) and various means for their delivery, including ballistic and cruise missiles, is an inevitable function of educational, economic, and technological advancement in developing countries (1996: 13).

Neste contexto, por um lado, as armas nucleares deixaram de ser uso e conhecimento exclusivo do grupo de países cuja capacidade nuclear era oficialmente conhecida, para passarem a poder estar à disposição de países, fundamentalmente localizados em regiões de conflito latente ou existente, e que pretendem ter maior capacidade de influência na sua vizinhança.¹⁶⁰ Por outro lado, o acesso a este tipo de armamento passou a estar ao alcance de grupos

¹⁵⁸ Sobre análise ao pensamento de Waltz (1981), Lawrence Freedman comenta que «[Waltz] had already struck out in the 1970's against the universal consensus opposed to nuclear proliferation, and saw no reason to change his views with the end of cold war» (2003: 440). Tendo, reafirmado, mais tarde, esta posição no seu debate com Scott Sagan et al. (2003).

¹⁵⁹ Sobre a ideia de democratização da variável nuclear, vide Robert O'Neill (2000) e glossário.
¹⁶⁰ Nomeadamente, a proliferação de pequenas e médias potências nucleares estatais e sub-estatais, no âmbito regional.

terroristas, chegando a falar-se das chamadas bombas sujas ou de *loose nukes* ao seu dispor (Roberts, 1999).

Colin Gray (1999b) procura explicar o presente estado de proliferação nuclear com a teoria geral de que a posse de armas nucleares, mesmo quando não utilizável para alcançar objectivos políticos ou militares, pode funcionar, apenas pela sua existência, como arma de influência estratégica na promoção da política e objectivos de um beligerante, em caso de guerra. Em relação aos casos concretos do Irão e da Coreia do Norte, existe uma forte incidência das teorias da dissuasão limitada (*finite deterrence*) e da absoluta superioridade militar convencional dos EUA sobre estes países. Neste sentido, a razão principal da opção nuclear por parte destes Estados, é a conservação de uma capacidade de resistência credível em relação à superpotência, que num contexto convencional não tem qualquer hipótese de a conseguir (Rodrigues, 2007). Portanto, investir no nuclear, para além de assegurar uma posição estratégica, permite na óptica destes países atingir os seus objectivos de segurança que de outro modo (convencional) seriam incapazes de atingir. Esta visão perturbadora retira qualquer possibilidade próxima de um possível desarmamento.

c. Controlo de armamentos e desarmamento¹⁶¹

Por controlo de armamentos entende-se qualquer restrição ou regulamentação relativamente à concepção, produção, dispositivo, protecção, controlo, transferência, ameaça ou emprego de armas. Por desarmamento entende-se a redução ou abolição de armamentos. Embora haja relações entre os dois termos, trata-se de conceitos distintos; ou seja, dum modo geral, se todas as medidas de desarmamento cabem no controlo de armamentos, o inverso não é verdadeiro¹⁶² (Couto, 1989).

Com o fim da Guerra Fria, assistiu-se a uma panóplia de propostas encabeçada pelos EUA, tendo em vista a redução de armamentos nucleares, e a conclusão de importantes tratados bilaterais e multilaterais sobre o controlo do armamento nuclear. Nomeadamente, a Revisão do Tratado NPT, a resolução 1540 do Conselho Segurança da ONU, e a criação dos Tratados START I e II, Tratado sobre a Interdição Completa de Ensaios Nucleares (*Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty* – CTBT), entre outras iniciativas. Contudo, a avaliação

¹⁶¹ Sobre esta matéria, vide o contributo de George Perkovich e James Acton (2009). Para além dos ensaios de Michael MccGwire (2006) e Bruno Tertrais (2009), Catherine Kelleher & Judith Reppy (2011), sem esquecer a importante o estudo teórico e conceptual de Freedman (2009).

¹⁶² O controlo de armamentos pode abranger um complexo de medidas mais variadas (lógica dominante na Primeira Era Nuclear), embora talvez menos ambiciosas, que o desarmamento.

das propostas técnicas pode ser bastante fastidiosa, quando as soluções falham em enfrentar a enormidade do problema. Esta situação foi particularmente verdadeira durante a Primeira Era nuclear, quando o enfoque estava sobre o controlo de armas nucleares em vez de estar sobre o desarmamento *tout cours*, e em gerir relacionamentos nucleares em vez de lhes pôr um fim. Após o termo da Guerra Fria surgiu o problema oposto: «*the urgency seemed to go out of the issue*» (Freedman, 2009: 1). Tendo brotado um debate vigoroso em torno do desarmamento nuclear, motivado pela evidente e benigna mudança no ambiente internacional, e que obrigou o recurso a intensas negociações e discussões entre especialistas.

Conquanto, os defensores do desarmamento nuclear, sobretudo marginalistas e abolicionistas, não vêem qualquer utilidade nas armas nucleares, e argumentam que a sua mera existência motiva a proliferação e a exequibilidade de uma eventual guerra nuclear. Este, aliás, é um compromisso da Comissão Camberra de 1996. Por um lado, na hipótese de haver Estados prevaricadores ou dissidentes, num cenário de total abolição das armas nucleares seria muito mais difícil a um Estado esquivar-se às medidas de verificação da eliminação dos arsenais e às sanções político-económicas aplicadas aos dissidentes. Por outro lado, os mecanismos de transparência na declaração de capacidades nucleares e de concessões aplicar-se-iam a todos, em especial, aos cinco Estados com capacidade nuclear declarada no âmbito do Tratado NPT. Esta situação teria o chamado efeito dominó sobre outros Estados, ao verem esbatidas as actuais assimetrias do regime do NPT (MccGwire, 2000). No entanto, há ainda a considerar um argumento importante, para os tradicionalistas, a capacidade nuclear não pode ser desmantelada, nem reduzida a zero ou sequer abolida, por via do *nuclear establishment* (Müller, 2000).

d. Dissuasão nuclear: ampla e mínima

No âmbito da dissuasão nuclear há que ter em consideração o nível de incerteza da Segunda Era Nuclear. A capacidade dissuasora dos Estados passou a ter como principais alvos, para além das armas nucleares na posse de outros Estados, acções hostis, reais ou possíveis, assumidas por Estados pária ou por movimentos terroristas. Neste aspecto, as armas nucleares funcionariam como escudo de forma a impedir qualquer eventualidade futura ou ameaça nuclear hostil (Nogueira, 2006).

Se por um lado, os críticos da dissuasão nuclear, sobretudo os abolicionistas, consideram-na muito mais do que uma doutrina, constituindo um verdadeiro

dogma; isto é, um dogma – durante o período da Guerra Fria – baseado numa retórica moralista e exagerada, impulsionador da corrida aos armamentos, bem como pernicioso quanto à sua matriz: prevenir o conflito fomentando um relacionamento pacífico entre os Estados (Ibid). Por outro lado, os realistas ou tradicionalistas, sustentam que o aparente abrandamento na postura nuclear dos Estados com tradicional capacidade nuclear, tornou-os vulneráveis ao desenvolvimento de um eventual conflito (Weston, 2009).

Neste sentido, admite-se, para além do debate em torno do desarmamento nuclear, dois campos básicos em relação à dissuasão, cada um com a sua própria solução para a melhor forma de emprego das armas nucleares, de forma a atingir os objectivos nacionais dos EUA. Porém, o aspecto distintivo é a capacidade de cada campo interpretar a forma mais eficaz e as forças necessárias para alcançar a dissuasão nuclear. Não só estes campos estavam interessados em como os EUA poderiam dissuadir os adversários, mas também se as suas forças nucleares estavam impedidas de alcançar outras formas de influência, como a compulsão¹⁶³ e o combate. Os dois campos dividem-se entre aqueles que favorecem a dissuasão ampla ou abrangente (*broad deterrence*) e os que defendem a dissuasão mínima.¹⁶⁴

Os defensores da *broad deterrence* sustentam que, ao contrário da doutrina do desarmamento nuclear, a dissuasão foi eficaz ao estabelecer a paz ao longo da Guerra Fria. Keith Payne, talvez o defensor mais eloquente desta estratégia de dissuasão nuclear, argumenta que:

The abolitionists' basic judgments about deterrence and nuclear weapons were not vindicated during the cold war. Deterrence did not fail, and in some cases it is quite clear that the contribution of nuclear weapons to deterrence was important, possibly essential (1998: 21).¹⁶⁵

Com a implosão da URSS, os apoiantes da *broad deterrence* vêem a sobrevivente Rússia e as suas armas nucleares como uma fonte permanente

¹⁶³ De acordo com Patrick Morgan, a dissuasão distingue-se da compulsão como «*the use of threats to manipulate the behavior of others so they stop doing something unwanted or do something they were not previously doing*» (2003: 2).

¹⁶⁴ A concepção, do pós-Guerra Fria, de comparação entre a dissuasão mínima e ampla não é recente (Mlyn, 2000). Sobre uma concepção instrumental da dissuasão nuclear mínima, vide Barry Nalebuff (1988).

¹⁶⁵ Payne aponta tanto para a Crise de Mísseis de Cuba como para Guerra do Yom Kipur como exemplos em que a dissuasão nuclear criou uma condição da restrição para os dois lados em confronto. Na verdade, embora os EUA não possuíssem armas biológicas ou químicas com capacidade para retaliar um ataque dessa índole, Payne argumenta que as armas nucleares são os únicos meios fiáveis capazes de dissuadir esse tipo de armas no futuro (Payne, 1998).

de ameaça: por um lado, consideram que as mudanças políticas e económicas registadas são apenas etapas iniciais e têm grande potencial de instabilidade (Payne, 1998); por outro lado, criticam e concluem que simplesmente não existe a confiança necessária por parte dos dirigentes políticos norte-americanos para alterarem a postura de dissuasão nuclear em relação à Rússia. No entanto, assinalam que o colapso do sistema bipolar criou um ambiente global mais complexo, onde os pequenos Estados pária têm a oportunidade de desenvolver ADM ou possibilidade de fornecer a terroristas uma bomba nuclear (ou o *know-how* necessário para a sua construção), com o objectivo de dissuadir assimetricamente os EUA (Freedman, 2003).

Em resposta, a *broad deterrence* estabelece a necessidade de uma resposta a todo o tipo de conflitos, unindo a credibilidade da dissuasão para a capacidade de conduzir com êxito a guerra com armas nucleares. Os seus defensores são forçados a concluir que apenas uma força nuclear forte é capaz de fornecer as opções nucleares flexíveis, necessárias para garantir a realização dos interesses dos EUA. Nas suas várias formas esta tese implica a possibilidade teórica: de dissuadir um segundo ataque nuclear adverso após a realização de uma guerra nuclear de larga escala; do emprego de pequenas armas contra Estados pária com menor potencial para danos colaterais, e de um sistema de defesa para proteger o território dos EUA e suas forças operacionais (Weston, 2009).

Do debate estratégico em torno da dissuasão nuclear na Segunda Era, a dissuasão mínima parece congrega a maioria das opiniões (Lewis, 2008). Os defensores deste campo não conseguem identificar nenhum outro objectivo útil para as armas nucleares que não a capacidade de dissuadir as forças nucleares de outros países (Feiveson, 1999). Jeffrey Lewis (2008) discute, por um lado, se esta é a sua única utilidade, e se o seu enorme poder destrutivo é visível a todos os intervenientes, então só um pequeno número de armas nucleares é necessário para dissuadir um ataque nuclear adverso¹⁶⁶. Esta situação levaria, na verdade, a possibilidade de manter a população do adversário como refém mas atacando-o este apenas em retaliação. Neste contexto, os apoiantes da dissuasão mínima dão algum crédito à paz da Guerra Fria promovida pela dissuasão nuclear¹⁶⁷, mas não uma importância extrema como os tradicionalistas do campo da dissuasão ampla advogam. Os

¹⁶⁶ Este argumento remonta ao início da Guerra Fria, e é inicialmente atribuído ao Almirante Arleigh Burke, o qual defende que aos EUA bastaria ter alguns mísseis nucleares a partir de submarinos para garantir a dissuasão (Buchan et al., 2003).

¹⁶⁷ A este respeito Janne Nolan (1999) alega que dar importância à dissuasão nuclear por ter mantido a paz durante a Guerra Fria tem prejudicado o debate sobre a estratégia nuclear *per se* e possivelmente justificou tentativas de aplicar a dissuasão nuclear a áreas onde não é eficaz.

proponentes da dissuasão mínima sustentam, ainda, que não existe uma forma prática e obrigatória de eliminar as armas nucleares, sendo sempre necessário um pequeno arsenal nuclear para dar o efeito dissuasor estratégico necessário à potência nuclear (Feiveson, 1999).

No geral, aqueles que favorecem a dissuasão mínima concordam com os defensores do desarmamento na maioria dos outros aspectos (Acton, 2010), sobretudo na premissa de que as armas nucleares não são eficazes na dissuasão de outras ADM, não podendo ser utilizadas em qualquer forma de combate limitado, não sendo, por isso, credíveis como um meio de compulsão e persuasão (Halloway, 2006).

Conclusões

As armas e a estratégia nuclear têm tido uma influência profunda nas concepções de poder dos EUA, na escolha e no carácter das suas alianças, da sua política regional e sobre a forma como os seus recursos internos (científicos, técnicos, burocráticos e militares) se organizam. As sete décadas de dependência e confiança nas armas nucleares geraram uma vasta indústria de teorias, doutrinas e procedimentos práticos para demonstrar como as capacidades nucleares protegem a segurança dos EUA. Estas décadas também deram origem a uma estrutura complexa de planeamento nuclear, responsável por assegurar um elevado estado de prontidão de armas nucleares, caso a dissuasão falhasse (Nolan, 1999). Com a implosão da URSS, a estrutura bipolar própria da Guerra Fria ruiu, esta situação representou uma oportunidade para os que acreditaram ser possível a abolição ou a marginalização da variável nuclear, como para outros, mais pessimistas, um momento propício à proliferação nuclear, pela disseminação de novos Estados nucleares, aumentando ainda mais a possibilidade de crises, guerras preventivas, e de guerras nucleares por acidente, e consequentemente, contribuindo para um maior nível de instabilidade internacional. Neste contexto, o debate estratégico nos EUA dividiu-se fundamentalmente entre duas tendências: aqueles que defendem a existência e manutenção de armas nucleares (realistas, tradicionalistas) e os que advogam o desarmamento nuclear (abolicionistas, marginalistas). Em suma, a Segunda Era Nuclear é muito diferente da sua antecessora, caracterizando-se por uma progressiva diminuição dos arsenais nucleares (sobretudo das superpotências nucleares), pela emergência de novos poderes conflitos regionais e progressiva proliferação de potências nucleares. Pelo contrário, a Primeira Era nuclear proporcionou a existência de arsenais nucleares gigantescos, a divisão da Europa, o confronto político-militar entre os EUA e a URSS, e a ausência de conflitos nucleares.

capabilities of the United States, its allies and friends. They provide credible military options to deter a wide range of threats, including WMD and large-scale conventional military force.

United States Nuclear Posture Review, 2002

As long as nuclear weapons exist, we'll retain a strong deterrent. But we'll make the goal of eliminating all nuclear weapons a central element in our nuclear policy.

Barack H. Obama, 2008

A Estratégia Nuclear Norte-Americana: Evolução e Tendências

desde a década de 90, a par do movimento crescente a favor do desarmamento nuclear e da assinatura do Tratado CTBT, os EUA desenvolveram um programa de modernização e produção de novas capacidades nucleares, paralelamente às reduções operadas no seu arsenal nuclear.

Neste contexto, analisar-se-á a transformação da postura nuclear dos EUA na Segunda Era Nuclear. Em primeiro lugar, e de uma forma resumida, abordar-se-á a postura nuclear da administração Clinton e analisar-se-á os fundamentos e influência da NPR de 1994 nas subseqüentes. Em segundo lugar, examinar-se-á a NPR de 2002, e a influência desta na doutrina Bush, bem como análise crítica dos seus efeitos para a estratégia nuclear norte-americana. Por último, far-se-á um estudo sobre as matérias relacionadas com a política e estratégia nuclear de Obama. Neste ponto não se dará tanto ênfase à proposta como solução final, mas como um ponto de partida para renovação do debate público sobre os riscos, os benefícios e o futuro das armas nucleares nos EUA.

1. A administração Clinton e a NPR de 1994¹⁶⁸

Com o fim da Guerra Fria, a década de 90 solicitou a atenção dos EUA para novos alvos estratégicos potenciais, identificados em diferentes zonas do globo passíveis de constituírem uma ameaça para Washington (Kristensen, 2000). Neste quadro, começou a falar-se de um novo tipo de ameaça, alicerçada em duas ideias principais: a emergência de Estados Pária e Estados falhados (e do terrorismo internacional) e a proliferação de ADM.

Por um lado, tendo em conta a identificação de novas ameaças, os EUA ajustaram as funções e a estrutura das suas capacidades militares, em especial, o seu arsenal nuclear. Desde logo, importa sublinhar que as armas nucleares tácticas foram as que, de alguma forma, levantaram mais preocupações, quer pelo facto de estarem mais dispersas pelo território da ex-URSS, quer por terem dimensões mais pequenas e serem mais facilmente transportáveis. No plano internacional, os Estados não ficaram indiferentes a esta situação. A cooperação¹⁶⁹ entre a Rússia, os EUA e alguns países europeus foi um

interna pós-URSS, o Congresso norte-americano aprovou, em Dezembro de 1991, o que ficaria conhecido por Programa Nunn-Lugar ou de Cooperação de Redução de Ameaça (*Cooperative Threat Reduction Program – CTR*), da autoria dos Senadores Sam Nunn e Richard Lugar. No plano interno, a primeira alteração teve lugar na estrutura militar, com a criação do Comando Estratégico (*Strategic Command – STRATCOM*) (Nogueira, 2006).

Por outro lado, assistiu-se à redução do número de alvos estratégicos de 10.000 para cerca de 2.500 (Kristensen, 1997). Esta redução deveu-se, não só à multiplicação de concepções em torno do desarmamento nuclear, mas sobretudo à natureza das novas ameaças que passaram a ser de menor dimensão, dado não se compararem com a grandeza do arsenal nuclear russo, ao mesmo tempo que passaram a estar dispersas por todo o mundo, em especial, nos chamados Estados Pária¹⁷⁰. Face a esta nova classe de Estados, colocava-se aos estrategas e decisores políticos norte-americanos a questão de saber até que ponto os conceitos de dissuasão consolidados durante a Guerra Fria continuavam a ser úteis e eficazes (Nolan, 1999).

Com efeito, em 1992, no final do mandato de George H. Bush, foi dado um primeiro passo com vista à transformação das linhas estratégicas orientadoras dos EUA, através da aprovação da nova versão do SIOF, conhecido como SIOF-93. Este plano viria a resultar na adopção de um novo paradigma estratégico norte-americano para a Segunda Era Nuclear, que antes de mais, deveria responder à emergente transformação da ordem internacional, passava a estar assente no planeamento adaptável (*adaptive planning*) e na ambiguidade calculada (*measured ambiguity*). Estes conceitos ficaram patentes no chamado *living SIOF*¹⁷¹ (Nogueira, 2006).

No entanto, para além das alterações verificadas na política internacional e no seio da estrutura das capacidades nucleares norte-americanas, registou-se uma mudança política na Casa Branca, no final de 1992: a eleição de um novo presidente dos EUA, o democrata Bill Clinton. A vitória do democrata nas urnas foi amplamente interpretada como resultado do seu compromisso com uma nova agenda social e o aparente descontentamento do eleitorado com o estado da economia, neste período. Não obstante, Clinton herdou do seu predecessor uma desafiante e pesada agenda de segurança internacional, nomeadamente: na implementação de acordos sobre a redução significativa do

¹⁷⁰ Segundo Janne Nolan (1999), foram identificados pelo governo dos EUA, entre outros, os regimes políticos do Irão, da Síria, da Líbia, da Coreia do Norte, da China e mesmo de Cuba, com pretensões a adquirirem ou desenvolverem ADM.

¹⁷¹ Para mais informações acerca deste conceito, vide Kristensen (1998) e glossário.

seu arsenal nuclear e na preparação de uma série de iniciativas de cooperação inovadoras com a Rússia e as antigas repúblicas Soviéticas, com o intuito de promover os objectivos comuns de desnuclearização e da redução da ameaça nuclear. Por conseguinte, a administração Clinton decidiu em 1993 que seria necessária uma revisão completa da política de Defesa norte-americana, mas permaneceu curiosamente prudente nas suas reformas relativas à NPR. Contudo, a NPR 1994¹⁷² foi considerada a primeira grande revisão do género em décadas (Nolan, 1999).

Durante o processo de elaboração da NPR, foi notoriamente visível uma cisão entre duas posições principais em torno do papel do arsenal nuclear e da função da própria dissuasão nuclear perante as novas ameaças da Segunda Era: de um lado, estavam os que pretendiam ver reforçado o papel da dissuasão, a par do reforço de novas funções e capacidades nucleares para fazer face ao ambiente internacional povoado de ameaças da natureza incerta – concretamente o STRATCOM (Nolan, 1999); do outro lado, estavam aqueles que defendiam uma postura muito mais cooperativa com a Rússia e de empenho da administração Clinton, em termos internacionais, com vista a defender os esforços multilaterais de desnuclearização (Nogueira, 2006). Esta foi a posição de altos funcionários políticos, como Ashton Carter¹⁷³, ou mesmo académicos, como Steven Fetter, professor da Universidade de Maryland, que defendiam um processo de desnuclearização gradual, com vista a atingir a desnuclearização total, a longo prazo (Kristensen, 2000).

Apesar das referidas vicissitudes, a NPR aprovada pelo Presidente Clinton, em 18 de Setembro de 1994, concluiu que, embora o papel da dissuasão ainda fosse central, as armas nucleares desempenhavam um papel menor na Estratégia de Segurança Nacional (*National Security Strategy* - NSS) dos EUA do que em qualquer outro momento da Era nuclear, e deste modo, seria necessário um arsenal nuclear mais pequeno.¹⁷⁴ ¹⁷⁵ Por conseguinte, a NPR resultou numa situação de compromisso entre as posições da SRATCOM

¹⁷² Esta NPR foi codificada na Directiva de Decisão Presidencial (*Presidential Decision Directive* - PDD) 34, estabelecendo um mandato para um estudo destinado a definir a direcção da política nuclear dos EUA, durante a década de 90.

¹⁷³ Do lado civil, o esforço foi liderado por Carter Ashton, agora designado pelo Presidente Obama como Chair of the Nuclear Weapons Council no seu papel de Subsecretário de Defesa para a Aquisição, Tecnologia e Logística.

¹⁷⁴ Sobre a NPR, consultar a referência na bibliografia DoD (1995).

¹⁷⁵ Subsequentemente, o Presidente Clinton aprovou a Directiva de Decisão Presidencial PDD/NSC 60 em Novembro de 1997, formalmente abandonando as directrizes nucleares emitidas pela administração Reagan em 1981, que defendiam que os EUA deviam estar preparados e vencer uma guerra nuclear prolongada. Neste sentido, o PPD/NSC 60 partiu do pressuposto que o papel primordial das armas nucleares na Era do pós-Guerra Fria era a dissuasão (Cerniello, 1997).

e o então Secretário da Defesa Les Aspin: por um lado, reafirmando a centralidade da dissuasão e a importância de uma *Strategic Triad*; por outro lado, defendendo reduções no âmbito do START I e II e reconhecendo o CTBT, empurrando decisivamente os EUA para o processo internacional de desarmamento nuclear.

Acrescente-se ainda, que a NPR de 1994 adquiriu um novo enquadramento, atendendo à possibilidade das armas nucleares puderem ser usadas em cenários de conflito regional (não se estranhando por isso anos mais tarde, por exemplo, a complacência com as novas potências nucleares fora do âmbito do Tratado NPT, Paquistão e Índia). Como consequência desta nova postura, a dissuasão nuclear passou a abranger novos alvos e ameaças, com destaque para a aquisição e uso de armas ADM por regimes do Terceiro Mundo (Nolan, 1999). Em suma, argumenta-se que no início da Segunda Era Nuclear, a postura dos EUA face às armas nucleares continuou a basear-se na ideia de dissuasão, no quadro da Defesa dos EUA e seus aliados (Kristensen, 1998, 2000).

2. A política nuclear da administração Bush

Na viragem do século, a administração George W. Bush tomou partido por uma visão diametralmente oposta sobre a política das armas nucleares, portanto, distinta das duas administrações anteriores. Durante a sua campanha para a Presidência dos EUA, Bush iniciou um ataque severo à postura nuclear da administração Clinton, enfatizando o papel das armas nucleares à sua função anterior, como política central da sua segurança nacional, ao invés de continuar as políticas levadas a cabo pelas administrações George H. Bush e Clinton, que basicamente se alicerçavam na redução da dependência estratégica dos EUA em relação às armas nucleares.

Após a tomada de posse, como 43º Presidente dos EUA, Bush mandou o Pentágono para rever a postura nuclear dos EUA, formulada pela NPR 1994. E, em Dezembro de 2001, entregou ao Congresso um estudo classificado, relativo às visões da administração sobre as armas nucleares. Este relatório (mais tarde, intitulado NPR 2002), revelou uma política nuclear dos EUA que corroeria as realizações dos seus predecessores e levaria o mundo para uma nova Era de perigo nuclear.

Neste sentido, este subcapítulo visa esclarecer as principais características da estratégia e política nuclear da administração George W. Bush e analisar as consequências da sua doutrina, na presente estratégia nuclear dos EUA. O

principal enfoque desta discussão será avaliar o grau de transformações que a administração Bush introduziu na estratégia nuclear norte-americana desde o final da Guerra Fria. Estas alterações modificaram profundamente a estratégia de dissuasão nuclear norte-americana, bem como a sua política em relação ao emprego de armas nucleares, à estrutura dissuasora da Tríade Nuclear e ao controlo de armamento nuclear. Esta estratégia nuclear faria uma ruptura com o equilíbrio de forças e estabilidade a nível regional e global, bem como permitiria aos EUA mudar o enfoque da sua estratégia militar da Europa para a Ásia.

a. A NPR de 2002 e a doutrina Bush¹⁷⁶

A NPR de 2002 constitui-se como um documento secreto; porém os seus planos foram revelados em jornais, como o *Los Angeles Times* e o *New York Times*, com algum detalhe em partes seleccionadas do texto original¹⁷⁷. Nestes extractos publicados, o Pentágono delineava uma lista de contingências e objectivos onde as armas nucleares poderiam ser usadas, em três tipos de situações: contra objectivos capazes de resistir a um ataque não-nuclear; em retaliação a um ataque ADM; ou no caso de desenvolvimentos militares surpreendentes, enumerando sete países – a China, a Rússia, o Iraque, a Coreia do Norte, o Irão, a Líbia e a Síria – como potenciais alvos susceptíveis a ataques nucleares retaliatórios ou preemptivos.¹⁷⁸ Esta política implicava que os EUA estariam dispostos a utilizar armas nucleares em casos de retaliação e prevenção a ataques efectuados por ADM. Neste sentido, George W. Bush, num famoso discurso em West Point, salientou que:

We must take the battle to the enemy, disrupt his plans and confront the worst threats before they emerge. In the world we have entered, the only path to safety is the path of action. And this nation will act (2002b).

¹⁷⁶ Sobre a transformação nuclear dos EUA e sua doutrina, vide a obra de referência de James Wirtz e Jeffrey Larsen (2005).

¹⁷⁷ A análise parcial deste documento NPR, só foi possível através de fuga de informações para os jornais, pelo que se assume, até prova em contrário, a sua autenticidade (DoD, 2002). Acrescente-se que nenhum autor teve acesso à NPR na sua íntegra, pelo menos não se conhece a sua publicidade, para além destes excertos perdidos. Tendo sido publicitado oficialmente o prefácio do relatório, isto é, a carta enviada por Donald Rumsfeld (2002a) ao Congresso sobre o NPR. Sobre este documento vide também Sokolsky (2002), Kristensen (2005), e Joint Chiefs of Staff (2005) [JCS].

¹⁷⁸ Para além destes países, havia possibilidade de encetar um ataque nuclear preemptivo, nos seguintes casos: num conflito Israelo-árabe, numa guerra entre a China e Taiwan, ou simplesmente num ataque militar norte-coreano à Coreia do Sul.

Embora a NPR de 2002 tenha sido submetida ao Congresso – através do FY2001 Defense Authorisation Act –, as suas origens têm como sustentáculo ideológico a opinião de alguns futuros membros da administração Bush. A título de exemplo, surge Stephen Younger (2000), mais tarde *senior fellow* do Laboratório Nacional de Los Alamos, que defendeu também a necessidade de um arsenal nuclear dos EUA mais pequeno e modernizado, que poderia ser usado contra ameaças regionais e locais e até mesmo contra ameaças terroristas nucleares, químicas e biológicas. Importante defensor foi, também, o Instituto Nacional em Políticas Públicas (*National Institute for Public Policy* - NIPP) que publicou a “*Rationale and Requirements for U.S. Nuclear Forces and Arms Control*” em 2001. Este relatório defendeu uma força nuclear flexível e dinâmica contra diversas ameaças ADM, para além de apoiar o fim do controlo de armamentos e o estabelecimento de uma confiança renovada na dominação nuclear por parte dos EUA, sem os constrangimentos legais dos Tratados internacionais. Esta visão foi incitada sobretudo por Keith Payne, então Director do NIPP, que se tornaria mais tarde Assistente adjunto do Secretário da Defesa e coordenador do Deterrence Concepts Advisory Panel, que conduziria à formulação do NPR de 2002¹⁷⁹.

Dos temas directamente relevantes para a dissuasão nuclear, talvez o mais revolucionário fosse a ideia de reinventar a Triade nuclear, que será analisado com maior pormenor na secção 2.2.1. Em *grosso modo*, a NPR de 2002 estabeleceu acima de tudo uma ruptura com o método de planeamento das forças estratégicas característico da Guerra Fria, promovendo e constituindo uma Nova Triade composta por forças ofensivas de ataque (convencionais e nucleares), forças nucleares defensivas (activas e passivas) e uma infra-estrutura actualizada com sistemas nucleares defensivos capaz de adicionar rapidamente novas capacidades estratégicas no combate a eventuais ameaças.

Em relação às ameaças, o relatório da NPR de 2002 sustenta que Washington não ajustaria as suas forças como se a Rússia constituísse simplesmente uma pequena versão da ameaça imposta pela ex-URSS, e que, por conseguinte, os EUA desenvolveriam capacidades e forças capazes de dissuadir qualquer adversário. Isto é, o relatório instrui os EUA a desenvolverem forças estratégicas para derrotar qualquer inimigo (Weston, 2009). Neste sentido, em Janeiro de 2002, um *briefing* de imprensa relativo à NPR, apresentado por J. D. Crouch (2002), um alto funcionário político do Pentágono, destacou as reduções do arsenal e a necessidade de um conjunto de «*capabilities-based force*» adequadas

¹⁷⁹ Em relação às ideias defendidas pela NPR 2002, *vide* a análise descritiva e neo-conservadora de Keith Payne (2005).

às múltiplas contingências enfrentadas pelos EUA neste novo ambiente de segurança internacional. Neste contexto, John A. Gordon, então Subsecretário da Defesa e director da Administração Nacional de Segurança Nuclear (*National Nuclear Security Administration* – NNSA), descreveu:

Four key defense policy goals were articulated in the Quadrennial Defense Review and...in the NPR. Briefly, the goals are to: assure allies and friends by demonstrating the United States' steadiness of purpose and capability to fulfill its military commitments, dissuade adversaries from undertaking military programs or operations that could threaten U.S. interests or those of allies and friends, deter threats and counter coercion against the United States, its forces and allies, and defeat any adversary decisively and defend against attack if deterrence fails (2002: 2).

Relativamente aos Estados pária e grupos terroristas, a administração Bush consagrou, no NPR de 2002, três espécies de alvos que poderiam ser atacados com armas nucleares, se estes constituíssem uma ameaça séria aos interesses vitais dos EUA, entre os quais: alvos difíceis e profundamente enterrados (*Hard and Deeply Buried Targets* - HDBT), objectivos móveis e relocalizáveis, e armas químicas e biológicas. Em relação à segunda espécie – os objectivos móveis e relocalizáveis –, como os lançadores de míssil SCUD, considerados uma grande ameaça de proliferação nuclear, estes podem transportar armas químicas e biológicas, advogando-se o possível emprego de armas nucleares para destruir esses objectos. E, por último, relativamente à terceira espécie – as armas e agentes químicos e biológicos – o Pentágono e o Departamento de Energia fizeram um estudo sobre a *Agent Defeat Weapon* (ADW)¹⁰⁰ que tinha como objectivo a destruição de armas químicas ou biológicas *in situ*, sem a propagação destas para o meio ambiente; para esse objectivo foi considerado tanto o uso de armas nucleares como de armas não-nucleares (DoD, 2002).

Contudo, temia-se que a NPR de 2002 assinalasse uma maior vontade de utilizar armas nucleares em conflitos regionais. Neste sentido, o emprego de armas nucleares contra Estados não-nucleares (*Non-nuclear Weapons States* – NNWS) ou grupos terroristas contrariava, no âmbito do Tratado NPT, as chamadas *Garantias de Segurança Negativa* (*Negative Security Assurances* - NSAs). Estas foram defendidas pelo Presidente Clinton em 1995, e comprometiam

¹⁰⁰ Sobre os seus efeitos, consultar *Committee on the Effects of Nuclear Earth-Penetrator and Other Weapons* (2005).

os EUA a nunca usar as armas nucleares contra um NNWS.¹⁶¹ Neste aspecto, a doutrina NPR claramente rompe com essas promessas, minando a política de não-proliferação (Butcher, 2009). Por seu turno, Michael Gordon (2002a), do *New York Times*, apontava que a NPR aumentava potencialmente o emprego de armas nucleares em conflitos, tanto em NWS como em NNWS, destacando igualmente a tensão criada pelos «*bunker busters*». Esta percepção levou alguns autores, na época, como William Arkin, a considerarem a NPR como sendo um desvio radical das doutrinas de dissuasão anteriores, do seguinte modo:

Nevertheless, the Bush administration plan reverses an almost two-decade-long trend of relegating nuclear weapons to the category of weapons of last resort...[and called the NPR] an integrated, significantly expanded planning doctrine for nuclear wars (Arkin, 2002).

No essencial, a nova estratégia resultante da NPR 2002 afasta-se claramente de uma estratégia baseada na ameaça, que dominou o planeamento defensivo estratégico dos EUA durante quase meio século, para adoptar uma nova abordagem alicerçada nas capacidades nucleares – privilegiando um menor enfoque na qualidade de quem poderia ameaçar os EUA e da proveniência desta ameaça, e mais na natureza da mesma e na dimensão da resposta que teria ser dada para dissuadir e defender os EUA contra eventuais perigos futuros (Rumsfeld, 2002a). No entanto, a invasão ao Iraque e a constituição da lista de países pertencentes ao *axis of evil* (eixo do mal) tenha retomado a estratégia clássica baseada na identificação do agente corpóreo da ameaça. Neste sentido, como se explicará adiante, a dissuasão nuclear da MAD é substituída por uma dissuasão nuclear máxima e ampla do género destruição unilateral garantida. De seguida, far-se-á uma análise crítica das principais características da doutrina nuclear Bush, tendo em conta a reformulação do conceito de ameaça e o papel das armas nucleares na resposta à ameaça: dissuasão, política do *first use*, ataque preemptivo e a guerra preventiva.

¹⁶¹ A este respeito, o Presidente Clinton defendeu que «*the United States reaffirms that it will not use nuclear weapons against non-nuclear-weapon state-parties to the Treaty on the Non-proliferation of Nuclear Weapons, except in the case of an invasion or any other attack on the United States, its territories, its armed forces or other troops, its allies, or on a state toward which it has a security commitment carried out, or sustained by such a non-nuclear-weapon state in association or alliance with a nuclear-weapon states*» (W. Clinton, 1995). Sobre o estatuto legal das garantias de segurança no âmbito da NPT, vide George Bunn (1997).

(1) A reformulação do conceito de ameaça¹⁸²

No que diz respeito à identificação de ameaça, George W. Bush baseou-se na combinação do radicalismo e da tecnologia do adversário, especificamente, centrada no extremismo político e religioso com capacidade de possuir ADM:

When the spread of chemical and biological and nuclear weapons, along with ballistic missile technology – when that occurs, even weak states and small groups could attain a catastrophic power to strike great nations. Our enemies have declared this very intention, and have been caught seeking these terrible weapons (Bush, 2002b).

Por conseguinte, a doutrina Bush identifica três agentes de ameaça: as organizações terroristas com alcance global, os países que abrigam e ajudam organizações terroristas, e os chamados Estados pária. A Al Qaeda e o Afeganistão dos Talibã personificam os dois primeiros agentes, enquanto os últimos – o terceiro agente – são definidos de acordo com a NSS de 2002, como Estados que:

...brutalize their own people and squander their national resources for the personal gain of the rulers; display no regard for international law, threaten their neighbors, and callously violate international treaties to which they are party; are determined to acquire weapons of mass destruction, along with other advanced military technology, to be used as threats or offensively to achieve the aggressive designs of these regimes; sponsor terrorism around the globe; and reject human values and hate the United States and everything it stands for (DoD, 2002: 14).

Esta definição de Estados pária parece ter sido modelada em relação ao Iraque, Coreia do Norte e Irão como grandes “fornecedores” de terrorismo internacional – o chamado eixo do mal (Gordon, 2002b). A administração Bush, neste aspecto, daria especial relevância ao caso do Iraque, considerando este com capacidades e intenções hostis (por exemplo a ideia e a capacidade de usar ADM de uma forma ofensiva). Para além do mais, conclui que os *rogue states* eram uma grande ameaça à estabilidade da ordem internacional porque: por um lado, procuram adquirir ADM para si próprios; por outro, podiam transferir este armamento para terroristas aliados (Record, 2003). Neste sentido, a política externa dos EUA procuraria alterar a conduta destes Estados, ou então, se tal não resultasse, eliminar esses regimes através da força (Preble, 2005). Assim,

¹⁸² Sobre a transformação da ameaça, tendo em conta a NPR da administração Bush, vide o artigo de John Deutch (2005).

a doutrina Bush promoveu adicionalmente três componentes principais – a preempção, a democratização e a posição dominante, neste caso através da superioridade nuclear norte-americana¹⁸³ (Merry, 2005).

De acordo com a doutrina Bush, designadamente através da referida NSS de 2002, outra característica importante a reter é a percepção de que os conceitos de contenção, e sobretudo de dissuasão, próprios da Guerra Fria, são desadequados em relação aos novos agentes de ameaça:

...especially following the Cuban missile crisis, we faced a generally status quo, risk-averse adversary...But deterrence based only on the threat of retaliation is less likely to work against leaders of rogue states more willing to take risks, gambling with the lives of their people, and the wealth of their nations...Traditional concepts of deterrence will not work against a terrorist enemy (Executive Office of the President, 2002a: 15) [EOP].¹⁸⁴

No geral, conclui-se que a Casa Branca encarou a nova ameaça como uma ameaça iminente, multifacetada, imune à dissuasão, eminentemente difusa, e potencialmente calamitosa para os EUA. Uma ameaça que, em virtude da combinação da sua destrutibilidade e invulnerabilidade em relação à dissuasão, não tem precedentes na história norte-americana, exigindo respostas urgentes. Neste âmbito, apenas dois meses após os ataques de 11 de Setembro às torres gémeas, George W. Bush declarava que «we will not wait for the authors of mass murder to gain weapons of mass destruction» (2001b).

(2) A função da dissuasão

Em resposta às novas ameaças, a administração Bush defendeu a possibilidade de emprego preventivo ou retaliatório de armas nucleares em combate¹⁸⁵, contra qualquer agente de ameaça, ou agressão convencional e ADM hostil, caso se justificasse no âmbito da nova NSS e NPR. Contudo, esta

¹⁸³ Em relação à superioridade nuclear dos EUA, vide Keir A. Lieber e Daryl G. Press (2006b).

¹⁸⁴ Este juízo transmite as observações de George W. Bush, em West Point, ao defender que «deterrence, the promise of massive retaliation against nations, means nothing against shadowy terrorist networks with no nation or citizens to defend (...). [And] containment is not possible when unbalanced dictators with weapons of mass destruction can deliver those weapons on missiles or secretly provide them to terrorist allies» (Bush, 2002b). Em contraste com a contenção do comunismo, que visava travar a sua expansão territorial, a estratégia de contenção no Iraque desde 1991 tem como objectivo as ambições territoriais e nucleares de Saddam Hussein.

¹⁸⁵ No entanto, a decisão de emprego de forças nucleares – isto é, num cenário de conflito ou guerra nuclear – é *per se* um elemento importante da dissuasão nuclear (Kissinger, 1969).

solução irrompeu um tabu de décadas contra o uso de armas nucleares¹⁸⁶, excepto como último recurso. Na verdade, durante a Guerra Fria e década de 90, os EUA sempre escolheram opções convencionais, e não-nucleares, em resposta a uma determinada agressão (Woolf, 2008a). Apesar de ampliar o papel de emprego de armas nucleares em caso de combate, esta situação: se por um lado, reforçava ainda mais a credibilidade e eficácia da dissuasão nuclear abrangente; por outro, estimulava outros países a procurar armas nucleares por causa do seu valor militar (Jingmei, 2003).

A posição oficial da administração Bush, acerca da nova estratégia de dissuasão nuclear, foi revelada por intermédio do então Subsecretário da Defesa Douglas J. Feith, e acentuou que as:

Nuclear weapons ... continue to be essential to our security, and that of our friends and allies... [Therefore] linking nuclear forces to multiple defense policy goals, and not simply to deterrence, recognizes that these forces... perform key missions in peacetime as well as in crisis or conflict (Feith, 2002: 4-6).

Neste aspecto, as armas nucleares permaneceriam as únicas do arsenal norte-americano a comportarem todos os riscos impostos por uma variedade de alvos valorizados por um determinado adversário. Por conseguinte, desempenhavam um papel chave na estratégia de dissuasão dos EUA.

Segundo a NPR de 2002, a administração Bush declarava que o arsenal nuclear, juntamente com os sistemas de mísseis defensivos e outros elementos da estrutura militar norte-americana, não só têm a capacidade de dissuadir os adversários pela promessa de um conjunto de danos inaceitáveis em resposta a um ataque adverso, mas também de assegurar aos seus Aliados o compromisso à sua segurança por parte dos EUA (sobretudo através de uma dissuasão alargada). Por um lado, dissuadia-se potenciais adversários de desafiar os EUA com o seu arsenal nuclear ou outras ameaças assimétricas convencendo-os de que qualquer ameaça jamais negará a credibilidade da dissuasão nuclear norte-americana; e derrotar os inimigos com o pressuposto que estes ou os seus objectivos não poderiam ser destruídos por outro tipo de armas que não as nucleares. Por outro lado, sustentava-se que a política de dissuasão nuclear norte-americana era fortemente dependente da ameaça de retaliação nuclear ofensiva, com o Presidente a conservar poucas opções de resposta caso os EUA e seus aliados fossem atacados. Neste sentido, os EUA procuraram também

¹⁸⁶ Sobre a importância das armas nucleares durante a primeira administração Bush, vide Jostiane Gabel (2004-05).

dissuadir e derrotar os seus adversários com armas convencionais de extrema precisão, capazes de num futuro muito próximo destruir alguns dos alvos atribuídos às armas nucleares no passado (Crouch, 2002).

Esta nova combinação de armas (nucleares e não-nucleares) forneceu ao Presidente um maior número de opções¹⁸⁷ e flexibilidade na resposta a ameaças ou agressões adversas. Neste contexto, alguns membros da administração referiram esta mudança como uma *tailored deterrence* (dissuasão nuclear adaptada)¹⁸⁸, com os EUA a desenvolverem respostas mais específicas que, por sua vez, dependeriam de uma mais ampla variedade de capacidades militares, para responder às ameaças colocadas pelos adversários¹⁸⁹ (Woolf, 2008a). Segundo Ryan Henry, então assessor do Secretário de Defesa, os EUA adoptaram este conceito de dissuasão nuclear adaptada ao conflito, tendo em conta:

...the means to determine what assets an adversary holds dear and wants to protect; an ability to identify which military tools can be used to threaten those assets; and an effective means of communicating to adversaries that the military can target their most important assets and destroy them (cit. in Sherman, 2005).

(3) A política do first use

No contexto da resposta à ameaça, os EUA nunca excluíram a possibilidade do *first use*. Embora tivessem comprometido que não atacariam um NNWS com armas nucleares, na maior parte das vezes, os governos norte-americanos mantiveram uma política de ambiguidade, estudada sobre as circunstâncias em que se consideraria uma retaliação nuclear e, conseqüentemente, o tipo de resposta adoptada caso um determinado Estado atacasse os EUA com ADM.

Na NPR de 2002, a administração Bush não alterou a política de *first use* de armas nucleares dos EUA. Todavia, com a ênfase imposta nas ameaças emergentes, a administração pareceu deslocar a sua estratégia para uma abordagem mais explícita, reconhecendo que os EUA poderiam usar armas nucleares em resposta a ataques perpetrados por Estados com armas químicas, biológicas e convencionais. Por sua vez, esta situação *per si* não indicava que os

¹⁸⁷ Sobre um estudo específico acerca das diferentes opções estratégicas da estratégia nuclear norte-americana, vide relatório da RAND Corporation da autoria de Glenn Buchan, David Matonick, Calvin Shipbaugh e Richard Mesic (2003).

¹⁸⁸ Relativamente ao desenvolvimento deste conceito na administração Bush e Pentágono, vide Jason Sherman (2005).

¹⁸⁹ Para uma revisão mais detalhada do conceito de *tailored deterrence*, vide Amy F. Woolf (2008b) e McDonough (2009).

EUA planeassem usar as armas nucleares pela primeira vez em conflitos com potências não-nucleares, mas reforçava a percepção de que os EUA encaravam a possibilidade do *first use* de armas nucleares em conflitos contra NNWS.

A “interpretação autêntica” da administração Bush, porém, era divergente desta percepção. Na sua óptica a NPR não produziria planos de guerra ou ataques contra NNWS. Ao invés, a postura das forças nucleares norte-americanas seria concebida para dissuadir estes Estados a adquirirem e empregarem ADM. De acordo com Condoleezza Rice, então Conselheira de Segurança Nacional, a intenção era «to send a very strong signal to anyone who might try to use weapons of mass destruction against the United States» (cit. in Savage, 2002). No mesmo sentido, o Presidente Bush acrescentaria que:

We want to make it very clear to nations that you will not threaten the United States or use weapons of mass destruction against us or our allies... I view our nuclear arsenal as a deterrent, as a way to say to people that would harm America that ... there is a consequence. And the President must have all the options available to make that deterrent have meaning (cit. in Woolf, 2008a).

Contudo, entre 2004 e 2005, a Junta dos Chefes de Estado-Maior (*Joint Chiefs of Staff* – JCS) preparou a nova Doutrina de Operações Nucleares Conjuntas (*Joint Doctrine for Nuclear Operations* – JDNO), um documento que tinha tido a sua última atualização em 1995. O último draft disponível da JDNO data de 15 de Março de 2005, e incluía uma lista de circunstâncias em que os EUA ponderavam o *first use*, entre as quais: o emprego de armas nucleares em resposta ao uso de armas ADM por outros Estados; a previsão do seu emprego, tanto para destruir as instalações que poderiam abrigar essas armas, como para a demonstrar a intenção e capacidade do uso do seu arsenal nuclear para dissuadir o emprego de ADM, em relação ao adversário em questão (DoD, 1995).

Alguns críticos argumentaram que essas declarações e os planos para o uso eventual de armas nucleares contra NNWS eram incompatíveis com as garantias de segurança negativa¹⁹⁰ oferecidas pelos EUA aos NNWS no âmbito do Tratado NPT (Woolf, 2008a). Neste aspecto, nem o Presidente George W. Bush, nem o então Secretário de Estado Colin Powell, abordaram esta questão ou anunciaram a supressão das garantias de segurança negativa. Contudo, John Bolton (2002), então Subsecretário de Estado para o Controle de Armamento e Segurança Internacional, explicou que não considerava a abordagem retórica usada na garantia de segurança

¹⁹⁰ Sobre a evolução histórica e diferenças estruturais entre garantias de segurança negativa e positiva, consultar Jean du Preez (2004) e o tutorial do Nuclear Threat Initiative (2010) [NTI], capítulo 5.

negativa como sendo necessariamente a mais produtiva, argumentando que as garantias tinham sido oferecidas num contexto geoestratégico muito diferente, e atestou que a administração Bush iria analisar a garantias de segurança às NNWS no contexto da preparação da conferência de revisão da NPT de 2005.¹⁹¹ No entanto, assistiu-se à implosão da conferência, coincidindo com duas grandes crises no sistema: a da península coreana e o programa nuclear do Irão. A este respeito, a Conferência de revisão do NPT de 2005 foi considerada o maior fracasso da história do presente Tratado¹⁹² (Müller, 2005).

(4) O ataque preemptivo e a guerra preventiva

O pressuposto de que os inimigos dos EUA estavam preparados para efectuar um primeiro ataque, para ameaçar ou usar ADM contra os americanos, sugere inevitavelmente uma política que a administração Bush auto-intitula de «*anticipatory self-defense*» (Rumsfeld, 2002b, 2002c). Esta política é edificada como uma estratégia de preempção, isto é, *grosso modo* atacar um inimigo antes que ele o faça.

Todavia, a preempção, conforme praticada pela administração Bush (apesar de existirem diferenças) é mais correctamente compreendida como guerra preventiva. Embora a preempção de um ataque iminente tenha sido comumente reconhecida e aceite pelo Direito Internacional, já em relação à guerra preventiva – segundo o qual um governo opta por tomar medidas antes que uma ameaça se materialize – tem sido tipicamente marginalizada (Preble, 2005). A administração Bush não considerou que a preempção servisse para substituir as medidas não-militares tradicionais, como as sanções e a diplomacia coerciva ou mesmo esforços de contra-proliferação pró activos e de medidas reforçadas de não-proliferação; mas sim como uma acção complementar, destinada, sobretudo, para lidar com a nova ameaça terrorista e, portanto, não dissuasiva. Já a doutrina de guerra preventiva funda-se, portanto, em bases não objectivas, ao depender da crença da inevitabilidade do conflito, mesmo na ausência de evidências inequívocas. Ela baseia-se na tentativa de eliminar o risco antes que ele se materialize, baseado em questões, necessariamente, de carácter mais subjectivo¹⁹³ (Record, 2003).

¹⁹¹ Em relação ao debate estratégico em torno destas garantias, durante a administração Bush, vide Blair e Preez (2005).

¹⁹² Sobre as causas do fracasso desta conferência, consultar o ensaio de Harald Müller (2005).

¹⁹³ Segundo Graham Allison, a lógica da guerra preventiva, é muito parecida com o raciocínio que levou o Japão a atacar Pearl Harbour: «*I may some day have a war with you, and right now I'm strong and you're not. So I'm going to have the war now (...)* and in candid moments some Japanese scholars say – *off the record* – that [*Japan's*] big mistake was waiting too long» (cit. in Record, 2003: 7).

Neste contexto, a diferença entre preempção e guerra preventiva é importante. Por um lado, o ataque preemptivo é justificável se, por exemplo, remeter para o campo ôntico e legal da ameaça *strictu sensu* definida por Daniel Webster, antigo Secretário de Estado como: «[an] instant, overwhelming, leaving no choice of means and no moment for deliberation» (1842).¹⁹⁴ Isto é, um ataque preemptivo fundado em evidências inequívocas de que o ataque é inimigo e iminente, legitimado como uma forma de defesa contra um ataque ou acção hostil que, ainda que não deflagrada, seguramente está em curso, de maneira imediata. Neste aspecto, a preempção tem o valor jurídico de sanção (Bishop, Jr., 1962). Por outro lado, a guerra preventiva não é nenhuma sanção, porque a ameaça não é segura nem iminente. Esta traduz-se por uma guerra iniciada na crença que um conflito armado, embora não iminente, é inevitável, e que o atraso envolveria um aumento de riscos inimportáveis. Por conseguinte, a guerra preventiva é indistinguível da agressão (militar) directa, o que pode explicar porque a administração Bush insistiu, a dado momento, que a sua estratégia é preemptiva, apesar de alguns altos funcionários políticos terem utilizado os termos alternadamente (Record, 2003).

No entanto, a questão central, tanto para doutrina da guerra preventiva, como para o ataque preemptivo, é a perspectiva que o derrube de um regime inimigo não deve ser pautado apenas por condições reais ou mensuráveis, mas por uma adequação à ordem existente, tornando real a força latente e capaz de manter o consenso internacional pretendido, por exemplo, pelos então membros neoconservadores do *Project for the New American Century* (PNAC).

b. O fim do MAD¹⁹⁵: a nova tríade nuclear e as políticas unilaterais

A Estratégia de Segurança Nacional norte-americana sempre dependeu de um forte equilíbrio de terror nuclear. Esta estratégia teve êxito em dissuadir ataques nucleares e convencionais soviéticos, durante a Guerra Fria; porém, mostrou-se inadequada ao não conseguir prevenir um ataque terrorista perpetuado pela Al-Qaeda em 2001. Após o 11 de Setembro, a administração Bush concluiu que a abordagem de dissuasão própria do período da Guerra

¹⁹⁴ Webster referia-se a um incidente em 1837, em que as forças canadenses atacaram um navio norte-americano – o *Caroline* –, a norte das Cataratas Niágara, julgando ser aliado de uma rebelião contra o domínio britânico no Canadá. Os britânicos alegaram ter agido em legítima defesa, uma alegação que Webster rejeitaria com seu *dictum* sobre a preempção.

¹⁹⁵ Alguns analistas colocam os EUA numa situação capaz de aniquilar o arsenal nuclear russo num ataque surpresa, eliminando a capacidade de retaliação russa, com este entendimento Lieber et alii. (2006a).

Fria, altamente dependente das armas nucleares ofensivas, já não seria adequada para o novo ambiente de segurança internacional. Este evento trágico teve o condão de apontar o novo inimigo – dez anos após o fim da Guerra Fria¹⁸⁶ –, reconhecendo que as grandes ameaças à segurança EUA já não provinham da Rússia e de outras potências mundiais, mas de terroristas que atacam sem aviso e de Estados pária que procuram usar ADM. Neste contexto, a administração Bush deduziu que seria necessário abandonar a doutrina da dissuasão nuclear MAD, concluindo que esta não conseguiria lidar com a grande variedade de ameaças imediatas e potenciais, enfrentadas pelos EUA, bem com as novas exigências de segurança nacional. Relativamente a esta matéria, deduz-se também que a administração Bush teve outros objectivos para reduzir a política e estratégia da MAD, como por exemplo, não reconhecer a Rússia como potência equivalente nas relações bilaterais e multilaterais, realçando o *status* de superpotência única, notória no caso da rescisão unilateral do Tratado ABM. Estes argumentos ficaram bem patentes no *briefing* sobre a NPR 2002, quando J.D. Crouch, então Assistente do Secretário de Defesa garantiu que os EUA iriam:

Ending the relationship with Russia that is based on mutual assured destruction, ...[adding that] this seems to be a very inappropriate relationship given the kinds of cooperation, for example, that have been evinced in the last few months in the campaign against global terrorism (Crouch, 2002).

Todavia, a NPR ainda foi mais inequívoca ao defender que «*the United States will no longer plan, size or sustain its forces as though Russia presented merely a smaller version of the threat posed by the Soviet Union*» (DoD, 2002). Por outras palavras, desde que a Rússia e as suas forças nucleares foram compreendidas como tendo uma capacidade menor, comparativamente aos EUA, a dissuasão daquela deixou de dominar a estratégia nuclear norte-americana¹⁸⁷ (Lieber et al., 2006a).

Deste modo, em substituição da MAD, a administração Bush procurou uma dissuasão nuclear abrangente (tendencialmente máxima) capaz de desencorajar e derrotar efectivamente uma larga variedade de adversários que potencialmente ameaçam os EUA, seus aliados e amigos; como por exemplo, o desafio do poder hegemónico dos EUA por parte de uma potência regional em desenvolvimento. Para coincidir com as alterações fundamentais da estratégia de dissuasão nuclear norte-americana, a administração Bush concebeu: por

¹⁸⁶ George W. Bush (2001a) reflectiu que «*today's Russia is not yesterday's Soviet Union (...) [and] today's Russia is not our enemy*».

¹⁸⁷ Sobre as características e fragilidades da superioridade nuclear dos EUA neste período, consultar Russell et al. (2004).

um lado, uma Nova Triade de forças nucleares estratégicas; e, por outro lado, um conjunto de novas políticas unilateralistas sobre o controlo de armamento nuclear, como parte integrante e apoiante da estratégia nuclear dos EUA.

(1) A Nova Triade

Com a mudança fundamental da estratégia de dissuasão nuclear norte-americana, a estrutura de forças de dissuasão que suportava esta estratégia precisava de ser ajustada. Neste contexto, a Triade Nuclear tradicional baseada em forças ofensivas (ICBMs, SLBMs e bombardeiros nucleares de longa distância) foi substituída por uma Nova Triade de forças ofensivas (constituídas pelas forças nucleares da “antiga” Triade e por forças de ataque não nucleares¹⁹⁸), forças defensivas (activas e passivas) e infra-estruturas de defesa (infra-estrutura actualizada com sistemas nucleares defensivos capaz de adicionar rapidamente novas capacidades estratégicas no combate a eventuais ameaças).¹⁹⁹

Neste contexto, a Nova Triade é substancialmente diferente da Triade Nuclear nascida da Guerra Fria²⁰⁰. Se a Triade Nuclear tradicional foi dirigida sobretudo contra os perigos de um ataque nuclear ou de um ataque convencional à larga escala por parte dos soviéticos, a Nova Triade é projectada para uma maior variedade de adversários e contingências. A Triade Nuclear caracterizava-se não só por incluir somente forças ofensivas, mas também por excluir sistemas de defesa (por serem inexequíveis ou “destabilizadores”²⁰¹) e infra-estruturas, forças ofensivas não-nucleares (as convencionais guiadas por precisão a longa distância e operações de informação ofensiva foram consideradas insuficientes para substituir ou complementar as forças nucleares em certas missões). Com os seus sistemas de resposta nuclear, a Nova Triade foi concebida para proporcionar a dissuasão ou contrariar novas ameaças de segurança que se desenvolvem por períodos extensos (DoD, 2002).

¹⁹⁸ Forças convencionais, Information Operations (IO) e Forças de Operações Especiais (Special Operations Forces – SOf).

¹⁹⁹ Na versão original do NPR a Nova Triade é, composta por: «*Offensive strike systems (both nuclear and non-nuclear); Defenses (both active and passive); and a revitalized defense infrastructure that will provide new capabilities in a timely fashion to meet emerging threats. [Furthermore,] this New Triad is bound together by enhanced command and control (C2) and intelligence systems*» (DoD, 2002). Sobre um estudo aprofundado da Nova Triade no âmbito da NPR 2002, vide a análise crítica de Kurt Guthe (2002).

²⁰⁰ A data remonta a 1960, ano da primeira patrulha efectuada por um submarino SLBM. O primeiro desses mísseis foi colocado em alerta no ano anterior. Porém, sem esquecer, desde 1945, o papel dos bombardeiros nucleares.

²⁰¹ Isto é, susceptíveis de perturbar o equilíbrio nuclear ao provocarem uma corrida armamentista, ou por fornecerem um escudo através do qual um primeiro ataque nuclear poderia ser lançado.

Em relação aos objectivos, a Triáde Nuclear teve como principais: a protecção dos Aliados e a ameaça da agressão através da dissuasão, o controlo da escalada, e o desfecho favorável do conflito para os EUA e seus aliados, na eventualidade de uma guerra (JCS, 2005). Em sentido contrário, a Nova Triáde tinha a persuasão como objectivo fundamental, juntamente com a garantia e a dissuasão (Guthe, 2002). Se a última falhasse, a Nova Triáde deveria ser usada para além do mero controlo da escalada e desfecho favorável do conflito; na opinião do Subsecretário Douglas Feith, as suas forças ofensivas e defensivas foram dirigidas para um objectivo mais ambicioso, definido como «*to decisively defeat an enemy while defending against its attacks on the United States, our friends, and our allies*» (2002: 4).

Neste sentido, tendo em conta a NPR, cabe agora definir e distinguir de uma forma apurada os principais elementos da Nova Triáde, a saber: forças ofensivas («*offenses*»), forças defensivas («*defenses*»), e infra-estruturas de defesa (DoD, 2002).

O primeiro elemento – *offenses* – compreende as forças ofensivas de ataque não-nucleares e nucleares. As primeiras incluem armas convencionais de longa distância guiadas com precisão e sistemas lançamento (por exemplo, mísseis cruzeiro lançados por submarinos), e avançadas, (sobretudo HDBT e Earth-Penetrator Weapons – EPW), bem como capacidades para operações de informação ofensiva (como ataques electrónicos e de internet)²⁰². As segundas agregam as forças nucleares estratégicas (SLBMs, ICBMs e bombardeiros)²⁰³, bem como mísseis de médio alcance, ataques aéreos nucleares por controlo terrestre, e SLCMs lançados por submarinos de ataque.²⁰⁴ Com efeito, as *offenses* constituem um pilar fundamental da Nova Triáde, que o Pentágono idealizou como podendo ser usadas separadamente ou combinadas num eventual ataque nuclear, dependendo da circunstância conflitual. Esta combinação podia reduzir a dependência das forças nucleares no sentido de poderem fornecer um efeito dissuasor ofensivo, e proporcionar maior flexibilidade na concepção e realização de campanhas militares para derrotar adversário de uma forma decisiva, aumentando a credibilidade da dissuasão sobre os adversários (Jingmei, 2003; McDonough, 2006).

²⁰² As operações de informação foram discutidas pelo JCS na *Joint Doctrine for Information Operations* (1998).

²⁰³ Estas capacidades nucleares ofensivas incluíam uma estrutura de forças nuclear estratégica em dois estados de prontidão: as forças operacionais e as forças de resposta.

²⁰⁴ Sobre esta matéria, vide o relatório do DoD, anualmente enviado ao Presidente e Congresso, de William Cohen (2001).

Em termos gerais, os elementos “ofensivos” da Nova Tríade incorporam o arsenal nuclear clássico da Tríade Nuclear, e integram sistemas de lançamento nuclear com novas capacidades de contra-forças não-nucleares. Deste modo, assiste-se a uma transformação qualitativa e gradual do arsenal nuclear norte-americano, que seria melhor adaptado para missões de contra-proliferação nuclear, contra adversários, como por exemplo: Estados pária ou grupos terroristas.

Em relação ao segundo elemento da Nova Tríade – *defenses* – este engloba forças defensivas activas e passivas. Se por um lado, as defesas activas interceptam mísseis balísticos, mísseis de cruzeiro e ataques aéreos²⁰⁵, por outro lado, as defesas passivas reduzem a vulnerabilidade das forças militares norte-americanas de ataques de mísseis e aéreos através de medidas de encobrimento, endurecimento, mobilidade, dispersão, mas também, de ataques sobre sistemas de informações²⁰⁶ (Guthe, 2002). Contudo, o principal objectivo de ambas consiste em proteger o território dos EUA contra um eventual ataque de contra-forças nuclear por parte de um determinado adversário.

O NPR, apesar de reconhecer a importância de ambas as medidas das forças de defesa activa e passiva, é notável pela diferença de tratamentos. As referências às defesas passivas foram breves e destituídas de pormenores, enquanto um sistema global de Defesa (activa) contra Mísseis Balísticos (*Ballistic Missile Defence* – BMD), foi discutido com detalhe, adquirindo até uma posição privilegiada como segundo elemento da Tríade Nuclear (McDonough, 2006).

Por conseguinte, a estratégia da Nova Tríade incorporou explicitamente as defesas (ou as forças defensivas) como uma componente integral da postura nuclear da administração Bush. Isto significou o reconhecimento que as armas nucleares, com novas capacidades de contra-forças e integrando opções não-nucleares avançadas, podiam não ser suficientes para as necessidades da dissuasão. Segundo a Política Nacional de Defesa contra Mísseis Balísticos (NSPD-23), os adversários eram vistos como sendo estratégias potencialmente propensos ao risco inerente às ADM, «*as weapons of choice, not of last resort*» (EOP, 2002b). Esta situação não só evidenciou o cariz irracional e não-dissuasivo dos Estados pária, mas também daqueles que defendem essas armas como

²⁰⁵ As defesas aéreas são as mais antigas e basilares partes de defesa activa, e foram usadas para negar o controlo do espaço aéreo ao adversário. Por seu lado, os sistemas anti-míssil são a sua variante mais recente e polémica (McDonough, 2006).

²⁰⁶ Para uma análise mais detalhada dos conceitos, *vide* Joint Doctrine for Countering Air and Missile Threats (JCS, 1999).

instrumentos de coerção, compulsão e chantagem. As forças defensivas, porém, seriam capazes de negar ou pelo menos reduzir a utilidade estratégica destas armas, através da dissuasão. Neste aspecto, conforme a NPR assinala, o seu uso seria uma garantia contra o fracasso da dissuasão tradicional (DoD, 2002).

Por último, relativamente ao terceiro elemento, entende-se por infra-estruturas de defesa, o agregado de laboratórios, fábricas, e o factor de produção trabalho, responsável por construir, manter e modernizar os outros elementos da Nova Triáde. Nomeadamente, seria na uniformidade da implementação de novos sistemas de lançamento nucleares e convencionais de longo alcance, juntamente com uma matriz conjunta e integrada dos diversos sistemas de defesa anti-míssil; e a modernização de sensores e armas, sistemas de comunicações, processadores de dados, bem como outros dispositivos necessários para a prossecução de ataques ofensivos e de protecção defensiva (Guthe, 2002). Este elemento da Nova Triáde demonstrou um ambicioso e genuíno interesse por parte do Pentágono em transformar o complexo militar-industrial norte-americano.

Estas infra-estruturas de defesa, foram criadas para assegurar a viabilidade a longo prazo e contínua da superioridade estratégica (nuclear) dos EUA, e para aumentar a capacidade das suas forças operacionais. Isto é, a manutenção de um conjunto de infra-estruturas de defesa permitiria aos EUA restaurar a produção e construção de novas gerações de armas num curto espaço de tempo, permitindo o apoio mais célere às forças nucleares operacionais; para além de ainda permitir aos EUA reduzir o seu arsenal nuclear, e, em simultâneo, preservar a sua vantagem nuclear e dissuadir os seus adversários de iniciarem ou prosseguirem uma corrida ao armamento nuclear (McDonough, 2006).

Os três elementos da Nova Triáde foram unidos por medidas de C3 (incluindo relações de comunicação entre os responsáveis, e as forças operacionais), serviços de inteligência, e capacidades de planeamento. Por um lado, o C3 permitia o uso autorizado, combinado e eficaz dos elementos ofensivos e defensivos. Por outro lado, os serviços secretos eram essenciais para caracterizar ameaças, conceber estratégias de dissuasão adequadas aos adversários específicos, desvendar vulnerabilidades inimigas, direccionando as capacidades de lançamento dos alvos e fornecendo o aviso necessário para aumentar a disponibilidade dos elementos ofensivos, defensivos e infra-estrutura.

Em suma, a Nova Triáde congregou três elementos: as capacidades e forças ofensivas (convencionais e nucleares), as forças nucleares defensivas (activas e passivas), e a infra-estrutura militar-industrial de Defesa, todas apoiadas por um

C3 unificado, serviços de inteligência e planeamento. A Nova Tríade acabaria, também, por estabelecer quatro objectivos: a garantia, a persuasão, a dissuasão e a defesa (Guthe, 2002). Neste contexto, a postura da Nova Tríade, se fosse totalmente executada, permitiria aos EUA distanciar o risco de uma acção do adversário através de uma dissuasão mais eficaz, com a combinação de armas nucleares operacionais e de defesa de anti-míssil, ameaçando o uso das suas capacidades estratégicas de uma forma mais credível.

(2) As políticas unilateralistas sobre o controlo de armamento nuclear

De acordo com as mudanças estratégicas perpetuadas no início do séc. XXI, a administração Bush abandonou a política de controlo de armamento nuclear da administração Clinton – que avançou com negociações sobre o desarmamento nuclear através de Tratado internacional ou de cooperação multilateral –, perseguindo tendencialmente uma abordagem unilateral no que se refere às armas nucleares.²⁰⁷ Esta abordagem e seus esforços unilaterais tinham como finalidade dois objectivos: fortalecer a superioridade estratégica norte-americana e arrefecer as relações entre Rússia-EUA. O entendimento da última consubstanciava-se na ineptidão da NPR 1994 e suas capacidades nucleares, e no facto das políticas subjacentes serem incapazes de abrir o caminho para uma cooperação efectiva entre russos e norte-americanos (Russell et al., 2004).

Esta situação acarretaria riscos. Por conseguinte, os EUA comprometeram-se a uma série de iniciativas unilaterais – anunciando uma mudança na sua doutrina nuclear, negociando reduções nas suas forças estratégicas –, aparentemente estabelecendo (na opinião da administração Bush) medidas de confiança que esperariam reduzir a tensão e promover melhores relações com todas as potências nucleares²⁰⁸ (Ibid). O resultado destas nem sempre foi o pretendido, tendo tido em muitos casos o efeito contrário. Entre as políticas unilateralistas mais paradigmáticas da administração Bush, destacam-se: a rescisão unilateral do tratado ABM, a incapacidade para estabelecer um novo Tratado START, a oposição à ratificação ao CTBT, e a disponibilidade e prontidão para a realização de testes nucleares, sem prejuízo das externalidades negativas, a vários níveis, da decisão da intervenção do Iraque. Não obstante, a administração Bush também foi capaz de potenciar algumas iniciativas positivas, quase todas multilaterais, que até ver têm sido reconhecidas como

²⁰⁷ Sobre as consequências e análise desta política, vide o artigo de John Deutch (2005).

²⁰⁸ Em relação à defesa de políticas unilateralistas que beneficiaram o relacionamento estratégico e cooperativo entre a Rússia e os EUA, vide a análise de James A. Russell e James J. Wirtz (2004).

verdadeiros sucessos, como por exemplo: a redução efectiva do armamento estratégico por via do Tratado sobre Reduções Estratégicas Ofensivas (*Strategic Offensive Reductions Treaty – SORT*), a PSI, e, a Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear (*Global Initiative to Combat Nuclear Terrorism – GICNT*).

(a) Rescisão unilateral do Tratado ABM

O Presidente Bush anunciou, em 13 de Dezembro de 2001, a saída unilateral dos EUA, de um dos marcos do período da *détente* – o Tratado ABM de 1972. Segundo George W. Bush, o Tratado impedia a capacidade do seu Governo de desenvolver medidas defensivas, com vista a proteger o povo norte-americano de ataques de mísseis por parte de grupos terroristas ou *rogue states*, de bloquear a tecnologia anti-míssil, e consequente desenvolvimento de mísseis SAM e defesas anti-mísseis estratégicos necessários para prossecução destas medidas de índole preventivo e defensivo. A rescisão unilateral entrou formalmente em vigor, a 13 de Junho de 2002 (Cirincione, 2008).

A decisão de Bush em rescindir unilateralmente o Tratado ABM não é de todo surpreendente. Insere-se, aliás, num conjunto de medidas unilateralistas sobre o controlo de armamento nuclear, que é demonstrado através da rejeição do acordo internacional para a Convenção de Armas Biológicas e no boicote das consultas internacionais do Tratado CTBT. Foi a primeira vez que uma nação se retirou abertamente de um Tratado internacional sobre o controlo de armamento. Neste aspecto, a rescisão unilateral do Tratado ABM por parte de Bush, constituiu um precedente muito perigoso para os países relutantes em ter limitações fixadas pelo Tratado CTBT, por exemplo. Além do mais, certamente prejudicou os esforços para travar a proliferação de mísseis balísticos e de ADM, uma questão que se tornou premente depois do advento do 11 de Setembro (Jingmei, 2003). Mais tarde, acabaria por afectar negativamente as relações entre os EUA e a China, mas também com a Rússia.

(b) A redução unilateral do armamento nuclear, a guerra do Iraque e o regime de contra-proliferação

O Presidente George W. Bush defendeu a redução unilateral do arsenal nuclear durante o seu discurso na National Defense University, mencionando que:

We can, and will, change the size, the composition, the character of our nuclear forces in a way that reflects the reality that the Cold War is over. I am committed to achieving a credible deterrent

with the lowest-possible number of nuclear weapons consistent with our national security needs, including our obligations to our allies (Bush, 2001a).

A consequência desta política permitiu delinear de uma forma significativa e directa, uma nova abordagem ao regime de não-proliferação, que se consubstanciou na guerra do Iraque, a partir de 2003. Esta foi considerada a primeira guerra de contra-proliferação do mundo, uma batalha travada principalmente sobre a necessidade premente de impedir a aquisição ou transferência de ADM. De facto, a guerra com o Iraque determinaria o destino da nova estratégia. Porém, no final de 2005, tinha-se tornado claro que a guerra não tinha conseguido cumprir os objectivos da administração Bush. Os líderes políticos norte-americanos tinham justificado a guerra como sendo necessária para desarmar Saddam Hussein (das suas supostas ADM), estabelecendo um novo paradigma de contra-proliferação, e substituindo os mecanismos de segurança existentes. Todavia, o facto é que ausência de ADM no Iraque, levou a opinião pública norte-americana a concluir que guerra tinha sido um erro, segundo uma pesquisa da Gallup²⁰⁹ (Cirincione, 2008).

Neste contexto, Zbigniew Brzezinski (2005), académico e antigo Conselheiro de Segurança Nacional do Presidente Carter, resumiu o efeito de domínio que muitos viram contra a invasão do Iraque e a aproximação selectiva à não-proliferação. Além da guerra no Iraque, consideram-se como insucessos da política de contra-proliferação da administração Bush, os seguintes: o aumento do perigo do terrorismo nuclear; a aceleração do programa nuclear iraniano; o desenvolvimento avançado do programa nuclear norte-coreano, que culminou com a explosão da sua primeira bomba em 2006; a venda através do mercado negro de materiais fisséis nucleares e *know-how* científico de A. Q. Khan²¹⁰, para os então considerados *rogue states* (Irão, Líbia, Síria e Irão); o aumento exponencial de Estados que declararam a suas intenções para desenvolver a capacidade de enriquecimento de urânio para combustível do reactor nuclear; a estagnação do processo de negociação sobre as reduções de armamento nuclear estratégico ofensivo entre os EUA

²⁰⁹ De acordo com a sondagem, em Março de 2006, 57% dos norte-americanos concordavam com essa opinião.

²¹⁰ Abdul Cadir Khan é um conhecido físico nuclear paquistanês, responsável pelo desenvolvimento do programa nuclear do Paquistão, e é considerado o pai da sua primeira arma nuclear, tornando-se importante a leitura do manuscrito do Brigadeiro estrategista paquistanês Feroz Hassan Khan (2012). Para uma cronologia acerca da rede de A.Q. Khan, vide o documento de Michael Laufer (2005). Sobre as causas e consequências dos seus actos, vide Christopher O. Clary (2005).

e Rússia depois de 2002; as propostas da administração relacionadas com a investigação e possivelmente desenvolvimento de novas armas nucleares, juntamente com novas doutrinas; a preocupação acerca do regime de não-proliferação depois de uma desastrosa reunião da Revisão do NPT de 2005; a decisão do Presidente Bush recuar a política do EUA em relação à Índia como potência nuclear, iniciando a venda de tecnologia nuclear avançada que pareceu recompensar a proliferação da Índia, ao desprezeitar o Tratado NPT; e, por fim, a parte principal da estratégia de não-proliferação realizou pouco progresso ou nenhum²¹¹ (Cirincione, 2008).

(c) A oposição ao Tratado CTBT e a apologia de ensaios nucleares

Em 1999, Bush apoiou a decisão do Senado em não ratificar o Tratado CTBT. Em Novembro de 2001, a sua administração boicotou uma Conferência da ONU, convocada para apoiar internacionalmente a adopção do CTBT. Este boicote, segundo Daryl G. Kimball, assinalou «*a pattern of unilateralist nonengagement that is becoming the hallmark of the Bush administration's arms control policy*» (2001).

A NPR 2002 afirmou que os EUA necessitavam de manter a disponibilidade, se necessário, para retomar os testes nucleares subterrâneos em Nevada no espaço de dois anos, tendo em conta as directrizes do DOE (Gordon, 2002a). No entanto, a salvaguarda do arsenal nuclear dos EUA poderia exigir a realização de ensaios nucleares, isto é, uma maior ênfase na estratégia nuclear genética dos EUA. Este entendimento estava aliás patente no relatório do então inspector-geral do DOE, Gregory H. Friedman (2002), que determinou que o crescimento de problemas associados com a segurança e a confiança das armas era devido à falta de testes nucleares, tornando-se um desafio sério para então recentemente estabelecida NNSA (responsável por dirigir o complexo do arsenal nuclear norte-americano). Neste contexto, a oposição da administração Bush à ratificação do Tratado CTBT “deitou por água” os esforços de vários anos tendo em vista a sua implementação. Originalmente vislumbrava-se, por parte de alguns analistas, que o advento do 11 de Setembro e suas consequências pusessem termo a políticas unilateralistas sobre o controlo de armamento nuclear, porque os EUA precisariam da cooperação internacional e multilateral no combate ao terrorismo e proliferação nuclear. Contudo, a administração de Bush não abandonaria o unilateralismo facilmente, não obstante da relevância de algumas iniciativas multilateralistas que de seguida se analisará.

²¹¹ Em relação a maior aprofundamento destas matérias, vide Cirincione (2008), capítulo 6.

(d) As exceções: o Tratado SORT, a PSI e o GICNT

Embora a administração Bush conserve um registo de políticas unilaterais extemporâneas em relação à variável nuclear, sobretudo na ausência de esforços multilaterais (o abandono de obrigações decorrentes de Tratados nucleares, bem como a falta de iniciativa em muitos casos), também foi capaz de recolher alguns sucessos. O núcleo duro da doutrina Bush assentou na ideia que a mudança de regimes através da força do poder militar impediria a proliferação nuclear no globo. Como se observou, o Iraque foi a primeira aplicação desta estratégia e de longe o seu maior fracasso. Na verdade, os maiores êxitos da sua administração apareceram com as escolhas para o executivo da Secretária de Estado Condoleezza Rice e o Secretário de Defesa Robert Gates, que acabariam por quebrar com esta estratégia. Neste sentido, a Líbia acabaria por abdicar do seu programa nuclear somente quando – sobre forte oposição do Vice-Presidente Cheney e do antigo Secretário de Defesa Ronald Rumsfeld – foram encetadas negociações directas para alterar o comportamento do regime, em vez de forçar uma mudança no regime. O fracasso total da política em torno da Coreia do Norte, só foi invertida em 2006 depois de Rice convencer o Presidente Bush a negociar com Pyongyang, um processo que viria à estaca zero nos últimos meses da administração republicana (Cirincione, 2008).

Não obstante, antes de 2006, a administração Bush já tinha conseguido sucessos no âmbito da política da não-proliferação. O anúncio da Líbia em Dezembro de 2003 que iria abandonar a décadas de trabalho em programas de mísseis e ADM foi decididamente um grande triunfo, como se analisou anteriormente. A informação fornecida pelos líderes políticos da Líbia (e as inspeções da IAEA ao Irão) levou à divulgação pública da rede A.Q. Khan (Laufer, 2005). Sob proposta e liderança dos EUA, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 1540, comprometendo todos os Estados a adoptar leis para seus regimes de controlo de exportação e para criminalizar o tráfico ilegal de materiais biológicos, químicos e de tecnologias que permitissem a construção de armas nucleares; para além de um regime de verificações, ainda que insuficiente, dos arsenais russo e norte-americano. No entanto, seriam as iniciativas multilaterais da PSI, do GICNT, sem esquecer o Tratado SORT, que acabariam por evidenciar os sucessos da administração Bush nesta matéria.

Em primeiro lugar, quando Presidente Vladimir Putin da Rússia e o Presidente Bush assinaram o Tratado SORT – também conhecido como Tratado de Moscovo –, a 24 de Maio de 2002, não estavam verdadeiramente a conceber um Tratado bilateral sobre o controlo de armas nucleares como o

START I e START II (que foram concluídos após anos de intensas negociações bilaterais). Contudo, este permitiu criar efectivamente condições para reduções nas forças nucleares estratégicas ofensivas entre EUA e a Rússia. Se por um lado, o Tratado baseia-se amplamente nos interesses e exigências unilaterais dos EUA: como por exemplo, em caso de necessidade, as forças estratégicas operacionais não seriam totalmente destruídas, sendo parcialmente alocadas às forças defensivas. Esta exigência poderia ser utilizada para aumentar as forças nucleares norte-americanas. Por outro lado, permitiu criar as condições para redução forças nucleares estratégicas operacionais norte-americanas e russas de 1,700 para 2,200 ogivas²¹². Convém, no entanto, referir que este tipo de redução, especialmente quando consideradas com as intenções norte-americanas da época em desenvolver uma arma nuclear de baixa potência, é no máximo um ajustamento das estruturas das forças nucleares dos EUA, e não um verdadeiro desarmamento nuclear (Cirincione, 2008).

Em segundo lugar, a PSI foi encetada, em 31 de Maio de 2003 pelo Presidente Bush²¹³, para aumentar a cooperação internacional na interdição dos embarques de ADM, os seus sistemas de lançamento, e materiais relacionados. A PSI não criou um novo quadro legal, mas teve por objectivo usar as autoridades nacionais existentes e o Direito Internacional para atingir as suas metas. Neste contexto, muitos países começaram a colaborar na PSI para interditar o comércio ilegal de componentes susceptíveis de serem usados para criar uma arma nuclear. Em geral, a PSI representa, um grande esforço por parte de alguns Estados para a imposição de compromissos relativos ao regime global de não-proliferação. Tendo representado a combinação certa entre a força e a diplomacia, com vista a soluções negociáveis para os programas nucleares da Coreia do Norte e do Irão, bem como a perspectiva de aumentar resoluções pacíficas de conflitos regionais, sobretudo com o movimento crescente de democracias no Médio Oriente e Ásia Central (Ibid).

Por último, a fim de reduzir os riscos de um ataque terrorista catastrófico e remediar lacunas no regime de não-proliferação global, os EUA e a Rússia anunciaram, em Outubro de 2006, durante a Cimeira G8 de São Petersburgo, Rússia, a criação da GICNT. O seu maior objectivo foi completar o trabalho iniciado em 2002, durante a Cimeira G8 de Kananaskis, em Alberta no Canadá, que desenvolveu iniciativas com vista a promover o regime global de não-

²¹² Este limite entra em vigor e expira no mesmo dia, 31 de Dezembro de 2012. Após esta data, ambos os lados são livres para diminuir ou aumentar o tamanho das suas forças estratégicas (United States Department of State, 2002) [DoSI].

²¹³ O envolvimento dos EUA decorre da United States National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction (2002).

proliferação.²¹⁴ Este projecto teve como objectivos básicos: aprimorar instrumentos e mecanismos de controlo sobre os materiais nucleares e as substâncias radioactivas, detectar e suprimir a circulação ilícita deste material, e instituir parâmetros para resposta a uma acção de terrorismo nuclear. Resumindo, estabelecer mecanismos para a identificação de actividades de terrorismo nuclear, e constituir princípios legais para a repressão desta actividade terrorista (White House Office of the Press Secretary, 2006) [WHOPS].

3. Obama e a construção de uma nova política estratégica nuclear

A eleição de Barack Obama como o 44º presidente dos EUA prometeu mudanças significativas na política e estratégia nuclear norte-americana, e novas prioridades em comparação com a administração de George W. Bush. Durante a campanha presidencial, o então candidato Obama, numa entrevista à revista *Arms Control Today*, comprometeu-se a:

Set a new direction in U.S. nuclear weapons policy and show the world that America believes in its existing commitment under the Nuclear Non-Proliferation Treaty [NPT] to work to ultimately eliminate all nuclear weapons (Obama, 2008c).

Neste sentido, em Janeiro de 2009, quando a administração Obama chegou a Washington e reafirmou os seus compromissos eleitorais para uma nova postura nuclear, tentou conciliar posições abolicionistas e realistas em relação às armas nucleares, através da consagração de dois imperativos. O primeiro reafirmava o papel dos EUA na criação de condições o que, em última análise, conduziriam à eliminação das armas nucleares – visão abolicionista. O segundo imperativo defendeu o princípio que os EUA não irão desarmar unilateralmente e prosseguirão uma «*strong deterrent*» enquanto as armas nucleares existirem – visão realista (Perry & Sclessinger, 2009). Esta política nuclear ficou bem patente no famoso discurso do Presidente Barack Obama, em Praga, ao assegurar o:

...commitment to seek the peace and security of a world without nuclear weapons...as the only nuclear power to have used a nuclear weapon, the United States has a moral responsibility to act. We cannot succeed in this endeavor alone, but we can lead it (Obama, 2009b)

²¹⁴ A declaração sobre o G8 Global Partnership Against the Spread of Weapons and Materials of Mass Destruction (2002).

Tal como John F. Kennedy, quando do seu discurso na *American University*, Obama não estava a falar em Praga, sobre o desarmamento nuclear dos EUA, mas sim, sobre um pacto nuclear global, preferencialmente obrigatório, envolvendo a Rússia bem como a China, Israel e o Irão, e também a Índia e o Paquistão, e todos os outros potenciais NWS. Não sendo, contudo, realizável de uma forma rápida, fácil ou tácita. Para se tornar exequível, este pacto dependeria de inspeções abrangentes e efectivas, apoiadas pela ameaça crível da execução rápida e multilateral (Sorensen, 2009).

Assim, durante os primeiros meses da sua presidência – com seu discurso em Praga, a Cimeira de Moscovo, a reunião do G8 em L'Aquila, Itália, e na aprovação da Resolução 1887 (do Conselho de Segurança da ONU) –, Obama começou a reinventar prudentemente a política e a estratégia nuclear dos EUA para encarar as ameaças que hoje o mundo enfrenta, e que provavelmente no futuro enfrentará. Neste sentido, Obama começou, por um lado, a reorientar os esforços dos EUA para redução de arsenais nucleares e a combater a proliferação e o terrorismo nuclear. Por outro, a encetar uma agenda extremamente ambiciosa através de um conjunto de iniciativas específicas, destinadas a reduzir o arsenal nuclear, bem como, o papel e a importância atribuída às armas nucleares na própria NSS dos EUA; e, deste modo, estabelecendo uma visão abrangente da segurança internacional.

Para além da elaboração de uma nova NPR, esta agenda compreendeu quatro iniciativas concretas que o Presidente Obama quis ver concluída até ao final do seu primeiro mandato: em primeiro lugar, a negociação e a conclusão de um novo Tratado sobre a redução de armas estratégicas (entre os EUA e a Rússia) – o novo START; em segundo lugar, a ratificação do CTBT; em terceiro lugar, a necessidade de um novo Tratado internacional para verificar o fim da produção mundial de materiais cindíveis susceptíveis de serem utilizados para o fabrico de armas nucleares – o chamado Tratado de Eliminação de Materiais Cindíveis (*Fissile Material Cut-Off Treaty – FMCT*); e, em quarto lugar, o compromisso pessoal de reforçar o NPT através do reforço da capacidade e autoridade da IAEA, criando um Banco de Combustível Internacional (*International Fuel Bank – IFB*) capaz de abastecer a crescente procura civil de energia nuclear sem aumentar a possibilidade da proliferação de armas nucleares; e, ao mesmo tempo, assegurando o compromisso internacional de punir os Estados que violam o tratado NPT. Neste contexto, cada uma das referidas iniciativas assinala uma reversão dramática das políticas unilaterais da administração Bush, sobretudo pela falta de progressos substanciais na direcção da redução de armas estratégicas e o fracasso dos EUA em ratificar o CTBT, que se reflecte

na falta do incumprimento do artigo VI do NPT, isto é, a obrigação dos Estados com armas nucleares a desarmarem.

Embora as iniciativas, em termos genéricos, constituam desenvolvimentos positivos apenas a primeira foi concretizada, a segunda e a terceira continuam por concluir, e a quarta foi parcialmente executada, na medida em que por influência dos EUA, Rússia e outros foi capaz de constituir dois Bancos de Combustível sob a égide da IAEA: um localizado na cidade siberiana de Argansk, estando operacional desde 1 de Dezembro de 2010; e o outro destinado ao Cazaquistão, mas sem ainda se encontrar operacional (Harvey, 2012). Porém, há quem sustente, por um lado, que estas iniciativas do Presidente Obama são apenas etapas iniciais de um longo caminho em direcção a mundo sem armas de nucleares; e há quem defenda, por outro lado, como por exemplo John Mueller (2010), professor de Ciência Política na Universidade de Ohio, que as «*nuclear weapons are already disappearing, and elaborate international plans like the one Obama is pushing aren't needed to make it happen*». Conquanto, espera-se que estas iniciativas permitam abrir o caminho para novas reduções de armas nucleares e acções que reforcem a sua importância no âmbito da segurança global.

De seguida, far-se-á uma análise crítica sobre a política estratégica da administração, dividindo-a em três vectores: uma nova doutrina nuclear, o regresso das políticas multilaterais, e a análise da NPR 2010.

a. Uma nova doutrina: em direcção a um mundo sem armas nucleares

Deverá a procura do objectivo de um mundo livre de armas nucleares constituir uma orientação exequível para a política estratégica dos EUA?. Este objectivo tem sido reclamado por várias administrações norte-americanas, tendo sido incluída em Tratados e documentos oficiais do qual os EUA são Parte contratante. Na verdade, contudo, e com a possível excepção de um breve período logo a seguir ao fim da II Guerra Mundial, após o Acheson-Lilienthal Report (que foi aprovado durante a administração Truman), o objectivo de um mundo livre de armas nucleares não forneceu uma verdadeira orientação para a Política, nem aquele, teve realmente qualquer tipo de exequibilidade nas políticas do Governo federal norte-americano (Drell & Goodby, 2008).

De facto, a recente expectativa criada em torno da abolição das armas nucleares, resultou de uma dinâmica criada em torno dos artigos, publicados

no *Wall Street Journal*, escritos por quatro antigos altos funcionários do governo dos EUA – George Shultz, William Perry, Henry Kissinger, e Sam Nunn –, ao estimularem um renovado progresso em direcção à abolição das armas nucleares (2007, 2008, 2013). Juntamente com esses artigos provieram as indicações claras de uma maior promoção ao desarmamento nuclear por intermédio da eleição e exercício em funções da administração Obama, para além de um conjunto de novas propostas concretas apresentadas pelas maiores potências mundiais e por parte de inúmeras organizações não-governamentais (ONG) e *think tanks*. Todos eles advogando a necessidade de trabalhar em direcção à abolição das armas nucleares.²¹⁵

A Sociedade Internacional tem um momento oportuno para efectuar acções específicas em direcção à eliminação de armas nucleares. Neste sentido, os abolicionistas George Perkovich e James Acton (2008), no seu ensaio da *Adelphi Paper* – “*Abolishing Nuclear Weapons*” –, apontam a forma como essas medidas e acções podem chegar “a bom porto”, tendo em conta uma abordagem realista e objectiva em relação a muitas das questões que foram consideradas especialmente difíceis de resolver (sobretudo por alguns abolicionistas da década de 90), onde o papel dos novos abolicionistas foi preponderante para o presente debate estratégico. Este entendimento é partilhado por George Shultz, Kissinger, Perry e Nunn, tendo conta a reposição de uma:

... *vision of a world free of nuclear weapons and practical measures toward achieving that goal would be, and would be perceived as, a bold initiative consistent with America's moral heritage. The effort could have a profoundly positive impact on the security of future generations. Without the bold vision, the actions will not be perceived as fair or urgent. Without the actions, the vision will not be perceived as realistic or possible* (Shultz et al., 2007).

Complementando esta posição, por iniciativa do Congresso, uma Comissão bipartidária liderada por antigos Secretários de Defesa – William Perry e James Schlesinger –, concluiu no seu relatório que a dissuasão nuclear é essencial para a Defesa dos EUA (2009), recomendando também que teriam

²¹⁵ Entre as mais empenhadas na divulgação e prossecução deste desiderato: NTI, The James Martin Center for Nonproliferation Studies (CNS), Carnegie Endowment for International Peace, Center for Arms Control and Non-Proliferation, Physicians for Social Responsibility (PSR), Arms Control Association (ACA), The Federation of American Scientists (FAS), International Physicians for the Prevention of Nuclear War (IPPNW), International Network of Engineers and Scientists Against Proliferation (INESAP), Lawyers Committee on Nuclear Policy (LCNP), Poughshares Fund, Global Zero, Middle Powers Initiative, Council for a Livable World entre outros.

de ser tomadas medidas urgentes para manter esta dissuasão credível, independentemente da redução das forças nucleares estratégicas ou táticas. Esta posição é reforçada por realistas como John Kyl et al. (2009) e Payne (2007) ao afirmarem que é fundamental uma dissuasão forte por parte dos EUA, no sentido de tornar menos susceptível a procura de armas nucleares em relação a outros Estados.

Neste contexto, o desafio contínuo para administração Obama (Shultz et al., 2013) é um novo equilíbrio entre as prioridades – muitas vezes concorrentes e antagónicas – da dissuasão e do desarmamento nuclear (e não-proliferação), ou seja, conciliação entre as posições realistas e abolicionistas. A solução encontra-se na apologia de uma dissuasão mínima²¹⁶, através de uma força nuclear mantida em níveis inferiores aos quantitativos actuais²¹⁷, que ao mesmo tempo seja capaz de fomentar a cooperação internacional, imprescindível para os desafios actuais da proliferação. Mas o que é que difere a política nuclear desta administração dos insucessos das anteriores? Em Praga, o Presidente Obama começou por dar a *priori* uma resposta esta questão, ao sustentar que:

The existence of thousands of nuclear weapons is the most dangerous legacy of the Cold War. No nuclear war was fought... but generations lived with the knowledge that their world could be erased in a single flash of light... Just as we stood for freedom in the 20th century, we must stand together for the right of people everywhere to live free from fear in the 21st century. And... as the only nuclear power to have used a nuclear weapon, the United States has a moral responsibility to act... So today, I state clearly and with conviction America's commitment to seek the peace and security of a world without nuclear weapons... (Obama, 2009b).

Este forte compromisso moral e político sobre apologia de um mundo livre de armas nucleares sinalizou uma ruptura com a administração Bush. Embora

²¹⁶ Neste sentido, o Major Scott Weston da USAF conclui que «a minimal deterrent NPR would be in the explicit removal of nuclear weapons from all forms of deterrence except that of deterring nuclear attack. The best way to do this would be to again reform the strategic triad designating a deterrence, strike, and infrastructure arm. The deterrence arm would contain nuclear weapons as well as ballistic missile defenses... The strike arm would consist solely of conventional weapons capable of achieving strategic effects. The infrastructure arm would be uniquely focused on the conventional weapons infrastructure and given the goal to achieve all missions with conventional weapons that were filled previously with nuclear weapons. The minimum deterrent NPR would, like the 2001 NPR, have to have the number of final nuclear warheads dictated by political treaty and verification regime established by the President between the current nuclear capable nations» (Weston, 2009). Sem esquecer também o estudo de Kristensen, Norris & Oelrich (2009), sobre esta matéria.

²¹⁷ Consultar Quadro 2, em anexo.

a possibilidade de concretização desse objectivo seja muito reduzida durante o tempo de vida que resta à administração Obama, o Presidente mantém o compromisso de laborar para essa finalidade. Ao mesmo tempo, Obama defende uma posição mais realista: «*Make no mistake: As long as these weapons exist, the United States will maintain a safe, secure and effective arsenal to deter any adversary, and guarantee that defense to our allies*» (2009b).

Este duplo compromisso encerra em si mesmo, simultaneamente, uma posição abolicionista e realista, ao defender o imperativo do desarmamento, bem como a manutenção de um forte arsenal nuclear até a realização total efectiva do desarmamento nuclear global. Deste modo, se o papel das armas nucleares fosse limitado à dissuasão *tout cours*, esta situação representaria uma significativa regressão desde a doutrina Bush, e até sobre os anos da administração Clinton, para além de reavivar o criticismo da ambiguidade em torno das NSAs em relação aos NNWS. Neste sentido, restringindo o papel das armas nucleares e dissuadindo o emprego destas armas por parte de outros Estados (Daalder & Lodal, 2008), mostrariam definitivamente uma intenção inequívoca da administração Obama na prossecução do objectivo último de um mundo livre de armas nucleares.

Assim, é, naturalmente, seguro dizer que esta resposta não reflecte maioritariamente a opinião do Pentágono. Prova disso, foram as constantes rejeições, por parte de Obama, de *drafts* sobre a NPR 2010 elaborados pelo Pentágono (responsável pela sua elaboração), que consagrava basicamente a opção estratégica nuclear de “*business as usual*”, que melhor caracterizava a NPR de 1994.

b. O regresso do multilateralismo e a adopção de um regime de não-proliferação global

Actualmente, o paradigma Guerra Fria é considerado anacrónico mas a existência de milhares de armas nucleares persiste por todo o mundo²¹⁸. Paradoxalmente, a ameaça de guerra nuclear global baixou, mas o risco de um ataque nuclear subiu. Neste contexto, mais nações adquiriram estas armas, os testes nucleares prosseguiram, o mercado negro sobre segredos e materiais nucleares expandiu-se, a tecnologia para construir bombas nucleares desenvolveu-se, sendo que neste aspecto os terroristas parecem estar determinados a adquirir, construir ou roubar uma. Perante estas circunstâncias, os esforços dos Estados constitucionalmente estáveis

²¹⁸ Consultar Quadro 1, em anexo.

tenderão a promover a contenção destes perigos através da consagração de um regime de não-proliferação global capaz de contê-los, tendo em conta que à medida que mais pessoas e Estados estão dispostos a quebrar estas regras, a Sociedade Internacional pode chegar a um ponto onde é impossível dissuadir estas ameaças e perigos.

Consequentemente, a agenda da administração Obama sobre as matérias relacionadas com controlo e desarmamento nuclear reconhece que a proliferação é um desafio global, e que não pode ser resolvido sem a liderança dos EUA e apoio internacional. Desta forma, a administração tentando de uma forma sincopada retomar conversações com a Rússia, que se reflectiu com a assinatura de um novo START. Para além deste compromisso bilateral entre as duas superpotências nucleares – EUA e Rússia –, o Presidente Obama ambiciona também a ratificação por parte do Senado dos seguintes Tratados multilaterais: o CTBT e o Tratado de Eliminação de Materiais Cindíveis (FMCT), que proíbe a produção de materiais fisséis para o fabrico de armas nucleares. Por último, o Presidente também defendeu, de uma forma indicativa, o objectivo último da eliminação destas armas. Estes passos importantes abrem a porta para os EUA retomarem o seu papel histórico como um líder eficaz nos esforços globais no sentido de “estagnar” a proliferação nuclear (Collina, 2009a).

(1) O novo START

O primeiro passo na agenda nuclear da administração Obama é reconstruir um processo de controlo de armamento e desarmamento e, ao mesmo tempo, *a priori*, ser capaz de revigorar o processo de controlo de armas estratégicas. Em direcção a esta finalidade, os Presidentes Obama e Medvedev acordaram no início de Abril de 2009²¹⁹, a negociação de um novo tratado sobre o controlo do armamento estratégico, se possível, antes do termo do START II (Perry et al., 2009). Em Julho de 2009, na Cimeira em Moscovo, os dois Presidentes, fizeram história ao encetarem as relações EUA-Rússia através de um somatório de acordos e declarações conjuntas em relação a questões que realçam a segurança e o bem-estar de ambos os países nomeadamente o “*Joint Understanding for a follow-on agreement to START*” que comprometeu os dois Estados a reduzir os seus arsenais nucleares através da substituição do Tratado START por um novo.

²¹⁹ Este acordo foi estabelecido em 1 de Abril, Londres, através da Joint Statement entre os Presidentes dos EUA e Rússia.

No entanto, muito pouco foi feito, antes do exercício em funções da administração Obama, no sentido de implementar o START III. O Presidente Clinton lançou a questão em 1999 e esta desempenhou um papel importante nas eleições presidenciais de 2000, mas o desacordo interno foi persistente, especialmente na questão dos sistemas de defesa anti-míssil, resultando num impasse. Contudo, foi a decisão de 2002 tomada pela administração Bush de rescisão unilateral do tratado ABM que quase matou o START III, tendo sido parcialmente substituído por um Tratado SORT mais débil.

Com a tomada de posse da nova administração, o processo foi relançado, com assinatura do novo Tratado START por parte dos Presidentes Barack Obama e Dmitri Medvedev em Moscovo, em 6 de Abril de 2010. De acordo com o artigo 2º do novo START, os EUA e a Rússia, prevêem a redução de um terço do seu arsenal nuclear operacional, ao consagrarem que:

Each Party shall reduce and limit its...nuclear armaments, so that seven years after entry into force of this Treaty and thereafter, the aggregate numbers, as counted in accordance with Article III of this Treaty..., do not exceed: (a) 700, for deployed ICBMs, deployed SLBMs, and deployed heavy bombers; (b) 1550, for warheads on deployed ICBMs, warheads on deployed SLBMs, and nuclear warheads counted for deployed heavy bombers; (c) 800, for deployed and non-deployed ICBM launchers, deployed and non-deployed SLBM launchers, and deployed and non-deployed heavy bombers (DoS, 2010a: 3).

Desta forma, o Presidente Barack Obama, sabendo que o novo START tem tido alguns entraves na sua implementação – como por exemplo pontuais paralisações no processo devido a crises entre os dois países, para além da não efectivação do processo de “deMIRVing”, os testes do míssil russo Bulava é prova disso mesmo (Pettersen, 2014) –, terá de lidar forçosamente até ao final do seu mandato com algumas das questões mais importantes e difíceis, tais como reduções de armamento estratégico mais acentuado, armas tácticas, sistemas de defesa anti-míssil, e o desmantelamento efectivo das ogivas retiradas. Estas questões continuarão a ser consideradas se a administração Obama desejar fazer progressos em direcção ao seu objectivo último: um mundo livre de armas nucleares. Para além da celebração do novo START, é improvável que a Rússia a curto/médio-prazo concorde com níveis significativamente inferiores de armas nucleares face à disponibilidade da implementação indeterminada de sistemas de defesa anti-míssil norte-americanos.

(2) A proposta de ratificação do CTBT e as negociações do FMCT

Além do compromisso de celebração do novo START, uma parte importante da agenda de não-proliferação da administração é a ratificação do CTBT e a negociação do FMCT. Avanços significativos em relação a estes acordos ajudaram a fortalecer muitíssimo a Conferência de Revisão do NPT de Maio de 2010 e reforçarão em geral os esforços globais sobre medidas e programas de não-proliferação (como por exemplo, a PSJ). Nas palavras de Ellen Tauscher, Subsecretária de Estado para o Controle de Armas e Segurança Internacional entre 2009 e 2012, o processo é o seguinte:

We are not so naive as to believe that problem states will end their proliferation programs if the United States and Russia reduce our nuclear arsenals. But we are confident that progress in this area will reinforce the central role of the NPT and help us build support to sanction or engage states on favorable terms to us. Our collective ability to bring the weight of international pressure against proliferators would be undermined by a lack of effort towards disarmament (Tauscher, 2009).

Em relação ao CTBT, a sua ratificação por parte do Senado norte-americano é essencial, dada a necessidade de restabelecer a liderança dos EUA no controlo de armamento nuclear, e de restringir o desenvolvimento de armas nucleares avançadas a outros Estados. O Tratado CTBT tenderá a ser efectivamente verificável e não prejudicará as forças de dissuasão dos EUA numa fase de transição. Neste contexto, os EUA poderão manter um arsenal fiável e credível no âmbito do CTBT²⁰, embora o ambiente político da sua ratificação seja marcadamente diferente do que foi em 1999²¹. A diferença mais significativa resulta da promessa da administração Obama que procurará activamente a ratificação do CTBT, colocando o Vice-Presidente Joe Biden como encarregado deste esforço herculiano, que até hoje não teve muito sucesso (razão associada também às actuais e tensas relações entre Rússia e EUA, e à existência de um Congresso maioritariamente republicano). Porém, a administração Democrata

²⁰ Segundo as recomendações do relatório bipartidário do CFR, intitulado “U.S. Nuclear Weapons Policy”, e co-presidido por William J. Perry e Brent Swowcroft, o CTBT pretenderá: «While a state could develop a first-generation Hiroshima-type nuclear bomb without nuclear testing, the CTBT would prevent a state from gaining guaranteed technical assurance through nuclear testing that advanced nuclear weapons would work reliably. The political benefit of the CTBT is that it has been strongly linked to the vitality of the nonproliferation regime. The Task Force believes that the benefits outweigh the costs and that the CTBT is in U.S. national security interests» (2009: 88-89).

²¹ Em 1999, a administração Clinton implementou um conjunto de poucas, mas preciosas, medidas para garantir a sua ratificação no Senado. Porém, apenas 51 senadores votaram a favor do CTBT, longe dos 67 votos exigidos.

fez muito pouco desde o discurso de Praga para lançar as bases para a sua ratificação, permitindo aos opositores do CTBT liderar o debate. Segundo a actual Subsecretária de Estado para o Controlo de Armas e Segurança Internacional, Rose Gottemoeller, a administração Obama continua a almejar a ratificação do CTBT porque:

...the CTBT is good for U.S. and international security. It is a key part of leading nuclear weapons states toward a world of diminished reliance on nuclear weapons and reduced likelihood of nuclear arms races. An in-force CTBT will make it difficult for states without nuclear weapons to develop advanced nuclear weapons capabilities. An in-force Treaty would also make it hard for states with more established nuclear weapon capabilities from confirming the performance of advanced nuclear weapon designs that they have not tested successfully in the past. Because of this, an in-force CTBT will also constrain regional arms races. These constraints will be particularly important in Asia, where states are building up and modernizing nuclear forces. All told, it is in our interest to close the door on nuclear explosive testing forever (Gottemoeller, 2014).

No que diz respeito ao FMCT, a sua negociação é um objectivo de longa data por parte da sociedade internacional (e em parte da plataforma G8 GICNT), embora nunca tenha sido alcançado. Ao mesmo tempo, a ratificação deste Tratado também poderia estender as medidas de verificação às instalações de produção de materiais fisséis, (através do processo de enriquecimento e reprocessamento), que não estão actualmente sujeitas ao controlo internacional; para além do FMCT promover a proibição da produção de material fissil que colocaria uma restrição quantitativa sobre a quantidade de material fissil disponível para o uso em armas nucleares.²²² Durante um breve período no final do Verão de 1998, em Genebra, a Conferência das Nações Unidas para o Desarmamento (CD) iniciou o seu trabalho para alcançar este desiderato, mas não conseguiu renovar o programa em Janeiro de 1999 devido a um litígio sobre o conteúdo do programa de trabalho da CD (Meyer, 2009).

Actualmente torna-se essencial reduzir os arsenais globais de armas que utilizam materiais fisséis, e evitar a sua transferência para outros Estados ou grupos terroristas. A par deste esforço, e em relação à CD, a Casa Branca, por intermédio do Presidente Obama, mencionou que:

²²² Sobre um estudo alargado acerca da segurança e controlo de armamento e materiais fisséis, vide Matthew Bunn (2010, 2013).

I welcome today's important agreement at the Conference on Disarmament to begin negotiations on a Fissile Material Cut-Off Treaty, which will end production of fissile materials for use in atomic bombs (Obama, 2009c).

Contudo, o processo poderá levar algum tempo para negociar FMCT na CD, podendo constituir *per si* um *setback* importante para as aspirações urgentes da administração de Obama sobre esta matéria. O mesmo é dizer que o impasse em relação à CD mantém-se, e reflecte-se sobretudo através de duas características institucionais chave deste fórum: as Partes envolvidas têm de decidir por consenso, e o programa de trabalho actualmente requer uma contínua renovação (Meyer, 2009).²²³Do lado positivo, refira-se que através da liderança dos EUA, a Rússia, o Reino Unido e a França têm anunciado moratórias sobre a produção de materiais físséis para armas, tentando estimular acordos com a China, Índia, Paquistão.

Para coordenar e promover melhor estes esforços, o Presidente também anunciou a constituição de uma nova Cimeira sobre a Segurança Nuclear Global, a primeira viria a realizar-se em Abril de 2010 em Washington D.C. No seguimento desta, foi realizada uma nova Cimeira em Seoul durante o ano de 2012, onde seis novos países (Azerbaião, Dinamarca, Gabão, Hungria, Lituânia e Roménia) e uma nova organização internacional (Interpol) foram convidados pela Coreia do Sul para participar nos assuntos de Segurança Nuclear globais. Por último, em Março de 2014 foi a realizada a terceira Cimeira em Haia, na Holanda, identificado quais os objectivos definidos no *Washington Work Plan* e no *Communiqué* de Seoul que não foram cumpridos durante os seis anos anteriores e ao mesmo tempo propondo soluções para alcançá-los²²⁴.

(3) O fortalecimento do Tratado NPT

A última das iniciativas do Presidente Obama implica um compromisso para reforçar o NPT – o enquadramento jurídico internacional para prevenir a

²²³ Sobre como o programa veio a ser aprovado, para além da revisão dos obstáculos colocados no início da sua negociação e análise das aparentes motivações por detrás desses obstáculos, vide o artigo de Paul Meyer (2009).

²²⁴ Entre 12 e 13 de Abril de 2010, cerca de 50 Chefes de Estado juntaram-se à iniciativa – a referida Cimeira – do Presidente Obama em Washington D.C., durante dois dias centrada na seguinte questão: como garantir a segurança de todas as armas nucleares e materiais susceptíveis de serem utilizados para o fabrico de uma arma deste tipo, e consagrar medidas para negar o acesso destes materiais e armamento a grupos terroristas ou mercenários criminosos. Para mais informações, sobre esta Cimeira e as subsequentes, vide os documentos sobre Nuclear Security Matters disponível online em Belfer Center (2014), e referendo na bibliografia.

proliferação. No seu famoso discurso em Praga, Obama promove o consolidação do NPT como base na cooperação, sustentando que:

Countries with nuclear weapons will move towards disarmament, countries without nuclear weapons will not acquire them, and all countries can access peaceful nuclear energy. To strengthen the treaty, we should embrace several principles. We need more resources and authority to strengthen international inspections. We need real and immediate consequences for countries caught breaking the rules or trying to leave the treaty without cause (Obama, 2009b).

Obama propõe esta política aumentando as capacidades de inspecção e autoridade da IAEA, do seguinte modo: por um lado, estabelecendo um IFB²⁵ com intuito de monitorizar a crescente procura de energia nuclear para fins pacíficos (por exemplo, produção de electricidade) sem aumentar a possibilidade da proliferação de armas nucleares, interceptando materiais físséis em trânsito, rompendo com mercados negros, e usando instrumentos financeiros para interromper o comércio ilícito; e, por outro lado, assegurando o compromisso internacional de punir os Estados que violam o Tratado NPT.

Neste contexto, e tendo em conta os compromissos sobre o controlo de armamentos tomados no passado, o Presidente Obama, desde Maio de 2010, tem procurado assegurar resultados positivos nas sucessivas Conferências de Revisão do NPT, e consequentemente o desejo de um Tratado mais fortalecido. Obama tem reforçado os esforços diplomáticos para restringir os programas nucleares da Coreia do Norte e do Irão. Até agora só as conversações com Irão têm existido, após largos meses de sanções e resultado da mudança da Presidência iraniana, no âmbito do Grupo dos 5+1 (Rozen, 2014), isto é, os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, juntando a Alemanha e a chancela da Alta Representante da União Europeia.

Os planos da administração norte-americana sobre estas matérias exigem a prossecução de medidas mais fortes para abordar as questões relacionadas

²⁵ Segundo o plano do Presidente Obama, os países em desenvolvimento teriam acesso ao IFB que seria monitorizado internacionalmente, mas seriam impedidos de produzir eles próprios materiais susceptíveis de serem transformados em armas nucleares. Deste modo, as ogivas existentes seriam apreendidas e grandes potências, como a Rússia e os EUA, comprometeriam-se a diminuir os seus programas de armamento nuclear. Em Setembro de 2009, o Conselho de Segurança da ONU, através da Resolução 1887, consagrou a proposta de Obama, dando ao seu projecto global (denominado originalmente de Global Effort to Secure All Vulnerable Nuclear Material) algum suporte institucional. Para além disso a IAEA tem aumentando a sua autoridade de inspecção, sobre esta matéria vide Cole Harvey (2012).

com a adesão e saída do Tratado NPT, para além de impedir que programas de energia nuclear para fins civis sejam usados para a produção de armas nucleares, como por exemplo colocando maiores restrições na transferência de tecnologias de reprocessamento e enriquecimento nuclear (Colina, 2009a; Thakur & Evans, 2013).

Durante as últimas Conferências de Revisão do NPT, a administração Obama por questões internas e externas não tem conseguido impulsionar e/ou implementar o regime de não-proliferação global, existindo o risco do colapso do referido Tratado. A possibilidade da última prejudicaria significativamente a capacidade americana, em acossarem a agenda da administração Obama, para reduzir as ameaças nucleares e provavelmente criaria novos perigos ADM aos EUA, seus aliados e amigos (ElBaradei, 2014). Dada a importância do seu resultado, vários analistas, defendem a prossecução de um conjunto de etapas fundamentais para renovação do regime²⁶ (Perry et al., 2009; Thakur & Evans, 2013). No entanto, após a celebração das últimas Conferências de Revisão NPT, os seus resultados ainda são demasiadamente inconclusivos para confirmar o sucesso ou o insucesso das mesmas.

Não obstante, os EUA continuam a advogar diplomática e publicamente o sucesso do regime de não-proliferação global através do NPT, mormente o desejado êxito da Conferência de Revisão do NPT de 2015.

(4) O conceito da Estabilidade Mútua Assegurada (MAS)

Presentemente, as armas nucleares não são uma característica central para a segurança das relações entre nações e organizações internacionais (como a União Europeia); tão pouco a dissuasão baseada na destruição nuclear se observa necessária, para além de se considerar remota a probabilidade de uma guerra nuclear acontecer. Esta noção baseia-se no próprio relacionamento das referidas Partes. Na medida em que esta relação encontra-se livre das principais questões de segurança, como as contendas ideológicas, territoriais, ou de competição de recursos; sendo que os benefícios da integração pacífica das esferas económicas, políticas e diplomáticas entre sujeitos de Direito Internacional fornecem um contrapeso para os ganhos entendidos como vantajosos no decurso de um conflito nuclear.

²⁶ Sobre o Tratado NPT, e medidas de não-proliferação, vide as recomendações de Perry e Schlesinger (2009), capítulo 8. Para além das sugestões de Barry Blechman e Alexander Bollfrass (2010), sobre um verdadeiro Tratado de Desarmamento Nuclear e seus elementos. Não obstante, torna-se incontornável o estudo global de Ramesh Thakur e Gareth Evans (2013) sobre os desafios e insucessos do regime NPT, e do próprio papel das Nações Unidas nesta matéria.

Em Agosto de 2012, a administração Obama solicitou ao Conselho Consultivo de Segurança Internacional (*International Security Advisory Board* – ISAB) – um Comité Consultivo Federal criado para fornecer ao Departamento de Estado aconselhamento independente e meticoloso sobre assuntos de inovação científica, militar, diplomática, política e aspectos de diplomacia pública na área da segurança internacional, controlo de armamento, desarmamento e não-proliferação nuclear –, um relatório seminal acerca da temática da estabilidade mútua assegurada (MAS). O ISAB explora o novo conceito de MAS propondo uma definição última dos seus componentes essenciais, analisando os importantes factores de risco que devem ser avaliados a cada passo, e, no final, oferecendo possíveis medidas tangíveis a curto prazo tendo em conta a prossecução desse desiderato MAS (DoS, 2012).

Por conseguinte, no seu ensaio do *Atlantic Council*, a Professora Celeste A. Wallander, a conselheira especial do Presidente Obama e directora sénior para assuntos da Rússia e da Eurásia no Conselho Nacional de Segurança, conceptualiza o MAS da seguinte forma:

A condition in which neither party has the intention or capability to exercise unilateral advantage for political or military exploitation through preemptive coercion or military strike in such a way that precludes response, negotiation, or compromise (Wallander, 2013: 6).

A construção de uma tal relação entre os Estados Unidos e a Rússia é um primeiro passo para atingir o MAS, na medida em que o arsenal dos dois países é muito vasto (cerca de 90% das armas nucleares no mundo) quando comparando com as outras Potências nucleares. A natureza dinâmica da relação EUA-Rússia exige uma avaliação contínua no sentido de determinar os momentos oportunos para as duas superpotências nucleares envolverem-se em acções (de controlo de armamento, desarmamento e não-proliferação nuclear) que possibilitem a construção de um novo relacionamento (Thakur & Evans, 2013). Alcançar tal entendimento entre a Rússia e os Estados Unidos também poderá afectar positivamente a segurança nacional de outras regiões e nações, requerendo possivelmente acções para lidar com problemas que possam surgir (DoS, 2012).

Portanto, os objectivos da administração Obama para controlo de armamento e cooperação para a segurança com a Rússia parecem ser os indicados. Todavia, estes não podem ser alcançados enquanto a estabilidade estratégica EUA-Rússia não for uma realidade (Wallander, 2013). Enquanto os líderes de ambos os países enfrentem novas exigências e desafios na sua estabilidade estratégica durante o século XXI (como por exemplo a Crise Ucraniana), e deste modo não

aproveitem a oportunidade para incrementar novas reduções de armamento, ou não desenvolvam uma segurança nacional que possibilite a constituição efectiva do MAS.

Durante o século passado, as duas superpotências sustentavam uma estabilidade estratégica por meio das suas respectivas estratégias MAD (Walt, 1979). A MAD facilitou uma pequena mas robusta estabilidade estratégica que sustentou os dois antagonistas durante a Guerra Fria e na transformação do sistema internacional na última década do século XX (Wallander, 2013).

O Novo START ratificado pelos EUA em 22 de Dezembro de 2010, e pela Federação Russa em 28 de Janeiro de 2011, não representa totalmente o afastamento do MAD, mas é um meio para fazer do MAD mais previsível e confiável para as duas superpotências nucleares. Por exemplo, o desígnio de diminuir os sistemas de lançamentos de armas nucleares para metade, é um objectivo nesse sentido. No entanto, de acordo com o Conselho norte-americano de Defesa dos Recursos Naturais (*Natural Resources Defense Council – NRDC*) e a Academia de Ciências da Rússia – no seguimento de reuniões conjuntas realizadas entre Maio 2011 e Março de 2012 em Washington D.C. e Moscovo, respectivamente – o novo START não teve êxito em mudar a definição estreita de estabilidade estratégica baseado no modelo de segurança da Guerra Fria. Para os participantes, embora tenha existido uma redução de armas estratégicas, os grandes arsenais nucleares ainda se mantêm, incluindo muitos tipos de armas nucleares não abrangidas pelo novo START. Sem esquecer as doutrinas de “*launch on warning*” que ainda se encontram em vigor.

Em suma, e em primeiro lugar, exige-se que a Rússia e os Estados Unidos mudem as regras do jogo no sentido de mais controlo dos seus armamentos e promoção do desarmamento nuclear. Um debate recorrente no seio do Conselho NATO-Rússia, sobretudo no período pós-Cimeira de Lisboa, prende-se com o seguinte raciocínio: a Rússia defende que para fazer mais reduções nos seus arsenais nucleares necessita de garantias de segurança por parte dos EUA e da NATO que estes não implantarão grandes defesas antimísseis, com a capacidade de comprometer a credibilidade da dissuasão nuclear russa (Zadra, 2014). Em segundo lugar, com o intuito de melhorar as relações entre EUA-Rússia, ambos os países poderiam abandonar as distinções de longa data: entre armas estratégicas e não estratégicas, e entre armas operacionais e não operacionais, tendo em vista a redução dos seus arsenais dentro de uma estrutura mais coesa, efectiva e abrangente. Para apoiar esta nova abordagem, sugere-se que as duas superpotências nucleares poderiam fazer alterações nas suas políticas declaratórias rejeitando uma estratégia contra-forças

targeting. Assim, quando o papel das armas nucleares de cada país se limita unicamente a dissuadir o uso (potencial) nuclear por parte de outros Estados, isso gera pelo menos a possibilidade lógica e política de continuar o processo de redução de armas em direcção a um objectivo futuro que se aproxime do estado de zero técnico. Evitando, por isso, a ameaça de destruição mútua assegurada ou holocausto nuclear (Walker, 2012)

Conquanto existe a necessidade de uma forte parceria russo-americana de segurança nuclear a longo prazo, em concertação com outros NWS para um desarmamento progressivo das suas armas nucleares, com o objectivo de garantir que nenhum material físsil residual ou do sector de energia nuclear se torne uma fonte de terrorismo nuclear ou para armar nuclearmente novos Estados. Essencialmente, o conceito de MAS reforça a ideia de que não existe inimizade mútua ou inimigo comum para que subsista a necessidade intemporal de forças nucleares numericamente superiores, e seus sistemas de lançamento. O MAS reafirma que os EUA e a Rússia, em tese, rejeitaram e mudaram a sua postura nuclear para além de um quadro de segurança que inclui planos para fazer a Guerra com armas nucleares.

c. Que Revisão da Postura Nuclear?

A NPR de 2010 estabeleceu uma política de dissuasão nuclear dos EUA, a estratégia, e postura das suas forças durante os próximos anos e serviu de base para a negociação e celebração do novo Tratado START. No entanto, enquanto os líderes civis e militares do DoD estavam confortáveis com a previsível redução das forças nucleares, assim como se encontravam nos anos 1990, muitos outros actores parecem querer manter a actual estrutura e objectivos basicamente intactos. Na verdade, o processo foi conduzido pelo Pentágono, mas teve colaboração dos principais ramos do governo federal dos EUA (Congresso, Casa Branca). Neste sentido, e tendo em conta a formulação da NPR 2010, e a política estratégica nuclear da administração Obama, uma série de questões surgiram após o discurso de Praga. A principal indagou sobre a possibilidade do objectivo de um mundo sem armas nucleares fazer parte da nova NPR? A resposta é positiva, e julga-se estar respondida ao longo da secção 3 deste capítulo. Porém, cabe aprofundar outras questões inerentes.

Em primeiro lugar, como é que será efectuada a redução das forças nucleares e que papel terão as armas nucleares na estratégia nuclear dos EUA doravante? O NPR é criado para reduzir as forças nucleares, porém a temática

central do seu debate assenta no papel das armas nucleares. O Presidente Obama, porém já esclareceu a sua preferência por ambos em Praga:

First, the United States will take concrete steps towards a world without nuclear weapons. To put an end to Cold War thinking, we will reduce the role of nuclear weapons in our national security strategy, and urge others to do the same...and we will...[settle] a new Strategic Arms Reduction Treaty with the Russians.... that is legally binding and sufficiently bold. And this will set the stage for further cuts, and... will seek to include all...[NWS] in this endeavor (Obama, 2009b).

Embora exista um consenso sobre a capacidade dos EUA em reduzir o seu arsenal, arranjar uma forma de atingir este objectivo tem sido uma questão frequente no presente debate estratégico (Sagan, & Vaynman, 2014). De um lado, as reduções drásticas no arsenal nuclear norte-americano *per si* poderão não ser suficientes para convencer os NNWS ao compromisso de Washington sobre o desarmamento. Haverá provavelmente muito mais controvérsia sobre a forma como a administração Obama poderá inverter os danos causados pelo NPR de 2002, a par da redução do papel das armas nucleares na política de Defesa norte-americana, como o Presidente atestou em Praga. Em defesa da doutrina Obama, um relatório publicado pela Center for American Progress, por autores próximos do partido Democrata, intitulado “*Orienting the 2009 Nuclear Posture Review: A Roadmap*” descreveu a necessidade de uma nova postura e a defesa de uma redução das forças nucleares norte-americanas. Este relatório acrescentou ainda que os aliados dos EUA devem ser consultados, e que o efeito da política norte-americana sobre questões como a proibição dos ensaios nucleares e objectivos de não-proliferação deveria ser fortemente considerado quando estiver em causa na formulação NPR de 2010 e do Conceito Estratégico da NATO de 2010 (Grotto & Cirincione, 2008).

Do outro lado, os defensores do pensamento estratégico da administração Bush continuam a opor-se à mudança radical da NPR. O líder da maioria republicana do Senado norte-americano, Mitch McConnell tem tentado obstruir grande parte da agenda de Obama sobre o controlo de armamentos, regime de não-proliferação e desarmamento nuclear global. Esta posição parece ter representado fortemente o espírito republicano dominante, e um pouco do pensamento estratégico do interior da STRATCOM. Estas duas abordagens são indicativas de divisões dentro do próprio Pentágono. No entanto os republicanos não estão unidos nestas questões. Por exemplo, embora o antigo candidato presidencial, o senador John McCain, tenha tido

algumas dúvidas em relação ao longo e complexo documento da NPR 2010 apresentado pelo Pentágono, no que diz respeito, sobretudo, à modernização da infra-estrutura nuclear, ao modesto processo de financiamento de manutenção do arsenal nuclear, e à forma como administração Obama lida com as ameaças do terrorismo ou da proliferação nuclear, provenientes sobretudo de Estados como o Irão e a Coreia do Norte (McCain & Kyl, 2010). Mas a posição de McCain distingue-se dos demais republicanos e conservadores, ao apoiar explicitamente a visão do Presidente Reagan de um mundo livre de armas nucleares, expondo que:

This is a distant and difficult goal. And we must proceed toward it prudently and pragmatically, and with a focused concern for our security and the security of allies who depend on us. But the Cold War ended almost twenty years ago, and the time has come to take further measures to reduce dramatically the number of nuclear weapons in the world's arsenals. In so doing, the United States can – and indeed, must – show the kind of leadership the world expects from us, in the tradition of American presidents who worked to reduce the nuclear threat to mankind (McCain, 2009).

Relativamente, à redefinição do objectivo das armas nucleares, a agenda sobre o controlo armamento da administração Obama ao longo dos seus mandatos tem sido apoiada por iniciativas realistas tendo em vista a redução significativa do arsenal nuclear norte-americano²⁷. Tal força nuclear reduzida e estratégia de *targeting* seriam suficientes para que os EUA mantivessem a sua capacidade de retaliação contra qualquer NWS, na eventualidade de um ataque contra os EUA ou seus aliados.

Contudo, para além de se tentar alcançar novas reduções significativas na estrutura do arsenal norte-americano, a realização do objectivo último de desarmamento nuclear global exigirá que outras potências nucleares reduzam os seus arsenais (Norris & Kristensen, 2014b, 2015a, 2015b). Um obstáculo inicialmente ultrapassado com aprovação por unanimidade – e adopção por parte dos membros do Conselho de Segurança da ONU –, da Resolução 1887, de 24 de Setembro de 2009, que acabou por materializar *grasso modo* no Direito Internacional a visão de Obama em Praga, em especial: o fortalecimento do Tratado NPT e o papel relevante da agência IAEA, tendo em vista o mundo sem armas nucleares. Por conseguinte, a NPR em curso aspirará este desafio e apoiar os objectivos do Presidente.

²⁷ Consultar dados e notas da Quadros 1 e 2, em anexo.

Em segundo lugar, dando por adquirido a redução das armas nucleares na NPR de 2010, urge colocar uma segunda questão: como se irá processar a mudança na estrutura das forças nucleares? Para além do que foi referido em relação às forças nucleares norte-americanos, o então Secretário da Energia Steven Chu (2009) disse ao Congresso que a administração Obama não desenvolveria uma nova ogiva nuclear. O Orçamento FY2010 termina com o programa Ogiva de Substituição Fiável (*Reliable Replacement Warhead – RRW*), destinado a fornecer recursos para atender às novas missões, a prolongar a vida do arsenal durante um século, e a renovar toda a infra-estrutura nuclear (Department of Energy, 2009) [DOE]. Em sentido inverso, a administração Obama continuará o programa de gestão de *stocks* nucleares, estimando-se que os EUA planeiam gastar cerca de 1\$ trilhão de dólares para manter o arsenal actual, comprando novos sistemas de substituição e actualizando as bombas e ogivas nucleares existentes (Wolfsthal, Lewis & Quint, 2014).

Em relação a estas matérias, John Holdren, professor de Ciência e Tecnologia na Universidade de Harvard e actual Conselheiro científico da Casa branca, antes do NPR de 2010 entrar em vigor, argumentou sabiamente o seguinte:

My personal view—I don't make the policy, but I provide advice—is that we do not need a new warhead. I led a [National Academies'] study at the end of the Clinton Administration and the beginning of the Bush Administration on technical issues relating to ratification of the test ban treaty. It was a very high powered committee. And we concluded that the safety and effectiveness of the current nuclear stockpile could be maintained indefinitely without developing new warheads but by monitoring the situation and making modifications if necessary. My personal view is that designing a nuclear warhead and deploying it would throw out a good part of the baby with the bathwater. It negates a substantial advantage to ratifying the test ban treaty because it would send a message to the world that the United States still thinks that it can and should design and deploy new warheads when circumstances require it (Holdren, 2009).

Neste contexto, e por um lado, o cancelamento do programa RRW e de planos para construir novas armas nucleares são provas concretas e positivas do compromisso da administração Obama para a visão de mundo livre deste tipo de armamento. Todavia, por outro lado, e coerente também com a intervenção em Praga, em relação à manutenção da segurança e fiabilidade nas forças nucleares dos EUA, a administração Obama, nos últimos anos, tem solicitado orçamentos adequados, na ordem 11\$ biliões de dólares para o NNSA (a divisão do DOE

responsável pelo arsenal nuclear norte-americano). Este pedido mantém os planos a longo prazo para actualizar a infra-estrutura nuclear para as próximas três décadas (Wolfsthal, Lewis & Quint, 2014). A Proposta de Orçamento FY2015 confirma esta ideia da seguinte forma:

The FY 2015 Request is \$11.7 billion, an increase of \$451 million, or 4 percent, above FY 2014 enacted levels to modernize the U.S. nuclear stockpile, execute the international nuclear nonproliferation agenda, and support U.S. Navy requirements. The request is designed to support a more agile governance model for the nuclear security enterprise, including the national laboratories, production plants, processing facilities, and the national security site, and to consistently succeed in meeting the ...NNSA diverse and critical mission in an effective and cost efficient manner (DOE, 2014: 3).

Curiosamente, o plano de transformação da infra-estrutura foi projectado pela administração Bush, e foi destinado a permitir que os EUA mantivessem os níveis indefinidos de armamento nuclear registados durante a Guerra Fria. Esta situação considera-se agora obsoleta, na medida em que a administração Obama está empenhada em reduções progressivas do seu arsenal a médio prazo (Sagan & Vaynman, 2011).

Acrescente-se ainda que existem preocupações relativas à gestão do arsenal nuclear, sobretudo em relação às actualizações de componentes que podem permitir o desenvolvimento de novos recursos nucleares (por exemplo, com o Life Extension Program – LEPs²²⁸). Aliás, no contexto da nova NPR de 2010, os LEPs irão apenas utilizar dispositivos nucleares baseados em projectos previamente testados, e não apoiarão novas missões militares ou prevenirão a criação de novas capacidades militares (DoD, 2010c). A prossecução de tal programa, contribuiria para os cépticos questionarem o compromisso de reduzir e eliminar as armas nucleares.

Em terceiro lugar, as implicações da consagração da política do *no first use*, isto é, a opção de adoptá-la como uma política declaratória. A política declaratória de *no first use* pressupõe decisões de aquisição de armamento, procedimentos de alertas das forças nucleares, e até mesmo os próprios planos operacionais, neste caso, dos EUA. Igualmente importante de referir é a sua

²²⁸ Designadamente, a ogiva nuclear W76 Trident, foi equipada com um novo fusível que permite a detonação extremamente precisa, dando-lhe também uma nova capacidade de destruir silos de míssil e outros objectivos HDBT. Para uma análise detalhada acerca do Life Extension Program, vide Kristensen (2008).

afecção análoga nas políticas nucleares de outros Estados. A declaração de uma política de *no first use* notificaria as nações do mundo que os EUA só usariam as armas nucleares em resposta a um ataque nuclear. Actualmente, a política declaratória norte-americana é muito lata e deliberadamente ambígua. Durante a administração Bush, os EUA reservaram o direito de responder massivamente (podendo ser de uma forma preemptiva) através das suas forças nucleares, em relação ao emprego (que pode ser potencial) de ADM contra os EUA, seu povo, suas forças militares, e seus amigos e aliados (Laird, 2009).

Com a NPR 2010, a política de *no-first use* continua por se efectivar, embora declare que os EUA não ameaçarão usar armas nucleares contra NNWS que fazem parte do Tratado NPT, e só considerarão o emprego de armas nucleares em circunstâncias extremas para defender os interesses vitais dos EUA, seus aliados e parceiros.²²⁹ Resta saber se estas circunstâncias excluem um primeiro ataque, isto é, a adopção de uma política de *first-use* nestes casos (DoD, 2010c). A este respeito o documento permanece difuso e ambíguo. Contudo estas novas orientações demonstram um claro sinal à sociedade internacional sobre as intenções da administração Obama aproximar-se deste desiderato, na medida em que os EUA nunca adoptaram verdadeiramente uma política declaratória de *no-first use*²³⁰, na sua plenitude. No essencial, a nova NPR estipula que os EUA:

... will continue to strengthen conventional capabilities and reduce the role of nuclear weapons in deterring non-nuclear attacks, with the objective of making deterrence of nuclear attack on the United States or our allies and partners the sole purpose of U.S. nuclear weapons. (DoD, 2010c: 17).

E, por último, que papel terão os sistemas de defesa anti-míssil na nova estratégia nuclear? Em relação a esta questão, há que ter em consideração dois aspectos: a renovação e alteração do programa de mísseis nucleares na Europa (no contexto da NATO) e a paridade e substituição de forças nucleares por forças convencionais nos sistemas defesa anti-míssil.

Em relação ao primeiro aspecto, o resultado da NPR de 2010 foi observado com interesse em Bruxelas, acabando por definir o contexto da revisão do Conceito Estratégico da NATO de 2010 e a Revisão da sua Estratégia de

²²⁹ Para esse efeito, os EUA estão agora preparados para consagrarem e retomarem o exercício da política de “garantias de segurança negativa”. No entanto, é reservado o direito de empregar armas nucleares para dissuadir ataque com armas químicas ou biológicas contra os EUA e seus aliados (DoD, 2010c).

²³⁰ Para uma sustentação teórica desta postura, vide o contributo de um dos seus principais defensores Scott Sagan (2009).

Dissuasão e Defesa (*Deterrence and Defence Posture Review – DDPR*) pós-Cimeira de Chicago (Yost, 2012). Durante vinte anos, não houve nenhum debate público sério na NATO sobre o papel das armas nucleares, embora a sua política se tenha desenvolvido em resposta a modificações doutriniais dos EUA. Em Lisboa, porém, a NATO adoptou um novo Conceito Estratégico muito próximo das ideias fundamentais do NPR 2010²³¹. De facto, a posição assumida por ocasião da Cimeira de Lisboa, reafirma a decisão de a Aliança manter uma apropriada combinação de forças convencionais, nucleares e de defesa antimísil, reuniu o consenso que a situação então exigia: em primeiro lugar, enquanto houver armas nucleares no mundo, a NATO não poderá deixar de manter esta capacidade; e, em segundo lugar, a Aliança não deve unilateralmente reduzir ou abandonar estas armas (NATO, 2010). Apesar ter sido formulado de uma forma um tanto ambivalente, este Conceito Estratégico permite incorporar todo o arsenal nuclear da Aliança e suas infra-estruturas, bem como os objectivos dos sistemas de lançamento.

Contudo, em Maio de 2012, na Cimeira de Chicago, os Chefes de Estado e Governo dos países membros da NATO perderam uma oportunidade importante para mudar a política nuclear “desactualizada” da Aliança e abrir o caminho para a melhoria da segurança europeia através da remoção das restantes 180 armas táticas nucleares norte-americanas na Europa, que não têm nenhum valor estratégico para protecção da Aliança, a não ser assegurar alguma confiança aos países de leste da NATO. No essencial, a DDPR, foi lançada na Cimeira de Lisboa, em Novembro de 2010, para resolver as diferenças entre os aliados sobre o futuro papel das armas nucleares. O resultado de Chicago exhibe um documento indeciso que desvia as principais questões que separam os aliados em torno de dissuasão nuclear, impossibilitando o Presidente Obama de conseguir avançar o objectivo declarado de reduzir o papel e o número de armas nucleares dentro da NATO (Kimball, Meier & Ingram, 2012).

Estas preocupações, por um lado, têm sido alimentadas pela pressão de alguns titulares de órgãos executivos da NATO. Por exemplo, os governos da Europa Ocidental, conduzidos pela Alemanha e a Noruega, têm pressionado cada vez mais no sentido contrário, com intuito de dar maior visibilidade ao controlo de armamento nuclear, de não-proliferação nuclear e desarmamento nas políticas da Aliança. Esta posição foi partilhada por Ivo Daalder et al. (2008), embaixador dos EUA na NATO durante o primeiro mandato da administração

²³¹ Sobre o processo do novo Conceito Estratégico e DDPR da NATO, vide as contribuições de Simon Lunn e Ian Kearns (2012), Daryl G. Kimball, Oliver Meier, and Paul Ingram (2012) e David Yost (2012).

Obama, ao defender a redução do papel da variável nuclear, no sentido de dissuadir as armas nucleares adversas, para além da eliminação imediata das armas táticas tendo em vista o zero nuclear.

No sentido de reafirmar uma dissuasão credível das forças de dissuasão, a NATO declara na Cimeira de Chicago a capacidade interina de defesa de mísseis interino (o “command and control” do novo sistema antimíssil europeu e a consagração da sua primeira fase de implementação). Em 17 de Setembro de 2009, os EUA desistiram do controverso sistema de defesa antimíssil – o chamado escudo nuclear²³² – que seria instalado no centro da Europa, mormente na Polónia e na Rep. Checa²³³. As razões oficiais, todavia, por detrás da decisão do seu cancelamento espelham questões de índole política regional, segurança nacional e técnica. Em termos de diplomacia pública, esta decisão é baseada numa avaliação da ameaça dos mísseis iranianos sobre a Europa, e no compromisso de implementar uma tecnologia avançada, economicamente viável, e adaptável ao ambiente de segurança internacional. Neste sentido, Obama adoptou uma “*Phased, Adaptive Approach*” para o sistema de defesa anti-míssil europeu, tendo em conta as recomendações do então Secretário de Defesa Gates e do JCS, que se junta por uma abordagem em fases (de MRBM à IRBM) e através de sistemas de defesa flexíveis com bases de lançamento terrestre e/ou navais²³⁴ (WHOPS, 2009e).

Em relação ao segundo aspecto, a NPR 2010, confirmou que o documento consideraria a substituição de capacidades de ataque nuclear por forças convencionais nos sistemas de defesa anti-míssil. Por um lado, a sua postura seria diferente da anterior NPR, sobretudo em relação ao uso combinado de forças ofensivas de ataque nucleares e convencionais, no âmbito da Nova Triade. Por outro lado, foram sugeridas alternativas aos meios de lançamento

²³² Um sistema de lançamento terrestre concebido para lidar com ICBMs, que poderiam representar uma ameaça para os EUA e seus aliados. Este idearia a instalação de 10 interceptores de mísseis na Polónia e de um radar na República Checa. O plano de Bush tinha suas raízes na visão de Ronald Reagan no sistema de defesa anti-míssil espacial – apelidado de *Star Wars* pelos críticos – que ruíu pela quantidade exacerbada de desafios técnicos (Marsh, 2009).

²³³ Esta decisão não é totalmente surpreendente, tendo em conta o clima de cooperação e desanuviamento da época entre a Rússia e os EUA, o Obama defendeu que «*the Czech Republic and Poland have been courageous in agreeing to host a defense against these missiles. As long as the threat from Iran persists, we will go forward with a missile defense system that is cost-effective and proven. If the Iranian threat is eliminated, we will have a stronger basis for security, and the driving force for missile defense construction in Europe will be removed*» (2009b).

²³⁴ Relativamente a uma descrição mais completa deste programa, consultar WHOPS (2009e), Ballistic Missile Defense Review (DoD, 2010a) [BMDRI], e o acompanhamento e verificação das diferentes fases do sistema por parte de Tom Z. Collina (2013). Para uma comparação entre os projectos de sistema de defesa anti-míssil, de Bush e Obama, vide o artigo de Bill Marsh (2009)

com capacidade de ataque global (*Prompt Global Strike* - PGS)²³⁵, tendo sido apoiada pela então Subsecretária Elen Tauscher. Contudo a maior inovação advém do facto de os EUA encetarem o processo de “*deMIRVing*” em relação a todos ICBM operacionais, de modo a que cada ICBM Minuteman III possua apenas uma ogiva nuclear.²³⁶ Por tudo isto, não surpreendeu que o estatuto da Agência de Defesa contra Mísseis (*Missile Defense Agency* - MDA) fosse revisto na nova NPR.

Apesar dos EUA não negligenciariam o papel essencial dos seus sistemas de defesa anti-míssil – táticos, estratégicos, no teatro de guerra –, na defesa dos EUA e seus aliados contra qualquer ameaça nuclear hostil e externa (sobretudo através da dissuasão), houve a necessidade da administração Obama ajustar os seus dispositivos às novas realidades da segurança internacional. Neste âmbito, têm sido consideradas pela administração Democrata e seus defensores a ineficácia de alguns sistemas de defesa anti-míssil, tais como: alguns sistemas táticos como o Patriot – empregues durante a Guerra do Golfo ou utilizados recentemente pela Coreia do Sul para dissuadir a ameaça norte-coreana –, poderão ter alguma eficácia limitada, o certo é que não existe nenhuma prova crível que estes sistemas de defesa possam verdadeiramente defender contra um ataque de mísseis numa vasta área geográfica; a promoção da ideia de *nuclear umbrella*²³⁷ para proteger países como Israel (Gollust, 2009), em relação à ameaça balística do Irão, do ponto de vista teórico-psicológico, poderá constituir-se contra-producente e motivar os adversários dos EUA – Irão ou Coreia do Norte – a reforçarem os seus sistemas de mísseis ofensivos e defensivos; e, a China com apenas uma capacidade de ataque nuclear muito limitada contra os EUA, pode sentir-se alvo de uma combinação de defesas anti-míssil e novas capacidades nucleares – especialmente desde que foi assinalada no passado como um dos países que pode ser alvo da retaliação nuclear norte-americana (Butcher, 2009).

Apesar de alguns aspectos dos sistemas de defesa anti-míssil, permaneçam inalteráveis por parte administração Obama, é crível que as partes caras e experimentais da infra-estrutura sejam eliminadas no futuro. Porém, para além da componente física, a questão em torno do papel do sistema anti-míssil

²³⁵ Sobre este programa e, consultar a análise do Committee on Conventional Prompt Global Strike Capability (2009).

²³⁶ O processo de “*DeMIRVing*” reduzirá o número de ogivas por míssil ICBM para apenas uma única ogiva. Esta etapa irá aumentar a estabilidade do equilíbrio nuclear, reduzindo os incentivos dos EUA e da Rússia para um primeiro ataque nuclear, inutilizando as capacidades dos mísseis MIRV ICBM como uma arma de primeiro de ataque (NPR, 2010)

²³⁷ Sobre as implicações estratégicas do seu emprego, *vide* Sagan (2009).

subsiste. No caso do emprego limitado de armas nucleares, como por exemplo de um conflito regional ou, em caso de emprego da estratégia de contra-proliferação para negar as ADM a uma potência regional: as defesas anti-míssil são totalmente integradas em planos de ataque nuclear. Se a ambição de Obama é reduzir o papel das armas na sua *Grand Strategy* e, concretamente, na sua NSS, será interessante ver como o papel dos sistemas de defesa anti-míssil se modificará no futuro.

Em termos gerais, conclui-se que a NPR de 2010 alicerça-se em cinco objectivos principais: i) na prevenção da proliferação nuclear e do terrorismo nuclear; ii) reduzir o papel das armas nucleares norte-americanas na NSS dos EUA; iii) manter a dissuasão e a estabilidade estratégica através de uma força nuclear reduzida (em termos quantitativos); iv) reforço da dissuasão regional, protegendo os aliados e parceiros dos EUA, nomeadamente na Europa, Médio Oriente e Nordeste Asiático; e, por último v) manter a segurança, os meios de garantia e a eficácia do arsenal nuclear.

d. O impacto negativo da Crise Ucraniana

Em meados de Março de 2014, no rescaldo da anexação da Crimeia por parte da Rússia, as previsões globais para a agenda de não-proliferação não eram as melhores. Embora, em algumas questões, particularmente com o programa nuclear do Irão têm existido, ainda que marginal, algum sucesso (Rozen, 2014). No entanto, ainda há muitas razões para apreensão, inclusivamente sobre a cooperação EUA-Rússia em matéria de segurança nuclear (Fitzpatrick 2014).

Tal como acontece com muitas outras questões globais, prevenir a proliferação de ADM requer parceria entre as grandes potências. A cooperação EUA-Rússia durante o Outono de 2013 trouxe a Síria como signatária da Convenção sobre as Armas Químicas e lançou o processo que foi capaz de remover com sucesso todas as armas químicas declaradas naquele país em guerra. Se essa cooperação cessar em relação a outras questões, como a Coreia do Norte ou o Irão, a perspectiva do terrorismo nuclear subirá e o próprio regime de não-proliferação global colapsará (Ibid). No início de 2014, o controlo de armamento que o presidente dos EUA estabeleceu em Praga seis anos antes, em grande medida havia sido frustrado, em parte devido à falta de interesse da Rússia. Relativamente a outros assuntos da agenda das ameaças nucleares, ainda havia todavia a esperança de que os interesses comuns se sobreporiam, o que obrigaria a um consenso entre as grandes potências. O que alguns vêem como uma nova Guerra Fria desencadeada pela crise Ucrânia envolve algumas dúvidas (Legvold, 2014).

Tendo em conta que Kiev, em 1994, juntou-se ao Tratado de NPT concordando em desistir das armas nucleares que haviam sido depositadas no seu território em troca de garantias de segurança que a Rússia violaria 20 anos depois, a crise Ucrânia não pode deixar de ter um impacto adverso sobre o regime de não-proliferação nuclear. Neste sentido, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon (*cit. in Dalh, 2014*) afirmou que «*the implications are profound, both for regional security and the integrity of the nuclear non-proliferation regime*». Alguns especialistas foram mais longe ao manifestar que a totalidade do regime de não-proliferação nuclear pudesse estar enfraquecido por via desta Crise (Sitt, 2014; Fitzpatrick 2014).

De agora em diante, todas as garantias russas associadas com o NPT não serão consideradas credíveis. As garantias de segurança por parte de outros Estados com armas nucleares, provavelmente, serão atribuídas por delito de associação. Afinal, os EUA e o Reino Unido também assinaram o Memorando de Budapeste. As suas obrigações sob as garantias positivas de segurança oferecidas nesse documento foram limitadas à assistência e ao corolário «*if Ukraine should become a victim of an act of aggression or an object of a threat of aggression in which nuclear*» (United Nations, 1994).

Esta noção pode não ser relevante para sugerir que, após a aquisição da Crimeia, nenhuma nação aceitaria as garantias de segurança como um *quid pro quo* para o desarmamento. Tendo adquirido as armas nucleares por força de desintegração soviética, e as circunstâncias em que a Ucrânia deu-as em troca de garantias de segurança, é improvável que seja replicado em outros lugares (Fitzpatrick, 2014). O único caso semelhante foi observado em 18 de Setembro de 2014, quando a parte norte da Grã-Bretanha decidiu referendar a sua secessão. Se a Escócia votasse pela independência, em qualquer dos casos, dificilmente manteria os submarinos nucleares do Reino Unido com base em Faslane.

Num contexto mais amplo, no entanto, o esforço global para a desnuclearização é susceptível de ser estagnado, com os europeus de Leste mais favoráveis à manutenção das armas nucleares tácticas norte-americanas na Europa, e sob a égide da NATO. A falta de ênfase na desnuclearização terá inevitavelmente um impacto negativo sobre o regime de não-proliferação, em particular nos países não-alinhados (*ibid*).

Não obstante, a Rússia argumenta que as suas acções na Ucrânia não violaram as suas garantias negativas de segurança, reafirmando que só a obriga a abster-se do uso ou ameaça do uso de armas nucleares contra NNWS (Uliyanov, 2014). Este argumento todavia repousa sobre uma semântica trémula.

O ponto fundamental é que as garantias de segurança eram uma condição *sine qua non* para a Ucrânia aderir ao NPT como um NNWS. Em resposta a esta acusação, Moscovo contra-alega publicamente que os EUA e seus aliados foram os primeiros a violar o Memorando de Budapeste, por interferir na Ucrânia e na organização de um golpe de Estado.

A consequência mais imediata e potencialmente deletéria da crise Ucrânia está relacionada com o armamento nuclear. É, de facto, um duro golpe para cooperação EUA-Rússia em matéria de segurança nuclear. Neste caso, a culpa não é exclusivamente russa. Em primeiro lugar, o Departamento de Energia dos Estados Unidos restringiu o intercâmbio científico, a Administração Nacional de Segurança Nuclear anunciou um exame interno de programas de assistência à Rússia; e, inúmeras dificuldades estão previstas para criação de um novo acordo bilateral que prevê substituir um acordo (já expirado) de segurança de cooperação nuclear (Oswald, 2014). Em segundo lugar, a Comissão de Serviços Armados da Câmara de Representantes dos EUA aprovou legislação para suspender a cooperação com a Rússia na área da segurança nuclear, a menos que Moscovo respeite soberania do território ucraniano – um incentivo para reverter a anexação da Crimeia –, o que não é uma meta realista. Em terceiro lugar, a viabilidade da Parceria Global contra proliferação de ADM está em causa, dada a suspensão da Rússia do G8 (a organização que gerou o programa). Essas reacções podem não melhorar a crise na Ucrânia, e terão, naturalmente, externalidades negativas (Fitzpatrick, 2014).

Por último, estrategistas (respeitados) norte-americanos da política de armas nucleares opõem-se fortemente a tais movimentos/reacções. Por exemplo, para o Professor Matthew Bunn (2014) da Universidade Harvard, e chefe do projecto de investigação “Managing the Atom”, argumenta que suspender a cooperação com a Rússia na área da segurança nuclear, é uma jogada imprudente. Ele e outros analistas observam que Moscovo já se havia tornado um parceiro relutante, pelo seu orgulho nacional e desejo de manter os *yankees* fora das instalações nucleares russas (Hecker & Davis, 2014). No entanto, especialistas nucleares da Rússia reconhecem a necessidade de cooperação contínua. Os EUA não devem, portanto, dar aos serviços de segurança russos a desculpa de terminar programas de redução da ameaça na área da segurança nuclear.

Conclusões

Neste contexto, é possível deduzir, não sendo totalmente surpreendente, que a primeira NPR do período pós-Guerra Fria, realizada em 1994, não

tivesse modificado dramaticamente a política nuclear dos EUA – fortemente alicerçada numa orientação central e abrangente do papel da dissuasão neste período.²³⁸ No entanto, por altura da NPR em 2001-2002, ficou claro que as condições endémicas da Guerra Fria não tinham voltado, e os EUA acabariam por dar um papel primordial às armas nucleares através de uma estratégia de dissuasão nuclear forte no âmbito da sua NSS – prevalência das posições tradicionalistas. Com a eleição presidencial do democrata Barack Obama, a postura nuclear dos EUA, afirmou um novo rumo. Isto é, um compromisso moral e político sobre apologia de um mundo livre de armas nucleares – sinalizando uma ruptura quase completa com a administração Bush –, baseada nas prioridades – muitas vezes concorrentes e antagónicas – da dissuasão mínima e do desarmamento nuclear (e da não-proliferação), ou seja, conciliação entre as posições realistas e abolicionistas.

No essencial, pode-se distinguir a política nuclear de George W. Bush da doutrina de Obama, através das seguintes características dicotómicas: i) se Bush defendia uma política declaratória ambígua, e essencialmente baseada no *first-use*, Obama defende de forma progressiva a política nuclear do *no-first-use*; ii) a clara distinção entre as políticas unilateristas do primeiro e a promoção do multilateralismo por parte do segundo; iii) se o republicano tinha como imperativo uma estratégia nuclear de dissuasão forte (visão tradicionalista), o democrata estabelece uma estratégia de enfoque duplo, assente no desarmamento nuclear e na dissuasão mínima (visão realista-abolicionista); iv) por conseguinte a preferência pelas medidas de contra-proliferação do Republicano e da não-proliferação por parte do Democrata; v) a oposição de Bush à ratificação do CTBT e o favorecimento da mesma por parte de Obama; vi) por fim, o primeiro defendeu um sistema anti-míssil *vis-à-vis* escudo nuclear, o segundo sustenta uma abordagem em fases, e através de sistemas de defesa anti-míssil flexíveis (*Phased, Adaptive Approach*).

No entanto, e por um lado, o controlo de armamentos que o Presidente Barack Obama, estabeleceu em Praga seis anos antes, em grande medida havia sido frustrado, em parte devido à falta de interesse da Rússia. O regime de não-proliferação nuclear está sob pressão. E a crise Ucraniana só aumenta a mesma. Colectivamente, a violação do Memorando de Budapeste e a redução *vis-à-vis* suspensão da cooperação com a Rússia na área da segurança nuclear mina as regras e os processos em que a presente ordem nuclear repousa. Tal

²³⁸ O conceito, típico do período pós-Guerra Fria, de comparação entre a orientação mínima e abrangente da dissuasão não é recente. Sobre este assunto vide Eric Mlyn (2000).

como acontece com muitas outras questões globais, prevenir a proliferação de ADM requer parceria entre as grandes potências.

Por outro lado, a Rússia e os EUA podem ainda contar com a segurança por meio das suas próprias capacidades e acções (em última análise, através de retaliação e dissuasão), podendo também reforçar a estratégia de incluir acordos “robustos” com vista a ganhar uma verdadeira garantia mútua sobre as suas capacidades militares, tecnologias e planeamento. Por fim, a estabilidade estratégica (MAD) sustentada durante século XX, foi cara e perigosa. Em contraste, o MAS oferece a oportunidade para garantir que esta estabilidade não seja só mantida de uma forma pacífica, mas também ajustada aos desafios de segurança dos EUA e da Rússia para o século XXI (Sagan & Vaynman, 2011).

4. A POSIÇÃO ESTRATÉGICA DOS EUA NO MUNDO

The United States was 'past the apogee' of its unprecedented power. The unipolar moment was nearly over. A new era of multipolarity was at hand.

Aaron L. Friedberg, 2009

The Obama Administration... articulated a grand strategy that is... liberal in its orientation toward engagement, multilateralism... and its vision of radical reductions in nuclear weapons.

G. John Ikenberry, 2010

Após a explicitação da postura nuclear norte-americana no pós-Guerra Fria, convém agora examinar o ambiente estratégico e internacional que rodeia a estratégia nuclear dos EUA; nomeadamente, a análise da distribuição do poder entre as potências no mundo, principalmente depois da invasão do Iraque de 2003, e esgrimir os objectivos de uma liderança liberal assente no respeito mútuo e reciprocidade jurídico-constitucional por parte da administração Obama. Como por exemplo na busca de uma institucionalização efectiva de um regime de não-proliferação nuclear global (com vista a prossecução de uma doutrina, fundamentalmente submetida à ideia de um mundo livre de

armas nucleares). Far-se-á uma análise concisa e prospectiva sobre a posição estratégica dos EUA presentemente no sistema internacional. Neste contexto, procurar-se-á enunciar as traves mestras do debate estratégico em torno da posição de hegemonia ou declínio dos EUA no mundo, tendo em conta o papel relevante das armas nucleares.

Posteriormente, explicar-se-ão algumas características da *Grand Strategy* dos EUA, partindo como pressuposto basilar para a enumeração e explicitação de alguns dos temas mais relevantes para o actual debate estratégico, entre os quais: o aprofundamento das contingências da ordem internacional, o papel das instituições internacionais (ou do institucionalismo internacional) como aferidor último do multilateralismo, a política de alianças e as características e desafios acerca da doutrina de intervenção militar. Com o intuito de aferir melhor o papel das armas e estratégia nuclear como pilar essencial ou opção extrema na estratégia global norte-americana (*U.S. Grand Strategy*).

1. Ordenamento internacional: contexto estratégico

A queda do Muro de Berlim e o desmembramento da URSS puseram todos os Estados do mundo perante a evidência de que a única certeza, a respeito da Nova Ordem Mundial, é que tinha ruído a antiga, sem que os analistas, os institutos de previsão, os serviços estaduais ou os governos tivessem pressentido aquilo por que lutavam no Ocidente havia meio século. A primeira evidência que emergiu no novo quadro resultante da implosão soviética foi a da urgência de um plano de contingência, que não existia, para a súbita transformação da estrutura mundial. Mudança carregada de pormenores de uma nova justiça internacional, mas privada dos termos de referência respeitantes à identificação e hierarquia dos poderes políticos (Moreira, 2002). Porém, neste processo é possível depreender com alguma credibilidade o estatuto dos EUA como única superpotência em exercício e o convívio de grandes e médias potências em face de desafios graves. Esta situação obrigou os EUA a adoptar uma primeira grande decisão, depois da implosão da URSS, a de acrescentar à liderança da Defesa ocidental, a responsabilidade de preencher o vazio estratégico mundial.

Neste contexto, as questões da nova distribuição de poder e do rumo da política externa norte-americana, que têm dominado grande parte das discussões das RI, afirmaram-se fulcrais na construção de uma nova estratégia norte-americana “no” e “para” o mundo, caracterizada pela alteração de circunstâncias, tanto ao nível da evolução dos acontecimentos que dominaram os últimos dois decénios da Humanidade, como em relação à

alternância bipartidária, na titularidade do poder executivo, submetida pelas administrações Bush e Clinton; e, na defesa dos seus *national interests* (Art, 2003). Em relação à primeira questão, existe uma dialéctica entre as posições daqueles que falam da emergência de um sistema internacional unipolar²³⁹ e os que prevêem o regresso de uma distribuição de poder multipolar.²⁴⁰ No caso da segunda questão, e numa diferente aceção, o debate académico verifica-se entre os que anteciparam uma viragem para o unilateralismo²⁴¹ (desde que subiu ao poder, a Administração de George W. Bush transmitiu vários sinais unilaterais), e aqueles que sublinham a continuidade em relação aos compromissos multilaterais.²⁴²

Não obstante, e embora as duas questões estejam ligadas, a relação não é uniforme, ou seja, entre os que se referem à emergência de um sistema unipolar, existem unilateralistas e multilateralistas. E o mesmo acontece entre os que antecipam o regresso ao multipolarismo. Entende-se que os ataques terroristas de 2001 a Nova Iorque e a Washington parecem ter clarificado estas questões (Almeida, 2004). Após um período (considerado entre os ataques terroristas contra os EUA, em 11 de Setembro de 2001, e a invasão do Iraque, em Março de 2003, e subsequente crise transatlântica) avaliado pela maioria dos académicos como unipolar, aliado a uma política externa norte-americana cada vez mais unilateral, a situação actual é bastante instável e transitória. Na medida em que, num prazo relativamente curto, a ordem mundial tenderá a evoluir para uma multipolaridade, como se terá oportunidade de demonstrar adiante.

²³⁹ Entre os mais acérrimos defensores Michael Mastanduno (1997), William C. Wohlforth (1999), G. John Ikenberry (2001), e numa fase inicial do pós-Guerra Fria, Charles Krauthammer (1990-91). Actualmente o debate estratégico faz-se em torno das consequências sistémicas da unipolaridade, e na análise sobre as capacidades de sobrevivência de um sistema deste tipo na actual conjuntura internacional, vide Ikenberry, Mastanduno e Wohlforth (2009), Robert Jervis (2009), e Nuno Monteiro (2011-2012).

²⁴⁰ Entre os multipolaristas, numa fase pré-11 Setembro, incluem-se Christopher Layne (1993) Charles Kupchan (1998), e por oposição ao sistema bipolar, e ao fim do mesmo no presente sistema internacional (por consequência do implosão da URSS), Waltz (1993) admite somente dois tipos de sistema, tendo em conta a distribuição do poder: bipolar e multipolar.

²⁴¹ Entre os unilateralistas mais relevantes, Krauthammer (1990-91), Layne (1993), e Lewis Gaddis (2004).

²⁴² Tendo como principais representantes, no plano académico, Ikenberry (2001), Wohlforth (1999) e Kupchan (1998). E, no plano governamental, a administração Obama, tendo afirmado de uma forma mais vinculada, na sua campanha presidencial, a sua antiga Secretária de Estado Hillary Clinton, reafirmou que «*there is a time for force and a time for diplomacy; when properly deployed, the two can reinforce each other. U.S. foreign policy must be guided by a preference for multilateralism, with unilateralism as an option when absolutely necessary to protect our security or avert an avoidable tragedy*» (2007: 10).

Para se entender melhor o debate em torno deste fenómeno²⁴³, convém fazer uma breve delimitação nociónal acerca das quatro fases de evolução estratégica dos EUA no pós-Guerra Fria.

Na primeira fase, entre 1991 e 2001, os EUA adiaram o reconhecimento das consequências da sua preponderância internacional, não existindo uma transformação profunda das estratégias norte-americanas. A grande potência sobrevivente procurou preencher o vazio aberto pelo fim da competição bipolar²⁴⁴ com as mesmas alianças e os mesmos métodos – a reprodução das instituições multilaterais, ou do sistema americano – que tinham assegurado a sua vitória na Guerra Fria, sem poder, ou sem querer, assumir a transformação radical do seu estatuto internacional.²⁴⁵

Numa segunda fase, compreendida entre 11 de Setembro de 2001 e Março de 2003, a estratégia dos EUA mudou rápida e radicalmente, considerada como sendo eminentemente unipolar e tendencialmente unilateral (ao recusar os limites à sua capacidade de acção externa impostos pelas instituições multilaterais). Os atentados terroristas da Al-Qaeda revelaram a ameaça invisível do terrorismo catastrófico e criaram as condições políticas internas e externas para realizar as mudanças no próprio modelo de ordenamento internacional, adiadas desde o fim da Guerra Fria.²⁴⁶ A administração Bush assumiu expressamente a consolidação da sua preeminência internacional como uma prioridade estratégica e passou a procurar novas alianças reduzindo a confiança de Washington nas instituições internacionais, expandindo o conceito tradicional de preempção para a defesa de uma nova doutrina de guerra preventiva, e, advogando a democracia coerciva como solução para o terrorismo do Médio Oriente (Nye, Jr., 2006).

Numa terceira fase, que resulta da acumulação de problemas no Médio Oriente e na Ásia, sobretudo as dificuldades em conter a violência e impor a

²⁴³ Também considerado, sobretudo em função do poder dos EUA na ordem internacional, entre “triumfalistas” e “declinistas”. Para um bom resumo desta literatura, vide o artigo de Aaron L. Friedberg (2009). Entre alguns novos e notáveis “declinistas” refira-se a bibliografia de Fukuyama (2014a), Kissinger (2014), Barry Posen (2014), Zbigniew Brzezinski (2012), Charles Kupchan (2012), entre outros.

²⁴⁴ Neste sentido, Kenneth Waltz, argumenta, por um lado, que «some believe that the United States is so nice that, despite the dangers of unbalanced power, others do not feel the fear that what would spur them to action», resultando a ideia de *Mastanduno de que «eventually, power will check power»; por outro lado, «others believe that the leaders of states have learned that playing the game of power politics is costly and unnecessary»* (Waltz, 2000: 30).

²⁴⁵ A vitória na Guerra Fria implicava uma desmobilização estratégica e a concentração de recursos na resolução dos problemas económicos e sociais dos EUA.

²⁴⁶ Essa vontade ficou expressa nos primeiros dias com a alusão à necessidade de destruir os Estados inimigos – «*ending states*» -, mais tarde substituída pela fórmula mais moderada do «*regime change*» (Gaspar, 2008a).

legitimidade das novas instituições no Iraque e no Afeganistão, tornando ainda mais frágil a estratégia regional dos EUA. Com efeito, esta situação acabaria por conduzir a um grande debate sobre as estratégias norte-americanas.²⁴⁷ Esse debate desenvolveu-se e coincidiu com a eleição presidencial de 2008, marcada pelo signo da mudança na política interna e externa, com a crise das velhas coligações internas dominantes no partido republicano e democrata. O resultado das eleições, como é próprio de uma grande potência democrática, foi decisivo para determinar uma ruptura, por exemplo, com as condições da estratégia preemptiva e de contra -proliferação de ADM que se iniciou no pós-11 de Setembro e com a invasão do Iraque, e que actualmente se funda na base de um institucionalismo multilateral, assente na reconstrução das instituições e no respeito pelo Direito Internacional, como comprovam algumas iniciativas (fortalecimento multilateral da NATO, G20, IAEA, NPT entre outras) da administração Obama, sob o jugo de uma ordem liberal.²⁴⁸

Numa quarta fase, a que vivemos actualmente, o ambiente de segurança global apresenta um conjunto cada vez mais complexo de desafios e oportunidades para que todos os elementos de poder dos EUA devam ser dedicados. Uma fase que oferece uma névoa complexa no futuro das relações EUA-China e na evolução da União Europeia, mas também fértil sobre as lições dos conflitos no Iraque e no Afeganistão. Para além de demonstrar o êxito e o fracasso das iniciativas da administração Obama. Como por exemplo, a resposta do Ocidente inconclusiva sobre a ‘Primavera Árabe’, ou das negociações diplomáticas para monitorar o programa nuclear iraniano *vis-à-vis* às problemáticas tensões com a Rússia sobre a Ucrânia. Neste contexto, e de acordo com Kissinger (2014) o conceito de Ordem Mundial está em crise, defendendo a análise histórica como uma das soluções para compreender os eventos decisivos do nosso tempo.

Assim, a mudança nas prioridades norte-americanas depois do 11 de Setembro revelou uma vontade e criou uma oportunidade – uma nova oportunidade, depois do fim da Guerra Fria – para rever o modelo de ordenamento internacional (Haass, 2005).

No entanto, esta transformação da ordem internacional também se alicerça numa crise que aflige a ordem liderada pelos EUA, sendo considerada também uma crise de autoridade. Para alguns “declinistas” mais optimistas, as forças que

²⁴⁷ Embora, a estratégia operacional e militar, do General Petraeus, tenha tido resultados positivos no desenrolar do conflito armado (no terreno). Preenchendo insuficientes, mas algumas, lacunas na estratégia regional dos EUA no Iraque.

²⁴⁸ Sobre as possíveis incompatibilidades entre uma ordem liberal e o sistema unipolar, vide Ikenberry et al. (2009).

provocaram esta crise – a ascensão de Estados não-ocidentais, como a China, através da impugnação de algumas normas de soberania e do aprofundamento da interdependência económica e de segurança – tiveram resultado no bom funcionamento e expansão da ordem liberal do pós-Guerra, e não a sua dissolução. A ordem internacional liberal encontrou crises no passado e evoluiu nesse processo (Ikenberry, 2011; Kissinger, 2014). Por outro lado, e para os “delcinistas” com uma visão mais pessimista, não é apenas o domínio material do Ocidente e dos EUA a chegar ao fim, mas também a diminuição progressiva da sua dominação ideológica no mundo. Charles Kupchan, Professor de Relações Internacionais na Universidade de Georgetown, afirma que as novas Potências estão determinando as suas próprias estratégias e acções, não replicando o modelo de ordem liberal, da seguinte maneira:

Autocrats in China, Russia, and the Persian Gulf; theocrats in the Middle East; strongmen in Africa; populists in Latin America— these regimes challenge the universality of the Western model and are not just way stations on the path to liberal democracy, industrial capitalism, and secular nationalism (Kupchan, 2012: 11).

Por último, no seu novo e provocador livro intitulado “*Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy*”, Francis Fukuyama, Professor de Ciência Política na Universidade de Stanford, sintetiza o futuro da ordem liberal da seguinte forma:

A liberal democracy... cannot be said to be humanly universal, since such regimes have existed for only the last two centuries in the history of a species that goes back tens of thousands of years. But development is a coherent process that produces general as well as specific evolution – that is, the convergence of institutions across culturally disparate societies over time (Fukuyama, 2014b: 37).

Contudo, convém antes de mais fazer um enquadramento teórico das principais perspectivas sobre o conceito de ordem internacional, a empírica ou hierárquica e a normativa.

Por um lado, na perspectiva empírica ou hierárquica, que tem por base a teoria realista e/ou neo-realista, a ordem internacional significa a distribuição de poder que num determinado tempo e espaço compõem a estrutura do sistema internacional. Neste sentido, existe uma ordem internacional que reflecte a hierarquia de poder dos diferentes pólos de poder do sistema internacional, nomeadamente os Estados mais poderosos que ao longo da história se vai modificando. Por outro lado, na perspectiva normativa (Bell, 2002), que

tem por base as teorias liberais pluralistas, significa a possibilidade de uma melhor e mais organizada ordem internacional – «*liberal order building*»²⁴⁹ (Ikenberry, 2007). Aqui, a ordem internacional relaciona-se com a justiça, com a regulação mundial através do Direito Internacional e, fundamentalmente, com a assunção da validade e universalidade dos valores da democracia (sem esquecer a visão inexorável da expansão da teoria da paz democrática²⁵⁰) e dos direitos humanos. Neste sentido, actualmente, haveria condições para instaurar uma nova ordem internacional mais justa e mais regulada com base numa governabilidade democrática mundial (geogovernação). As propostas ou projectos de criação duma espécie de governo mundial²⁵¹, historicamente baseados em ideias de tipo universalista, e apresentados sob as mais diversas formas, no âmbito da ONU, ou em meios políticos e intelectuais que lhe são mais próximos, tiveram um renovado impulso com o final da Guerra Fria (Teixeira Fernandes, 2004).

Contudo, no pós-Guerra Fria, a visão realista e neo-realista continuou a afirmar a sua predominância relativa no âmbito da explicação teórica da

²⁴⁹ No fundo a proposta de Ikenberry (2007) sustenta que «it is essentially a 21st century version of the strategy that the United States pursued after World War II in the shadow of the Cold war – a strategy which produced the liberal hegemonic order that has provided the framework for the western and global system ever since. This is a strategy in which the United States leads the way in the creation and operation of a loose rule based international order. The United States provides public goods and solves global collection action problems. American “rule” is established through the provisioning of international rules and institutions and its willingness to operate within them. American power is put in the service of an agreed upon system of Western-oriented global governance, American power is made acceptable to the world because it is embedded in these agreed upon rules and institutions. The system itself leverages resources and fosters cooperation that makes the actual functioning of the order one that solves problems, creates stability, and allows democracy and capitalism to flourish. Liberal order building is America’s distinctive contribution to world politics – and it is grand strategy that I should return to in the post-Bush-era».

²⁵⁰ No campo específico das RI, foi Bruce Russett, quem, através do livro “*Grasping the Democratic Peace: principles for a post-Cold War world*” (1993), melhor sustentou uma via alternativa, de tipo liberal, à visão realista e/ou neo-realista de política mundial. Essa alternativa está associada à ideia da difusão da paz democrática.

²⁵¹ O debate actual sobre esta matéria cinge-se sobretudo em torno da concepção adoptada por Richard Falk, professor de Direito Internacional na Universidade de Princeton, autor de “*On Human Governance*” (1995), de governação humana (um processo e um objectivo). No essencial, esta consiste em implementar novas formas de governação à escala mundial, que permitam garantir um conjunto de direitos de todos os povos da Terra, devendo, nesta construção, ser dada prioridade aos mais frágeis e objecto de abusos. Esta proposta que poder ser qualificada como imbuída duma visão construtivista, no sentido que Nicholas Onuf, autor de “*World of Our Making*” (1989), e Alexander Wendt, com a sua sobejamente conhecida “*Social Theory of International Politics*” (1999), dão termo na disciplina. Pressupondo, também, como objectivos, o respeito pela qualidade do ambiente que condiciona a saúde e vida humana e o bem-estar económico-social das populações, evitar conflitos e estabelece ordem internacional, com um recurso mínimo a meios de coacção (Teixeira Fernandes, 2004).

política internacional.²⁵² Apesar da existência de algumas divergências²⁵³ no seio da mesma, importa, sublinhar: os aspectos convergentes da teoria, sobre a continuidade duma sociedade internacional mais ou menos anárquica e propícia ao conflito, bem como quanto aquilo, que se pode qualificar como um certo pessimismo realista, que marca a sua visão prospectiva do Mundo do séc. XXI. Neste sentido, qualquer análise descritiva do novo ordenamento internacional depende inevitavelmente da leitura sistémica que se faz das características da estrutura de poder internacional e da percepção que se tem sobre o rumo seguido pela hiperpotência – os EUA –, em virtude da sua hegemonia omnipresente em vários domínios do poder, quer do ponto de vista militar, político e estratégico, quer do ponto de vista económico, social e cultural.²⁵⁴ A sua hegemonia não emana apenas do poder para impor e coagir, mas também de um grande capital de influência e de atracção. Mas foi na sua posição invejável e na sua supremacia que residiu a sua maior fraqueza – a tentação imperial (Layne, 2006).

Em relação, ainda, ao debate sobre a hegemonia, apesar da lógica do realismo ofensivo sugerir que as grandes potências procuram a hegemonia global, e de um ambiente internacional favorável até certo ponto (Art, 2003), e segundo Ikenberry, e que «*the United States will use its unrivaled military power to manage the global order*» (2002: 49). Todavia, John Mearsheimer, Professor da Universidade Chicago, adverte para o facto de «*every great power would like to dominate the world, but none has ever had or is likely to have the military capability to become a global hegemony*» (2001: 236), nem mesmo os EUA (W. Kagan, 2006).

²⁵² Nomeadamente com os defensores do realismo estrutural (*structural realism*): Kenneth Waltz (1993, 2000) e Mastanduno (1997). De acordo com a tese estruturalista, as grandes potências têm como principal objectivo a sua segurança (e não a acumulação de poder *per se*) e tendem a contrabalançar concentrações de poder através do chamado *balancing*. Para um bom resumo desta literatura, vide o artigo de John Mearsheimer (2006).

²⁵³ Entre outras, é necessário, por exemplo, ter em conta as variantes do realismo defensivo (Buzan, 1991) e o realismo ofensivo (Mearsheimer, 2001). Ambas as perspectivas teóricas defendem que o objectivo principal dos Estados é garantir a sua segurança, mas enquanto os realistas defensivos afirmam que dentro dos condicionalismos do sistema internacional a estratégia usual é manter o equilíbrio de poder, os realistas ofensivos defendem que os Estados geralmente procuram maximizar a sua parcela de poder.

²⁵⁴ Acerca de uma análise detalhada em relação ao poder (e seus diversos pilares) dos EUA no actual sistema internacional, vide o interessante artigo de William Inboden (2009).

Relativamente, às mudanças operadas no seio do sistema internacional: embora, a situação actual, seja considerada unipolar, por uns²⁵⁵, e uni-multipolar, por outros²⁵⁶, para outros ainda, a situação é instável e transitória²⁵⁷, na medida em que, num prazo relativamente curto, a ordem mundial tenderá a evoluir para a multipolaridade²⁵⁸, quer pela emergência de outras potências, (China, União Europeia, possivelmente a Rússia, Japão e num cenário mais distante o Brasil) quer por uma futura distribuição de poder mundial mais equilibrada entre vários pólos. Reforçando esta ideia, até o neo-conservador Charles Krauthammer foi obrigado a concluir que os EUA passaram:

The apogee...[of its] unprecedented hegemony...and the date that I think is going to live in history as an extremely important one, November 7, 2006, the American election, in which it was absolutely clear that the electorate had expressed its dismay and dissatisfaction with the policies in Iraq, and more generally, a sense of loss, lack of direction, and wish to contemplate retreat... [In the meantime] Al Qaeda had a chance after the first few years

²⁵⁵ Entre os seus principais defensores, Robert Kagan (2002), Wolforth (1999), Robert Jervis (2009) e Nuno Monteiro (2011-2012). Kagan (*cit. in* Botelho, 2003) argumenta que o que caracteriza a presente conjuntura é, de facto, uma gigantesca disparidade de poder entre os EUA e o resto do mundo, está a dar origem a uma crescente divergência entre a cultura estratégica da única grande potência com capacidades de intervenção global e a dos seus aliados europeus. No entanto, esta visão global de poder unipolar, não considera a ascensão da China como uma (grande) potência que possa rivalizar com poder dos EUA.

²⁵⁶ Huntington (1999, 2000) defende uma unipolaridade parcialmente contida por uma remanescente multipolaridade.

²⁵⁷ A percepção do carácter transitório da ordem internacional contemporânea é também avançada por Brzezinski. Este defende que o carácter globalizante da política internacional, que acarreta uma maior difusão do saber e, sobretudo, uma maior dispersão do poder económico, tornarão improvável a concentração de poder hegemónico nas mãos de um único Estado (Botelho, 2003). Por outro lado, se considerar-se a existência de um sistema unipolar, existe ainda percepção que os EUA não detêm uma posição de hegemonia permanente e estável – *a hegemonic quicksand* (Brzezinski, 2003). Embora Joseph Nye, Jr. (2006) considere militarmente que os EUA ainda são uma potência unipolar. Contrariamente, a esta posição, e sobre o problema estrutural nas Forças Armadas norte-americanas, nomeadamente o investimento na alta tecnologia aérea em detrimento de outras forças militares, Frederick W. Kagan, também a utilização excessiva da estratégia aérea como meio para vitória de conflitos: «*High-tech airpower alone almost always fails to force enemies to surrender*» (2006: 103).

²⁵⁸ Charles Kupchan (2012) é um dos seus principais expoentes. No entanto Fareed Zakaria (2008a) faz uma crítica pertinente em relação aos defensores de um sistema tendencialmente multipolar: «*We have lived under a US imperium, a unique, unipolar world in which the open global economy has expanded and accelerated. This expansion is driving the next change in the nature of the international order. Bit polarity is not a binary phenomenon. The world will not stay unipolar for decades and then suddenly, one afternoon, become multipolar. On every dimension other than military power – industrial, financial social, cultural –, the distribution of power is shifting, moving away from U.S. dominance. That does not mean we are entering an anti-American World. But we are moving into a post-American world, one defined and directed from many places and by many peoples*».

to if not recover, at least reorganize itself enough to be able to make advances, attacks in Madrid and London, and...of course the insurgency in Iraq, where it has relatively strengthened itself in the last several years. But most importantly is the assertiveness of Iran and its proxies in Syria, Hezbollah and Hamas...As a result , we are in position...where people are talking about negotiating, for example, with our enemies Syria and Iran, which, given the conditions...would lay and their objectives...(Krauthammer, 2006).

No rescaldo das eleições presidenciais de 2008, as clivagens nos debates políticos e estratégicos confirmaram a crise da unipolaridade e a incerteza quanto às prioridades internacionais norte-americanas que persiste desde o fim da Guerra Fria (Gaspar, 2008a), acabando por não existir outra forma de consenso interno para lá da vontade de prolongar a preponderância dos EUA no mundo. Embora existisse no seio de alguns cépticos, no final da administração George W. Bush (e antes do início da crise financeira de 2008-2009), a ideia de que os EUA tinham entrado num período de relativo declínio. (Friedberg, 2009). Mas o que estava realmente a acontecer, como explica Fareed Zakaria, editor da revista *Atlantic Monthly*, no seu livro originalmente intitulado de *“The Post-American World”*, é que não era tanto o *«declínio dos EUA»* que estava em causa, *«mas antes a ascensão de todos os outros»* (2008b: 11).²⁵⁹

De acordo com Parag Khanna, investigador do American Strategy Program da New America Foundation, e autor de *“The Second World”*, na melhor das hipóteses, a fase unipolar norte-americana durou a década de 1990. Os dividendos de paz após a Guerra Fria nunca foram convertidos numa ordem liberal global sob o jugo norte-americano. Por isso, agora, os EUA, em vez de progredirem por todo o planeta, competem – e perdem – no mercado geopolítico, ao lado de outras potências: a União Europeia e a China. É a essa a geopolítica do século XXI: os novos “Três Grandes”. Não sendo a Rússia, despovoada e governada pela *Gazprom.gov*; e nem a Índia, com uma distância de décadas em relação à China, tanto em desenvolvimento como em capacidade estratégica. Os “Três Grandes” ditam as regras – as suas – sem que nenhum deles domine, e os restantes deverão escolher quem pretendem seguir, neste mundo pós-EUA (Khanna, 2009). No entanto, para o autor de *“No One’s World: The West, the Rising Rest, and the Coming Global Turn”*, na nova ordem internacional,

²⁵⁹ Para Zakaria (2008b), a grande história do nosso tempo é a ascensão dos restantes – o crescimento de países como a China, a Índia, o Brasil, a Rússia, a África do Sul e outros. Neste sentido, o desafio agora enfrentado pelos EUA é o declínio político, pois, à medida que as restantes Potências crescem em importância, o papel central dos EUA na distribuição de poderes mundiais ver-se-á necessariamente reduzido.

nenhum país, região ou modelo político vai dominar. Isto é, pela primeira vez na história, Kupchan (2012: 5) sustenta que, um mundo interdependente não terá um centro de gravidade, e que possivelmente «*the defining challenge for the West and the rising rest is managing this global turn and peacefully arriving at the next world by design*».

Contrariamente a este pareceres, e às opiniões de alguns novos “declinistas”, Nuno Peres Monteiro, Professor de Ciência Política da Universidade de Yale, acompanhando o pensamento de Robert Jervis (2009) sobre esta matéria, de que apesar das aparências e alguma partilha do poder e recursos a outras potências (nomeadamente os BRIC), o sistema internacional pós-Guerra Fria é unipolar porque:

Since the collapse of the Soviet Union more than two decades ago, the United States has been the world's sole great power. It maintains a military that is one order of magnitude more powerful than any other; defense spending close to half of global military expenditures; a blue-water navy superior to all others combined; a chance at a splendid nuclear first strike over its erstwhile foe, Russia; a defense research and development budget that is 80 percent of the total defense expenditures of its most obvious future competitor, China; and unmatched global power-projection capabilities (Monteiro, 2011-2012: 9).

Resumindo, pode-se dizer que o sistema internacional contemporâneo, se caracteriza por: i) heterogeneidade e complexidade (actores numerosos de várias naturezas²⁶⁰ e com prismas de valores mais ou menos diferenciados); ii) um grande potencial de destruição daqueles que possuem armas nucleares e modernos sistemas de lançamento (sobretudo o clube das potências nucleares) e uma profunda alteração do mapa de poderes nucleares (a atomicidade dos actores de várias ordens, os *threshold states*²⁶¹); iii) uma unipolaridade ou unimultipolaridade pautada por uma hegemonia norte-americana instável e transitória, com prospectos de passagem para uma multipolaridade tridimensional aberta²⁶²

²⁶⁰ Para além da realidade estatocêntrica das Grandes Potências.

²⁶¹ Os chamados *threshold states*, ou seja, Estados com capacidade nuclear própria conhecida mas não declarada – Israel –, ou capazes de construir um arma nuclear em pouco tempo, entre os quais, Irão, Síria, Brasil, África do Sul e Suécia.

²⁶² Por um lado, quanto aos actores, o grupo das novas três grandes potências EUA, China e União Europeia (Khanna, 2009), mas susceptível à entrada de novas grandes potências. Por outro, relacionado com realismo egoisticamente num sistema internacional onde a conjugação da anarquia, incerteza e escassez, conduz a uma interacção competitiva, conflitual e em auto-ajuda dominada pelos Estados mais poderosos, onde no entanto podem desenvolver-se processos limitados de cooperação e alterações graduais na estrutura sistémica anárquica (Magalhães, 2007).

e difusa²⁶³, ou a hipótese de um sistema bipolar, entre os EUA e a China (em termos globais e económicos) –, e ou entre os EUA e a Rússia (em termos militares e energéticos) ou entre a EUA e a União Europeia (em termos políticos e comerciais); iv), a crescente vulnerabilidade dos Estados a ameaças externas, incluindo, o terrorismo internacional, pressões económicas, crime organizado, ADM, crise ambiental, pandemia global, acções militares subversivas, etc; v) crescente importância dos actores não estatais, como as organizações inter-governamentais e não-governamentais, empresas e grupos de interesses multinacionais, movimentos nacionalistas beligerantes; vi) o elevado grau de interdependências de todos os tipos de actores; vii) globalização do sistema e seus efeitos e, conseqüentemente, das relações, acontecimentos, e problemas. Por fim, cabe referir ainda que este sistema internacional molda e influencia a *Grand Strategy* norte-americana. De seguida analisar-se-á esta questão.

2. A transformação da *Grand Strategy*²⁶⁴ norte-americana

Contemporaneamente, o debate académico em torno da Grande Estratégia dos EUA tem sido objecto de discussão, por parte de diversos autores, na sua maioria provenientes da escola anglo-saxónica, nomeadamente das Universidades de Princeton, Cornell e MIT. A sua delimitação conceptual tanto em termos instrumentais, como em termos dos objectivos que se propõe atingir e defender, é igualmente rica e extensa. Neste âmbito, optou-se pela concepção de Robert Art, como sendo demonstrativa e distinta do conceito de política externa:

A Grand strategy tells a nation's leaders what goals they should aim for and how best they can use their country's military power to attain these goals..., like foreign policy, deals with the momentous choices that a nation makes in foreign affairs, but it

²⁶³ Um sistema difuso é um sistema multipolar em que o número de pólos é elevado ou muito elevado. Este sistema tem sido defendido por Charles Kupchan (2012). Actualmente, em consequência do facto nuclear, este pode assumir características específicas, em função das possibilidades de proliferação das potências nucleares e das características que esta assumir: não oligárquico (simetria quanto às forças nucleares das potências) ou oligárquico (assimétrico quanto as forças nucleares das diferentes potências), hoje em dia, eminentemente oligárquico pela desproporção das forças nucleares em relação às demais potências nucleares (Kaplan cit. in Couto, 1988).

²⁶⁴ Tendo em conta o que foi dito no início deste manuscrito, a *Grand strategy per se* é a estratégia integral dos EUA no plano do pensamento estratégico *tout court*. Em termos gerais, instrumental, o termo *Grand strategy*, pode ser definido como o conjunto de formas de coacção (psicológica, diplomática, política, económica, militar) empregues conjugadamente e de forma global, com diferentes gradações de intensidade, tendo em conta os fins dos objectivos políticos a realizar, sendo estes normalmente delineados pelo governo federal dos EUA.

differs from foreign policy in one fundamental respect... to lay out the full range of goals that a state should seek in the world and then determine how all of the instruments of statecraft – political power, military power, economic power, ideological power – should be integrated and employed with one another to achieve those goals. Grand strategy, too, deals with the full range of goals that a state should seek, but it concentrates primarily on how the military instrument should be employed to achieve them. It prescribes how a nation should wield its military instrument to realize its foreign policy goals... Devising a Grand strategy means hard thinking about basic interests and the proper role of military power in protecting them (2003: 1-2).

a. Evolução estratégica: análise superveniente

O legado *mainstream* da Política externa norte-americana, como enquadrante superior da *Grand Strategy*, tem sido definido desde a década de 1940 com base em duas Grandes Estratégias, que historicamente ajudaram a construir a moderna ordem internacional. Por um lado, uma estratégia realista na sua orientação, organizada em torno da contenção, dissuasão e na manutenção do equilíbrio de poderes mundial. Enfrentando uma perigosa e expansionista²⁶⁵ URSS pós 1945, os EUA avançaram para preencher o vazio do Poder mundial deixado por um decadente Império Britânico e pelo colapso da Ordem Europeia no sentido de servir como contra-peso para o Exército Vermelho. A pedra basilar desta estratégia foi a contenção, que procurou negar à URSS a capacidade de expandir a sua esfera de influência. A outra grande estratégia foi engendrada durante e após a II Guerra quando os EUA planearam a reconstrução da economia mundial, promovendo uma orientação de índole liberal²⁶⁶, e procurando construir uma ordem em torno de relações políticas institucionalizadas entre democracias integradas no modelo de mercado, tendo como objectivo primordial a expansão das mesmas no mundo, indirectamente constituindo uma política expansionista. Em ambos os casos,

²⁶⁵ Cujas política externa visa uma modificação a seu favor da relação de forças e o controlo político de novas áreas. Porém, o expansionismo pode resultar não só de uma política deliberada, mas também, como a História demonstra, através de certas situações ou conjunturas que conduzam a este tipo de política. Entre essas situações figuram uma guerra vitória e momentos de fraqueza política (Couto, 1988).

²⁶⁶ Para Ikenberry esta «grand strategy has been pursued through an array of post-war initiatives that look disarmingly like low politics: the Bretton Woods institutions, the World Trade Organization..., and the Organization for Economic Cooperation and Development are just a few examples. Together, they form a complex layer cake of integrative initiatives that bind the democratic industrialized world together» (2002: 46).

o multilateralismo constituiu uma parte significativa da *Grand strategy* norte-americana (Ikenberry, 2002).

Como se observou no capítulo anterior, embora se tenha assistido, num período inicial do pós-Guerra Fria – que abrangeu o final da Administração de George H. Bush e quase totalidade da Administração Clinton –, a uma estratégia pautada pelo respeito dos compromissos multilaterais (traduzindo-se numa espécie de condicionamento da acção da sua política externa²⁶⁷), porém, desde que administração de George W. Bush subiu ao poder, a estratégia dos EUA pautou-se por sinais unilaterais. Numa primeira fase, ainda antes dos ataques de 11 de Setembro, alicerçada numa contínua rejeição da assinatura ou ratificação de vários Tratados internacionais.²⁶⁸ Numa segunda fase, pós-11 de Setembro, a aposta na redução da confiança nas instituições internacionais, traduzida nas intervenções militares do Iraque e na prisão ilegal de presumíveis terroristas islâmicos em Guantanamo (Cuba) à margem do Direito Internacional, contribuindo para afastar os norte-americanos dos seus aliados europeus, pondo assim em causa a ordem de segurança multilateral do Atlântico Norte.²⁶⁹ Esta fase também designada de «*the neoconservative moment*» (Fukuyama, 2004), pela influência do *think thank* de Direita neoconservador – Project For the New American Century (PNAC) –, na estratégia e política externa dos EUA desse período.²⁷⁰ Tinha como principal objectivo promover a sua liderança no mundo, reconhecendo-a como sendo benéfica.²⁷¹ A principal crítica proveio do *think tank* progressista de Esquerda –

²⁶⁷ As excepções (parciais) à regra foram provocadas por crises secundárias, designadamente as intervenções humanitárias dos EUA e dos seus aliados europeus na Bósnia e, sobretudo, no Kosovo, bem como, de certa maneira, também em Timor. Essas acções demonstraram, por um lado, a ausência de uma orientação coerente e estável nos critérios de intervenção militar dos EUA; e, por outro lado, a importância da dimensão ideológica, ou normativa, na resposta da potência hegemónica às crises periféricas em que não estavam em jogo interesses estratégicos relevantes (Bell, 2002).

²⁶⁸ Como por exemplo o Tratado de Kyoto sobre o aquecimento global, a Convenção de Inspeção às Armas Biológicas, o estatuto do Tribunal Penal Internacional, e a saída unilateral do Tratado ABM.

²⁶⁹ Contrariamente a esta visão Colin Dueck defende que «*the administration's difficulties in Iraq are actually the result of an excessive reliance on classically liberal or Wilsonian assumptions regarding foreign affairs*» (2006: 3).

²⁷⁰ Este *think tank*, tinha como principais membros: os fundadores William Kristol e Robert Kagan; o académico Francis Fukuyama; e alguns membros da Administração Bush, entre os quais, Paul Wolfowitz, Randy Scheuneman, Donald Rumsfeld, Robert Zoellick e o antigo Vice-presidente Dick Cheney). Estes acabariam por pressionar e influenciar a Administração Bush, a estabelecer políticas neoconservadoras envolvendo o estabelecimento da National Strategy For Homeland Security, a legislação do Patriot Act (Congress, 2001) e a intervenção no Iraque ao nível da NSS.

²⁷¹ Sobre a influência do neoconservadorismo na política externa dos EUA, vide Arsenije Dusanic e Plamen Penev (2009).

Progressive Democrats of America –, que considerava que a principal função da PNAC seria motivada por uma agenda imperialista e expansionista do ponto de vista da estratégia militar dos EUA, promovendo a sua hegemonia (e a teoria da estabilidade hegemónica) sem limites.

Na época, o carácter assimétrico do equilíbrio de poderes mundial, isto é, a enorme diferença de poder entre os EUA e as outras grandes potências possibilitou a formulação de interesses globais, estratégias expansionistas e políticas unilaterais por parte dos norte-americanos, que levou alguns autores a considerarem os EUA como uma potência hegemónica (Almeida, 2004). Neste contexto, na opinião de G. John Ikenberry, Professor de Relações Internacionais na Universidade de Princeton, esta nova *Grand Strategy*:

...is to be less bound to its partners and to global rules... institutions while it steps forward to play a more unilateral and anticipatory role in attacking terrorist threats and confronting rogue states seeking [WMD]... (2002: 49).

No geral, esta situação accionou uma transformação da *Grand Strategy*, implicando a alteração radical do paradigma estratégico (contenção) para expansionista, emergindo uma nova doutrina neoconservadora, apelidada por Lewis Gaddis, de «*Fukuyama plus force*», sendo concebida para tornar o terrorismo obsoleto através da difusão da democracia por todo o mundo (*cit. in Nye, Jr., 2006: 142*).

Quando o Presidente Obama partilhou a sua visão de um mundo sem armas nucleares, durante o seu discurso em Praga, iniciou-se simbolicamente uma nova posição estratégica (Obama, 2009b). Por um lado, baseando-se numa espécie de estratégia-aposta: se os EUA demonstrarem uma vontade inequívoca de reduzir drasticamente o seu arsenal nuclear, acompanhado por uma revitalização dos Tratados START e CTBT, seria muito mais fácil convencer as nações do mundo para confrontarem as ambições nucleares de outros Estados como o Irão ou a Coreia do Norte. Por outro lado, e neste contexto, a abordagem da administração Obama procura estabelecer a criação de um regime de não-proliferação nuclear global no âmbito do NPT e do FMCT, apoiado por conjunto de medidas de contra-terrorismo nuclear, reconhecendo o primado do Direito Internacional sobre estas matérias, e consequentemente dificultando: a Estados pária, a capacidade de limitar inspecções da IAEA ou recusar responder a perguntas sobre documentos suspeitos; e a grupos terroristas os materiais físseis para o fabrico de novas armas nucleares (DoD, 2010c).

Neste contexto, a fim de proteger interesses nacionais dos EUA e atingir os objectivos da NSS de 2010, o documento estratégico do Departamento de Defesa para os próximos anos intitulado “*Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*” prevê alguns restrições orçamentais. Assim, as Forças Armadas EUA vão continuar a contribuir para a segurança global, com a necessidade de reequilibrar e centrar os seus recursos e meios para a região da Ásia-Pacífico, sendo esta a nova e principal área de interesse geoestratégico. Não obstante, os EUA continuaram, no rescaldo das guerras do Iraque e Afeganistão, a reequilibrar o investimento militar na Europa de uma forma criteriosa e progressiva (DoD, 2012).

Actualmente os EUA, procuram uma Grande Estratégia que detenha um especial ênfase no institucionalismo liberal ou na hegemonia liberal, sobretudo através: da reconstrução de um sistema financeiro global, do reforçamento do compromisso da NATO na defesa da Europa e dos interesses ocidentais, na reconfiguração do regime de não-proliferação nuclear global, e na tentativa de amenizar as relações com o mundo muçulmano através da cooperação, diálogo e mútuo respeito. Este novo paradigma envolve a distinção entre terroristas e *rogue states*, o que não acontecia no passado. Se a Al-Qaeda ou o ISIS têm de ser destruídos a todo o custo, a Coreia do Norte, Cuba, Irão e outros devem ser abordados pela via da diplomacia.

No entanto, no seu novo livro intitulado “*Restraint: A New Foundation for U.S. Grand Strategy*”, Barry Posen (2014) argumenta que os EUA têm sido incapazes de moderar as suas ambições na política internacional. O Director do Departamento de Ciência Política do MIT sustenta que a procura de uma *Grand Strategy* ambiciosa por parte de Washington tem levado consistentemente, nos últimos anos, a inúmeras falhas e problemas inesperados que não podem ser suportados. Posen insta os EUA a adoptarem uma «*strategy of restraint*» no uso futuro das suas Forças Armadas. Este argumento tem sido criticado pelo neo-conservador Robert Kagan (2014) ao defender, no seu recente ensaio apelidado de “*Superpowers Don’t Get to Retire*”, que os Estados Unidos têm uma responsabilidade permanente e capacidade de moldar a ordem mundial.

(1) As instituições internacionais

Se, por um lado, a administração Bush caracterizou-se, principalmente na fase neoconservadora, por recusar a imposição de limites à sua capacidade de acção externa impostos pelas instituições multilaterais. Por outro lado, com o advento das eleições presidenciais de 2008, porém, houve a necessidade e a oportunidade de reconstruí-las, sendo uma condição *sine quo non* para

renovação da «*american leadership in the world*» de que falava Obama (2007), nomeadamente com a revitalização da aliança transatlântica, essencial para renovar uma nova ordem liberal de índole constitucional (Ikenberry, 2001). O ponto crucial nesta definição é a dimensão institucional, a qual tem uma natureza multilateral. Quando a potência unipolar ou uni-multipolar – os EUA – exerce a sua hegemonia através de instituições internacionais, pode-se falar de hegemonia multilateral.²⁷²

Neste contexto, o multilateralismo é considerado com uma importante ferramenta do poder e da liderança norte-americana no mundo (Ruggie, 1993). Entretanto os norte-americanos têm uma tendência para ver o multilateralismo como sinónimo da ONU, projectando as suas falhas e limitações sobre todas as instituições. No interesse próprio dos EUA, Fukuyama e Ikenberry, no seu “*Report on Grand Strategic Choices*”, defendem que é necessário analisar as ferramentas multilaterais:

...which enable [United States]...to enlist others in our cause, legitimize our power, inhibit organized resistance from other states, and create a peaceful, prosperous and relatively just international order. These tools will prove increasingly important in dealing with China, stabilizing failing and rogue states, and rebuilding the Western order as long as we have the maturity and self confidence to use them (2006: 6).

Neste sentido, Aaron Friedberg (1993-94), Professor de Relações Internacionais da Universidade de Princeton, num artigo seminal da *International Security*, defendeu o envolvimento contínuo dos EUA na Ásia Oriental para servir como uma força estabilizadora, até a integração económica regional e as demais instituições multilaterais terem tempo de desenvolverem-se. Esta doutrina é confirmada pelo documento estratégico “*Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*” (DoD, 2012). Claramente, e contrastando com académicos tradicionais da *realpolitik*, Friedberg acredita que um conflito no Leste Asiático não seja inevitável enquanto a China continuar a desenvolver diferentes mecanismos de integração económica e de instituições multilaterais, usados como ferramentas para gerir os demais dilemas de segurança.

²⁷² O exercício de uma hegemonia multilateral, por sua vez, contribui de um modo decisivo para a criação de uma ordem política multilateral. Assim, o termo multilateralismo aplica-se a um sistema político de três ou mais Estados, cujas relações se regulam por princípios gerais não-discriminatórios e recíprocos. Estes princípios vinculam de igual modo todos os Estados, independentemente do seu poder, incluindo naturalmente a potência hegemónica (Almeida, 2004).

Por outro lado, no presente ordenamento internacional referido como transitório por muitos, as regras internacionais tenderão a respeitar os princípios e os valores, mas também terão em conta os interesses das principais potências, em especial os EUA e seus aliados, bem como estimular a sua convergência e criar as condições necessárias para a concertação e o compromisso em defesa do *status quo* internacional (Gaspar, 2008a). No essencial, segundo Fukuyama e Ikenberry, os norte-americanos «*and its partners should look for ways to renew, adapt, and expand multilateral institutions to new realities – putting America’s imprint on 21st century governance institutions*» (2006: 6).

(2) A política de alianças

Durante as administrações George H. Bush e Clinton, houve o desejo de articular uma visão da ordem mundial que não dependesse de uma ameaça externa ou política explícita de equilíbrio de poderes. Em ambos os casos, a estratégia, ofereceu uma visão positiva do regime de alianças e de parcerias construída em torno de valores comuns, tradição, interesses mútuos, e de preservação de estabilidade (Ikenberry, 2002). Todavia, a Administração de George W. Bush depressa aniquilou parcialmente esta visão, senão mesmo, em determinadas alturas a aniquilou grandemente. A sua principal objecção não diz respeito apenas ao processo de decisão e poder acção (mormente, com a NATO) considerado frequentemente longo, incapaz e frustrante²⁷³, mas também às mudanças ocorridas ao nível da natureza das ameaças e ao poder relativo dos EUA, constrangidas assim impropriamente as regras do sistema. De acordo com o então Vice-Presidente Cheney, os EUA:

...had certain strategies and policies and institutions that were built to deal with the conflicts of the 20th century. They may not be the right strategies and policies and institutions to deal with the kind of threat we face now [in particular, the United Nations,]...proven incapable of...meeting the challenge we face in the 21st century of rogue states armed with deadly weapons, possibly sharing them was terrorists (2003).

De facto, Cheney argumentou que a subordinação ao «*U.S. National security interest*» à necessidade de um consenso internacional era uma «*prescription for perpetual disunity and obstructionism*» (cit in Gordon, 2004: 52). Esta visão,

²⁷³ Sobre ineficiência do poder internacional das alianças, William C. Wohlforth (1999), defende que num regime unipolar as alianças são não estruturais, porque o equilíbrio da balança de poderes (das várias potências aliadas ou não) neste sistema é impossível, e se fosse possível não se estaria num sistema unipolar.

segundo Ikenberry (2004: 354), defendia que os aliados «*can best be won over through decisive American leadership naturally leads to a negative view of the utility of multilateral forums and international organizations*». Para além disso, os EUA passaram a procurar novas alianças bilaterais.

Nesse âmbito, as alianças tradicionais foram postas à prova, não só pela imposição unilateral dos objectivos estratégicos, políticos e militares dos EUA, mas também pelo recurso aos métodos clássicos de divisão dos aliados para neutralizar todas as formas de oposição, expresso na resposta liminar à recusa da França e da Alemanha – a “velha Europa” – de apoiar a invasão do Iraque na ONU ou no terreno (Gordon, 2004). Contudo, por um lado, os EUA, ainda se encontram no centro dos quadros formais que institucionalizam as relações entre as grandes potências – o Conselho de Segurança da ONU, o G8 – tal como estão no centro de uma aliança entre as democracias, no sentido em que são o aliado principal de todas as potências democráticas relevantes (Kagan, 2008). Por outro lado, a estratégia de contenção dos EUA característica do período bipolar, conservou uma miríade de instituições e de parcerias para América. As mais importantes foram, como já se sabe, a NATO e aliança com o Japão (e Coreia do Sul), estas sobreviveram desde o fim da Guerra Fria fornecendo um baluarte para a estabilidade estratégica norte-americana, através da confiança e compromisso restabelecidos. Para além de manterem um presença político-militar invejável na Europa e no Sudeste Asiático. Em troca os seus aliados, ganham protecção securitária, bem como relações diplomático-políticas regulares com a ainda maior potência militar do mundo (Ikenberry, 2002).

Conquanto, por pressão dos seus aliados, da opinião pública interna e mundial, e pelo termo da Era Bush, e por fim, pelas propostas no âmbito do debate presidencial de 2008, a visão duma linha internacionalista²⁷⁴ e multilateralista relativamente à estratégia de alianças reemergiu. Esta quis consolidar e alargar as alianças tradicionais, manter uma presença de primeira linha nas três frentes prioritárias, incluindo o Golfo Pérsico e conter a ascensão de novas grandes potências, com a possibilidade de institucionalizar a posição dos EUA como potência asiática num quadro multilateral regional (Ikenberry & Slaughter, 2006). A linha de mudança admitiu repensar as velhas alianças, incluindo a Aliança Atlântica e o Japão para recuperar, quer a margem de autonomia estratégica de que os EUA

²⁷⁴ Para Legro o internacionalismo implica «a basic integrationist orientation – dominant belief that societal well-being was best served by committing national military power relationships with the majors powers in Europe and by supporting international institutions» (2005: 52).

precisam para responder às mudanças dos equilíbrios internacionais, quer limitar a intervenção militar norte-americana aos casos em que os seus interesses nacionais estejam directamente postos em causa. As novas alianças complementares poderão emergir com as propostas de League of Democracies (McCain, 2007; Kagan, 2008), ou de uma Global NATO (Daalder & Goldgeier, 2006), estando sempre sujeitas a uma lógica multilateral de consulta, compromisso e coordenação. Com eleição de Barack Obama, é mais nítida a prossecução da última proposta:

To renew American leadership in the world, I intend to rebuild the alliances, partnerships, and institutions necessary to confront common threats and enhance common security. Needed reform of these alliances...will not come by bullying other countries to ratify changes we hatch in isolation. It will come when we convince other governments and peoples that they, too, have a stake in effective partnerships...Our alliances require constant cooperation and revision if they are to remain effective and relevant. NATO has made tremendous strides over the last... years, transforming itself from a Cold War security structure into a partnership for peace...And as we strengthen NATO, we must build new alliances and partnerships in other vital regions. As China rises and Japan and South Korea assert themselves, I will work to forge a more effective framework in Asia...Our essential challenge is to build a relationship that broadens cooperation while strengthening our ability to compete (Obama, 2007).

(3) Intervencionismo militar

Um mundo dominado por uma única grande potência – os EUA – possui características intrínsecas que levam a conflitos frequentes (o argumento aqui é aplicável a qualquer sistema internacional dominado por uma única grande potência, e não depende de uma unipolaridade norte-americana). O tipo de conflito resultante, porém, depende da estratégia de intervenção implementada, que de acordo com o Professor Nuno Monteiro (2008), pode ser de três tipos diferentes: domínio do sistema, defesa do *status quo* ou desengajamento.

Caso os EUA optem por uma estratégia de domínio do sistema (também chamada primazia) – como alguns argumentam, seguida durante a Administração Bush, a principal causa de conflito deriva de ser impossível (e frustrante) às potências menores (aqueles Estados que não possuem a capacidade de evitar a derrota contra uma invasão americana) dissuadir os EUA

de os atacar. A preponderância deste poder é tal que as ameaças dissuasoras que lhe sejam dirigidas por qualquer potência menor não são credíveis²⁷⁵. Hoje, pelo contrário, nenhuma potência menor que seja ameaçada pelos EUA encontrará outra grande potência capaz de lhe oferecer garantias defensivas. E as outras existentes (Estados com capacidade para resistir a uma invasão americana) não possuem uma capacidade de projecção de poder semelhante à dos EUA, tornando uma eventual ameaça dissuasora pouco credível²⁷⁶. Em ambos os casos, a estrutura unipolar do sistema internacional foi instrumental em possibilitar aos EUA o lançamento de ataques a potências menores. Em resumo, a preponderância de poder de que ainda usufruem os EUA limita a credibilidade das ameaças que lhe sejam dirigidas por uma potência menor com o intuito de dissuadir um ataque. A ausência de uma outra grande potência coloca os Estados na mira americana (por motivos justificáveis ou não) à sua mercê (Monteiro, 2008).

A defesa do *status quo*, estabelece a ideia de que talvez o mundo fosse mais pacífico se os EUA fossem menos agressivos e se limitassem a defender esta estratégia. Para grande parte da opinião pública mundial, o problema não é o poder detido pelos EUA, mas sim as políticas que a Administração George W. Bush implementou. Mude-se o presidente e a unipolaridade norte-americana será pacífica. O problema fundamental nesta segunda alternativa estratégica – de defesa do *status quo*, que inclui as estratégias designadas de

²⁷⁵ Uma breve comparação com a Guerra Fria ilustra bem este ponto. Após a II Guerra Mundial, os Estados da Europa Ocidental tinham como objectivo estratégico principal impedir uma invasão soviética. Mas estes Estados não possuíam a capacidade militar para infligir custos suficientemente elevados à URSS caso esta decidisse avançar sobre eles. A solução residiu em expandir o guarda-chuva de segurança americano sobre a Europa, levando os soviéticos a crer que uma invasão geraria uma resposta retaliatória dos EUA. A URSS foi portanto dissuadida de lançar uma invasão à Europa porque as ameaças dissuasoras foram feitas pelos EUA, que possuíam uma capacidade retaliatória notável, e eram por isso credíveis.

²⁷⁶ Para além das limitações das Potências Médias, uma estratégia de dissuasão alargada, na qual uma destas oferece garantias de defesa a uma Potência Menor em caso de ataque dos EUA, apresenta outros problemas. Primeiro, as Potências Médias num mundo unipolar em que a Grande Potência segue uma estratégia intervencionista tendem a estar integradas no sistema económico global gerido por esta última. Como tal, os seus interesses apontam para uma estratégia de acomodação da Grande Potência, não de confrontação (Brooks & Wohlforth, 2008). Segundo, por parte da Potência Menor que se vê potencialmente ameaçada pela Grande Potência, a dissuasão alargada não é uma estratégia tão segura quanto a posse de uma capacidade dissuasora autónoma – como por exemplo, de um arsenal nuclear (Schelling, 1966).

segurança colectiva, intervenção selectiva e *offshore balancing*²⁷⁷ – decorre da inexpugnável incerteza que cada Estado tem quanto às intenções dos seus congéneres²⁷⁸. Este problema é tão mais grave quanto mais poderosos forem os Estados sobre os quais a incerteza reside. Ora, mesmo que os EUA proclamem seguir uma política de defesa do *status quo*, é impossível – enquanto esta continuar a possuir um poderio incomparável – garantir aos outros Estados que a benevolência americana é credível e será durável. Neste contexto, pode-se esperar que todas as potências menores que temam a sua intervenção, e apesar das garantias verbais que estes lhes possam dar, façam tudo o que esteja ao seu alcance para adquirir a capacidade militar necessária para dissuadir os EUA de os atacar. É isso que explica a determinação que Coreia do Norte e Irão demonstram em prosseguir com os seus planos nucleares. Dada a capacidade militar dos EUA, estes dois países entendem que só um arsenal nuclear lhes poderá garantir que a América não os atacará.

Relativamente ao desengajamento, assume-se no caso de os EUA decidirem não se envolverem nos assuntos de Segurança e Defesa internacionais, ocupando-se apenas de garantir a segurança do seu próprio território. Dada a presença de instalações militares norte-americanas em cerca de 130 países, esta possibilidade pode parecer remota, mas não deixa por isso de ser uma opção estratégica cujas consequências devem ser analisadas (Monteiro, 2008). Neste contexto, a problemática em torno estratégia de intervenção apresenta-se como possível meio e catalisador do isolacionismo. Isto é, se esta doutrina for constantemente utilizada, poderá levar a uma situação de isolamento, prescrevendo a própria a acção do EUA: obrigando-o a rejeitar todos os compromissos políticos usados normalmente por uma potência militar; evitando alianças militares pacíficas; ao abandono forçado de todas as bases ultramarinas e do seu pessoal militar a prestar serviço no estrangeiro; preservando somente a liberdade completa de acção para determinar quando, onde, como, em relação a quem, e contra quem os EUA deverão utilizar o seu poderio militar; rejeitando, também, tentativas ambiciosas de ordenamento internacional, entrando em guerra somente para defender a nação e o cidadão comum de

²⁷⁷ A estratégia de *off-shore balancing* (equilíbrio externa) reclama um crescente distanciamento dos EUA, que torne possível limitar a sua intervenção militar aos conflitos onde os seus interesses nacionais estão directamente postos em causa. Pelo contrário, a estratégia da intervenção selectiva (*selective engagement*) quer evitar a ruptura das alianças da Guerra Fria, que são um instrumento insubstituível dos EUA na defesa do *status quo*, embora sem ficarem presos pela inércia do passado que impede uma resposta flexível às mudanças impostas pelas potências emergentes (Gaspar, 2008b).

²⁷⁸ Para uma tipologia das estratégias, em termos teóricos, disponíveis aos EUA, vide Posen e Andrew Ross (1996-97).

um ataque efectivo (Art, 2003). Na prática, uma estratégia de desengajamento isolacionista aliviaria as tensões entre os EUA e quaisquer potências menores que anteriormente se sentissem ameaçadas. E que os conflitos envolvendo a América tornar-se-iam improváveis. Mas ao mesmo tempo, cada região do globo seria deixada à sua sorte (Monteiro, 2008).

No entanto, desde a intervenção norte-americana no Iraque, em 2003, que os primeiros anos da Administração George W. Bush foram pautados pela defesa da guerra preventiva como doutrina de intervenção. Esta doutrina, foi em larga medida consagrada na NSS de 2002, para justificar a necessidade dos EUA adoptarem uma nova estratégia de intervenção, em relação aos Estados pária e terroristas, relevando um carácter assimétrico, e eminente desproporcional, formulando juízos precipitados acerca das acções preventivas e preemptivas. No cerne desta estratégia, subjaz a incerteza sobre as ameaças que passou a fundamentar a guerra preventiva e a intervenção preemptiva (Gaspar, 2008a), sobretudo depois de se ter tornado claro que os EUA tinham invadido o Iraque sob falsos pretextos. A defesa da mudança de regime como uma forma de legitimar a intervenção unilateral no Iraque confirmou a tentação imperial dos EUA, cuja missão democrática acabou por prevalecer na definição dos interesses nacionais (Ikenberry, 2002). As consequências nefastas desta doutrina, obrigaram a repensar a forma como os EUA usam o seu poder militar (Art, 2003), ou seja, a sua doutrina de intervenção. Para além das hipóteses referidas de estratégia de intervenção, defende-se comumente a execução de uma versão actualizada da estratégia da dissuasão e o emprego da força preventiva e preemptiva em casos extremos (no âmbito da NPR de 2010).

A primeira doutrina baseia-se na renovação de estratégias de dissuasão, nomeadamente na consagração da dissuasão nuclear mínima. A América tenderá a anunciar – preferivelmente com os seus aliados –, que no caso de um acto terrorista nuclear, esta deverá conter a fonte destes materiais radioactivos, e, se for necessário, utilizar o poder nuclear de uma forma responsável (se que é possível). Os norte-americanos poderão igualmente assegurar que a sua dissuasão (preferivelmente a dissuasão nuclear mínima) permaneça credível em relação a países culturalmente e politicamente de índole inversa à sua, utilizando e adequando várias doutrinas militares de NSS de 2010, concretamente em relação ao país ou ao grupo armado hostil. Por fim, esta doutrina estabelece que os EUA deverão encontrar maneiras ou estratégias para dissuadir os fornecedores de matérias-primas (urânio, plutónio) para construção de armas nucleares, de transferir estas – de forma deliberada ou inadvertidamente – aos grupos terroristas e aos Estados pária. (Ikenberry et al., 2006)

Relativamente, ao uso da força preventiva e preemptiva contra o terrorismo (ADM) como doutrina intervenção, esta é um instrumento necessário na contra-insurgência global. Por um lado, a literatura defende que esta deve ser usada discriminadamente, ao mesmo tempo que um esforço considerável deva ser dedicado para desenvolver fortes controlos internos para assegurar uma informação fidedigna acerca dos factos que poderão levar uma intervenção militar. Os custos de uma má interpretação destes, são muito elevados, como a guerra do Iraque o demonstrou. Por outro lado, em relação aos *rogue states*, a questão é diferente, e deve ser resolvida diplomaticamente. No caso específico da acção preventiva esta doutrina pode ter consequências intencionais (como por exemplo, a proliferação nuclear), que podem conduzir a uma situação não querida por quem a praticou. Nesse exercício, os EUA só utilizarão esta opção em situações extremas, quando não existir outra para além dessa, ou quando estão em causa interesses nacionais e objectivos de extrema importância para assegurar a soberania e independência política, económica, cultural norte-americana – os chamados «*vital interests*» (Fukuyama et al., 2006). Neste contexto, tendo em conta os imperativos da sua política externa e postura nuclear, Obama procurará e continuará a persuadir, à falta de melhor termo, as grandes potências para o reconhecimento que as suas acções, sobretudo as intervenções prolongadas em conflitos periféricos, não podem dispensar, mesmo que seja a *posteriori*, uma forma de legitimação multilateral. Daí, por exemplo, o seu forte empenhamento na instituição NATO na guerra contra o Afeganistão.

b. Interesses nacionais, ameaças e desafios

Na situação actual, as ameaças e os desafios que existem são complexos e a sua relação directa com a segurança interna dos EUA são obscuros, em resultado do próprio carácter transitório e instável da posição estratégica da América na corrente ordem internacional. Em relação aos interesses nacionais norte-americanos o debate académico é extenso, optando-se por exemplificar duas visões, uma intimamente relacionada com os aspectos morfológicos da *Grand*

Strategy e a outra atinente aos objectivos prementes da Grande Potência²⁷⁹ no quadro da ordem internacional.

Na primeira visão, de acordo com Robert Art, a *Grand Strategy* dos EUA, actualmente está relacionada com o conceito de «*american interests*», isto é, eles são «*internationalist in nature and call for both an activist American foreign policy and a forward Defense posture*» (2003: 222). Por sua vez, estes estão divididos em seis postulados: i) prevenir um ataque em território norte-americano; ii) prevenir a guerra entre potências euro-asiáticas, e se possível, dissuadir intensas competições securitárias entre estas, susceptíveis de causar um conflito deste género; iii) preservar o acesso razoável ao abastecimento do petróleo e assegurar preço aceitável do mesmo (a estratégia da Administração Bush privilegiou uma solução que procurou aumentar a oferta desta matérias-primas, bem como o aumento de reservas estratégicas exclusivas deste bem; em detrimento de uma que procure uma alternativa para a dependência do petróleo, como administração Obama presentemente defende); iv) preservar uma ordem económica mundial liberal e de mercado; v) promover a expansão da democracia e o respeito dos direitos humanos no mundo, bem como prevenir os genocídios e as guerras civis sangrentas; vi) proteger o meio ambiente do planeta, especialmente as externalidades negativas causadas pelo aquecimento global e por severas alterações climáticas. Para Art (2003), o primeiro postulado é vital; o segundo e o terceiro são muitíssimo importantes; e os últimos três são muito importantes.

Na segunda visão, relativa aos objectivos, Fukuyama e Ikenberry (2006), defendem a preservação da preeminência do poder militar norte-americano, como sendo uma condição essencial e objectivo primordial estratégico; manutenção e aperfeiçoamento da ordem internacional através de reformas que impossibilitem cronicamente a mudança dos pressupostos essenciais da mesma; expandir a presente ordem internacional de forma a incluir potências que se encontram presentemente fora da mesma; e por fim, defender a *Western Order* contra desafios e ameaças externas.

²⁷⁹ Tradicionalmente, a medida utilizada na definição de grande potência é defensiva. Para ser uma grande potência, um Estado tem de ser capaz de evitar a derrota numa guerra defensiva contra uma invasão lançada pelo Estado mais poderoso do sistema (Waltz, 1979). Ora, de acordo com esta definição, o mundo de hoje seria multipolar. Vários Estados seriam possivelmente capazes de evitar a derrota contra uma invasão lançada pelos EUA, desde logo todos aqueles que possuem armas nucleares – Rússia, França, China, Grã-Bretanha, Israel, Índia, Paquistão e Coreia do Norte. Ao utilizarem esta bitola tradicional na definição de Grande Potência, alguns analistas afirmam que o mundo não é unipolar. Para Huntington (1999) ou Mearsheimer (2001), por exemplo, os EUA são uma potência hegemónica apenas a nível regional, pelo que o mundo continua a ser multipolar.

No que diz respeito às ameaças, também aqui as propostas são vastas, no entanto ainda se considera como o melhor contributo os estudos académicos do Princeton Project on National Security, promovida pela Woodrow Wilson School of Public and International Affairs da Universidade de Princeton. A demanda americana por um mundo liberal sob uma ordem constitucional tranquilizaria os seus aliados e parceiros comerciais e militares, servindo os interesses gerais de todos os Estados e os seus próprios *national interests* (Ikenberry, 2001). Ao mesmo tempo, legitimaria a acção americana, e permitiria aos EUA tratarem com eficácia os perigos e ameaças que assolam o mundo (Ikenberry et al., 2006).

Actualmente, e fruto da ausência de uma ordem constitucional e liberal eficaz, as ameaças à hegemonia norte-americana são sérias (Kissinger, 2014). Primeiramente, destacar-se-iam as mais importantes, por serem igualmente prejudiciais, à quase totalidade dos Estados, sem ordem de preferência: o terrorismo islâmico e civilizacional, a proliferação e transferência das armas nucleares²⁶⁰, a pandemia global, as crises energéticas, e o aquecimento global e respectivas alterações climáticas. Em segundo lugar, as ameaças que dizem respeito, na sua quase exclusividade, à posição hegemónica dos EUA no mundo, e estas são: em primeiro lugar, o crescimento da China e da Ordem política e económica do sudeste asiático (Ikenberry, 2004, Kissinger, 2012, 2014); em segundo, problemas internos, relacionados com o serviço nacional de saúde precário, reformas na educação, corrupção em determinadas franjas do sistema político-partidário, bem como a existência de vulnerabilidades ao nível da segurança das fronteiras (Ikenberry et al., 2006: 54).²⁶¹

Em relação aos desafios, actualmente, no debate académico, defende-se a continuidade da estratégia imperial do *democratic internationalism*²⁶² posta em causa por uma parte importante dos realistas conservadores (Fukuyama, 2004; Haass, 2006). A clivagem mais interessante separa uma linha internacionalista

²⁶⁰ No que diz respeito às formas de prevenção desta ameaça específica, consultar os trabalhos Graham Allison (2004, 2009) e Matthew Bunn (2010, 2013), especialistas da Harvard Kennedy School of Government relação a estas matérias.

²⁶¹ Para uma abordagem recente e reafirmação destas ameaças, vide o relatório Perry e Schlesinger de capítulo 1. Sobre as ameaças de índole nuclear, consultar o relatório de referência de Bob Graham e Jim Talent (2008).

²⁶² Para o académico e antigo Secretário de Estado adjunto dos EUA, Kim R. Holmes (2003), a paz, prosperidade e liberdade, são esses os princípios fundamentais impulsionam a forma singular de internacionalismo norte-americano. Em 2002, da Academia Militar de West Point o Presidente Bush explicou a sua concepção nos seguintes termos: «*Our Nation's cause has always been larger than our Nation's defense. We fight, as we always fight, for a just peace, a peace that favors liberty. We will defend the peace against the threats from terrorists and tyrants. We will preserve the peace by building good relations among the great powers. And we will extend the peace by encouraging free and open societies on every continent (...). Building this just is (...) America's duty*» (2002b).

moderada contra os chamados internacionalistas radicais, defensores de um governo mundial (Herz, 1951). Situa-se no meio caminho, entre o realismo e o idealismo das teorias das RI, concentrada nas alianças e nas instituições multilaterais (Art. 2003; Ikenberry et al., 2006), de uma linha de mudança que defende uma orientação mais isolacionista e uma redução das responsabilidades internacionais dos EUA²⁸³ (Layne, 2006). Os primeiros procuram consolidar a hegemonia liberal ou constitucional dos EUA como um sistema de unipolaridade multilateral, enquanto os segundos entendem que o primado da grande potência hegemónica se defende melhor com um unilateralismo multipolar. Mas nem uns, nem outros, liberais ou conservadores, estão preparados para admitir que os EUA perderam a oportunidade para reconstituir um modelo estável de ordenamento internacional.

Neste sentido será que os EUA ainda têm o poder suficiente para influenciar o ordenamento internacional? De acordo com o então candidato presidencial Barack Obama este poder ainda existia:

The American moment is not over, but it must be seized anew. We must bring the war to a responsible end and then renew our leadership – military, diplomatic, moral – to confront new threats and capitalize on new opportunities. America cannot meet this century’s challenges alone; the world cannot meet them without America (Obama, 2007).

Todavia, volvidos 8 anos, a tarefa não tem sido nada fácil, o desafio internacional que o Presidente Obama agora enfrenta é agravado na sua complexidade pelo facto de este estar a ocorrer no contexto de dois desenvolvimentos interactivos e transformacionais na cena política internacional. O primeiro diz respeito à emergência das questões globais relativas ao bem-estar mundial – temas como o clima, o ambiente, a fome, a proliferação e o terrorismo nuclear; a crise económica global, as pandemias e a desigualdade social. O segundo refere-se a uma outra mudança fundamental: uma mudança na distribuição do poder global do Ocidente para o Oriente. A longa dominação de 500 anos do mundo por parte das potências Atlânticas – Portugal, Espanha, Holanda, Reino Unido e, mais recentemente, os EUA – está a chegar ao fim com uma nova preeminência política e global da China e do Japão. Em *stand-by* estão a Índia e possivelmente uma Rússia reorganizada, ambivalente sobre o seu passado recente e muito insegura sobre o seu lugar e identidade no xadrez mundial (Brzezinski, 2009, 2012).

²⁸³ Hoje, uma política isolacionista não seria do interesse dos EUA, dada a sua dependência do petróleo e relativa vulnerabilidade ao terrorismo internacional, que geram incentivos para intervir no Médio Oriente (Monteiro, 2008).

3. A estratégia nuclear: pilar essencial ou opção extrema?

As armas e a estratégia nuclear, como se sabe, têm tido uma influência profunda nas concepções de poder dos EUA, na escolha e no carácter das suas alianças, da sua política regional, no modo como intervêm militarmente em vários teatros, e sobre a forma como os seus recursos internos (científicos, técnicos, burocráticos e militares) se organizam. As sete décadas de dependência e confiança nas armas nucleares geraram uma vasta indústria de teorias, doutrinas e procedimentos práticos para demonstrar como as capacidades nucleares protegem a segurança dos EUA. Estas décadas também deram origem a uma complexa infra-estrutura nuclear, responsável por assegurar um elevado estado de prontidão de armas nucleares, caso a dissuasão falhasse (Nolan, 1999).

Com a implosão do sistema bipolar (EUA-URSS), a ameaça soviética nuclear quase se extinguiu para dar lugar a uma série de ameaças de índole regional (Estados párias com a posse ou ambição de armas nucleares) e disseminada (fundamentalmente através de grupos terroristas islâmicos). Paralelamente estratégias de contra-proliferação (preventivas e preemptivas) e de não-proliferação nuclear foram utilizadas para suster estas ameaças. No entanto, o declínio do poder norte-americano no mundo, e a percepção do carácter transitório e instável da posição estratégica da América na corrente ordem internacional, “levou” os cidadãos norte-americanos a elegerem, em 2008, um novo Presidente: Barack Obama. Este voltou a colocar o desarmamento nuclear sobre a mesa, redefinindo-o de uma forma global, e jurando procurar um mundo sem armas nucleares. Nesta conjuntura, urge questionar qual é o papel das armas nucleares e sua estratégia na *Grand Strategy* norte-americana?

Tendo a principal responsabilidade de manter a paz nuclear mundial, e temendo com alguma razoabilidade que as suas cidades poderiam ser alvos a ataques terroristas ADM (e sobretudo nuclear), a doutrina recente sobre a *Grand Strategy* norte-americana tem enfatizado o papel da proliferação nuclear na modelação da sobrevivência global e nas perspectivas de segurança dos EUA²⁸⁴ (Posen & Ross, 1996-97). Neste aspecto, o medo do terrorismo nuclear e biológico que se intensificou após o 11 de Setembro de 2001, acabaria por transformar as angústias internas burocráticas e diferentes correntes políticas numa prioridade de política pública do Estado.

²⁸⁴ Sobre as consequências de um ataque nuclear sobre uma cidade norte-americana, vide Carter, May, e Perry (2007).

Mas apesar de estes perigos serem sobejamente reconhecidos, os EUA permanecem vulneráveis com um planeamento centralizado pouco eficaz e aparentemente com poucos recursos implementados pelas autoridades federais na prevenção dos mesmos.²⁸⁵ Neste sentido, existe ainda como que uma sensação de pânico generalizado em torno da ameaça terrorista ADM. Este ponto diz respeito às opções parcialmente sobrepostas, mas analiticamente diversas, que enfrentam os líderes norte-americanos (e, indirectamente, os seus aliados) sobre o papel das armas nucleares na sua *Grand Strategy*. O debate estratégico contemporâneo em torno de cenários de ameaça, particularmente aquelas colocadas pelo terrorismo nuclear e *rogue states*, sugere que tais receios já moldam a *Grand Strategy*. Todavia, a aceleração das crises ambientais e económicas também têm contribuído para restringir as opções disponíveis ao governo dos EUA (Ross, 2008).

Neste contexto, a reforma da *Grand Strategy* parece estar destinada a envolver uma de duas lógicas: cooperativa ou neo-isolacionista: a primeira, baseada numa política de *smart power*²⁸⁶ e de reinvenção do internacionalismo liberal; a segunda, eventualmente, assente num recuo súbito da mentalidade *status quo* para o neo-isolacionismo, na sequência ou na susceptibilidade de um ataque de enormes proporções contra os EUA, ou aliado com ADM (Reino Unido, França)²⁸⁷. Por um lado, a vulnerabilidade social contínua, juntamente com o aumento de instabilidade ambiental e geoestratégica sugere que a estratégia de desengajamento possa ser um imperativo de segurança nacional dos EUA, pelo menos até à existência de um sistema norte-americano eficaz de defesa e protecção, desenvolvendo mecanismos de segurança interna em relação às ADM adversas (Ross, 2008). Por outro lado, na possibilidade de determinados Estados desenvolverem armas nucleares

²⁸⁵ Com este entendimento Allison (2004), Peter Zimmerman e Jeffrey Lewis (2006). Sobre uma visão céptica desta problemática, vide Robin Frost (2005).

²⁸⁶ O termo ganhou expressão na política externa da administração Obama, quando Hillary Clinton usou-o durante a sua audiência de confirmação no Senado, em 13 de Janeiro de 2009, para o cargo de Secretária de Estado, ao explicar que os EUA «must use what has been called *smart power* – the full range of tools at our disposal – diplomatic, economic, military, political, legal, and cultural – picking the right tool, or combination of tools, for each situation. With smart power, diplomacy will be the vanguard of foreign policy» (Clinton, 2009). Sobre este conceito, vide Suzanne Nossel (2004), Joseph Nye, Jr. e Richard Armitage (2007), e glossário.

²⁸⁷ Este entendimento é certamente discutível, partindo do pressuposto que a susceptibilidade de algum incidente envolvendo ADM seriam usados contra os EUA ou seus aliados. Porém, convém ter em conta os cenários previstos por Bob Graham e Jim Talent (2008). No entanto, no decorrer da Crise Ucraniana de 2014, John Mearsheimer (2014) e Mark Fitzpatrick (2014) defendem que a situação criou um precedente que poderá ameaçar a dissuasão nuclear alargada dos EUA e seus aliados. Por seu turno, Robert Legvold (2014) argumenta o advento de uma Nova Guerra Fria.

fora do âmbito do Tratado NPT, considera-se a estratégia de defesa do *status quo* como aquela que oferece a melhor oposição (por parte dos EUA) à aquisição de materiais fisséis por potências menores, já que tal constituiria uma alteração importante do próprio *status quo* global (Monteiro, 2008). Esta segunda alternativa inclui as estratégias de: intervenção selectiva, *offshore balancing*, e segurança colectiva.

Em relação às opções de intervenção selectiva e de *off-shore balancing*, embora de interesse perene para os defensores do realismo clássico, considera-se que têm demasiados defeitos²⁸⁸. Uma *Grand strategy* baseada sobretudo na intervenção selectiva e/ou de *off-shore balancing*, com o risco de intervenções ultramarinas, poderia levar a um mal-estar entre os norte-americanos e ainda alimentar focos de terrorismo nuclear e biológico; ou então, estimular o pré-posicionamento de ogivas nucleares.²⁸⁹ Neste sentido, foram os receios do terrorismo ADM, provocados pela susceptibilidade de um incidente significativamente relevante envolvendo materiais nucleares, que a defesa do neo-isolacionismo dos EUA poderia tornar-se uma política – cenário concebível durante a administração Bush (Ross, 2008). O problema é que a

²⁸⁸ Não obstante, e de acordo com Mearsheimer (2008) a *offshore balancing* possui três virtudes especiais que poderiam ser bastante atraentes e úteis para o mundo contemporâneo. Em primeiro lugar, reduziria significativamente (porém não eliminaria) as possibilidades dos EUA envolverem-se noutra guerra sangrenta e dispendiosa como a do Iraque. A América não precisaria de controlar, por exemplo um Médio Oriente nuclear com as suas próprias forças, apenas teria de garantir que nenhuma potência o faria. Em direcção a este fim, a *offshore balancing* rejeitaria o uso da força militar com intuito de remodelar a política da região e confiar, ao invés, em aliados locais para conter os seus vizinhos perigosos. Neste sentido, os EUA, como *offshore balancer*, reteria os seus próprios recursos e interviria directamente na região apenas como último recurso. Em segundo lugar, uma estratégia de *offshore balancing* iria melhorar o problema do terrorismo (nuclear) da América. Uma das principais lições do século passado é que o nacionalismo e outras formas de identidade local continuam a ser intensamente poderosas, e normalmente ocupantes estrangeiros geram ressentimentos ferozes nos locais. Aquele ressentimento muitas vezes manifesta-se em terrorismo ou até mesmo em insurreições à larga escala dirigidas contra os EUA. A solução advém da manutenção das suas forças militares longe do teatro de operações até que sejam necessários para minimizar a cólera criada por permanecerem estacionados em solo árabe. Em terceiro lugar, reduziria os receios do Irão e da Síria de que os EUA tenham objectivos para atacá-los e remover os seus regimes – os principais motivos prendem-se com a circunstância desses Estados estarem actualmente a procurar ADM. Com por exemplo, convencer Teerão a abandonar o seu programa nuclear exigiria a Washington tratar das preocupações legítimas daquele e abster-se de emitir ameaças públicas ao seu Estado; removendo as tropas norte-americanas da vizinhança. Contudo, os EUA não se podem dar ao luxo de se retirarem desta região, mas o *offshore balancing* faria o seu envolvimento parecer menos ameaçador. Isto é, em vez de confundir potenciais inimigos e estimulá-los para contra a América, esta estratégia encorajaria a disputa de poderes regionais para competir em favor dos EUA, facilitando assim a uma estratégia de dividir e conquistar (Ibid).

²⁸⁹ Neste quadro, estima-se que um ataque nuclear preposicionado somente com 12 detonações nucleares provavelmente importaria uma perda da posição para os EUA (Erickson, 2001).

doutrina do neo-isolacionismo simplesmente deduz-se que não tem um apoio verdadeiramente eficaz da opinião pública ou das elites norte-americanas. A ortodoxia ideológica da doutrina e da política externa dos EUA sugere que uma ordem imperial evoluída seja mais adequada aos princípios do neo-isolacionismo sempre que ocorra uma “surpresa” de consequências catastróficas.²⁹⁰

No que diz respeito à segurança cooperativa, esta beneficiou de um breve período de estado de graça na primeira administração Clinton, e durante muito tempo manteve-se como a opção menos promissora devido à sua abordagem excepcionalmente ambiciosa e dispendiosa em relação aos meios empregues contra a proliferação ADM. Este cepticismo norte-americano foi justificado pela falta de boa vontade dos seus principais aliados e/ou potências mundiais no sentido de fornecerem uma capacidade de verificação e execução obrigatória para um regime efectivo de controlo de armas e desarmamento global.²⁹¹ Os defensores da segurança colectiva, sobretudo durante a década de 90, proponham a abolição das armas nucleares para as margens extremas da sociedade internacional, através de um sistema detalhado de dissuasão indirecta baseado no desmantelamento de arsenais nucleares virtuais que necessitariam de longos períodos de reconstituição e utilização (Mazarr, 1997).

Para os aliados dos EUA, e não apenas para os analistas estratégicos norte-americanos, é um momento de reflexão e acção²⁹², com vista a proporcionar uma preparação necessária e conveniente para uma acção concertada contra uma eventual ameaça à segurança transatlântica (e por que não mundial). A susceptibilidade de um acto terrorista bem-sucedido ou, porventura, um ataque nuclear preposicionado coordenado contra os EUA ou a Europa, seria uma catástrofe de consequências globais. Sendo necessária, tendo em conta os interesses do Ocidente, um incentivo para uma estratégia cooperativa internacional capaz de prevenir ou aniquilar

²⁹⁰ Em última análise o apelo para o neo-isolacionismo acabaria por não economizar recursos financeiros. Em vez disso, constata-se uma probabilidade reduzida para ataques directos por via de ADM. Esta doutrina seria caracterizada a curto prazo por uma acção de envolvimento *following out* dos EUA na NATO, uma retirada estável dos assuntos relacionados com o Médio Oriente, e uma aceitação tácita do risco de uma guerra nuclear regional no Médio Oriente e na Ásia. E, por fim, a presença militar dos EUA no Nordeste asiático poderia continuar até que o Japão e a Coreia do Sul empreendessem programas de armas nucleares compensatórios, provocando um efeito de proliferação nuclear na região (Ross, 2008).

²⁹¹ A Segurança cooperativa é a *Grand Strategy* que está mais dependente do apoio bipartidário do Congresso para a preservação e manutenção da ordem internacional liberal (Kwupchan et al., 2007).

²⁹² Neste sentido, por exemplo, em parte se explica a prossecução de um novo conceito estratégico da NATO de 2010 e a sua Revisão da Estratégia de Dissuasão e Defesa da NATO de 2012.

eficazmente qualquer tipo de ameaça à sua segurança colectiva, e em última análise, ao seu *modus vivendi*. A previsão prudente de Samuel Huntington (1996), autor do sobejamente conhecido “*The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*”, de que a existência de uma espécie de estratégia auto-contenção reteve a interação entre as grandes potências do século XXI, pode revelar-se mais profética do que ele previa. Não por causa da intensidade e dos perigos de choques inter-culturais entre civilizações, mas sobretudo devido ao impacto corrosivo da disseminação da tecnologia ADM por todos os cantos do mundo.

Assim, durante duas décadas, a contra-proliferação emergiu como uma das políticas cruciais para prossecução NSS e para requisitos de uma *Grand Strategy* dos EUA. A demanda de um regime de contra-proliferação melhorado implicou a procura de uma melhor capacidade de um ataque convencional de longo alcance, capaz de ser usado para atacar esconderijos suspeitos terroristas e seus *supporting governments*, seja preventivamente ou preemptivamente. O imperativo contra-proliferação, ao mesmo tempo, levou à exigência de novas armas nucleares de altamente precisas, que poderiam ser usadas para destruir alvos HDDBT. Estes alvos, por um lado, podem conter agentes químicos ou biológicos, que apenas podem ser destruídos a altas temperaturas (ADW); por outro lado, envolver líderes políticos e militares de *rogue states* que poderiam exigir ataques de decapitação para prevenir ataques ADM, através do ICBMs armados contra os EUA. No entanto, esforços para promover estes programas HDDBT fracassaram, sobretudo pela rejeição dos *liberals* democratas no Senado, temendo impactos negativos no âmbito do Tratado NPT (Ross, 2008).

Embora a primazia nuclear norte-americana – que procuram os “falcões” – tenha tentado mover para a frente os diversos programas de contra-proliferação, esta também foi capaz de aperfeiçoar a capacidade de contra-forças do arsenal nuclear estratégico americano. De acordo com Douglas Alan Ross, Professor de Ciência Política na Simon Fraser University, o desenvolvimento da capacidade de ataques convencionais de longo alcance com funções de contra-proliferação melhorou:

the ability of the US to engage in strategic intimidation known as nonnuclear counterforce coercion-the systematic degradation of adversaries’ long-range nuclear strike forces, to be achieved via conventional means (Ross, 2008).

Neste sentido, a política de contra-proliferação, associada às estratégias de contra-forças, escalada e dominância sobre os líderes dos Estado pária,

portanto, pode ser complementado pelo surgimento de facto de capacidades estratégicas de primeiro ataque *vis-à-vis* China e Rússia (Lieberand & Press, 2006), consagradas por exemplo na NPR de 2002.²⁹³

Para os “falcões” unilateralistas, por um lado, a primazia nuclear é pensada para garantir máxima credibilidade de dissuasão, e também utilizada para promover a permissividade política nacional de medidas preventivas unilaterais consideradas necessárias. A segurança cooperativa, por outro lado, assenta na crítica aos esforços, sobretudo efectuados durante a administração Bush, para garantir a primazia nuclear e a promoção do primeiro ataque nuclear, de forma a proporcionar superioridade estratégica nas relações com Pequim e Moscovo. Na verdade, a doutrina da primazia nuclear norte-americana impulsionou os Russos e os Chineses para a grande modernização das suas forças nucleares e possivelmente na implementação de posturas de lançamento rápido e perigosas de armas nucleares. Ainda, em relação à segurança cooperativa ou aos defensores do intervencionismo liberal cooperativo – as “pombas” –, embora prefram o controlo de armamento global de ADM e de medidas de desarmamento nuclear, também admitem a possibilidade dos EUA possuírem capacidade convencional para a decapitação ou *mop-up*, para assegurar a artificeio num mundo de dissuasão nuclear mínima e de arsenais nucleares virtuais. De igual modo, as forças de contra-forças não-nucleares também podem ser muito úteis contra potências menores, e agressores regionais. Assim, a linha divisória entre “falcões” e “pombas” nuclear pode ser por vezes ambígua (Ross, 2008).

Neste âmbito, cinco antigos líderes militares (aposentados) Klaus Naumann, John Shalikhavili, e Hank van den Breemen, Marechal-de-campo Lord Inge e o Almirante Jacques Lanxade (2007), publicaram um documento – intitulado “Towards a Grand Strategy for an Uncertain World” – que apela à manutenção da política nuclear do *first use* como parte integrante de uma *Grand Strategy* da NATO para enfrentar os novos desafios para as RI. Eles retrataram um mundo atormentado por ameaças assimétricas, imprevisibilidade, e aumento da vulnerabilidade ADM. De acordo com os líderes militares, não havendo qualquer perspectiva de desarmamento nuclear global, as «*nuclear weapons remain indispensable, and nuclear escalation continues to remain an element of any modern strategy*» (Naumann et al., 2007). Contudo, este argumento esmoreceria com

²⁹³ Embora tenha sido veementemente negada as intenções de tal ataque, pelas autoridades governamentais dos EUA. Por exemplo, vide os comentários do então Secretário Adjunto da Defesa, Peter CW. Flory (2006).

a chegada de a administração Obama a Washington, e com implementação do novo Conceito Estratégico da NATO também, ao defender que:

Deterrence, based on an appropriate mix of nuclear and conventional capabilities, remains a core element of our overall strategy. The circumstances in which any use of nuclear weapons might have to be contemplated are extremely remote. As long as nuclear weapons exist, NATO will remain a nuclear alliance (NATO, 2010: 14).

Os críticos da política de contra-proliferação constataam que uma política dos EUA baseada na primazia nuclear impediria qualquer liderança norte-americana nas negociações de desarmamento nuclear. E, sem liderança dos EUA é praticamente impossível conceber futuros radicalmente diferentes, pelo menos sem armas nucleares. As guerras de contra-proliferação (como a do Iraque e Afeganistão) só poderão estimular a proliferação horizontal de ADM. Deste modo, a visão de um mundo livre de armas nucleares para os proponentes de um regime de não-proliferação nuclear global é imperativo, deve ser acompanhado, de «*an international consensus on ways to deter or, when required, to respond to, secret attempts by countries to break out of agreements*» (Shultz et al., 2008). A afirmação é fortemente apoiada por muitos moderados e conservadores de longa data, e por essa razão, também, é uma importante reflexão de como a opinião das elites norte-americanas podem mudar drasticamente e afastar as filosofias de primazia norte-americana do anterior executivo Bush-Cheney (Ross, 2008).

A chegada da administração Obama a Washington, e o seu desiderato de um mundo sem armas nucleares, levou à promoção de várias políticas referidas como sendo indissociáveis da figura de segurança colectiva. Mas apesar do entusiasmo da opinião pública mundial nesta nova doutrina e dos recentes passos da Administração Obama tendo em vista o desarmamento global nuclear, as dificuldades práticas permanecem. Os obstáculos das Nações Unidas à reforma do seu Conselho de Segurança, susceptíveis de serem agravadas pelos níveis crescentes de tensão geopolítica e ambientais, são um obstáculo adicional a qualquer regime de segurança cooperativa para o desarmamento e na execução de uma segurança colectiva crível. Os esforços promovidos pelo Presidente Obama para inverter esta situação são notórios, como se observou, e através da aprovação da resolução 1887 do Conselho de Segurança da ONU pela Grandes Potências mundiais, os EUA conseguiram afirmar que:

We will complete a Nuclear Posture Review that opens the door to deeper cuts and reduces the role of nuclear weapons. And we will call upon countries to begin negotiations...on a treaty to end the production of fissile material for weapons (2009f).

Neste ambiente, a cooperação institucionalizada na área da Segurança sob a forma de controlo e redução de armamento, a configuração de um regime não-proliferação global (associado a um conjunto de medidas preventivas contra o terrorismo nuclear) é um imperativo político expresso da administração Obama, tendo o desarmamento nuclear um papel central neste processo²⁶⁴. O Presidente Barack Obama no seu discurso em Praga, reafirma este compromisso:

So today, I state clearly and with conviction America's commitment to seek the peace and security of a world without nuclear weapons. I'm not naive. This goal will not be reached quickly – perhaps not in my lifetime. It will take patience and persistence. But now we, too, must ignore the voices who tell us that the world cannot change. We have to insist, 'Yes, we can' (Obama, 2009b).

Concentrar-se neste objectivo forçará as grandes potências a trabalhar, com base numa relação mútua, num caminho que afecte todos outros aspectos de Segurança. Sem menosprezar, no entanto, as dificuldades políticas, burocráticas e técnicas, que não permitem a eliminação imediata do arsenal nuclear norte-americano, reafirmadas num documento do final de 2008 intitulado “*National Security and Nuclear Weapons in the 21st Century*”, elaborado conjuntamente pelo DOE e DoD, ainda durante administração Bush. No essencial, este *paper* advoga que os EUA devem continuar a manter as suas forças nucleares por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, o ambiente de segurança internacional permanece perigoso e imprevisível, e tornou-se mais complexo desde a dissolução da URSS. Em segundo lugar, as armas nucleares continuam a desempenhar um papel único no apoio à segurança nacional dos EUA. E, embora não sejam adequadas para todos os desafios do século XXI, as armas nucleares permanecem um elemento essencial na estratégia global dos EUA.

Contudo, pelas mesmas razões, a administração Obama considera que as armas nucleares devem ser eliminadas, mas com diferentes argumentos. Em primeiro lugar, porque o mundo é perigoso e imprevisível, a possibilidade de um ataque nuclear contra uma grande cidade mundial é intolerável, e portanto a existência desta tecnologia deve ser desejavelmente eliminada. Em segundo

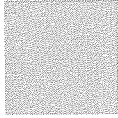
²⁶⁴ Em relação ao papel das instituições internacionais no processo de desarmamento nuclear, vide Ernesto Zedillo (2009). Para uma descrição dos objectivos da Estratégia de emprego de armas nucleares na administração Obama, vide WHOPS (2013).

lugar, por constituírem *per se* uma ameaça a toda a Humanidade é fundamental que as armas nucleares devam progressivamente possuir um papel secundário ou inexistente na segurança nacional dos EUA.

Neste contexto, os EUA continuarão a reforçar as suas forças convencionais e a reduzir o papel das armas nucleares (especialmente, no sentido de dissuadir ataques não-nucleares) na sua *Grand Strategy* e NSS de 2010, com o objectivo de tornar a dissuasão a um ataque nuclear contra os EUA e seus aliados, o único propósito das armas nucleares enquanto estas existirem (WHOPS, 2013). Por último, acrescente-se que os norte-americanos considerarão apenas o emprego de armas nucleares em circunstâncias extremas para defender os interesses vitais dos EUA e dos seus aliados (DoD, 2010c).

Conclusões

O progressivo declínio da posição estratégica dos EUA no mundo, e a fase instável e transitória do ordenamento internacional, fundamentalmente após a invasão do Iraque de 2003, levou a uma progressiva mudança do sistema unipolar para uni-multipolar. Os EUA foram então obrigados a transformar a sua *Grand Strategy*. Neste contexto, a própria crise de autoridade dos EUA no mundo, sobretudo perpetuada pelas políticas unilateralistas e neo-conservadoras de George W. Bush, levou o Presidente Obama a recorrer ao multilateralismo, baseado numa política de *smart power* e de reinvenção do internacionalismo liberal. O próprio papel das armas nucleares como pilar essencial da sua *Grand Strategy* estava posto em causa, sobretudo pelas consequências nefastas da sua existência. Por conseguinte, Obama consagra uma nova doutrina e postura nuclear de um mundo livre de armas nucleares, destinada a envolver uma estratégia de emprego nuclear de último recurso, e a reduzir o papel destas armas na *Grand Strategy* dos EUA. No entanto, em resultado da nova posição estratégica de Washington, os EUA foram de certa forma obrigados, ainda que voluntariamente, a negociar com outros países (sobretudo a Rússia) nem sempre nas melhores condições os termos de uma regime de desnuclearização global e na redução progressiva dos arsenais globais, essenciais para a prossecução dos objectivos da sua nova *Grand Strategy*.



EPÍLOGO

O futuro em torno da variável nuclear é muito incerto, e não há razão para supor que uma ordem nuclear global pacífica e estruturalmente estável surgirá de forma automática ou espontânea. A este respeito, Karl Marx (1852) sabiamente observou que «*men make their own history, but they do not make it as they please*». De facto, os governos, a indústria nuclear, as instituições internacionais farão as futuras posturas nucleares, mas as suas interações complexas poderão não produzir o mundo nuclear que cada um deles procura. É por isso que é tão importante reflectir sobre onde a Humanidade se encontra e que direcção adoptará, que resultados se pretendem e, presentemente, que medidas devem ser tomadas para aumentar a viabilidade de uma ordem nuclear mais segura nos próximos anos.

Da análise da estratégia nuclear norte-americana, resulta fundamentalmente a ideia de que esta pressupõe um dilema central que conceptualiza as armas nucleares como simultaneamente a maior ameaça potencial ao modo de vida dos cidadãos e, inversamente, como a maior garantia à sua segurança. Uma desagregação da ordem internacional nuclear seria uma catástrofe para os EUA e para outras potências. A preservação daquela ordem exige que se trabalhe para se reduzir os perigos nucleares através de uma dissuasão (mínima) eficaz, de um controlo de armamento e desarmamento nuclear, e de um regime de não-proliferação. Este é um momento de oportunidade para rever e renovar a estratégia nuclear norte-americana, mas também é um momento de

urgência. Esta oportunidade surge naturalmente em sequência da chegada da administração Obama a Washington e na reavaliação global da sua postura nuclear. A urgência decorre, no plano internacional, do perigo de se estar próximo de um *tipping point*²⁹⁵ em relação à proliferação nuclear e, no plano interno, na acumulação de um conjunto de decisões importantes a implementar que afectam a construção exequível de uma postura nuclear dos EUA.

Desde a inauguração da sua Era nas Relações Internacionais, a variável nuclear mantém-se no centro do debate estratégico e académico em torno das questões relacionadas com a segurança internacional, e responsável por uma miríade de estratégias e doutrinas militares e políticas. Deste modo, a denominada Primeira Era Nuclear proporcionou a existência de arsenais nucleares gigantescos, a divisão da Europa e o conflito político-militar entre os EUA e a URSS, pautado pela bipolaridade do sistema internacional. E, embora, tenha existido uma alteração significativa no ordenamento internacional, motivada pela queda do muro de Berlim e decorrente implosão da URSS, as armas nucleares continuaram a desempenhar um papel fundamental para os EUA, assumido como elemento fundamental da sua *Grand Strategy*, durante grande parte da Segunda Era Nuclear.²⁹⁶

No seu discurso histórico, realizado a 4 de Abril de 2009, em Praga, o Presidente Barack Obama (2009b) prometeu *«to put an end to Cold War thinking»* e disse que os norte-americanos *«will reduce the role of nuclear weapons in our national security strategy and urge others to do the same»*, bem como o compromisso *«to seek the peace and security of a world without nuclear weapons»*. Este discurso provocou uma mudança paradigmática na estratégia nuclear dos EUA sem precedentes. Ao mesmo tempo, Obama reconheceria que as actuais forças nucleares e políticas, bem como a sua postura são um legado da Guerra Fria e um esforço para conter a URSS, um país que, como observou, não existe mais. Portanto, o desafio tem evoluído de dissuadir a URSS para trabalhar com a Rússia e outras Potências nucleares (especialmente China, Reino Unido e França) com intuito de impedir a proliferação de armas nucleares e reduzir os perigos inerentes ao terrorismo nuclear.

Daqui resulta que o sucesso desta nova ordem internacional nuclear dependerá das seguintes premissas: i) da forma como a energia nuclear se

²⁹⁵ Esta posição é reflectida por Robert McNamara (2005), sendo urgente o regresso da diplomacia no que respeita a assuntos relacionados com o emprego das armas nucleares.

²⁹⁶ No geral, como se referiu, esta é muito diferente da sua antecessora, caracterizando-se por uma progressiva diminuição dos arsenais nucleares; pela emergência de novos poderes regionais e progressiva proliferação de potências nucleares.

disseminará para novos países, e em que termos (para fins pacíficos ou hostis); ii) da política interna e as características da governação dos novos Estados nucleares; iii) do sucesso ou fracasso dos planos dos terroristas para atacar instalações nucleares ou roubar materiais fisséis; iv) e, fundamentalmente, das medidas tomadas pela comunidade internacional para melhorar os mecanismos de segurança, normas de protecção de materiais fisséis, e da miríade de acordos internacionais que constitui o cerne do regime de não-proliferação global.

A defesa de tal regime de não-proliferação nuclear subentendia a adopção de uma nova doutrina: em direcção a um mundo livre de armas nucleares. Esta doutrina pressuporia, segundo a Administração Obama, um novo equilíbrio entre as prioridades – muitas vezes concorrentes e antagónicas – da dissuasão e do desarmamento nuclear, ou seja, da conciliação entre as posições realistas e abolicionistas. A par da apologia de uma dissuasão mínima, através de uma força nuclear mantida em níveis inferiores aos quantitativos actuais, enquanto ao mesmo tempo é capaz de fomentar a cooperação internacional, imprescindível para os desafios actuais da proliferação nuclear.

A prossecução deste novo paradigma subentende duas premissas: a aparente ruptura com a doutrina da anterior administração George W. Bush e o regresso das políticas multilateralistas. Em relação à primeira premissa, a ruptura consubstancia-se: i) na rejeição²⁸⁷ da possibilidade do *first use* de armas nucleares, e da sua assimetria²⁸⁸, que reconhecia no âmbito da NPR 2002 que os EUA poderiam usar armas nucleares em resposta a ataques perpetrados por Estados ou grupos terroristas com armas químicas, biológicas e convencionais; ii) na mudança fundamental da estratégia de dissuasão nuclear norte-americana, baseada numa nova Tríade Nuclear (configurada para proporcionar a uma forte dissuasão e/ou contrariar novas ameaças de segurança internacional), para uma dissuasão nuclear mínima; iii) no afastamento das políticas unilaterais da administração George W. Bush (responsável pela rescisão unilateral do tratado ABM, a incapacidade para estabelecer um novo Tratado START, a oposição à ratificação do Tratado CTBT, e a disponibilidade e prontidão para a realização

²⁸⁷ No entanto, de acordo com o Center for Arms Control and Non-Proliferation (2010), um *think tank* progressista e abolicionista nuclear, o NPR 2010 não afirmou de uma forma clara a rejeição desta política: «*the report stops short of saying that the “sole” purpose of nuclear weapons is to deter nuclear attack on the U.S. and its allies nor does it call for the U.S. to adopt a “no first use” policy.(...) [The] “no first use” declaration would have further strengthened the credibility of the U.S. conventional deterrent and reduced the incentives that other states might have to acquire nuclear weapons to protect themselves from a U.S. first strike*».

²⁸⁸ Esta foi de tal ordem que a possibilidade de um conflito tanto à escala regional entre potências médias, como, ou, entre uma grande potência e uma menor, soou tão verosímil como a presente Era de eminente proliferação nuclear.

de testes nucleares, e da decisão de intervenção no Iraque); iv) na alteração do sistema anti-míssil nuclear na Europa (no contexto da NATO)²⁹⁹, v) e, na substituição de uma política agressiva de contra-proliferação pela revitalização do regime de não-proliferação, após várias anos de colapso. A segunda premissa subjugava a ideia de revolucionária de um mundo livre de armas nucleares, através do desenvolvimento e recuperação de políticas multilateralistas, tais como: a ratificação do CTBT, negociações do FMCT, o fortalecimento do Tratado NPT através do reforço da capacidade e autoridade da Agência Internacional de Energia Atómica e da criação de um Banco de Combustível Internacional³⁰⁰, a par da consagração da Cimeira sobre a Segurança Nuclear Global e do papel extensivo das ONG's (no âmbito do programa *Global Threat Reduction Programs*³⁰¹).

A par do desenvolvimento destas políticas multilateralistas, o reforço das relações bilaterais com a Rússia também é muito importante para a prossecução de uma nova doutrina e ordem nuclear. A Rússia apesar de não ter o poder militar, económico e simbólico da URSS, continua a ser ainda uma grande superpotência nuclear. Aliás na ordem nuclear internacional poderá falar-se ainda de um sistema bipolar, na medida em que a os norte-americanos e os russos possuem cerca de 90% dos arsenais nucleares mundiais. Neste sentido, a Rússia é um parceiro indispensável na prossecução de um mundo sem armas nucleares e de uma ordem nuclear estável. Um dos principais passos da agenda nuclear é, também, reconstruir um processo de controlo de armamento e, ao mesmo tempo, ser capaz de revigorar o sistema de controlo de armas estratégicas e aprofundar o processo MAS. Desta forma, o novo START (2010), terá de lidar forçosamente, nos próximos anos, com algumas das questões mais importantes e difíceis, tais como reduções de armamento estratégico mais acentuado, armas tácticas, sistemas de defesa anti-míssil, e o desmantelamento efectivo das ogivas retiradas.

²⁹⁹ Isto é, em vez de um “escudo nuclear” baseado num sistema de defesa terrestre concebido para lidar com mísseis balísticos intercontinentais, as chefias militares privilegiaram uma estrutura mais flexível assente em armas provenientes de navios e submarinos que podem interceptar e destruir mísseis de médio alcance – a denominada *Phased, Adaptive Approach*.

³⁰⁰ Segundo o plano do Presidente Obama, os países em desenvolvimento teriam acesso a um banco de combustível monitorizado internacionalmente, mas seriam impedidos de produzir eles próprios materiais passíveis de serem transformados em armas nucleares. Actualmente, o IAEA já dispõe de um Banco de Combustível, vide secção 3 do Capítulo 3.

³⁰¹ A Embaixadora Bonnie D. Jenkins, como a Coordenadora de Programas de Redução de Ameaças do Departamento de Estado, tem um programa activo para sensibilizar a ONGs internacionais, diversos *think tanks* e institutos de pesquisa norte-americanos como um meio de determinar maneiras pelas quais eles podem trabalhar em promoção dos objectivos gerais dos programas de redução global de ameaças.

No entanto, a proliferação de armas nucleares para determinadas potências regionais e grupos terroristas (como a Al-Qaeda e o ISIS³⁰²) poderá destabilizar a ordem internacional e ferir de morte os objectivos idênticos do Presidente Obama. De facto, a possibilidade de certos Estados possuírem ADM (e concretamente armas nucleares), continua a constituir uma grave ameaça, tanto para a administração Bush, como para administração Obama.

Esta preocupação em torno da proliferação nuclear subentende uma visão pessimista, preconizada por Scott Sagan et al. (2003, 2012), contribuindo para um maior nível de instabilidade internacional³⁰³. Neste sentido, para evitar um potencial cenário de confrontação entre uma grande potência – EUA – e potências médias e menores³⁰⁴ – Irão e Coreia do Norte –, a administração Obama procurará excluir uma política externa baseada na eliminação das capacidades nucleares dos Outros e insistir na diplomacia e na persuasão. Este esforço terá o objectivo de dissuadir estes Estados de encetarem programas de desenvolvimento de armas nucleares. Se, por outro lado, a pressão vinda daqueles Estados aumentar, a solução é estabelecer estratégias de dissuasão e de contenção adequadas e evitar a tentação de atacar insensatamente contra ameaças fantasmas. O problema é que até ao momento a estratégia nuclear norte-americana só tem tido sucesso na dissuasão de ataques nucleares ao seu território, mas não tem evitado a procura e desenvolvimento de armas nucleares por parte de outros Estados, fora do âmbito do Tratado NPT.

No âmbito da nova doutrina nuclear, entende-se que a Revisão da Postura Nuclear dos EUA estabelecerá: i) uma redução significativa do seu arsenal nuclear, sem pôr em risco a sua capacidade de retaliação contra qualquer Estado nuclear, na eventualidade de um ataque contra os EUA ou seus aliados; ii) uma mudança na estrutura das suas forças nucleares, sobretudo no cancelamento do programa RRW e de planos para construir novas armas nucleares, são provas concretas e positivas do compromisso da administração Obama para a visão de mundo livre deste tipo de armamento, e na substituição de forças

³⁰² Sobre a credibilidade das ameaças propostas pela Al-Qaeda, vide o importante estudo de Rolf Mowatt-Larssen (2010). Relativamente ameaça ISIS aconselha-se o plano de Obama (2014) como leitura de referência.

³⁰³ Contrariamente à visão optimista de Kenneth Waltz et al. (2003), defendendo que os países com armas nucleares têm um efeito pacificador sobre o sistema internacional, levando à estabilidade mundial. Neste sentido, o mundo pode viver sem histerias com um Irão ou uma Coreia do Norte nucleares, como já vive há mais de 45 anos com uma China nuclear, um país antes visto como *rogue state*.

³⁰⁴ A teoria das RI estabelece que não existem confrontos entre grandes potências *status quo*, a possibilidade da sua existência iria proporcionar guerras de mudança que poderiam pôr em causa a distribuição de poderes das potências no sistema internacional.

nucleares por forças convencionais; iii) uma política nuclear de *no first use*, a administração Obama declarou que jamais dará início a um primeiro ataque nuclear contra outra Potência nuclear ou convencional, sendo que os EUA nunca adoptaram na sua plenitude, essa política é um claro sinal à comunidade internacional das suas novas intenções³⁰⁵; iv) um novo paradigma defesa anti-míssil, para além da renovação e alteração do programa de mísseis nucleares na Europa, anteriormente referido, prevê-se a substituição de forças nucleares por forças convencionais³⁰⁶. Se a ambição do Presidente Obama é reduzir o papel das armas na sua *Grand Strategy*, e concretamente na sua Estratégia Nacional de Segurança, será interessante ver como o papel dos sistemas de defesa anti-míssil se modificará.

Neste quadro, é preciso ter em conta, igualmente, a percepção do carácter transitório e instável da posição político-estratégico dos EUA na corrente ordem internacional de unipolar para multipolar, e a ascensão pacífica mas problemática de Estados como a China, Índia e Brasil. No entanto, os EUA ainda são considerados a Grande Potência quando comparado com todas as outras³⁰⁷, a capacidade nuclear norte-americana adquire uma especial relevância (só comparada com a Rússia em termos quantitativos), sendo uma referência para o desenvolvimento das capacidades nucleares de outros países. Mas, não tendo a mesma preeminência do sistema de internacional de outrora, os EUA são obrigados a cooperar com as outras potências, com vista à prossecução do

³⁰⁵ A grande objecção para adoptar *no first use* é que ele assume um grau indevido de certeza sobre o futuro de ameaças militares. Esta parece ser a lógica subjacente à proposta de McGeorge Bundy, Crowe William e Drell Sidney para apoiar uma doutrina defensiva último recurso em vez de uma mais rigorosa doutrina *no first use*: «*In recognizing the possibility of a future case in which there might be justification for a use of nuclear weapons in a defensive last resort, we are simply resisting the notion that our country can be certain, a priori, that there will never be a case when such use of nuclear weapons is the least bad choice*» (1993: 83). A preocupação é legítima e levanta a possibilidade de uma futura deterioração das relações com a Rússia ou a China. Esta objecção contra a adopção de uma doutrina *no first use*, no entanto, repousa na suposição de que os EUA não poderiam invertê-la, alterando a sua doutrina militar adequada e desenvolvimento de planos operacionais em tempo suficiente para responder às ameaças emergentes. Outros Estados nucleares – como a Rússia na década de 1990, ou a Índia em 2003 – mudaram as suas doutrinas *no first use* quando novas ameaças conhecidas foram consideradas importantes o suficiente. Estes desenvolvimentos podem ter sido infelizes em termos de tendências mais amplas na estratégia nuclear e normas globais sobre o emprego das armas nucleares nuclear, mas servem como reminiscências de que as mudanças na doutrina nuclear não são irreversíveis. Uma recessão nas relações EUA-Rússia ou EUA-China suficientemente graves para produzir uma necessidade de uma política nuclear *first use* daria tempo de aviso amplo para os estrategas militares. Em suma, se os EUA enfrentam ameaças emergentes estratégicas que não podem ser satisfeitas por outros meios, um retorno a posições anteriores nucleares e doutrinas parece ser uma hipótese verosímil (Sagan, 2009).

³⁰⁶ Como por exemplo armas termobálicas.

³⁰⁷ Numa perspectiva de uma ordem internacional uni-multipolar, os EUA são considerados a hiperpotência.

objectivo de um mundo livre de armas nucleares. Tendo presente, por um lado, os efeitos dominó e de reflexo da capacidade nuclear de uns Estados perante outros, e, por outro lado, o que foi assumido no seio do Tratado NPT no que respeita à eliminação do inegável perigo das armas nucleares. A questão surge quando os Estados que originalmente possuem capacidade militar nuclear criticam a obtenção dessa capacidade por parte de outros Estados. No entanto, eles próprios mantêm porque, *in extremis*, estes últimos a podem adquirir.

Deste modo, e no contexto da referida relação viciada entre os que têm e os que pretendem ter capacidade nuclear, cabe ter em consideração que no passado o carácter messiânico imperialista presente nalguns momentos na política externa norte-americana, foi um elemento que ajudou na explicação da perpetuação da estratégia nuclear na *Grand Strategy* dos EUA. De facto, a administração Bush deu primazia à dissuasão nuclear, baseada na ameaça preventiva do uso das armas nucleares. E, é pouco provável, tendo em conta adopção de uma nova doutrina nuclear (um mundo livre sem armas nucleares), que venha a ter a mesma importância na *Grand Strategy* norte-americana, pelo menos nos termos envolvidos pela anterior administração como pilar essencial.

Pelo contrário, a administração Obama considera que, as armas nucleares têm sido erradamente utilizadas como um instrumento militar de extrema capacidade, quando a sua existência *per si* só veio criar mais instabilidade às RI. Por um lado, porque o mundo é perigoso e imprevisível, a possibilidade de um ataque nuclear contra uma grande cidade mundial é intolerável, e portanto a existência desta tecnologia deve ser desejavelmente eliminada. Por outro lado, por constituírem logicamente uma ameaça ao povo norte-americano é fundamental que as armas nucleares devam progressivamente possuir um papel secundário ou inexistente na *Grand Strategy* dos EUA, tendo o desarmamento nuclear global um papel central neste processo, e simultaneamente a sua condição *sine quo non*. Daqui, conclui-se que o papel da estratégia nuclear na sua *Grand Strategy* tem tendência cada vez mais para adquirir um papel menos relevante, e só faz sentido ser usada como opção extrema³⁰⁸ enquanto as armas nucleares existirem.

No entanto, não é crível que todas as armas nucleares desapareçam por completo, independentemente do processo adoptado. A grande questão está em saber se este tipo de problemática, para além das questões éticas, morais e até legais atinentes à variável nuclear no presente século, poderá ser resolvido

³⁰⁸ Como forma dissuadir outros Estados ou grupos sub-estatais de atacarem os EUA, e/ou em resposta a um ataque nuclear no âmbito da política do *no first use*.

através de uma dissuasão como os tradicionalistas e realistas acreditam, ou através da abolição e marginalização das armas nucleares. Todavia, um argumento é válido: as armas nucleares não podem ser “desinventadas”, enquanto estas existirem ou as técnicas e os métodos teóricos para o seu fabrico o problema subsiste, mesmo que se queira mitigar. Actualmente estima-se que existam cerca de 15.700 armas nucleares no mundo, das quais crê-se que cerca de 7.200 sejam norte-americanas, e 7.500 sejam russas³⁰⁹. Uma parte considerável das ogivas nucleares destes países tem um poder 500 vezes superior ao das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki. Os perigos destas armas são reais, embora não seja totalmente perceptível na experiência quotidiana dos povos. A possibilidade de um acidente, de um atentado terrorista ou de um conflito nuclear pode trazer resultados devastadores para Humanidade. Mas será que a sociedade civil tem realmente consciência do que está em jogo, isto é, o risco da perpetuidade da ameaça nuclear?

³⁰⁹ Consultar Quadro 1, em anexo.



BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

- Biden, J., 2010a. The Path to Nuclear Security: Implementing the President's Prague Agenda, National Defense University February 18, 2010. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/remarks-vice-president-biden-national-defense-university/>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Biden, J., 2010b. A Comprehensive Nuclear Arms Strategy. *Los Angeles Times*, April 07, 2010. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/op-ed-vice-president-joe-biden-a-comprehensive-nuclear-arms-strategy>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Bush, G. W., 2001a. Remarks by the President to Students and Faculty at National Defense University, Fort Lesley J. McNair, Washington, D.C., May 1, 2001. Disponível em <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/05/20010501-10.html>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Bush, G. W., 2001b. Remarks by the President to the Warsaw Conference on Combating Terrorism, November 6, 2001. Disponível em <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/11/20011106-2.html>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Bush, G. W., 2002a. The President's State of the Union Address, Washington, January 29, 2002. Disponível em <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Bush, G. W., 2002b. President Bush Delivers Graduation Speech at West Point, New York, June 1, 2002. Disponível em <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html> [Consult. 16 mai. 2015]

- Bush, G. W., & Putin, V., 2001. Press Conference by President Bush and Russian President Vladimir Putin, The East Room, White House, Washington D.C., November 13, 2001. Disponível em <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/11/20011113-3.html>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Canberra Commission on the Elimination of Nuclear Weapons. 1996. Report of the Canberra Commission on the Elimination of Nuclear Weapons.
- Chu, S., 2009. Statement of Steven Chu Secretary of Energy-Designate Before the Committee on Energy and Natural Resources U.S. Senate, January 13, 2009. Disponível em http://energy.gov/sites/prod/files/ciprod/documents/SENRC_hu_testimony_Jan_09.pdf [Consult. 16 mai. 2015].
- Clinton, H., 2009. Statement of Senator Hillary Rodham Clinton Nominee for Secretary Of State Senate Foreign Relations Committee, January 13, 2009. Disponível em http://www.nytimes.com/2009/01/13/us/politics/13text-clinton.html?pagewanted=all&_r=0 [Consult. 16 mai. 2015].
- Clinton, W., 1995. Clinton Issues Pledge to NPT Non-Nuclear Weapon States. Disponível em <http://www.fas.org/nuke/control/npt/docs/940405-nsa.htm>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Cohen, W., 2001. Annual Defense Report to the President and the Congress, GPO, Washington, D.C., January 2001.
- Crouch, J. D., 2002. Special Briefing on the Nuclear Posture Review, January 9, 2002. Disponível em <http://www.defenselink.mil/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=1108>. [Consult. 01 set. 2014].
- CTBTO Preparatory Commission, 1996-2010. Comprehensive Nuclear Test-Ban Treaty (CTBT). Disponível em http://www.ctbto.org/fileadmin/content/treaty/treaty_text.pdf. [Consult. 16 mai. 2015].
- Dulles, J., 1954. The Evolution of Foreign Policy. *Department of State Bulletin*, 30 (761), pp. 107-110.
- Einstein, A. (1945) Albert Einstein Letter to Franklin D. Roosevelt, March 25, 1945 (Letter introducing Leo Szilard). Disponível em http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/bomb/large/documents/pdfs/3-5.pdf#zoom=100. [Consult. 16 mai. 2015].
- Eisenhower, D., 1953. Top secret To John Foster Dulles, 8 September 1953, Document 404.
- Feith, D., 2002. Statement of the Honorable Douglas J. Feith Undersecretary of Defense for Policy Senate Armed Services Hearing on the Nuclear Posture Review, February 14, 2002. pp.1-11. Disponível em <http://www.wsifweb.org/docs/npr/feith.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Friedman, G., 2002. Letter Report on U.S. Department of Energy's Purchase Card Programs - Lessons Learned (Report Number I01OP001), February 26, 2002.

- Friedt, A., 2014. The Future of the Nonproliferation and Disarmament Regime. Arms Control Association Annual Meeting, Carnegie Endowment for International Peace Washington, DC October 20, Disponível em <http://www.state.gov/t/avc/rls/2014/233401.htm> [Consult. 16 mai. 2015].
- G8, 2002. The G8 Global Partnership Against the Spread of Weapons and Materials of Mass Destruction, Kananaskis, June 27, 2002, Disponível em <http://www.g8.utoronto.ca/summit/2002kananaskis/arms.html> [Consult. 16 mai. 2015].
- G8 L'Aquila Summit, 2009. L'Aquila Statement on Non-proliferation. Disponível em http://www.g8italia2009.it/static/G8_Allegato/2_LAquila_Statent_on_Non_proliferation.pdf. [Consult. 16 mai. 2015].
- Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Tratados Internacionais, 1976. Tratado de não Proliferação das Armas Nucleares, assinado em Londres, Moscovo e Washington (Decreto n.º 588/76). Disponível em <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec588-1976.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Gates, R., 2008. Nuclear Weapons and Deterrence in the 21st Century. Speech at Carnegie Endowment for International Peace, Washington, D.C., October 28, 2008. Disponível em http://www.carnegieendowment.org/files/1028_transcrip_gates_checked.pdf. [Consult. 16 mai. 2015].
- Gottmoeller, R., 2014. Nuclear Weapons in the 21st Century. Westminster College Salt Lake City, Utah, October 21. Disponível em <http://www.state.gov/t/us/2014/233348.htm> [Consult. 16 mai. 2015].
- Gordon, J. A., 2002. Statement of John A. Gordon Under Secretary for Nuclear Security and Administrator, National Nuclear Security Administration U. S. Department of Energy Before the Committee on Armed Services U.S. Senate 14 February 2002, pp. 1-12. Disponível em <http://www.wsifweb.org/docs/npr/gordon.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Harrison, G., 1945. Memorandum on fears on the use of the Bomb, June 26, 1945. Disponível em http://www.nuclearfiles.org/menu/library/correspondence/harrison-george/corr_harrison_1945-06-26.htm. [Consult. 16 mai. 2015].
- Homeland Security Council, 2007. National Strategy for Homeland Security, October 2007. Disponível em http://www.dhs.gov/xlibrary/assets/nat_strat_homelandsecurity_2007.pdf. [Consult. 16 mai. 2015].
- Interim Committee (1945). Notes of Meeting of the Interim Committee, June 1, 1945. Disponível em http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/bomb/large/documents/pdfs/40.pdf#zoom=100. [Consult. 16 mai. 2015].
- International Court of Justice, 1996. Reports of Judgments, Advisory Opinions and Orders: Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons, Advisory Opinion of 8 July 1996. Disponível em <http://www.icj.org/docket/files/95/7495.pdf?P=HPSESSID=511310e17155ba90b27990415217a34c>. [Consult. 16 mai. 2015].

- International Security Advisory Board (ISAB) & United States Department of Defense, 2012. Report on. Mutual Assured Stability: Essential. Components and Near Term Actions, August 14, 2012. Disponível em <http://www.state.gov/documents/organization/196789.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Kennedy, J. F., 1961a. Inaugural Address of President John F. Kennedy, Washington, D.C., January 20, 1961.
- Kennedy, J. F., 1961b. Address before the General Assembly of the United Nations, New York City, September 25, 1961.
- Kennedy, J. F., 1963. Commencement Address at American University, Washington, D.C., June 10, 1963.
- Leo Szilard and 69 co-signers of the Metallurgical Laboratory in Chicago, 1945. Petition to the President of the United States, July 17, 1945. Disponível em http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/bomb/large_documents/pdfs/79.pdf#zoom=100. [Consult. 16 mai. 2015].
- Lugar, R. & Obama, B., 2007. Lugar-Obama Signed into Law. Disponível em http://www.democraticunderground.com/discuss/duboard.php?az=view_all&address=132x4684919. [Consult. 16 mai. 2015].
- McCain, J., 2009. Floor Statement by Senator John McCain A World Without Nuclear Weapons, June 3, 2009.
- McCain, J., & Kyl, J., 2010. Joint Statement by Senators John McCain and Jon Kyl Regarding The Nuclear Posture Review.
- McConnell, M., 2009. America's Foreign Policy Challenges, April 27, 2009.
- McNamara, R., 1962. Defense Arrangements of the North Atlantic Community. *Department of State Bulletin*, 47 (1202), pp. 64-69.
- McNamara, R., 1967. The Dynamics of Nuclear Strategy. *Department of State Bulletin*, 57 (1476), pp. 443-451.
- National Defense Research Committee, 1941. Report of the National Defense Research Committee for the First Year of Operation, June 27, 1940 to June 28, 1941. Disponível em <http://www.fdrlibrary.marist.edu/psf/box2/a13f01.html> [Consult. 16 mai. 2015].
- National Security Action Memorandum 109, 1961. *U.S. Policy on Military Actions in a Berlin Conflict in October 23, 1961*. Disponível em <http://www.fas.org/irp/offdocs/nsam-jfk/nsam109.htm>. [Consult. 01 set 2014].
- NATO, 1949. The Strategic Concept for Defense of the North Atlantic Area (MC3). Disponível em <http://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a491019a.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- NATO, 1968. Final Decision on MC 14/3, 16 January 1968. Disponível em <http://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a680116a.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].

- NATO, 1999. *The Alliance's Strategic Concept*, April 24, 1999.
- NATO, 2010. *Active Engagement, Modern Defence* (19 November 2010). *Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organisation* adopted by Heads of State and Government in Lisbon.
- NATO, 2012. *Deterrence and Defence Posture Review (DDPR)*, NATO Press Release, 20 May 2012.
- NATO Press Release (2010). *Lisbon Summit Declaration Issued by the Heads of State and Government Participating in the Meeting of the North Atlantic Council in Lisbon on 20 November 2010*.
- NATO Standardization Agency. (2010). *NATO Glossary of Terms and Definitions* (English and French). Disponível em <http://static.lexicool.com/dictionary/GR2P13289.pdf> [Consult. 16 mai. 2015].
- North Atlantic Treaty (1949). *The North Atlantic Treaty*. Washington D.C., 4 April 1949.
- Obama, B., 2008a. *Remarks of Senator Barack Obama: Summit on Confronting New Threats, West Lafayette, Indiana*, July 16. Disponível em http://www.boston.com/news/nation/articles/2008/07/16/summit_on_confronting_new_threats . [Consult. 16 mai. 2015].
- Obama, B., 2008b. *The Democratic Presidential Candidate's Foreign Policy Address at the Ronald Reagan building*, Washington, D.C., July 16, 2008. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/world/2008/jul/16/uselections2008.barackobama> . [Consult. 16 mai. 2015].
- Obama, B., 2008c. *Arms Control Today 2008 Presidential Q&A: President-elect Barack Obama*. *Arms Control Today*, 38, December 2008. Disponível em <http://www.armscontrol.org/print/3360>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Obama, B., 2009a. *President Barack Obama's Inaugural Address*, Washington D.C., January 21, 2009. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/blog/inaugural-address/>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Obama, B., 2009b. *Remarks by President Barack Obama (Prague Speech)*, Hradcany Square, Czech Republic, April 5, 2009. Disponível em http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-By-President-Barack-Obama-In-Prague-As-Delivered/ [Consult. 16 mai. 2015].
- Obama, B., 2009c. *Statement by the President on Beginning of Negotiations on Fissile Material Cut-off Treaty*, May 29, 2009. Disponível em http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Statement-by-the-President-on-Beginning-of-Negotiations-on-Fissile-Material-Cut-off-Treaty/ [Consult. 16 mai. 2015].
- Obama, B., 2009d. *Remarks By The President On A New Beginning*, Cairo University, Egypt, June 4, 2009. Disponível em http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-by-the-President-at-Cairo-University-6-04-09/ [Consult. 16 mai. 2015].

- Obama, B., 2009e. Remarks by the President at the New Economic School Graduation, Gostiny Dvor, Moscow, Russia, July 7, 2009. Disponível em http://www.whitehouse.gov/the_press_office/REMARKS-BY-THE-PRESIDENT-AT-THE-NEW-ECONOMIC-SCHOOL-GRADUATION/. [Consult. 16 mai. 2015].
- Obama, B., 2009f. Remarks by the President to the United Nations General Assembly, United Nations Headquarters, New York, September 23, 2009. Disponível em http://www.whitehouse.gov/the_press_office/remarks-by-the-president-to-the-united-nations-general-assembly/. [Consult. 16 mai. 2015].
- Obama, B., 2009g. Nobel Lecture by Barack H. Obama: A Just and Lasting Peace, Oslo City Hall, Norway, December 10, 2009. Disponível em http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2009/obama-lecture_en.html. [Consult. 16 mai. 2015].
- Obama, B., 2010. Statement by President Barack Obama on the Release of Nuclear Posture Review, Washington D.C., The White House, April 6, 2010. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/statement-president-barack-obama-release-nuclear-posture-review>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Obama, B., 2014. Statement by the President on ISIL, Washington D.C., The White House, September 10, 2014. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/09/10/statement-president-isil-1> [Consult. 16 mai. 2015].
- Obama, B., & Medvedev, D., 2010. Remarks by President Obama and President Medvedev of Russia at New START Treaty Signing Ceremony and Press Conference, Prague Castle, Prague, Czech Republic, April 8, 2010. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/remarks-president-obama-and-president-medvedev-russia-new-start-treaty-signing-cere>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Office of Homeland Security, 2002. National Strategy for Homeland Security, July 2002.
- Payne, K., 2007. Testimony before the House Armed Services Committee, Subcommittee on Strategic Forces.
- Reagan, R., 1983. Address to the Nation on National Security by President Ronald Reagan, March 23, 1983. Disponível em <http://www.fas.org/spp/starwars/offdocs/rrspch.htm>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Reagan, R., 1984. Address to the Nation and Other Countries on United States-Soviet Relations, January 16, 1984.
- Reagan, R., 1986. Address to the Nation on the Meetings with Soviet General Secretary Gorbachev in Iceland, October 13, 1986.
- Rumsfeld, D., 2002a. Letter forwarding NPR to Congress: Nuclear Posture Review Report (Foreword). Disponível em <http://www.defenselink.mil/news/Jan2002/d20020109npr.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Scientific Panel of the Interim Committee on Nuclear Power, 1945. Recommendations on the Immediate Use of Nuclear Weapons, June 16, 1945. Disponível em <http://www.dannnen.com/decision/scipanel.html>. [Consult. 16 mai. 2015].

- Shultz, G., Perry, W., Kissinger, H., & Nunn, S., 2009. Statement by George Shultz, William Perry, Henry Kissinger and Sam Nunn Regarding the United Nations Security Council Meeting on Nuclear Nonproliferation and Nuclear Disarmament. Disponivel em http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Statement-by-George-Shultz-William-Perry-Henry-Kissinger-and-Sam-Nunn-Regarding-the-United-Nations-Security-Council-Meeting-on-Nuclear-Nonproliferation-and-Nuclear-Disarma/. [Consult. 16 mai. 2015].
- Tauscher, E., 2009. Remarks to U.S. Strategic Command Deterrence Symposium, U.S. Strategic Command Omaha, Nebraska, July 30, 2009. Disponivel em <http://www.state.gov/t/us/128862.htm>. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House Executive Office of the President, 1995. Presidential Decision Directive (PDD/NSC) 34: Conventional Arms Transfer Policy, February 17. Disponivel em <http://www.fas.org/irp/offdocs/pdd34.htm>. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House Executive Office of the President, 1997. Presidential Decision Directive (PDD/NSC) 60: Nuclear Weapons Employment Policy Guidance. Disponivel em <http://www.fas.org/irp/offdocs/pdd60.htm>. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House Executive Office of the President, 1998. A National Security Strategy for A New Century. Washington, D.C., The White House. Disponivel em <http://www.fas.org/man/docs/nssr-98.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House Executive Office of the President, 2002a. National Security Strategy of the United States of America. Disponivel em <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/nss.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House Executive Office of the President, 2002b. National Security Presidential Directive (NSPD) 23, December 16. Disponivel em <http://www.fas.org/irp/offdocs/nspd/nspd-23.htm>. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House Executive Office of the President, 2006. National Security Strategy of the United States of America. Disponivel em <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2006/nss2006.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House Executive Office of the President, 2010. National Security Strategy. May 2010. Disponivel em http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House National Security Council, 1950. NSC 68: United States Objectives and Programs for National Security. A Report to the President Pursuant to the President's Directive of January 31, 1950. Disponivel em <http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House National Security Council, 1974. National Security Decision Memorandum 242 (Policy for Planning the Employment of Nuclear Weapons).

- Disponível em http://nixon.archives.gov/virtuallibrary/documents/nsdm/nsdm_242.pdf. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House National Security Council, 1981a. Nuclear Weapons Employment Policy (NSC-NSDD-13). Disponível em <http://www.fas.org/irp/offdocs/nsdd/nsdd-013.htm>. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House National Security Council, 1981b. Presidential Directive 59, Nuclear Weapons Employment Policy (PD-NSC-59). Disponível em <http://www.fas.org/irp/offdocs/pd/pd59.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House Office of the Press Secretary, 2006. Joint Statement by U.S. President George Bush and Russian Federation President Vladimir Putin Announcing the Global Initiative to Combat Nuclear Terrorism, 15 July 2006. Disponível em <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2006/07/20060715-2.html> [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House Office of the Press Secretary, 2009a. Joint Statement by President Dmitry Medvedev of the Russian Federation and President Barack Obama of the United States of America, April 1, 2009.
- The White House Office of the Press Secretary, 2009b. Fact Sheet: Moscow Summit, July 6-8. Disponível em http://www.whitehouse.gov/the_press_office/FACT-SHEET-Moscow-Summit-July-6-8/. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House Office of the Press Secretary, 2009c. Addressing the Nuclear Threat: Fulfilling the Promise of Prague at the L'Aquila Summit, July 8, 2009. Disponível em http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Addressing-the-Nuclear-Threat-Fulfilling-the-Promise-of-Prague-at-the-LAquila-Summit/. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House Office of the Press Secretary, 2009d. The Joint Understanding for the START Follow-on Treaty, July 8, 2009. Disponível em http://www.whitehouse.gov/the_press_office/The-Joint-Understanding-for-The-Start-Follow-On-Treaty/. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House Office of the Press Secretary, 2009e. Fact Sheet on U.S. Missile Defense Policy A "Phased, Adaptive Approach" for Missile Defense in Europe, September 17, 2009. Disponível em http://www.whitehouse.gov/the_press_office/FACT-SHEET-US-Missile-Defense-Policy-A-Phased-Adaptive-Approach-for-Missile-Defense-in-Europe/. [Consult. 16 mai. 2015].
- The White House Office of the Press Secretary, 2009f. Fact Sheet on the United Nations Security Council Summit on Nuclear Nonproliferation and Nuclear Disarmament UNSC Resolution 1887. Disponível em http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Fact-Sheet-on-the-United-Nations-Security-Council-Summit-on-Nuclear-Nonproliferation-and-Nuclear-Disarmament-UNSC-Resolution-1887/. [Consult. 16 mai. 2015].

- The White House Office of the Press Secretary, 2013. FACT SHEET: Nuclear Weapons Employment Strategy of the United States, June 19, 2013. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2013/06/19/fact-sheet-nuclear-weapons-employment-strategy-united-states> [Consult. 16 mai. 2015].
- Truman, H., 1945. Statement by the President Announcing the Use of the A-Bomb at Hiroshima, 6 August 1945. The American Presidency Project. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=12169>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Uliyanov, M., 2014. Permanent Mission of the Russian Federation to the United Nations in New York, 'Statement by Mikhail I. Uliyanov', 2 May 2014. Disponível em <http://www.pircenter.org/media/content/files/12/13994231760.pdf> [Consult. 16 mai. 2015].
- United Nations, 1994. Budapest Memorandums on Security Assurances, 1994. Disponível em <http://www.cfr.org/arms-control-disarmament-and-nonproliferation/budapest-memorandums-security-assurances-1994/p32484> [Consult. 16 mai. 2015].
- United Nations, 2010. Final Document of the 2010 NPT Review Conference (Parts I and II) (NPT/CONF.2010/50), New York, 2010.
- United Nations General Assembly, 2007. Model Nuclear Weapons Convention. Disponível em http://inesap.org/sites/default/files/inesap_old/mNWC_2007_Unversion_English_N0821377.pdf. [Consult. 16 mai. 2015].
- United Nations Security Council, 2004. Resolution 1540, April 28, 2004.
- United Nations Security Council, 2006. Resolution 1673, April 27, 2006.
- United Nations Security Council, 2008. Resolution 1810, April 25, 2008.
- United Nations Security Council, 2009. Resolution 1887, September 24, 2009.
- United States Atomic Energy Commission, 1949. General Advisory Committee's Majority and Minority Reports on Building the H-Bomb. Disponível em <http://www.atomicarchive.com/Docs/Hydrogen/GACReport.shtml>. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Central Intelligence Agency, Directorate of Intelligence, 1974. Prospects for Further Proliferation of Nuclear Weapons, August 23, 1974. Disponível em <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB240/snle.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Congress, 2001. Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism (USA PATRIOT ACT) Act of 2001. Disponível em <http://epic.org/privacy/terrorism/hr3162.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Congress, 2008a. National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2008 (Public Law 110-181, January 28). Disponível em <http://www.dod.mil/dodgc/olc/docs/pl110-181.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].

- United States Congress, 2008b. Revised Nuclear Posture Review. (S1070 National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2008). Disponível em <http://www.aip.org/fyi/2009/068.html>. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of Defense, 1995. Nuclear Posture Review. *In: 1995 Annual Defense Report*. Disponível em http://www.dod.mil/execsec/adr95/npr_.html. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of Defense, 2002. Nuclear Posture Review [Excerpts], 8 January 2002. Disponível em <http://www.globalsecurity.org/wmd/library/policy/dod/npr.htm> [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of Defense, 2006. Quadrennial Defense Review Report, February 6, 2006 Disponível em <http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/qdr-2006-report.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of Defense, 2009a. DoD Background Briefing on the Quadrennial Defense Review and the Nuclear Posture Review, April 23, 2009. Disponível em <http://www.defenselink.mil/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=4408>. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of Defense, 2009b. 2009 NPR Terms of Reference Fact Sheet, June 02, 2009. Disponível em <http://www.defenselink.mil/news/d20090602NPR.pdf>. [Consultado em 07/11/2014].
- United States Department of Defense, 2010a. Ballistic Missile Defense Review Report, February 1, 2010. Disponível em http://www.defense.gov/bmdr/docs/BMDR%20as%20of%2026JAN10%200630_for%20web.pdf [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of Defense, 2010b. Quadrennial Defense Review Report February 1, 2010. Disponível em http://www.defense.gov/qdr/images/QDR_as_of_12Feb10_1000.pdf. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of Defense, 2010c. Nuclear Posture Review Report, April 6 2010. Disponível em <http://www.defense.gov/npr/docs/2010%20Nuclear%20Posture%20Review%20Report.pdf> [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of Defense, 2012. US Department of Defense Strategic Guidance – Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century, January 2012. Disponível em http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of Defense, 2014. DOD Dictionary of Military and Associated Terms (Joint Publication 1-02). Disponível em http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp1_02.pdf. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of Energy, 2009. FY 2010 Congressional Budget Request (Budget Highlights). Disponível em <http://www.cfo.doe.gov/budget/10budget/Content/Highlights/FY2010Highlights.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].

United States Department of Energy, 2014. FY 2015 Congressional Budget Request. National Nuclear Security Administration. Disponível em <http://www.energy.gov/sites/prod/files/2014/04/f14/Volume%201%20NNSA.pdf> [Consult. 16 mai. 2015].

United States Department of Energy and Department of Defense, 2008. National Security and Nuclear Weapons in the 21st Century. September 2008. Disponível em <http://www.defense.gov/news/nuclearweaponspolicy.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].

United States Department of State, 1963. Treaty Banning Nuclear Weapon Tests in the Atmosphere, in Outer Space and Under Water. Disponível em <http://www.state.gov/t/isn/4797.htm> [Consult. 16 mai. 2015].

United States Department of State, 1968. Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT). Disponível em <http://www.state.gov/t/isn/trty/16281.htm>. [Consult. 16 mai. 2015].

United States Department of State, 1969-1972. Strategic Arms Limitation Talks (SALT I) (narrative). Disponível em <http://www.state.gov/t/isn/5191.htm> [Consult. 16 mai. 2015].

United States Department of State, 1972. Treaty Between The United States of America and The Union of Soviet Socialist Republics on The Limitation of Anti-Ballistic Missile Systems (ABM Treaty). Disponível em <http://www.state.gov/t/vci/trty/101888.htm> [Consult. 16 mai. 2015].

United States Department of State, 1979. Treaty Between The United States of America and The Union of Soviet Socialist Republics on the Limitation of Strategic Offensive Arms (SALT II). Disponível em <http://www.state.gov/t/isn/5195.htm>. [Consult. 16 mai. 2015].

United States Department of State, 1987. United States Department of State Treaty Between The United States Of America And The Union Of Soviet Socialist Republics On The Elimination Of Their Intermediate-Range And Shorter-Range Missiles (INF Treaty). Disponível em <http://www.state.gov/t/vci/trty/102360.htm> [Consult. 16 mai. 2015].

United States Department of State, 1990. Treaty on Conventional Armed Forces In Europe Disponível em <http://www.state.gov/t/vci/cca/cfe/index.htm> [Consultado em 16/05/2015].

United States Department of State, 1991. The Treaty Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Reduction and Limitation of Strategic Offensive Arms (START). Disponível em <http://www.state.gov/t/isn/18535.htm> [Consult. 16 mai. 2015].

United States Department of State, 1993. Treaty Between the United States of America and the Russian Federation on Further Reduction and Limitation of Strategic Offensive Arms (START II). Disponível em <http://www.state.gov/t/vci/trty/102887.htm>. [Consult. 16 mai. 2015].

- United States Department of State, 2002. Treaty between the United States of America and the Russian Federation on Strategic Offensive Reductions (The Moscow Treaty). Disponível em <http://www.state.gov/t/vci/trty/127129.htm>. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of State, 2003. The Proliferation Security Initiative. Disponível em <http://www.state.gov/t/isn/c10390.htm#>. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of State, 2006. The Global Initiative To Combat Nuclear Terrorism. Disponível em <http://www.state.gov/t/isn/c18406.htm>. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of State, 2010a. Treaty Between The United States Of America And The Russian Federation On Measures For The Further Reduction And Limitation of Strategic Offensive Arms. Disponível em <http://www.state.gov/documents/organization/140035.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of State, 2010b. Protocol to the Treaty between the United States of America and the Russian Federation on Measures for the Further Reduction and Limitation of Strategic Offensive Arms. Disponível em <http://www.state.gov/documents/organization/140047.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Department of State, 2014. Fact Sheet: New START Treaty Aggregate Numbers of Strategic Offensive Arms, October 1, 2014. Disponível em <http://www.state.gov/t/avc/newstart/c52405.htm> [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Joint Chiefs of Staff, 1998. Joint Doctrine for Information Operations (Joint Publication 3-13).
- United States Joint Chiefs of Staff, 1999. Joint Doctrine for Countering Air and Missile Threats (Joint Publication 3-01).
- United States Joint Chiefs of Staff, 2005. Doctrine for Joint Nuclear Operations, Final Coordination (Joint Pub 3-12).
- United States National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction, 2002. Disponível em <http://www.state.gov/documents/organization/16092.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- United States Strategic Bombs Survey, 1946. Summary Report: Pacific War, 1 July 1946. Washington, D.C., Government Printing Office.
- Webster, D., 1842. Letter from Mr. Webster to Lord Ashburton. Department of State, Washington, D.C., August 6., 1842. Disponível em http://avalon.law.yale.edu/19th_century/br-1842d.asp#web1. [Consult. 16 mai. 2015].

Fontes Secundárias

Abreu, F., 2002 *Fundamentos da Estratégia militar e empresarial*. Lisboa: Edições Sílabo.

- Acton, J., 2010. *Deterrence during Disarmament: Deep Nuclear Reductions and International Security*. New York: Routledge.
- Allison, G., 1971. *The Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. Boston: Little, Brown and Company.
- Allison, G., 2004. How to Stop Nuclear Terror. *Foreign Affairs*, 83 (1), pp. 64-74.
- Allison, G., 2009. How to Keep the Bomb From Terrorists. Newsweek, March, 2009. Disponível em <http://www.newsweek.com/how-keep-bomb-terrorists-76487>. [Consult.16 mai. 2015].
- Almeida, J.M., 2004. *Hegemonia Americana e Multilateralismo*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais. Disponível em <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=30>. [Consult.16 mai. 2015].
- Alves, J., 1971. *Lições de Estratégia*, Vol. II. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares, pp. 3-136.
- Alves, J., 1999. *Estratégia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Antunes, P., 2007. A Alteração do Conceito de Dissuasão: contributos para a sua conceptualização. *Revista Militar*, 1.
- Arkin, W., 2002. Secret Plan Outlines the Unthinkable. *Los Angeles Times*, March 10, 2002. Disponível em <http://articles.latimes.com/2002/mar/10/opinion/op-arkin> [Consult.16 mai. 2015].
- Armitage, R. & Nye, Jr., 2007. *CSIS Commission on Smart Power: A Smarter, More Secure America*. Washington, D.C.: Report for Center for Strategic and International Studies.
- Aron, R., 1965. *The Great Debate: Theories of Nuclear Strategy*. New York: University Press of America.
- Aron, R., (2003). *Peace & War. A Theory of International Relations*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Art, R., 2003. *A Grand Strategy for America*. Ithaca: New York: Cornell University Press.
- Ball, D., 1981. Can Nuclear War Be Controlled?. *Adelphi Papers*, 21 (169). London: International Institute of Strategic Studies.
- Aron, R., 1983. Targeting for Strategic Deterrence. *Adelphi Papers*, 23 (185). London: International Institute of Strategic Studies.
- Aron, R., 1986. The Development of SIOP, 1960-1983. In: Desmond Ball, D., & Richelson, J. (Eds.). *Strategic Nuclear Targeting*. Ithaca, NY: Cornell University Press pp. 57-83.
- Aron, R., 1989. Controlling Theatre Nuclear War. *British Journal of Political Science*, 19 (3), pp. 303-327.

- Ball, D., & Toth, R., 1990. Revising the SIOP: Taking War-Fighting to Dangerous Extremes. *International Security*, 14 (4), pp. 65-92.
- Bartholomees, Jr., J., 2008a. *U.S. Army War College Guide to National Security Issues Volume I: Theory of War and Strategy*. Carlisle Barracks, Pennsylvania: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, Department of National Security and Strategy.
- Bartholomees, Jr., J., 2008b. *U.S. Army War College Guide to National Security Issues, Vol. II: National Security Policy and Strategy*. Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, Department of National Security and Strategy.
- Bartholomees, Jr., J., 2008c. Theory of Victory. *Parameters*, pp. 25-36.
- Baylis, J., & O'Neill, R., 2000 *Alternative Nuclear Futures: The Role of Nuclear Weapons in the Post-Cold War World*. Oxford: Oxford University Press.
- Baylis, J., Wirtz, J., Cohen, E., & Gray, C., 2002. *Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- Beaufre, A., 2004. *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Belfer Center at Harvard University, 2014. Nuclear Security Summits. Disponível em <http://nuclearsecuritymatters.belfercenter.org/nuclear-summits> [Consult.16 mai. 2015].
- Bell, C., 2002. The normative shift. *The National Interest*, Winter, pp. 44-54.
- Bentham, J., 1830. *The Rationale of Punishment*. London: Robert Heward, Wellington Street, the Strand.
- Betts, R., 1986-87. A Nuclear Golden Age? The Balance before Parity. *International Security*, 11 (3), pp. 3-32.
- Betts, R., 1987. *Nuclear Blackmail and Nuclear Balance*. Washington D.C.: Brookings Institution Press.
- Betts, R., 2000. Is strategy an illusion?. *International Security*, 5 (2), pp. 5-50.
- Beyerchen, A., 1992-93. Clausewitz, Nonlinearity, and the Unpredictability of War Source. *International Security*, 17 (3), pp. 59-90.
- Biddle, S., 2005. *American Grand Strategy After 9/11: An Assessment*. Carlisle Barracks, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.
- Biden, J., 2010a. The President's Nuclear Vision, *Wall Street Journal*, January 29, 2010. Disponível em <http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052748704878904575031382215508268> [Consult.16 mai. 2015].
- Bilgin, P., Booth, K. & Jones, R., 1988. Security Studies: The Next Stage?. *Nação e Defesa*, 84, pp. 131-157.

- Bishop, Jr., W., 1962. *International Law, Cases and Materials*. Boston: Little, Brown, pp. 776-779.
- Blair, B., 1993. *The Logic of Accidental Nuclear War*. Washington D.C.: Brookings Institution Press.
- Blair, C., & du Preez, J., 2005. Visions of Fission: The Demise of Nuclear Negative Security Assurances on the Bush Administration's Pentomic Battlefield. *Nonproliferation Review* 12 (1), pp. 37- 70.
- Blechman, B. & Bollfrass, A., 2010. *Elements of a Nuclear Disarmament Treaty*. Washington D.C.: Henry L. Stimson Center.
- Bobbit, P., Freedman, L., & Treverton, G., 1989. *U.S. Nuclear Strategy: A Reader*. London: MacMillan Press.
- Bolton, J., 2002. Expounding Bush's Approach To U.S. Nuclear Security: An Interview With John R. Bolton. *Arms Control Today*, 32. Disponível em http://www.armscontrol.org/act/2002_03/boltonmarch02. [Consultado em 16/05/2015].
- Botelho, T., 2003. Os Paradoxos do Hiperpoder Norte-Americano. In: *Janus 2003: Anuário De Relações Exteriores*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL – Universidade Autónoma de Lisboa.
- Botelho, T., 2008. Os Estados Unidos no fim da Presidência Bush ainda a nação indispensável? *Relações Internacionais*, 19, Setembro, pp. 21-31.
- Boyne, W., 1999. The Rise of Air Defense. *Air Force Magazine*, 82 (12).
- Bracken, P., 1999. *Fire in the East: The Rise of Asian Military Power and the Second Nuclear Age*. New York: HarperCollins.
- Bracken, P., 2003. The Structure of the Second Nuclear Age. *Orbis*, 47(3), pp. 399-413.
- Bracken, P., 2012. *The Second Nuclear Age: Strategy, Danger, and the New Power Politics*. New York: Times Books.
- Broad, W., & Sanger, D., 2009. Obama's Youth Shaped His Nuclear-Free Vision. *The New York Times*, July 4, 2009. Disponível em http://www.nytimes.com/2009/07/05/world/05nuclear.html?_r=2&th&emc=th. [Consult. 16 mai. 2015].
- Brodie, B., 1946. *The Absolute Weapon: Atomic Power and World Order*. New York: Harcourt, Brace and Co.
- Brodie, B., 1949. Strategy as a Science. *World Politics*, 1 (4), pp. 467-488.
- Brodie, B., 1957. Review: More about Limited War. *World Politics*, 10 (1), pp. 112-122.
- Brodie, B., 1959. The Anatomy of Deterrence Author. *World Politics*, 11 (2), pp. 173-191.
- Brodie, B., 1968. *The Future of Deterrence in U. S. Strategy*. Security Studies Project. Los Angeles: University of California.
- Brodie, B., 1971. *Strategy in the Missile Age*. Princeton: New Jersey. Princeton University Press.

- Brodie, B., 1978. The Development of Nuclear Strategy. *International Security*, 2 (4), pp. 65-83.
- Brooks, S., & Wohlforth, W., 2008. *World Out of Balance: International Relations and the Challenge of American Primacy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Brown, M., Coté, O., Lynn-Jones, S. & Miller, S., 2010. *Going Nuclear: Nuclear Proliferation and International Security in the 21st Century*. Cambridge: MIT Press
- Brzezinski, Z., 2003. Hegemonic Quicksand, *The National Interest*, pp. 5-16.
- Brzezinski, Z., 2005. George W. Bush's suicidal statecraft. *The New York Times*, October 13. Disponível em <http://www.nytimes.com/2005/10/13/opinion/13iht-edzbig.html>. [Consult.16 mai. 2015].
- Brzezinski, Z., 2009. Major Foreign Policies Challenges for The Next US President. *International Affairs*, 85 (1), pp. 53-60.
- Brzezinski, Z., 2012. *Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power*. New York: Basic Books
- Buchan, G., Matonick, D., Shipbaugh, C., & Mesic, R. (2003). *Future Roles of U.S. Nuclear Forces: Implications for U.S. Strategy*. Santa Monica, CA: RAND Project AIR FORCE.
- Bull, H., 2002. *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. New York: Columbia University Press.
- Bundy, M., 1988. *Danger and Survival: Choices about the Bomb in the First Fifty Years*. New York: Random House.
- Bundy, M., Crowe, Jr, W., & Drell, S., 1993. Reducing Nuclear Danger. *Foreign Affairs*, 72 (2), pp. 140-155
- Bundy, M., Kennan, G., McNamara, R., & Smith, G., 1982. Nuclear Weapons and the Atlantic Alliance. *Foreign Affairs*, 60 (4), pp. 753-768.
- Bunn, G., 1997. The Legal Status of U.S. Negative Security Assurances to Non-Nuclear Weapon States. *The Nonproliferation Review*, 4 (3), pp. 18-32.
- Bunn, M., 2010. *Securing the Bomb 2010*. Cambridge, MA., and Washington D.C.: Project on Managing the Atom, Harvard University, and Nuclear Threat Initiative. Disponível em http://www.nti.org/media/pdfs/Securing_The_Bomb_2010.pdf?_id=1317459794. [Consult.16 mai. 2015].
- Bunn, M., 2013. Strengthening Global Approaches to Nuclear Security." *Proceedings of the Institute for Nuclear Materials Management 54th Annual Meeting, July 14-18, 2013*. Institute of Nuclear Materials Management.
- Bunn, M., 2014. Ensuring a Nuclear Nightmare Never Happens. *National Interest*, 11 June. Disponível em <http://nationalinterest.org/feature/ensuring-nuclear-nightmare-neverhappens-10641> [Consult.16 mai. 2015].

- Bunn, M., Roth, N., & Tobey, W., 2014. *Cutting Too Deep: The Obama Administration's Proposals for Nuclear Security Spending Reductions*. Cambridge, Mass.: Report for Project on Managing the Atom, Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School.
- Burr, W., 2005. The Nixon Administration, the 'Horror Strategy', and the Search for Limited Nuclear Options, 1969–1972. *Journal of Cold War Studies*, 7 (3), pp. 34–78.
- Butcher, M., 2009. *Obama's Nuclear Posture Review: Putting Flesh on the Bone of His Nuclear Diplomacy*. Getting to Zero Special Briefing, 23 June 2009.
- Buzan, B., 1991. *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Boulder, CO: Lynne Rienner publishers.
- Buzan, B., Waever, O., & Wilde, J., 1998. *Security: A New Framework for Analysis*. London: Lynne Rienner Publishers
- Carlton Snyder, R., Bruck, H.W., & Sapin, B., 2002. *Foreign Policy Decision-Making (Revisited)*. New York: Palgrave Macmillan.
- Carroll, J., 2005. Nixon's Madman Strategy. *The Boston Globe*, June 14, 2005. Disponível em http://www.boston.com/news/globe/editorial_opinion/oped/articles/2005/06/14/nixons_madman_strategy/. [Consult:16 mai. 2015].
- Carter, A., May, M., & Perry, W., 2007. The Day After: Action Following a Nuclear Blast in A US City. *The Washington Quarterly*, 30 (4), pp. 19-32.
- Cartwright, J., & Critchley, J., 1985. *Cruise, Pershing and SS-20 – The Search for Consensus: Nuclear Weapons in Europe (A North Atlantic Assembly Report)*. London: Brassey's Defence Publishers.
- Casteleiro, J., 2001, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo, Academia das Ciências de Lisboa.
- Center for Arms Control and Non-Proliferation, 2010. Statement on Nuclear Posture Review. Disponível em <http://www.nukesofhazardblog.com/story/2010/4/6/154131/5007>. [Consult:16 mai. 2015].
- Cerniello, C., 1997. Clinton Issues New Guidelines on U.S. Nuclear Weapons Doctrine. *Arms Control Today*, 27. Disponível em http://www.armscontrol.org/act/1997_11-12/pdd. [Consult:16 mai. 2015].
- Chaliand, G., 1990. *Anthologie Mondiale de la Stratégie: Des Origines au Nucleaire*. Paris : Éditions Robert Laffont.
- Charnay J., 1990a. *Critique de la stratégie*. Paris: L'Herne.
- Charnay J., 1990b. *Métastratégie. Systèmes, formes et principes de la Guerre féodale à la dissuasion nucléaire*. Paris : Economica, Bibliothèque stratégique.
- Charnay J., 1995. *La Stratégie*. Paris: Presses universitaires de France.

- Cheney, R., 2003. Interview with Vice-President Dick Cheney. NBC, 'Meet the Press', Transcript for March 16, 2003. Disponível em <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/bush/cheneymeetthepress.htm>. [Consult.16 mai. 2015].
- Cirincione, J., 2008. *Bomb Scare: The History & Future of Nuclear Weapons*. New York: Columbia University Press.
- Clary, C., 2005. The A. Q. Khan Network: Causes and Implications. Master thesis. Monterey, California: Naval Postgraduate School. Disponível em <http://www.fas.org/irp/eprint/clary.pdf>. [Consult.16 mai. 2015].
- Clausewitz, C. Von., 1976. *Da Guerra*. Lisboa: Editora Perspectivas & Realidades
- Clausewitz, C. Von., 1989. *On War*. Ed. & Translated by M. Howard, M., & P. Paret. Princeton, New Jersey: Princeton University Press
- Clinton, H., 2007. Security and opportunity for the twenty-first century. *Foreign Affairs*, 86(6), pp. 2-18.
- Cohen, S., 1995. *La Bombe Atomique: La stratégie de l'épouvante*. Paris: Découvertes Gallimard.
- Collina, T., 2009a. The New Nuclear Agenda: The Obama Administration and Arms Control. In: *Confronting Global WMD Threats Conference sponsored by US Air Force, USAF Counterproliferation Center, Defense Threat Reduction Agency, Colonial Williamsburg, August 13-14, 2009*. Disponível em <http://www.armscontrol.org/collinaug2009remarks>. [Consult.16 mai. 2015].
- Collina, T., 2009b. Administration Pushes to Finish "New START". *Arms Control Today*, 39. Disponível em http://armscontrol.org/act/2009_09/START. [Consult.16 mai. 2015].
- Collina, T., 2013. The European Phased Adaptive Approach at a Glance. Arms Control Association, May 2013. Disponível em <http://www.armscontrol.org/factsheets/Phasedadaptiveapproach> [Consult.16 mai. 2015].
- Committee on Conventional Prompt Global Strike Capability, National Research Council. 2009. *U.S. Conventional Prompt Global Strike: Issues for 2008 and Beyond*. Washington, D.C.: The National Academies Press.
- Committee on the Effects of Nuclear Earth-Penetrator and Other Weapons, National Research Council, 2005. *Effects of Nuclear Earth-Penetrator and Other Weapons*. Washington, D.C.: The National Academies Press.
- Comprido, J. B., 1985a. Estratégia. In: A.A.V.V. Polis – *Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Vol. II. Lisboa: Verbo, pp. 1221-1226.
- Comprido, J. B., 1985b. Geoestratégia. In: A.A.V.V. Polis – *Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Vol. III. Lisboa: Verbo, pp. 25-29.
- Conceição, A., 1952. *A Estratégia Nunca foi uma Ciência Puramente Militar*. Lisboa: Tipografia da L.C.G.G.

- Cooper, R. (2005). Imperial Liberalism. *The National Interest*, 79, pp. 25-34.
- Council on Foreign Relations, 2013. Global Governance Monitor: Nuclear Proliferation. Disponível em http://www.cfr.org/publication/18985/global_governance_monitor.html?breadcrumb=%2Fpublication%2Fby_type%2Finteractive#/nuclear-proliferation [Consult.16 mai. 2015].
- Coutau-Bégarie, H., 1999. *Traité de Stratégie*. Paris: Economica.
- Couto, A. C., 1980. Defesa Nacional: Alguns Problemas Conceptuais. *Nação e Defesa*, 16, pp. 9-19.
- Couto, A. C., 1982. Relações entre a Estratégia e a Política. *Nação e Defesa*, 21, pp. 109-127.
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia – Apointamentos para um Curso, Vol.1*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Couto, A. C., 1989. *Elementos de Estratégia – Apointamentos para um Curso, Vol. 2*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Couto, A. C., 2002. Da importância de uma teoria. In: Abreu, F. *Fundamentos da Estratégia militar e empresarial*. Lisboa: Edições Sílabo, pp. 17-22.
- Couto, A. C., 2004. Postfácio. In: Horta Fernandes, A; Abreu, F. (Eds.) *Pensar a estratégia do Político-Militar ao Empresarial*. Lisboa: Edições Sílabo, pp. 215-230.
- Cravinho, J., 2002. *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Daalder, I., & Goldgeier, J., 2006. Global NATO. *Foreign Affairs*, 85 (5), pp. 105-113.
- Daalder, I., & Lodal, J., 2008. The Logic of Zero: Toward a World Without Nuclear Weapons. *Foreign Affairs*, 87 (6), pp. 80-95.
- Dalh, F., 2014. Ukraine Crisis Could Affect Global Anti-Atom Bomb Pact – U.N.'s Ban. *Reuters*, 24 March. Disponível em <http://www.reuters.com/article/2014/03/24/us-ukraine-crisis-un-idUSBREA2N1UK20140324> [Consult.16 mai. 2015].
- Dallek, R., 1995. *Franklin D. Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945*. New York: Oxford University Press.
- David, C., 1987. *Debating Counterforce: A Conventional Approach in a Nuclear Age*. Boulder, CO: Westview Press.
- Delgado, L., 1986. Glossário de Estratégia. *Estratégia*, 2.
- Delmas, C., 1967. *História Política da Bomba Atómica*. Lisboa: Edição Livros Brasil.
- Delmas, C., 1975. *A Guerra Revolucionária*. Lisboa: Coleção Saber, Publicações Europa-América.
- Delpach, T., 2001. Nuclear Weapons: Less Central, More Dangerous In: Burkard Schmitt (Ed.). *Nuclear Weapons: A New Great Debate*. Chaillot Paper 44, Paris: Institute for Security Studies of the Western European Union.

- Deutch, J., 2005. A Nuclear Posture for Today. *Foreign Affairs*, 84 (1), pp. 49-60.
- Dockrill, S., 1996. *Eisenhower's New-Look National Security Policy, 1953-1961*. New York: St. Martin's Press.
- Dougherty, J.; Pfaltzgraff, Jr., R., 2003. *Relações Internacionais. Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva.
- Drell, S., & Goodby, J., 2008. The Reality: A Goal of a World without Nuclear Weapons Is Essential. *The Washington Quarterly*, 31 (3), pp. 23-32.
- Drew, N., 1994. NSC-68: *Forging The Strategy Of Containment, with the analyses by Paul H. Nitze*. Fort Lesley J. McNair Washington, D.C.: National Defense University Press.
- du Preez, J., 2004. The Role of Security Assurances: Is Any Progress Possible?. NTI Issue Brief, April 2004.
- Duarte, A., 2004. Os (De) Limites da Estratégia: Assomos Reflexivos a Propósito de um Debate Estratégico Teórico. In: Fernandes, A. H.; Abreu, F. (Eds.). *Pensar a estratégia do Político-Militar ao Empresarial*. Lisboa: Edições Sílabo, pp. 123-138.
- Dueck, C., 2006. *Reluctant Crusaders: Power, Culture, and Change in American Grand Strategy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Dusanic, A., & Penev, P., 2009. The Influence of the Neoconservative Movement on U.S. Foreign Policy. *Connections*, 8 (2), pp. 91-99.
- Erickson, S., 2001. Nuclear Weapon Prepositioning as a Threat Strategy. *Journal of Homeland Security*, July 2001. Disponível em <http://www.nci.org/02NCI/03/erickson.htm> [Consult.16 mai. 2015].
- Estado-Maior do Exército, 1996. *O Exército na Guerra Subversiva: Regulamento, I Generalidades*. Lisboa: Ministério do Exército.
- Fairbanks, Jr., C., 2004. MAD and U.S. Strategy. In: Sokolski, H. (Ed.). *Getting MAD: Nuclear Mutual Assured Destruction, Its Origins and Practice*. Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, pp. 137-147.
- Falk, R., 1995. *On Human Governance. Toward a New Global Politics. A Report to the World Order Models Project*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Falk, R. & Krieger, D., 2012. *The Path to Zero: Dialogues on Nuclear Dangers*. Boulder, CO: Paradigm Publishers.
- Federation of American Scientists (FAS) Strategic Security Blog, 2015. Status of World Nuclear Forces. Disponível em <https://fas.org/issues/nuclear-weapons/status-world-nuclear-forces/> [Consult.16 mai. 2015].
- Feiveson, H., 1999. *The Nuclear Turning Point: A Blueprint for Deep Cuts and Dealing of Nuclear Weapons*. Washington. D.C.: Brookings Institution Press.

- Fernandes, A. H., 1998. *O Homo strategicus ou a ilusão de uma razão estratégica?*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional.
- Fernandes, A. H., 2007. A Estratégia face aos Estudos para a Paz e aos Estudos de Segurança: Um Ensaio desde a Escola Estratégica Portuguesa. *Cadernos do IDN*, 4. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Fernandes, A. H., 2012. Cultura Estratégica em Portugal: a escola estratégica portuguesa. *Revista Portuguesa de Ciência Política*, 2, pp.143-148.
- Fernandes, A. H., & Abreu, F., 2004. *Pensar a estratégia do Político-Militar ao Empresarial*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Fernandes, A. H; Borges, J., 2005. Enquadramento conceptual. In: Freire Nogueira (Cord.). *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, pp. 11-90.
- Fitzpatrick, M., 2014. The Ukraine Crisis and Nuclear Order. *Survival*, 56 (4), pp. 81-90
- Flory, P., 2006. *Just the Facts*. Foreign Affairs 85 (5), pp. 149-50.
- Foster, G., 1996. Research, Writing, and the Mind of the Strategist. *Joint Force Quarterly*, 11, Spring, pp. 111-115.
- Freedman, L., 1998. The Revolution in Strategic Affairs. *Adelphi Papers*, 38 (318). London: International Institute of Strategic Studies.
- Freedman, L., 2003. *The Evolution of Nuclear Strategy*. New York: Palgrave Macmillan.
- Freedman, L., 2004. *Deterrence*. Cambridge, UK: Polity Press..
- Freedman, L., 2006. The Transformation of Strategic Affairs. *Adelphi Papers*, 45 (379). London: International Institute of Strategic Studies.
- Freedman, L., 2009. Nuclear Disarmament: The Need for a New Theory. *Lowy Institute Perspectives*, March 2009. Disponível em http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Freedman%2C_Nuclear_disarmament_web.pdf. [Consult.16 mai. 2015].
- Freedman, L., 2013. *Strategy: A History*. Oxford: Oxford University Press
- Friedberg, A., 1993-94. Ripe for Rivalry: Prospects for Peace in a Multipolar Asia. *International Security*, 18 (3), pp. 5-33.
- Friedberg, A., 2009. Same Old Songs: What the Declinists (and Triumphalists) Miss. *The American Interest*, 5 (2), pp. 28-35. Mark Fitzpatrick 2014 The Ukraine Crisis and Nuclear Order
- Frost, R., 2005. Nuclear terrorism after 9/11. *Adelphi Papers*, 45 (378), International Institute for Strategic Studies. London: International Institute of Strategic Studies.
- Fukuyama, F., 2004. The Neoconservative moment. *National Interest*, 76, pp. 57-68.

- Fukuyama, F., 2006. After Neoconservatism. *The New York Times*. February 19, 2006. Disponível em <http://www.nytimes.com/2006/02/19/magazine/neo.html>. [Consult.16 mai. 2015].
- Fukuyama, F., 2014. *Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Fukuyama, F., & Ikenberry, G. J., 2006. *The Princeton Project On National Security. Report of the Working Group on Grand Strategic Choices*. Princeton, New Jersey: Princeton University, The Woodrow Wilson School of Public and International Affairs. Disponível em <http://www.princeton.edu/~ppns/report/FinalReport.pdf> [Consult.16 mai. 2015].
- Gabel, J., 2004-05. The Role of U.S. Nuclear Weapons after September 11. *The Washington Quarterly*, 28 (1), pp. 181–195.
- Gaddis, J. L., 2002. A Grand Strategy of Transformation, *Foreign Policy*, 133, pp. 50-57.
- Gaddis, J. L., 2004. *Surprise, Security and the American Experience*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Gaddis, J. L., 2005. *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy during the Cold War*. New York: Oxford University Press.
- Galvin, J., 1995. What's the Matter with Being a Strategist?. *Parameters*, pp. 161-168.
- Gaspar, C., 2008a. As crises da unipolaridade. Paper apresentado no IV Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, 7 de Março de 2008. Disponível em <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=325> [Consult.16 mai. 2015].
- Gaspar, C., 2008b. Os Estados Unidos e a transformação da Ásia. *Relações Internacionais*, 19, pp. 119-134.
- Gat, A., 1989 *The Origins of Military Thought: From the Enlightenment to Clausewitz*. New York: Oxford University Press
- Gavin, F., 2001. The Myth of Flexible Response: United States Strategy in Europe during the 1960s. *International History Review*, 23 (4), pp. 847-875.
- Gentile, G., 2000. Planning for Preventive War, 1945-1950. *Joint Forces Quarterly*, 24, pp. 68-74.
- Gere, F., 1991. Entre Revolution et Restauration: La Pensee Strategique Americaine. *Stratégique*, 49 (1), pp. 83-144.
- Gollust, D., 2009. Clinton Says US Considers 'Defense Umbrella' to Deter a Nuclear Iran. *Voanews.com*, July 22, 2009. Disponível em <http://www.voanews.com/content/a-13-2009-07-22-voa8-68653952/3544476.html> [Consult.16 mai. 2015].
- Gordin, M., 2007. *Five Days in August: How World War II Became a Nuclear War*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

- Gordon, M., 2002a. U.S. Nuclear Plan Sees New Targets and New Weapons. *New York Times*, March 10, 2002. Disponibile em <http://www.nytimes.com/2002/03/10/world/us-nuclear-plan-sees-new-targets-and-new-weapons.html?pagewanted=print>. [Consult.16 mai. 2015].
- Gordon, M., 2002b. Nuclear Arms for Deterrence or Fighting?. *New York Times*, March 11, 2002. Disponibile em <http://www.nytimes.com/2002/03/11/world/nuclear-arms-for-deterrence-or-fighting.html>. [Consult.16 mai. 2015].
- Gordon, P., 2004. *Allies at war: America, Europe, and the Crisis over Iraq*. New York: McGraw-Hill Professional.
- Gosling, F.G., 1999. *The Manhattan Project: Making the Atomic Bomb (DOE/MA-0001)*. Washington, D.C.: United States Department of Energy, History Division.
- Goudsmit, S., 1996. *Alsos*. New York: Springer.
- Graham, B., & Talent, J., 2008. *World at Risk: The Report of the Commission on the Prevention of WMD Proliferation and Terrorism*. New York: Vintage Books, a division of Random House, Inc.
- Gray, C., 1978. The Strategic Forces TRIAD: End of the Road. *Foreign Affairs*, 56 (4), pp. 771-789.
- Gray, C., 1979. Nuclear Strategy: The Case for a Theory of Victory. *International Security*, 4 (1), pp. 54-87.
- Gray, C., 1999a. *Modern Strategy*. New York: Oxford University Press.
- Gray, C., 1999b. *The Second Nuclear Age*. London: Lynne Rienner Publishers.
- Gray, C., 2000. To Confuse Ourselves: Nuclear Fallacies. In: Baylis, J., & O'Neill, R. (2000). *Alternative Nuclear Futures: The Role of Nuclear Weapons in the Post-Cold War World*. Oxford: Oxford University Press, pp. 4-30.
- Gray, C., & Payne, K., 1980. Victory Is Possible. *Foreign Policy*, 39, pp. 14-27.
- Grotto, A., & Cirincione, J., 2008. Orienting the 2009 Nuclear Posture Review: A Roadmap. Center For American Progress. Disponibile em <http://www.archiviodisarmo.it/index.php/it/2013-05-08-17-45-06/nuclear-news/finish/9/857> [Consult.16 mai. 2015].
- Gusterson, H., 2008. The New Nuclear Abolitionists. *Bulletin of the Atomic Scientists*, May 13. Disponibile em <http://thebulletin.org/new-nuclear-abolitionists> [Consult.16 mai. 2015].
- Guthe, K., 2002. *The Nuclear Posture Review: How Is the "New Triad" New?*. Washington, D.C.: Center for Strategic and Budgetary Assessments. Disponibile em http://www.csbaonline.org/4Publications/Archive/R.20020729.Nuclear_Posture_Review/R.20020729.Nuclear_Posture_Review.pdf. [Consult.16 mai. 2015].
- Haass, R., 2005. The Opportunity to Define an Era. In: *Opportunity, America's Moment to Alter History Course*. New York: PublicAffors, pp. 1-32.

- Haldeman, H.R., 1978. *The Ends of Power*. New York: Times Books.
- Halliday, F., 1986. *The Making of the Second Cold War*. London: Verso.
- Halloway, D., 2006. Deterrence, Preventive War, and Preemption. In: Bunn, G., & Chyba, C. (Eds.). *U.S.Nuclear Weapons Policy: Confronting Today's Threats*. Washington, D.C.: Brookings Institution, pp. 34-74.
- Halperin, M., 1961. Nuclear Weapons and Limited War. *The Journal of Conflict Resolution*, 5 (2), pp. 146-166
- Handler, J., 1997. The Russian naval nuclear complex. In: Gerd Busmann, G., Meier, O., & Nassauer, O. (Eds.). *The Nuclear Legacy of the Former Soviet Union: Implications for Security and Ecology*. BITS Research Report, 97 (1), November. Disponível em <http://www.bits.de/public/pdf/rr97-1.pdf>. [Consult.16 mai. 2015].
- Harvey, C., 2012. From theory to reality: The evolution of multilateral assurance of nuclear fuel. *Nuclear Threat Initiative*, March 24. Disponível em <http://www.nti.org/analysis/articles/evolution-multilateral-assurance-nuclear-fuel/> [Consult.16 mai. 2015].
- Hecker, S., & Davis, P., 2014. Why the US Should Keep Cooperating with Russia on Nuclear Security. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 29 May. Disponível em <http://thebulletin.org/why-us-should-keep-cooperating-russia-nuclear-security7207> [Consult.16 mai. 2015].
- Herz, J., 1951. *Political Realism and Political Idealism. A study in theories and Realities*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Heuser, B., 1997. *NATO, Britain, France and the FRG: Nuclear Strategies and Forces for Europe, 1949-2000*. London: Macmillan.
- Heuser, B., 2010. *The Evolution of Strategy: Thinking War from Antiquity to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Holdren, J., 1998. *Getting To Zero: Is Pursuing a Nuclear-Weapon-Free World Too Difficult? Too Dangerous? Too Distracting?*. BCSIA Discussion Paper 98-24, Kennedy School of Government, Harvard University, April 1998. Disponível em http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/disc_paper_98_24.pdf. [Consult.16 mai. 2015].
- Holdren, J., 2009. In Full Interview, John Holdren Eschews New Nukes, Hints at Space Flight Delays. *Science Insider*, April 8, 2009. Disponível em <http://news.sciencemag.org/2009/04/full-interview-john-holdren-eschews-new-nukes-hints-space-flight-delays> [Consult.16 mai. 2015]
- Holmes, K., 2003. American Internationalism: Promoting Freedom, Democracy and Development. *US Foreign Policy Agenda*, 8 (1), pp. 5-6.
- Howard, M., 1979. The Forgotten Dimensions of Strategy. *Foreign Affairs*, 57 (5), pp. 975-986.

- Howard, M., 1981. On Fighting a Nuclear War. *International Security*, 5 (4), pp. 3-17.
- Huntington, S., 1996. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. London: Simon & Schuster.
- Huntington, S., 1999. The Lonely Superpower. *Foreign Affairs*, 78(2), pp. 35-49.
- Huntington, S., 2000. Robust Nationalism. *The National Interest*, 58, pp. 31-40.
- Ikenberry, G. J., 2001. *After Victory: Institutions, Strategic restraint, and the Rebuilding of Order After Major Wars*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Ikenberry, G. J., 2002. America's Imperial Ambition. *Foreign Affairs*, 81(5), pp. 44-60.
- Ikenberry, G. J., 2004. American hegemony and East Asian Order. *Australian Journal of International Affairs*, 58 (3/9), pp. 353-36.
- Ikenberry, G. J., 2007. *Grand Strategy as Liberal order Building*. Paper prepared for conference on After the Bush Doctrine: National Security Strategy for a New Administration. University of Virginia, 7-8 June 2007.
- Ikenberry, G. J., 2011. *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order*. Princeton, NJ: Princeton University Press
- Ikenberry, G. J., & Slaughter, A., 2006. *Forging a World of Liberty under Law: U.S. National security in the 21st Century. Final Report of the Princeton Project on National security*. Princeton, NJ: Princeton University. The Princeton Project Papers. The Woodrow Wilson School of Public and International Affairs. Disponivel em <http://www.princeton.edu/~ppns/report/FinalReport.pdf>. [Consult.16 mai. 2015].
- Ikenberry, G.J., Mastanduno, M. & Wohlforth, W., 2009. International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity. *World Politics*, 61 (1), January 2009.
- Inboden, W., 2009. What is Power? And How Much of It does America Have?. *The American Interest*, 5 (2), pp. 15-27.
- International Panel on Fissile Materials, 2010. *Reducing and Eliminating Nuclear Weapons: Country Perspectives on the Challenges to Nuclear Disarmament*. Princeton, NJ: Report for Princeton University.
- Ismay, H., 1955. *NATO, the First Five Years, 1949-1954*. Disponivel em <http://www.nato.int/archives/1st5years/index.htm>. [Consult.16 mai. 2015].
- Jervis, R., 1978. *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Jervis, R., 1984. *The Illogic of American Nuclear Strategy*. Ithaca: Cornell University Press.
- Jervis, R., 1989. *The Meaning of the Nuclear Revolution*. Ithaca: Cornell University Press.
- Jervis, R., 2009. Unipolarity: A Structural Perspective. *World Politics*, 61 (1), pp. 188-213

- Jingmei, T., 2003. The Bush Administration's Nuclear Strategy and Its Implications for China's Security. *CISAC Working Paper*, March 2003. Disponível em <http://iis-db.stanford.edu/pubs/20188/tian.pdf>. [Consult.16 mai. 2015].
- Jo, D., & Gartzke, E., 2007. Determinants of Nuclear Weapons Proliferation. *Journal of Conflict Resolution*, 51, pp. 167-195.
- Joint Working Group of AAAS, the American Physical Society, & the Center for Strategic and International Studies, 2008. *Nuclear Weapons in 21st Century U.S. National Security*. Washington, D.C.: Center for Strategic & International Studies.
- Kagan, F. W., 2006. The U.S. Military's Manpower Crisis. *Foreign Affairs*, 85(4), pp.97-110.
- Kagan, R., 2002. Power and Weakness. *Policy Review*, 113, pp. 3-28. Disponível em <http://web.cias.ufl.edu/users/zselden/Course%20Readings/RKagan.pdf> [Consult.16 mai. 2015].
- Kagan, R., 2003. *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*. New York: Alfred A. Knopf.
- Kagan, R., 2008. The Case for a League of Democracies. *Financial Times*, May 13, 2008. Disponível em <http://carnegieendowment.org/2008/05/13/case-for-league-of-democracies/3fp> [Consult.16 mai. 2015].
- Kagan, R., 2014. Superpowers don't get to retire. What our tired country still owes the world". *New Republic*, May 26. Disponível em <http://www.newrepublic.com/Article/117859/Allure-Normalcy-What-America-Still-Owes-World> [Consult.16 mai. 2015].
- Kahn, H., 1989. On Escalation. In: Bobbit, P., Freedman, L., & Treverton, G. (Eds.). *U.S. Nuclear Strategy: A Reader*. London: MacMillan Press, pp. 283-336.
- Kahn, H., 2007. *On Thermonuclear War*. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers.
- Kaplan, F., 1991. *The Wizards of Armageddon*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Kaplan, F., 2001. JFK's First-Strike Plan. *The Atlantic Monthly*, 288 (3), pp.81-86. Disponível em <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2001/10/jfks-first-strike-plan/376432/> [Consult.16 mai. 2015].
- Kelleher, C., & Reppy, J., 2011. *Getting to Zero: The Path to Nuclear Disarmament*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Kennan, G., 1947. The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*, 25 (4), pp. 566-582.
- Kennedy, P., 1991. *Grand Strategies in War and Peace*. New Haven: Yale University Press.
- Kennedy, R. F., 1969. *Thirteen Days: A Memoir of the Cuban Missile Crisis*. New York: W.W. Norton.

- Khan, F. H., 2012. *Eating Grass: The Making of the Pakistani Bomb*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Khanna, K., 2009. *The Second World. How Emerging Powers Are Redefining Global Competition in the Twenty-first Century*. London: Penguin Books.
- Kimball, D., 2001. CTBT Rogue State?. *Arms Control Today*, 31. Disponível em http://www.armscontrol.org/act/2001_12/ctbtanalysisdec01 [Consult.16 mai. 2015].
- Kimball, D., Meier, O & Ingram, P., 2012. NATO on Nuclear Weapons: Opportunities Missed and Next Steps Forward. *Arms Control Now*, May 21, 2012. Disponível em <http://armscontrolnow.org/2012/05/21/nato-on-nuclear-weapons-opportunities-missed-and-next-steps-forward/> [Consult.16 mai. 2015].
- Kissinger, H., 1969. *Nuclear Weapons and Foreign Policy*. New York: W.W. Norton & Company, Inc.
- Kissinger, H., 1979. *The White House Years*. London: Weidenfeld and Nicholson & Michael Joseph.
- Kissinger, H., 2007. *A Diplomacia*. Lisboa: Gradiva.
- Kissinger, H., 2012. *On China*. New York: Penguin Books.
- Kissinger, H., 2014. *World Order*. New York: Penguin Press
- Knorr, K., 1985. Controlling Nuclear War. *International Security*, 9 (4), pp. 79-98.
- Krauthammer, C., 1990-91. The Unipolar Moment. *Foreign Affairs*, 70 (1), pp. 23-33.
- Krauthammer, C., 2002. The Unipolar Moment Revisited. *The National Interest*, pp. 5-17.
- Krauthammer, C., 2004. In Defense of Democratic Realism. *The National Interest*, 77, pp. 15-25
- Krauthammer, C., 2006. *Past the Apogee: America under Pressure*. Keynote Address at FPR's Annual Dinner, November 14, 2006. Disponível em http://www.realclearpolitics.com/articles/2006/12/past_the_apogee_america_under.html [Consult.16 mai. 2015].
- Krieger, D., 2013. *Zero: The Case for Nuclear Weapons Abolition*. Santa Barbara, CA: A Nuclear Age Peace Foundation Book.
- Kristensen, H., 1997. Targets of Opportunity. *The Bulletin of Atomic Scientists*, 53 (5) pp. 22-28.
- Kristensen, H., 1998. Nuclear Futures: Proliferation of Weapons of Mass Destruction and US Nuclear Strategy. *Basic Research Report*, 98 (2), pp. 1-34. Disponível em <http://www.nukestrat.com/pubs/nfuture2.pdf>. [Consult.16 mai. 2015].
- Kristensen, H., 2000. *U.S. Nuclear Strategy Reform in the 1990s*. The Nautilus Institute, March 2000. Disponível em <http://oldsite.nautilus.org/archives/nukestrat/StratRef.PDF> [Consult.16 mai. 2015].

- Kristensen, H., 2005. The Role of Nuclear Weapons: New Doctrine Falls Short of Bush Pledge. *Arms Control Today*, 35. Disponível em http://www.armscontrol.org/act/2005_09/Kristensen. [Consult.16 mai. 2015].
- Kristensen, H., 2007. Administration Increases Submarine Nuclear Warhead Production Plan. FAS Strategic Security Blog, August 30, 2007. Disponível em http://fas.org/blogs/security/2007/08/us_triples_submarine_warhead/ [Consult.16 mai. 2015].
- Kristensen, H., Norris, R., & Oelrich, I., 2009. *From Counterforce to Minimal Deterrence: A New Nuclear Policy on the Path Toward Eliminating Nuclear Weapons*. Federation of American Scientists and Natural Resources Defense Council, April 2009. Disponível em http://fas.org/pubs/_docs/occasionalpaper7.pdf [Consult.16 mai. 2015].
- Kroenig, M., 2009. *Beyond Optimism and Pessimism: The Differential Effects of Nuclear Proliferation*. Working Paper, Managing the Atom Project, Belfer Center for Science and International Affairs, November 2009. Disponível em <http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/Beyond-Optimism-and-Pessimism.pdf> [Consult.16 mai. 2015].
- Kugler, J., 1984. Terror without Deterrence: Reassessing the Role of Nuclear Weapons. *The Journal of Conflict Resolution*, 28 (3), pp. 470-506.
- Kupchan, C., 1998. After Pax Americana: Benign Power, Regional Integration, and the Sources of a Stable Multipolarity. *International Security*, 23 (2), pp. 40-79.
- Kupchan, C., 2012. *No One's World: The West, the Rising Rest, and the Coming Global Turn*. New York: Oxford University Press
- Kupchan, C., & Trubowitz, P., 2007. Dead center: The demise of liberal internationalism in the United States. *International Security*, 32 (2), pp. 7-44.
- Kyl, J., & Perle, R., 2009. Our Decaying Nuclear Deterrent. *The Wall Street Journal*, June 30. Disponível em <http://online.wsj.com/article/SB124623202363966157.html>. [Consult.16 mai. 2015].
- Lages Ribeiro, H., 2008. *Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico*. Lisboa: Gradiva.
- WLaird, B., 2009. *A Guide to the Challenges Facing President Obama's Nuclear Abolition Agenda*. Carnegie Council on Ethics in International Affairs, July 21, 2009. Disponível em http://www.carnegiecouncil.org/publications/articles_papers_reports/0025.html [Consult.16 mai. 2015].
- Laufer, M., 2005 A.Q. Khan Nuclear Chronology. *Non-Proliferation*, 8 (8), September 7, 2005. Carnegie Endowment for International Peace, Issue Brief. Disponível em <http://carnegieendowment.org/2005/09/07/a.-q.-khan-nuclear-chronology>. [Consult.16 mai. 2015].
- Layne, C., 1993. The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise. *International Security*, 17(4), pp. 5-51.

- Layne, C., 2006. *The Peace of Illusions: American Grand Strategy from 1940 to the Present*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- Legvold, R., 2014. Managing the New Cold War. *Foreign Affairs*, 93 (4), pp. 74-84.
- Legro, J., 2005. *Rethinking the world: Great Power Strategies and International Order*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- Lente, D., 2012. *The Nuclear Age in Popular Media: A Transnational History, 1945-1965*. New York: Palgrave Macmillan.
- Lettow, P., 2006. *Ronald Reagan and His Quest to Abolish Nuclear Weapons*. New York: Random House Trade Paperbacks.
- Lewis, J., 2008. Minimum Deterrence. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 64 (3), pp. 38-41.
- Lewis, P. et al, 2010. *Delegitimizing Nuclear Weapon: Examining the Validity of Nuclear Deterrence*. Monterey, CA: Center for Nonproliferation Studies.
- Liddell Hart, B.H., 1946. *The Revolution in Warfare*. London: Faber and Faber.
- Liddell Hart, B.H., 1991. *Strategy*. New York: Meridian.
- Lider, J., 1976. The Prospect of War in the Missile Age. Two Opposite Views Confronted. *Journal of Peace Research*, 13 (4), pp. 357-369.
- Lieber, K., & Press, D., 2006a. The End of MAD? The Nuclear Dimension of U.S. Primacy. *International Security*, 30 (4), pp. 7-44.
- Lieber, K., & Press, D., 2006b. The Rise of U.S. Nuclear Primacy. *Foreign Affairs*, 85 (2), pp. 42-54.
- Loureiro dos Santos, J., 1983. *Incursoes no Dominio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ludendorff, E., 1937. *A Guerra Total*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Lunn, S., & Kearns, I., 2012. *NATO's Deterrence and Defence Posture Review: A Status Report*. ELN NATO Policy Brief, 1, February 2012. Disponível em <http://www.europeanleadershipnetwork.org/medialibrary/2012/02/20/e65f335d/NATO%20-%20DDPR.%20A%20Status%20Report.pdf> [Consult. 16 mai. 2015].
- Luttwak, E., 2003. *Strategy: The Logic of War and Peace*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press
- Magalhães, N. S., 2007. O Futuro do Nordeste Asiático Realismo Tridimensional, Preferências e Estruturas. *Relações Internacionais*, 16, pp. 37-59.
- Maia, E., 2003. *Armas Nucleares e Direito Internacional: O parecer Consultivo do Tribunal Internacional de Justiça de 8 de Julho de 1996*. Porto: Publicações Universidade Católica.
- Mandelbaum, M., 1981. *The Nuclear Revolution: International Politics Before and After Hiroshima*. Cambridge University Press

- Marsh, B., 2009. The Twists and Turns of Missile Defense. *The New York Times*. September 19, 2009. Disponível em <http://www.nytimes.com/2009/09/20/weekinreview/20marsh.html>. [Consult.16 mai. 2015].
- Marx, K., 1854. The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte. Disponível em <http://chm.gmu.edu/revolution/d/580/>. [Consult.16 mai. 2015].
- Mastanduno, M., 1997. Preserving the Unipolar Moment Realist Theories and US Grand Strategy. *International Security*, 21 (4), pp. 49-88.
- Matias, X., 1993. *Elementos de análise Geopolítica e Geoestratégica*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, ME 71-00-08.
- Mazarr, M., 1997. *Nuclear Weapons in a Transformed World: The Challenge of Virtual Nuclear Arsenals*. New York: Palgrave Macmillan.
- McCain, J., 2007. An enduring peace built on freedom. *Foreign Affairs*, 86 (6), pp. 19-35.
- McCgwire, M., 2000. The Elimination of Nuclear Weapons. In: Baylis, J., & O'Neill, R. (2000). *Alternative Nuclear Futures: The Role of Nuclear Weapons in the Post-Cold War World*. Oxford: Oxford University Press, pp. 144-166.
- McCgwire, M., 2006. Appendix 2: Nuclear Deterrence. *International Affairs*, 82 (4), pp. 771-784.
- McDonough, D., 2006. Nuclear Superiority: The 'new triad' and the evolution of nuclear strategy. *Adelphi Papers*, 46 (383). London: International Institute of Strategic Studies.
- McDonough, D., 2009 Tailored Deterrence: The 'New Triad' and the Tailoring of Nuclear Superiority, *Strategic Datalink*, 8, March 2009, pp. 1-6. Disponível em <http://opencanada.org/wp-content/uploads/2011/05/CIC-SD-8-McDonough.pdf> [Consult.16 mai. 2015].
- McNamara, R., 1983. The Military Role of Nuclear Weapons. *Foreign Affairs*, 62 (1), pp. 59-80.
- McNamara, R., 2005. Apocalypse Soon. *Foreign Policy*, 148, pp. 28-35.
- Mearsheimer, J., 2001. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: London W.W. Norton & Company.
- Mearsheimer, J., 2006. Structural Realism. In: Dunne, T., Kurki, M., & Smith, S. (Eds.). *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2006., pp. 71-88.
- Mearsheimer, J., 2008. A Return to Offshore Balancing. *Newsweek*, December 31, 2008. Disponível em <http://www.newsweek.com/return-offshore-balancing-82925> [Consult.16 mai. 2015].
- Mearsheimer, J., 2014. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. *Foreign Affairs*. 93 (5), pp. 1-12

- Merry, R., 2005. *Sands of Empire: Missionary Zeal, American Foreign Policy, and the Hazards of Global Ambition*. New York: Simon & Schuster.
- Metz, S., & Johnson II, D., 2001. *Asymmetry and U.S. Military Strategy: Definition, Background, and Strategic Concepts*. Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute.
- Meyer, P., 2009 Breakthrough and Breakdown at the Conference on Disarmament: Assessing the Prospects for an FM(C)T September 2009. *Arms Control Today*, 39. Disponível em http://www.armscontrol.org/act/2009_09/Meyer. [Consult.16 mai. 2015].
- Miller, J., 2009. *The U.S. and the Comprehensive Test Ban Treaty*. EastWest Institute, September 11, 2009.
- Miller, J., Cartwright, J., D'Agostino, T. & Tauscher, E., 2010. Special Briefing on New Nuclear Posture Review from the Pentagon, April 06, 2010. Disponível em <http://www.defense.gov/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=4600>. [Consult.16 mai. 2015].
- Mlyn, E., 2000 U.S. Nuclear Policy and the End of the Cold War. In: Paul, T.V., Harknett, R., & Wirtz, J. (Eds.). *The Absolute Weapon Revisited: Nuclear Arms and the Emerging International Order*. Ann Arbor: University of Michigan Press, pp. 189-212.
- Monjardino, M., 2002. A Arma Absoluta e a Segunda Idade Nuclear. *Mundo em Português*, 39.
- Monjardino, M., (2008). O princípio do fim da idade nuclear?. *Expresso*, 24 de Novembro. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/o-principio-do-fim-da-idade-nuclear=f459703> [Consult.16 mai. 2015].
- Montbrial, T., & Klein, J., 2000. *Dictionnaire de Stratégie*. Paris : Presses Universitaires de France.
- Monteiro, N., 2008. A unipolaridade americana. *Relações Internacionais*, 19, pp. 73-87.
- Moreira, A., 2002. O fim da Guerra Fria: contingência e ordem. In: *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, pp. 186-194.
- Morgan, P., 2003. *Deterrence Now*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Morgenthau, H., 1964. The Four Paradoxes of Nuclear Strategy. *The American Political Science Review*, 58 (1), pp. 23-35.
- Mowatt-Larsen, R., 2010. Al Qaeda Weapons of Mass Destruction Threat: Hype or Reality?. Paper, Belfer Center for Science and International Affairs, January 2010. Disponível em <http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/al-queda-wmd-threat.pdf>. [Consult.16 mai. 2015].
- Mueller, J., 2010. Why Nuclear Weapons Aren't As Frightening As You Think. *Foreign Policy*, January/February. Disponível em http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/01/04/think_again_nuclear_weapons [Consult.16 mai. 2015].

- Müller, H., 1998. A Ban on Production of Fissile Materials for Weapons Purposes: Doomed Prospects?. *PPNN Issue Review*, 13. University of Southampton, Department of Politics Mountbatten Centre for International Studies.
- Müller, H., 2000. Nuclear Disarmament: The Case for Incrementalism. In: Baylis, J., & O'Neill, R. (2000). *Alternative Nuclear Futures: The Role of Nuclear Weapons in the Post-Cold War World*. Oxford: Oxford University Press, pp. 125-143.
- Müller, H., 2005. The 2005 NPT Review Conference: Reasons and Consequences of Failure and Options for Repair. *Weapons of Mass Destruction Commission*, 31. Disponível em <http://www.un.org/disarmament/education/wmdcommission/files/No31.pdf> [Consult.16 mai. 2015].
- Murray, W. & Grimsley, M., 1996. Introduction: On Strategy. In: Murray, W., Knox, M., & Bernstein, A. (Eds.). *The Making of Strategy: Rulers, States, and War*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-23.
- Nalebuff, B., 1988. Minimal Nuclear Deterrence. *Journal of Conflict Resolution*, 32(3), pp. 411-425
- Narang, V., 2014. *Nuclear Strategy in the Modern Era: Regional Powers and International Conflict*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- National Institute for Public Policy., 2001. Rationale and Requirements for U.S. Nuclear Forces and Arms Control, Volume I (Executive Report), January 2001. Disponível em <http://www.nipp.org/National%20Institute%20Press/Archives/Publication%20Archive%20PDF/volume%201%20complete.pdf> [Consult.16 mai. 2015].
- Natural Resources Defense Council, NRDC., 2013. From Mutual Assured Destruction to Mutual Assured Stability: Exploring a New Comprehensive Framework for U.S. and Russian Nuclear Arms Reductions. A joint Report by the Natural Resources Defense Council (NRDC), Washington, D.C.: and the Institute for USA and Canadian Studies (ISKRAN), Russian Academy of Sciences, Moscow. Disponível em <http://www.nrdc.org/nuclear/files/NRDC-ISKRAN-Nuclear-Security-Report-March2013.pdf> [Consult.16 mai. 2015].
- Naumann, K., Shalikhvili, J., Lord Inge., Lanxade, J., & van den Breemen, H., 2007. *Towards A Grand Strategy for an Uncertain World: Renewing Transatlantic Partnership*. Noaber Foundation, Lunteren, Netherlands: Disponível em http://csis.org/files/media/isis/events/080110_grand_strategy.pdf. [Consult.16 mai. 2015].
- Nitze, P., 1976. Assuring Strategic Stability in the Era of Détente. *Foreign Affairs*, 54 (2), pp. 207-232.
- Nogueira, P. M., 2006. *A Postura Nuclear da NATO no Início da Segunda Era Nuclear*. Lisboa: Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, Instituto de Estudos Políticos.
- Nolan, J., 1999. *An elusive consensus: Nuclear Weapons and American Security after Cold War*. Washington D.C.: Brookings Institution Press.

- Norris, R., & Kristensen, H., 2013. Global Nuclear Weapons Inventories, 1945– 2013. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 69 (5), pp. 75-81.
- Norris, R., & Kristensen, H., 2014a. Nuclear Notebook: U.S. Nuclear Forces, 2014. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 70 (1), pp. 85–93.
- Norris, R., & Kristensen, H., 2014b. Nuclear Notebook: Worldwide deployments of nuclear weapons, 2014. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 70 (5), pp. 96-108.
- Norris, R., & Kristensen, H., 2015a. Nuclear Notebook: U.S. Nuclear Forces, 2015. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 71 (2), pp. 107-119.
- Norris, R., & Kristensen, H., 2015b. Nuclear Notebook: Russian Nuclear Forces, 2015. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 71 (3), pp. 84-97.
- Nossel, S., 2004. Smart Power. *Foreign Affairs*, 83 (4), pp. 131-142.
- Nye, Jr, J., 2006. Transformational Leadership and U.S. Grand Strategy. *Foreign Affairs*, 85(4), pp. 139-148.
- Obama, B., 1983. Breaking the War Mentality. *Sundial*, March 10, 1983, pp. 2-5, Disponível em <http://s3.amazonaws.com/nytdocs/docs/198/198.pdf>. [Consult.16 mai. 2015].
- Obama, B., 2007. Renewing American Leadership. *Foreign Affairs*, 86 (4), pp. 2-16.
- Obama, B., 2008a. *The Audacity of Hope: Thoughts on Reclaiming the American dream*. Edinburgh & New York, Canongate Books.
- O’Connell, R., 1997. História da Guerra. Lisboa: Círculo de Leitores.
- O’Neill, R., 2000. Weapons of the Underdog. In: Baylis, J., & O’Neill, R. (2000). *Alternative Nuclear Futures: The Role of Nuclear Weapons in the Post-Cold War World*. Oxford: Oxford University Press, pp. 191-208.
- Onuf, N., 1989. *World of Our Making*. Columbia, SC: University of South Carolina Press.
- Osgood, R., 1961. Stabilizing the Military Environment. *American Political Science Review*, 55 (1), pp. 24-39.
- Oswald, R., 2014. U.S. Nuclear Agency Reviewing All Russia Projects, Given Ukraine Crisis. Nuclear Threat Initiative, 1 April 2014. Disponível em <http://www.nti.org/gsn/article/us-nuclear-agency-reviewing-russia-projects-amid-ukrainecrisis/> [Consult.16 mai. 2015].
- Ozga, D., 2002. Getting to Omega: Structural Impediments to Nuclear Disarmament. *Comparative Strategy*, 2 (1), pp. 47 - 62
- Paret, P., 1986. *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press
- Paret, P.; Moran, D., 1984. *Carl Von Clausewitz: Two Letters on Strategy*. Fort Leavenworth, Kansas: U.S. Army Command and General Staff College, CSI Reprint.
- Paul, T.V., Harknett, R., & Wirtz, J., 2000. *The Absolute Weapon Revisited: Nuclear Arms and the Emerging International Order*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

- Payne, K., 1996. *Deterrence in the Second Nuclear Age*. Lexington: University Press of Kentucky.
- Payne, K., 1998. The Case against Nuclear Abolition and for Nuclear Deterrence. *Comparative Strategy* 17 (1), pp. 3 - 43
- Payne, K., 2003. The Fallacies of Cold War Deterrence and a New Direction. *Comparative Strategy*, 22, pp. 411-428.
- Payne, K., 2005. The Nuclear Posture Review: Setting the Record Straight. *The Washington Quarterly*, 28 (3), pp. 135-151.
- Pedlow, G., 1999. NATO Strategy Documents 1949-1969. Historical Office, Supreme Headquarters Allied Powers European in collaboration with NATO International Staff Central Archives. Disponível em <http://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/intro.pdf>. [Consult:16 mai. 2015].
- Perkovich, G., & Acton, J., 2008. Abolishing Nuclear Weapons. *Adephi Papers*, 48 (396).
- Perkovich, G., & Acton, J., 2009. *Abolishing Nuclear Weapons: A Debate*. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em http://www.carnegieendowment.org/files/abolishing_nuclear_weapons_debate.pdf. [Consult:16 mai. 2015].
- Perry, W., & Schlesinger, J., 2009. *America's Strategic Posture: The Final Report of the Congressional Commission on the Strategic Posture of the United States*. Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press. Disponível em http://media.usip.org/reports/strat_posture_report.pdf. [Consult:16 mai. 2015].
- Perry, W., & Scowcroft, B., 2009. U.S. Nuclear Weapons Policy. Independent Task Force Report 62, Council on Foreign Relations Press. Disponível em http://www.cfr.org/content/publications/attachments/Nuclear_Weapons_TFR62.pdf. [Consult:16 mai. 2015].
- Poirier, L., 1977. *Des Stratégies Nucléaires*. Paris : Hachette.
- Poirier, L., 1982. *Essais de Stratégie Théorique*. Paris: Fondation Pour Les Etudes De Défense Nationale.
- Poirier, L., 1985. *Les Voix de la stratégie. Généalogie de la stratégie militaire*, Guibert, Jomini. Paris : Fayard.
- Poirier, L., 1987. *Stratégie théorique II*. Paris : Economica, Bibliothèque stratégique.
- Poirier, L., 1992. Stratégie Intégrale et Guerre Limité. *Strategique*, 54(2), pp. 33-61.
- Posen, B., 1984. *The Sources of Military Doctrine: France, Britain, and Germany Between the World Wars*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- Posen, B., 2014. *Restraint: A New Foundation for U.S. Grand Strategy*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- Posen, B., & Ross, A., 1996-97. Competing visions for U. S. Grand strategy. *International Security*, 21 (3), pp. 5-53.

- Powell, R., 1990. *Nuclear deterrence theory: The Search for Credibility*. Cambridge: Cambridge University Press
- Preble, C., 2005. *The Uses of Threat Assessment in Historical Perspective: Perception, Misperception and Political Will*. Princeton Project on National Security. Princeton, New Jersey: Princeton University.
- Press, D. G., Sagan, S. D., & Valentino, B. A., 2013. Atomic Aversion: Experimental Evidence on Taboos, Traditions, and the Non-Use of Nuclear Weapons. *American Political Science Review*, 107(1), pp. 188–206.
- Quinlan, M., 2000. Aspiration, Realism, and Practical Policy. In: Baylis, J., & O'Neill, R. (2000). *Alternative Nuclear Futures: The Role of Nuclear Weapons in the Post-Cold War World*. Oxford: Oxford University Press, pp. 45-55.
- Rajagopalan, R., 1999. Nuclear Strategy and Small Nuclear Forces: The Conceptual Components. *Strategic Analysis*, 23 (7), pp. 1117-1131.
- Ranke, L., 1950. The Great Powers (Die Grossen Mächte). In: Von Laue, T. Leopold Ranke: *The Formative Years*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, pp. 181-218.
- Record, J., 2003. The Bush Doctrine and War with Iraq. *Parameters*, pp. 4-21.
- Roberts, B., 1999. Proliferation and Nonproliferation in the 1990's: Looking for the Right Reasons. *The Nonproliferation Review*, 6 (4), pp. 70-82.
- Rodrigues, A. R., 2007. As Novas Ameaças: a Proliferação de Armas de Destruição Mútua. *Negócios Estrangeiros*, 10, pp. 251-273.
- Rosenau, J., 1997. *Along the domestic-foreign Frontier: Exploring Governance in a Turbulent World*. Cambridge, Cambridge University Press
- Rosenberg, D., 1983. The Origins of Overkill: Nuclear Weapons and American Strategy, 1945-1960. *International Security*, 7 (4), pp. 3-71.
- Ross, D., 1985. *Coping with 'Star Wars': Issues for Canada and the Alliance*. Ottawa, Canadian Centre for Arms Control and Disarmament.
- Ross, D., 2008. Nuclear weapons and American Grand Strategy: Essential pillar or Terminal Liability? *International Journal*, 63 (4), pp. 847-893.
- Rozen, L., 2014. Iran Talks Sitrep: Drafting Underway, but Progress Slow. *Al-Monitor*, 18 June 2014. Disponível em <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2014/06/iran-nuclear-talksvienna-sitrep.html#ixzz35ZQ92> [Consult.16 mai. 2015].
- Ruggie, J., 1993. Multilateralism: The Anatomy of an Institution. In: *Multilateralism Matters. The Theory and Praxis of an Institutional Form*. New York: Columbia University Press, pp. 3-47.
- Rumsfeld, D., 2002b. Transforming the Military. *Foreign Affairs*, 81 (3), pp. 20-32.
- Rumsfeld, D., 2002c. We Must Act to Prevent a Greater Evil, Even if that Act Means War," *London Independent*, 8 September 2002. Disponível em <http://www.independent>.

- co.uk/opinion/commentators/donald-rumsfeld-we-must-act-to-prevent-a-greater-evil-even-if-that-act-means-war-607134.html. [Consult.16 mai. 2015].].
- Rumsfeld, D., 2002d. The Price of Inaction Can Be Truly Catastrophic. *Asahi Shimbun*, 10, September 2002. Disponível em <http://nuclearno.ru/text.asp?3812>. [Consult.16 mai. 2015].
- Russell, J., & Wirtz, J., 2004. United States Nuclear Strategy in the Twenty-First Century. *Contemporary Security Policy*, 25 (1), pp. 91-108.
- Russet, B., 1993. *Grasping the Democratic Peace: Principles for a Post-Cold War World*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Sagan, S., 1990. The Evolution of U.S. Nuclear Doctrine. In: *Moving Targets: Nuclear Strategy and National Security*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, pp. 10 – 57.
- Sagan, S., 2009. The Case for No First Use. *Survival*, 51(3), pp. 163-182.
- Sagan, S., 2010a. Nuclear Latency and Nuclear Proliferation. In: *William C. Potter (ed.) Forecasting Nuclear Proliferation in the 21st Century: The Role of Theory*. Stanford, CA: Stanford University Press, pp. 80-101
- Sagan, S., 2010b. *Shared Responsibilities for Nuclear Disarmament: A Global Debate*. Occasional Paper. American Academy of Arts and Sciences
- Sagan, S., 2011. The Causes of Nuclear Weapons Proliferation. *Annual Review of Political Science*, 14, pp. 225-244.
- Sagan, S., & Suri, J., 2003. The Madman Nuclear Alert: Secrecy, Signaling, and Safety in October 1969. *International Security*, 27 (4), pp. 150-183.
- Sagan, S., & Vaynman, J., 2011. Lessons Learned from the 2010 Nuclear Posture Review. *The Nonproliferation Review*, 18 (1), pp. 237-262
- Sagan, S., & Waltz, K., 2003. *The Spread of Nuclear Weapons: A Debate Renewed*. New York: London W. W. Norton & Company.
- Sagan, S., 2012. *The Spread of Nuclear Weapons: An Enduring Debate*. New York, London W. W. Norton & Company.
- Savage, D., 2002. Nuclear Plan Meant to Deter. *Los Angeles Times*, March 11, 2002. Disponível em <http://articles.latimes.com/2002/mar/11/news/mn-32222>. [Consult.16 mai. 2015].
- Schell, J., 1998. *The Gift of the Time, the Case for Abolishing Nuclear Weapons Now*. New York: Metropolitan Books.
- Schelling, T., 1966. *Arms and Influence*. New Haven and London: Yale University Press.
- Schelling, T., 1994. *The Strategy of Conflict*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Schilling, W., 1981. U.S. Strategic Nuclear Concepts in the 1970s: The Search for Sufficiently Equivalent Countervailing Parity. *International Security*, 6, (2), pp. 48-79.

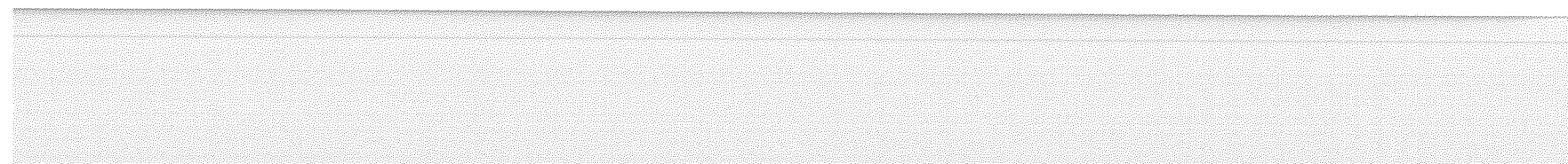
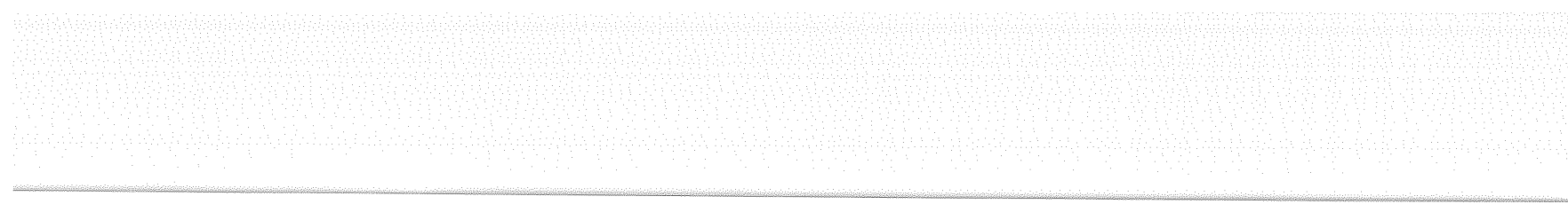
- Schultz, G., Drell, S., & Goodby, J., 2008. *Reykjavik Revisited: Steps Toward a World Free of Nuclear Weapons (Preliminary Report)*. Stanford, CA: Hoover Institution Press.
- Sherman, J., 2005. Henry: Quadrennial Review Will Advance 'Tailored Deterrence' Concept. *Inside the Pentagon*, 21 (50), December 15, 2005.
- Shultz, G., Perry, W., Kissinger, H., & Nunn, S., 2007. A World Free of Nuclear Weapons. *The Wall Street Journal*, January 4, A15. Disponível em <http://online.wsj.com/articles/SB116787515251566636> [Consult:16 mai. 2015].
- Shultz, G., Perry, W., Kissinger, H., & Nunn, S., 2008. Toward a Nuclear-Free World. *The Wall Street Journal*, January 15. Disponível em <http://www.nuclearsecurityproject.org/publications/toward-a-nuclear-free-world> [Consult:16 mai. 2015].
- Shultz, G., Perry, W., Kissinger, H., & Nunn, S., 2010. How to Protect Our Nuclear Deterrent. *The Wall Street Journal*, January 19. Disponível em <http://online.wsj.com/articles/SB10001424052748704152804574628344282735008> [Consult:16 mai. 2015].
- Shultz, G., Perry, W., Kissinger, H., & Nunn, S., 2013. Next Steps in Reducing Nuclear Risks: The pace of nonproliferation work today doesn't match the urgency of the threat. *The Wall Street Journal*, March 5. Disponível em <http://online.wsj.com/articles/SB100014241278873243386045783259129339001772> [Consult:16 mai. 2015].
- Simpson, J., 2002. Core Non-Proliferation Regime Problems – Non-Compliance and Universality. In: *A Briefing Seminar on the Preparations for the Preparations Conference Of 2005, 8 – 9 March, 2002, L'imperial Palace Hotel Annecy, France*. Disponível em <http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/11648/1/Core%20Non%20Proliferation%20Regime%20Problems%20Non%20Compliance%20and%20Universality.pdf?1> [Consult:16 mai. 2015].
- Sitt, B., 2014. The Ukraine Crisis and the Nuclear Order Non-Proliferation Monthly, March 2014. Disponível em <http://www.cesim.fr/documents/onp/eng/91.pdf> [Consult:16 mai. 2015].
- Slcombe, W., 1981. The Countervailing Strategy. *International Security*, 5 (4), pp. 18-27.
- Smyth, H., 1945. *Atomic Energy for Military Purposes; The Official Report on the Development of the Atomic Bomb under the Auspices of the United States Government, 1940-1945*. Princeton: Princeton University Press.
- Snyder, G., 1999. *Contemporary Security and Strategy*. London: Palgrave Macmillan.
- Sokolki, H., 2004. *Getting MAD: Nuclear Mutual Assured Destruction, Its Origins and Practice*. Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute.
- Sokolki, R., 2002. Demystifying the U.S. Nuclear Posture Review. *Survival*, 44 (3), pp. 133-148.
- Sorensen, T., 2009. The Obama-Kennedy Nuclear Policy. *The Huffington Post*, August 6. Disponível em http://www.huffingtonpost.com/ted-sorensen/the-obama-kennedy-nuclear_b_250349.html. [Consult:16 mai. 2015].

- Soromenho-Marques, V., 2004. Duas questões sobre Estratégia: A propósito do debate entre António Horta Fernandes e Francisco Abreu. In: Fernandes, A. H.; Abreu, F. (Eds.). *Pensar a estratégia do Político-Militar ao Empresarial*. Lisboa: Edições Sílabo, pp. 149-157.
- Steinbruner, J., 1974. *The Cybernetic Theory of Decision: New Dimensions of Political Analysis*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Steinbruner, J., 1981-82. Nuclear Decapitation. *Foreign Policy*, 45, pp. 16-28.
- Steinbruner, J., 1984. Launch under Attack. *Scientific American*, 250 (1), pp. 37-47.
- Steiner, B., 1991. *Bernard Brodie and the foundations of American nuclear strategy*. Lawrence, University Press of Kansas.
- Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), 2009. Yearbook 2009: Armaments, Disarmament and International Security. Oxford: Oxford University Press.
- Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), 2014. Yearbook 2014: Armaments, Disarmament and International Security. Oxford: Oxford University Press.
- Tannenwald, N., 1999. The Nuclear Taboo: The United States and the Normative Basis of Nuclear Non-Use. *International Organization*, 53 (3), pp. 433-468.
- Tannenwald, N., 2005. Stigmatizing the Bomb: Origins of the Nuclear Taboo. *International Security*, 29 (4), pp. 5-49.
- Tannenwald, N., 2007. *The Nuclear Taboo: The United States and the Non-Use of Nuclear Weapons since 1945*. New York: Cambridge University Press
- Teixeira Fernandes, J., 2004. *Teoria das Relações Internacionais. Da abordagem clássica ao debate pós-positivista*. Coimbra: Almedina.
- Terriff, T., 1995. *The Nixon Administration and the Making of U.S. Nuclear Strategy*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- Tertrais, B., 2009. Advancing the Disarmament Debate: Common Ground and Open Questions. In: Perkovich, G.; Acton, J. (Eds.). *Abolishing Nuclear Weapons: A Debate*. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, pp. 179-186
- Thakur, R. & Evans, G., 2013. *Nuclear Weapons: The State of Play*. Canberra, Centre for Nuclear Non-Proliferation and Disarmament. Disponível em <https://cnnd.anu.edu.au/files/2013/state-of-play-report/Nuclear-Weapons-The-State-of-Play.pdf> [Consult.16 mai. 2015].
- Thornton, C., 2005. Cooperative Threat Reduction (The Nunn-Lugar Program). In: Croddy, E., Wirtz, J. & Larson, J. (Eds.), *Weapons of Mass Destruction: An Encyclopedia of Worldwide Policy, Technology, and History, Volume 2, Nuclear Weapons*, pp. 75-77.

- Tomé, L., 2004. *Novo recorte geopolítico mundial*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, EDUAL.
- Toynbee, A., 2006. The Unification of the World and the Change in the Historical Perspective. In: L. Brander (Ed.). *A New World*. Read Books, pp. 51-82.
- Trachtenberg, M., 1999. *A Constructed Peace: The Making of the European Settlement, 1945-1963*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Tzu, S., 2002. *A Arte da Guerra*. Queluz: Coisas de Ler.
- United States Congress Office of Technology Assessment. 1979. *The Effects of Nuclear War*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office.
- United States National Intelligence Council. 2008. *Global Trends 2025: A Transformed World*. Washington D.C.: Government Printing Office.
- United States Strategic Command (STRATCOM). 1995. Essentials of Post-Cold War Deterrence. Disponível em <http://www.nukestrat.com/us/stratcom/SAGessentials.PDF> [Consult.16 mai. 2015].
- Valente de Almeida, P., 1990. *Do poder do pequeno Estado. Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Viner, J., 1946. The Implications of the Atomic Bomb for International Relations. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 90 (1), pp. 53-58.
- Wallace, M., Crissey, B., & Sennott, L., 1986. Accidental Nuclear War: A Risk Assessment. *Journal of Peace Research*, 23 (1), pp. 9-27.
- Wallander, C., 2013. Mutually Assured Stability: Establishing US-Russia Security Relations for a New Century. *Strategic Analysis*, July 29. Disponível em http://www.atlanticcouncil.org/images/publications/Mutually_Assured_Stability.pdf [Consult.16 mai. 2015].
- Walker, W., 2012. *A Perpetual Menace: Nuclear Weapons and International Order*. New York: Routledge.
- Walt, S., 1987. The Search for a Science of Strategy: A Review Essay. *International Security*, 12 (1), pp. 140-165.
- Waltz, K., 1979. *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill
- Waltz, K., 1981. The Spread of Nuclear Weapons: More May Better. *Adelphi Papers*, 171. London: International Institute of Strategic Studies.
- Waltz, K., 1990. Nuclear Myths and Political Realities. *The American Political Science Review*, 84 (3), pp. 731-745.
- Waltz, K., 1993. The emerging Structure of International Politics. *International Security*, 18 (2), pp. 44-79.
- Waltz, K., 2000. Structural realism after the Cold War. *International Security*, 25 (1), pp. 5-41.

- Wells, Jr., S., 1981. The Origins of Massive Retaliation. *Political Science Quarterly*, 96 (1), pp. 31-52.
- Wendt, A., 1999. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Weston, S., 2009. Preparing for the 2009 Nuclear Posture Review: Post-Cold War Nuclear Deterrence and the 2001 NPR Debate. Strategic Insights, Center for Contemporary Conflict, January 2009. Disponível em <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-afa8c7060233&lng=en&id=95551> [Consult.16 mai. 2015].
- Wieseltier, L., 1985. *When Deterrence Fails*. *Foreign Affairs*, 63 (2), pp. 827-847.
- Williamson, S., & Rearden, S., 1993. *The Origins of U.S. Nuclear Strategy, 1945-1953 (The Franklin and Eleanor Roosevelt Institute Series on Diplomatic and Economic History, Vol. 4)*. New York: Palgrave Macmillan
- Wirtz, J., & Larsen, J., 2005. *Nuclear Transformation: The New U.S. Nuclear Doctrine (Initiatives in Strategic Studies: Issues and Policies)*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.
- Wittner, L., 2000. Reagan and Nuclear Disarmament: How the Nuclear Freeze movement forced Reagan to make progress on arms control. *Boston Review*, 25. Disponível em <http://new.bostonreview.net/BR25.2/wittner.html> [Consult.16 mai. 2015].
- Wohlforth, W., 1999. The Stability of a Unipolar World. *International security*, 24 (1), pp. 5-41.
- Wohlstetter, A., 1959. The Delicate Balance Of Terror. *Foreign Affairs*, 37 (2), pp. 211-234.~
- Wolfsthal, J., Lewis, J., & Quint, M., 2014. *The Trillion Dollar Nuclear Triad: US Nuclear Modernization Over the Next Thirty Years*. Monterey, California, James Martin Center for Nonproliferation Studies. Disponível em http://cns.miis.edu/opapers/pdfs/140107_trillion_dollar_nuclear_triad.pdf [Consult.16 mai. 2015].
- Wolk, H., 2003. The 'New Look'. *Air Force Magazine*, 65 (8), pp. 80-83.
- Woolf, A., 2008a. U.S. Nuclear Weapons: Changes in Policy and Force Structure. Congressional Research Service, January 23. Disponível em <http://www.fas.org/sgp/crs/nuke/RL31623.pdf> [Consult.16 mai. 2015].
- Woolf, A., 2008b. Nuclear Weapons in US National Security: Past, Present and Prospects. Congressional Research Service, December 30, 2008. Disponível em <http://www.fas.org/sgp/crs/nuke/RL34226.pdf>. [Consult.16 mai. 2015].
- Yoshihara, T. & Holmes, J., 2012. Strategy in the Second Nuclear Age: Power, Ambition, and the Ultimate Weapon. Washington, DC: Georgetown University Press.
- Yost, D., 2012. *NATO's Deterrence and Defense Posture after the Chicago Summit (PASCC Report Number 2012 016)*. Monterey, Ca: Naval Postgraduate School (NPS), Center on Contemporary Conflict

- Younger, S., 2000. Nuclear Weapons in the Twenty-First Century. Los Alamos National Laboratory (LUR-00-2850), June 27. Disponível em <http://library.lanl.gov/cgi-bin/getfile?00393603.pdf>. [Consult. 16 mai. 2015].
- Younger, S., 2009. *The Bomb: A New History*. New York: HarperCollins Publishers.
- Zadra, R., 2014. NATO, Russia and Missile Defence. *Survival*, 56 (4), pp. 51-61
- Zakaria, F., 2008a. The Future of American Power. How America can survive the Rise of the Rest. *Foreign Affairs*, 87 (3), pp. 18-43.
- Zakaria, F., 2008b. *O Mundo Pós-americano*. Lisboa: Gradiva.
- Zedillo, E., 2009. The Role of International Institutions in the Disarmament Process. In: Perkovich, G.; Acton, J. (Eds.). *Abolishing Nuclear Weapons: A Debate*. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, pp. 287-294.
- Zimmerman, P., & Lewis, J., 2006. The Bomb in the Backyard. *Foreign Policy*, 157, pp. 33-39.





GLOSSÁRIO

A

ABM

Míssil defensivo concebido para interceptar e destruir, em voo, um míssil balístico ofensivo e a sua carga nuclear.

Acção estratégica

Aquela que se destina a materializar a missão estratégica, isto é, uma forma de acção que permite racionalizar prudentemente a própria acção e a decisão (como seu momento espolietador), sem que essa ponderação moral situacional lhe seja exterior. Para o efeito há que, em relação a cada objectivo estratégico, escolher os meios e os processos capazes de o atingir.

Acção preventiva

No discurso estratégico, faz referência ou à gestão de crises e conflitos ou ao pré-posicionamento de forças, perante uma eventual ameaça. Assim, a acção preventiva será desencadeada para evitar que se confirme uma agressão ou ameaça que, posteriormente, obrigaria ao uso de força maior.

Acordos internacionais

Um tratado não solene ou um acordo ou convenção simplificada entre dois ou mais Estados. Os acordos internacionais (neste sentido como acordos em forma simplificada) são, fundamentalmente tratados que não carecem de ratificação. O processo termina aquando da aprovação ou, nalguns casos,

aquando da assinatura (ou acto equivalente). Esta distinção é muito clara na terminologia constitucional norte-americana, onde os Tratados (solenes) têm a designação de *treaties*, e, os acordos em forma simplificada a de *agreements* ou *executive agreements*. Estes acordos desenvolveram-se extraordinariamente, pois a ratificação de que careciam os Tratados em forma solene era sempre um processo complicado e moroso, muitas vezes politicamente inviável, uma vez que dependia quase sempre da aprovação de um órgão legislativo (no caso dos EUA, o Congresso), que podia não ter a mesma orientação do Executivo. Surge então os acordos internacionais em forma simplificada, celebrados apenas pelo Executivo, evitando a intervenção do Poder Legislativo. Correspondem a eles à necessidade de que a política externa dos diversos Estados seja plenamente eficaz e activa, e a um imperativo de dinamização da vida diplomática, sobretudo em relação convenções sobre as armas nucleares em que o processo de ratificação é difícil. Mas, como é evidente, este processo tem os seus inconvenientes, entre os quais sobressai com particular relevância o da possibilidade de conclusão e “tratados secretos”. Porém, recorde-se que estes tratados em forma simplificada estão em todo o caso sujeitos a registo.

Advisory Committee on Uranium

Foi uma Comissão criada em Outubro de 1939 para informar o presidente Franklin Roosevelt sobre o estado da investigação de urânio e fazer recomendações sobre o papel do governo federal. A comissão reconheceu o potencial explosivo de reacções em cadeia nuclear e recomendou que o financiamento da investigação fosse aumentado.

Agência Internacional de Energia Atómica [IAEA]

Uma instituição intergovernamental autónoma criada pela ONU, em 1957. Tem como objectivo encorajar e facilitar o desenvolvimento da energia nuclear no mundo para fins pacíficos. A IAEA está principalmente encarregada, no quadro do Tratado NPT, de assegurar a segurança e controlo da utilização pacífica de materiais nucleares, principalmente nos países que não têm armas nucleares, através de um regime sancionatório de salvaguardas e verificação destes materiais.

Agent Defeat Weapon

Uma ogiva lançada do ar que tem como objectivo negar ao inimigo o uso de armas químicas ou biológicas com danos colaterais mínimos, ou seja, limitado a área contaminada para o meio ambiente de agentes químicos ou biológicas como resultado do ataque perpetrado por esta arma.

Agressão

O termo emprega-se nas Relações Internacionais para designar o acto bélico cometido por um Estado ou outro sujeito de direito internacional (agressor)

contra um Estado (agredido), sem ser no exercício de missão policial determinada por organismo competente ou em legítima defesa.

Água pesada

Refere-se a moléculas de água que tem dois átomos de hidrogénio pesado, conhecido como o deutério (um protão e um neutrão), em lugar de dois átomos de hidrogénio da água leve ou comum (apenas um protão). A água pesada tem especiais propriedades moderadoras por conseguir reduzir, através de reactores, a velocidade dos neutrões, permitindo uma reacção em cadeia controlada e sustentada.

Alerta

Estado de prontidão caracterizado pelas medidas tomadas com vista a uma acção ofensiva ou defensiva. O alerta pode ser estratégico, quando se lança um aviso da iminência do rompimento das hostilidades pelo inimigo; ou tático, quando o aviso indica o início das hostilidades.

Alsos Mission

O Alsos Mission, criado em 1944, foi um esforço no final da II Guerra Mundial dos aliados, que agregava uma unidade de serviços secretos especiais operando nas linhas da frente do teatro de guerra na Europa, que tinha como principais objectivos: capturar recursos nucleares alemães (materiais e humanos) para o esforço do Projecto Manhattan; evitar que estes recursos caíssem nas mãos dos soviéticos, e descobrir o que os alemães nazis sabiam sobre a criação de uma bomba atómica.

Ameaça

O conceito de ameaça é sempre um acto ofensivo, uma antecâmara da agressão, portanto realidade estratégica sem ser ainda guerra, que não desaparece quando a agressão é efectivada. Acresce-se que ela é estruturalmente identificável, sendo simultaneamente difusa ou latente.

Arma absoluta

Aquela que pelo seu poder de destruição tem um efeito total e decisivo, inspirando tal terror que é capaz de dissuadir um potencial agressor de iniciar um conflito. Terminologia adoptada originalmente por Bernard Brodie em 1946 para caracterizar as armas nucleares.

Arma biológica

Aquela que transporta na sua ogiva bactérias que ao se dispersarem com o impacto no alvo provoca, doenças graves que conduzem à morte de muitos seres humanos, animais ou plantas.

Arma convencional

Armas que não provocam destruição em massa e/ou as que não são nucleares. Excluem-se todas armas biológicas e químicas, excepto as que se destinam a produzir fumo, as que causam agentes incendiários e as que são utilizadas para controlo de motins ou da ordem pública.

Arma nuclear

Arma cuja elevada potência provém da fissão ou fusão do núcleo atómico. De acordo com o seu alcance e consequências, normalmente dividem-se em três categorias: táticas, intermédias e estratégicas.

Arma química

É a arma que procura a morte ou a incapacidade do inimigo ou adversário utilizando a dispersão de substâncias químicas.

Arma termonuclear

Armas nucleares explosivas que devem a sua energia a fenómenos de fusão de núcleos ligeiros a altas temperaturas (usando por exemplo os isótopos de hidrogénio – deutério e trítio –, dado que é necessária muita energia para iniciar a fusão). A arma termonuclear é também conhecida por Bomba-H ou de Hidrogénio. A bomba de hidrogénio é aproximadamente mil vezes mais potente que a bomba atómica, ou uma bomba, que produz uma explosão de fissão nuclear cerca de um milhão de vezes mais poderoso quando comparável a bombas convencionais usando explosivos como o TNT.

Armas de destruição em massa (ADM)

Armas (nucleares ou de outro tipo – biológicas ou químicas) que produzem um elevado grau de destruição e/ou capazes de serem utilizadas de uma indiscriminada causando a morte ou incapacidade de um grande número de seres vivos e/ou efeitos físicos comparáveis.

Armas nucleares estratégicas

No contexto deste livro, são normalmente armas de longo alcance (mormente intercontinental, como por exemplo os mísseis ICBMs e SLBMs, e os bombardeiros de longo alcance), mas também pelo facto de a sua utilização poder obter efeitos decisivos (consequências estratégicas das suas acções). Uma arma que age como dissuasor nuclear, concebida para destruir as forças defensivas e ofensivas de um determinado inimigo ou adversário.

Armas nucleares intermédias

Armas de médio alcance que podiam ser usadas para atacar objectivos atrás das linhas inimigas (tal como as armas táticas), mas que devido ao seu enorme alcance – sobretudo durante a Guerra Fria – podiam também atingir objectivos na URSS quando disparadas da Europa Ocidental (tal como as armas

estratégicas nucleares). Essa a razão por que se lhes dá, também a designação de armas Euro-Estratégicas.

Armas nucleares tácticas

Armas nucleares de curto alcance – granadas de artilharia, bombas e mísseis de curto alcance (SRBM) – geralmente usadas em combate no apoio directo das tropas, ou muito próximas do alvo que se pretende atingir.

Armas termobáricas

É uma arma explosiva que produz uma onda de explosão com uma duração significativamente mais longa do que aqueles produzidos por explosivos condensados. Esta arma é capaz de emitir ondas de choque tão poderosas quanto uma pequena arma nuclear. A arma funciona ao explodir em pleno ar enquanto a principal destruição é infligida por uma onda de choque ultrasónica e uma temperatura incrivelmente alta que incendeia tudo em seu redor. As armas termobáricas diferem das armas convencionais explosivas ao usar o oxigénio da atmosfera, muito mais que carregar um agente oxidante em seus explosivos. Embora produzam mais energia do que as armas normais, porém são mais difíceis de controlar. Por exemplo, a sua dependência no oxigénio atmosférico torna estas armas impróprias para utilização subaquática ou em condições atmosféricas adversas, mas elas têm vantagens significativas quando implementadas em ambientes confinados, como túneis, cavernas e *bunkers*.

Arsenais (nucleares) virtuais

Conceito adoptado por Michael J. Mazarr, Professor na Universidade de Georgetown, que sugere a noção de arsenais virtuais como uma proposta de controlo de armas que tem em vista o desarmamento nuclear. Este conceito centra-se sobre o estado operacional das armas nucleares, em vez de seu número. Destina-se a remover todas as armas nucleares operacionais através do seu desmantelamento – removendo as ogivas nucleares dos mísseis, por exemplo.

Assinatura

Acto internacional próprio do processo de conclusão das convenções internacionais, que ocorre após a negociação ou adopção do texto que pode ter como efeito de vinculação do Estado que o pratica (se assim for estabelecido ou se for essa a intenção do estado e resultar dos poderes plenipotenciários do representante. Esta situação, aliás, é a que caracteriza os acordos internacionais (de forma simplificada). Nos Tratados internacionais (solenes) a assinatura não significa ainda a vinculação do Estado ao Tratado, mas nem por isso deixa de geral uma multiplicidade de efeitos jurídicos, dos quais cabe assinalar os seguintes: exprime o acordo formal dos plenipotenciários quanto ao texto do Tratado; produz para o Estado signatário o direito de ratificar o Tratado;

faz surgir o dever para os Estados signatários de se absterem de acções ou omissões que privem o Tratado do seu objecto ou do seu fim; autentica o texto, que fica definitivamente fixado; e, por último, marca a data e o local da celebração do Tratado, uma vez que a ratificação vai ser feita posteriormente e em datas diferentes por cada um dos Estados.

Ataque preemptivo

Tem sido utilizada no quadro da legítima defesa, para designar um acto militar antecipatório perante uma ameaça directa e iminente, em que se ataca o agressor quanto este se prepara para atacar.

Atrito

Neste conceito director da Estratégia, o actor estratégico é continuamente confrontado com uma miríade de circunstâncias insusceptíveis de serem cabalmente controladas, por exemplo: os acontecimentos inesperados, os imponderáveis do acaso, as ineficiências na utilização de recursos, a incompetência dos que executam, erros de avaliação, etc. Destas circunstâncias resultam restrições que delimitam o universo das possibilidades de intervenção estratégica ao nível da informação incompleta e da antevisão imperfeita, mas também um incontornável desfasamento entre o que se pretende e o que se consegue realizar.

B

B-52H Stratofortress

Um bombardeiro estratégico de longo alcance, com extrema capacidade para iludir radares, consegue transportar, tanto armas convencionais como nucleares (em toneladas).

Bargaining

Conceito elaborado por Thomas Schelling, Prémio Nobel da Economia e Professor Emeritus da Universidade de Maryland. Segundo Schelling a maioria dos conflitos (toma estes como um dado garantido, mas assume que existem interesses comuns entre os adversários) são essencialmente situações (nas quais a capacidade de um participante para ganhar os seus fins depende, a um grau importante, das escolhas ou decisões que outro participante fará) de negociação (ou regatear).

Batalha

Acção de força resultante de uma manobra estratégica que visa, na fase ofensiva, a desarticulação, e se, possível, a destruição de uma parte determinada das forças inimigas e, normalmente, a conquista de uma porção de terreno; na fase defensiva, procura um dispositivo que seja favorável.

Bipolaridade

Termo associado á existência de duas potências (superpotências), cada uma com grau de poder incomparavelmente superior ao de quaisquer outras potências ou possível combinação de outras potências. Por exemplo, o período denominado de Guerra Fria foi marcado pela existência de duas potências ou pólos dominantes – os EUA e a URSS.

Bomba-A ou bomba atómica

Uma bomba explosiva cuja energia é gerada a partir da fissão de urânio ou plutónio.

Bomba-H ou bomba de hidrogénio

Ver Arma termonuclear.

Bomba de neutrões

Engenho nuclear concebido para maximizar os efeitos das radiações ao mesmo tempo que reduz a onda de choque e os efeitos térmicos. Esta bomba provoca a morte instantânea de seres vivos sem afectar as estruturas materiais.

Bomba suja (ou arma radiológica)

Conceptualmente, uma bomba suja (ou bomba de dispersão radiológica) é um dispositivo muito simples: é um explosivo convencional, como o TNT (trinitrotolueno), empacotado com um material radioactivo. Sendo artesanal e mais barata do que uma bomba nuclear, mas por outro lado, bem menos eficaz. No entanto combina uma certa destruição explosiva com danos radioactivos, constituindo por isso uma ameaça.

Bombardeiros

Aeronaves que transportam bombas convencionais ou nucleares, ou de mísseis de cruzeiro convencionais ou com armas nucleares para uso contra alvos terrestres.

Bunker busters

É uma bomba planeada para penetrar em superfícies endurecidas ou alvos profundamente enterrados.

C

Capacidade

Meios para executar uma acção específica. A capacidade pode ou não ser acompanhada por uma intenção.

Capacidade de Primeiro Ataque

Capacidade militar considerada suficiente para tentar eliminar o poder de retaliação inimigo num primeiro ataque. Normalmente envolve um ataque contra forças.

Capacidade de Segundo Ataque

Capacidade de sobreviver a um primeiro ataque com armas e recursos suficientes para efectuar um ataque retaliatório.

Carta Einstein-Szilard

A famosa carta enviada por Einstein (1939) a pedido de Leo Szilard – apelidada de *Einstein-Szilárd letter* – ao Presidente Roosevelt, em 2 de Agosto de 1939, defendia um programa para desenvolver bombas com base nas recentes conclusões da física nuclear e química, alertando os norte-americanos para a possibilidade dos cientistas alemães poderem ganhar a corrida para construção de uma bomba atómica, e de Hitler encontrar-se mais do que disposto para o recurso de tal arma.

Chantagem nuclear [Nuclear blackmail]

É uma forma de estratégia nuclear em que o agressor usa a ameaça do emprego de armas nucleares para obrigar um adversário para executar alguma acção ou fazer algumas concessões.

Cimeira de Reykjavik

Foi uma cimeira entre os Chefes de Estados dos EUA e da URSS, o então presidente Ronald Reagan e o *premier* Mikhail Gorbachev respectivamente, realizada na famosa casa de Höfði, em Reykjavik, Islândia, entre 11 e 12 de Outubro de 1986. As negociações falharam no último minuto, por causa da insistência de Gorbachev em incluir a SDI dos EUA em todo e qualquer acordo sobre a eliminação de mísseis nucleares de alcance intermediário na Europa. No entanto, o encontro facilitou a adopção do Tratado INF de 1987, entre as duas superpotências.

Cisão

Ver Fissão.

Coacção

Em *latu sensu*, a coacção resulta do emprego ou da ameaça de emprego da força, de forma a obrigar o adversário a aceitar os nossos pontos de vista. Isto é, estes relacionam-se com os recursos e capacidades operacionalmente disponíveis (que diz respeito aos meios empregados e não aos efeitos obtidos). O emprego da coacção releva da Estratégia.

Comando, Controlo, Comunicações e Informações [C3I]

Sistema que se refere a um conjunto de recursos humanos e materiais que, juntamente com alguns conhecimentos permitem comandar, controlar, comunicar e conhecer o inimigo.

Comissão Camberra

A Comissão Camberra sobre Eliminação de Armas Nucleares, estabelecida como uma comissão independente pelo então Governo australiano trabalhista de Paul Keating, em Novembro de 1995, teve como finalidade deliberar sobre questões relacionadas com a proliferação nuclear e com a eliminação das armas nucleares no mundo. O resultado da Comissão foi publicado através do Relatório de Camberra, em Agosto de 1996. O relatório foi apresentado por Alexander Downer, o então ministro australiano dos Negócios Estrangeiros, na ONU em 30 de Setembro de 1996 e na Conferência de Desarmamento em 30 de Janeiro de 1997. Desta Comissão fizeram parte Joseph Rotblat, Michel Rocard, Robert McNamara, George Lee Butler, Maj Britt Theorin, Michael Carver, Robert O'Neill, Jacques-Yves Cousteau, Celso Amorim, Jayantha Dhanapala, Rolf Ekeus, Nabil Elaraby, Ryukichi Imai, Ronald McCoy, Qian Jiadong, Roald Sagdeev e o embaixador australiano Richard Butler.

Comité de Energia Atómica [Atomic Energy Commission]

Agência criada no âmbito da Atomic Energy Act de 1946 para regular e desenvolver o programa de energia atómica norte-americano.

Comité MAUD [Military Application of Uranium Detonation]

Criado em 1940 foi responsável pela versão inicial do programa de desenvolvimento atómico britânico, antes de este se ter juntado ao esforço comum, entre EUA e o Reino Unido, do Projecto Manhattan.

Complexo industrial-militar

Poderosa aliança entre militares, serviços públicos e grandes companhias no campo da indústria da Defesa.

Compulsão

O uso de ameaças com a finalidade de manipular o comportamento do adversário para que este interrompa uma acção indesejada já em curso ou faça algo que não previa fazer.

Conceito Estratégico

Linha de acção geral adoptada em resultado da apreciação da situação estratégica. Este conceito é definido de forma ampla e flexível, tendo em vista a implementação de um conjunto de acções fundamentais.

Conceito estratégico da NATO

É um documento oficial que descreve os objectivos e natureza da NATO e suas tarefas de segurança fundamentais a longo prazo. Também identifica as características centrais do novo ambiente de segurança, especifica os elementos de abordagem da Aliança para a segurança e fornece orientações para a nova adaptação de suas forças militares.

Conferência sobre Desarmamento (CD)

Estabelecida pela sociedade internacional em 1979 em Genebra, para negociar o controlo de armas e acordos multilaterais sobre desarmamento. O CD negociou a Convenção sobre as Armas Químicas entre 1980-1993 e o Tratado CTBT entre 1993-1996. Embora não seja formalmente uma organização das Nações Unidas, está ligada a esta através de um Representante Pessoal do Secretário-geral da ONU, que serve concomitantemente como secretário-geral da referida Conferência. Actualmente, a CD conta com 65 Estados-membros.

Conflito

Um confronto intencional entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, um em relação ao outro, uma intenção hostil, em geral a propósito de um direito, e que para manterem afirmarem ou restabelecerem esse direito procuram quebrar a resistência do outro eventualmente pelo recurso à violência física, a qual pode tender, se necessário, ao aniquilamento físico. Cabe ainda referir que este tipo de hostilidade e/ou antagonismo, pode desencadear-se noutra esfera para além da militar, quer seja no campo laboral, político ou diplomático.

Conselho de Segurança da ONU

Um dos seis órgãos principais das Nações Unidas, ao qual foi dada a responsabilidade de manter a paz e a segurança no mundo. Há cinco membros permanentes – Reino Unido, China, França, Rússia e EUA – e dez membros não permanentes eleitos pela Assembleia-geral por períodos de dois anos, em que cinco são escolhidos a cada ano. Decisões processuais e de substância são tomadas por voto afirmativo de nove membros mas, no segundo caso, um veto emitido por qualquer dos membros permanentes inviabiliza qualquer acção. Na discussão de medidas para a solução pacífica de uma questão, se um membro do Conselho for parte nessa questão, deverá abster-se de votar. Nações que não pertençam ao Conselho podem ser convidadas a participar, sem direito a voto, em deliberações do Conselho, se estiverem envolvidas numa disputa que estiver a ser debatida.

Conselho Nacional de Segurança [National Security Council]

O Conselho foi criado pela National Security Act de 1947. Desde a sua criação, durante a administração Truman, a função do Conselho foi a de

assessorar e auxiliar o Presidente em matérias relacionadas com a segurança nacional e política externa dos EUA. O Conselho também actua como braço principal do Presidente para coordenar estas políticas entre várias agências governamentais. Este é presidido pelo Presidente dos EUA, e é constituído por membros do governo e assessores da Casa Branca, entre os quais: o Vice-presidente, o Secretário de Estado, o Secretário do Tesouro, o Secretário de Defesa, o *Chairman* do Joint Chiefs of Staff (sendo estatutariamente o principal assessor militar do Presidente), Director Nacional de Inteligência, e o Conselho de Segurança Nacional. Ainda são convidados para assistir às reuniões do Conselho, o Chefe de Gabinete do Presidente, o Procurador-Geral, entre outros assessores e membros do Gabinete. Os chefes de outros departamentos e agências executivas, bem como distintos altos funcionários do governo, são convidados a participar nas reuniões do NSC, quando apropriado.

Contra-espionagem

Ação concebida para detectar e impedir a espionagem adversa.

Contra-insurreição

Ações militares, paramilitares, políticas, económicas, psicológicas e cívicas, tomada para derrotar a insurreição.

Contra-proliferação

Medidas diplomáticas, militares e de espionagem para combater a proliferação de ADM, que poderão admitir o recurso às armas nucleares contra qualquer país pronto a adquirir ADM. De acordo com National Counterproliferation Center dos EUA, as medidas de contra-proliferação têm o objectivo de eliminar ou reduzir as ameaças provocadas pelo desenvolvimento e disseminação de ADM, tendo em conta os seguintes objectivos: i) desencorajar o interesse dos Estados, terroristas ou grupos armados de adquirir, desenvolver ou mobilizar recursos para fins de ADM; ii) impedir ou dificultar determinado Estado, grupos terroristas, ou de outros esforços para adquirir capacidades de ADM, ou o esforço dos fornecedores para proporcionar essas capacidades; iii) reverter ou eliminar programas de ADM; iv) dissuadir e impedir o emprego de armas por parte daqueles que possuem armas nucleares, radiológicas, biológicas e armas químicas e seus sistemas de lançamento; e por último, v) reduzir as consequências de qualquer utilização de ADM contra os EUA ou seus aliados.

Contraterrorismo

As ações ofensivas conduzidas por unidades militares especialmente treinadas em ataques contra grupos terroristas.

Controlo de Armamentos

Um conceito que respeita a qualquer plano, disposição ou processo, baseado sobre acordos internacionais – implícitos ou explícitos – que regulam quantidades, tipos, características, produção, instalação e uso de forças armadas e armamentos.

Cooperative Threat Reduction (CTR)

O Programa de Cooperação para a Redução de Ameaça, também conhecido por Programa Nunn-Lugar programa, baseado na Nunn-Lugar Act da autoria dos Senadores Sam Nunn e Richard Lugar. O CTR teve como objectivo desmantelar, armazenar ou destruir armas nucleares, seus respectivos sistemas de distribuição e reservas de stocks de armas químicas da antiga URSS (nomeadamente, Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão). E também a criação de mecanismos eficientes na prevenção de canais de disseminação de materiais, tecnologias e conhecimentos nucleares, sob a égide da Defense Threat Reduction Agency norte-americana.

Corrida aos Armamentos

Competição entre dois ou mais países ou alianças que resulta na proliferação e produção de novas armas; num aumento ou incremento do poder destrutivo das armas na posse dessas partes e/ou no crescimento das suas Forças Armadas. A corrida às armas resulta de convicções de segurança nacional que apontam para uma superioridade quantitativa e qualitativa, ou ambas.

Crise internacional

Quando se verifica uma perturbação no fluir normal das relações entre dois ou mais actores da cena internacional com alta probabilidade do emprego da força, no sentido de haver perigo de guerra. A crise internacional corresponde a uma situação de guerra fria de tal forma agudizada que pode degenerar numa guerra quente.

D

Danos Inaceitáveis

Um dos princípios essenciais da dissuasão nuclear pressupõe que a contabilização teórica dos danos causados por um ataque de retaliação seria suficientemente elevada para dissuadir o inimigo de lançar um primeiro ataque.

Decapitação [Nuclear Decapitation strike]

Na teoria de guerra nuclear, a decapitação é um primeiro ataque nuclear que tem como objectivo remover o comando e os mecanismos de controlo do adversário, na esperança de que será severamente deteriorada ou destruída sua capacidade de retaliação nuclear.

Decepção [Deception]

Medidas concebidas para induzir o inimigo ou o adversário em erro através da mistificação, distorção, ou falsificação da evidência, levando-o a reagir de forma prejudicial aos seus interesses

Declaração Alma-Ata

Criada em 22 de Dezembro de 1991, estipulava que as armas nucleares táticas soviéticas deveriam ser depositadas na Rússia pelas várias repúblicas soviéticas, até 1 de Julho de 1992.

DEFCON 2 (Defense Readiness Condition)

Nível quase máximo de alerta das forças armadas norte-americanas. O nível mais alto é DEFCON 1 e o mais baixo DEFCON 5.

Defense Threat Reduction Agency (DTRA)

É uma agência norte-americana do Departamento de Defesa, sediada em Fort Belvoir, Virgínia, criada para proteger os EUA e seus interesses de ADM, reduzindo a sua ameaça e fornecendo, para este efeito, ferramentas e serviços de qualidade adequadas. As principais funções DTRA principais funções são a redução da ameaça, ameaça de controlo, apoio ao combate e desenvolvimento de tecnologia. A agência emprega cerca de 2.000 funcionários civis e militares espalhados por todo o mundo, nomeadamente, Rússia, Cazaquistão, Azerbaijão, Uzbequistão, Geórgia e Ucrânia.

Defesa activa

Defesa flexível e elásticas utilizada por forças mecanizadas e blindadas, que procura derrotar o atacante através de uma confrontação agressiva e contínua utilizando forças armas combinadas que combatem a partir de posições de combate em apoio mútuo e organizadas em profundidade.

Defesa Nacional

Conjunto de medidas políticas, económicas, militares, sociais e culturais que permitem reforçar as potencialidades de um Estado e minimizar as suas vulnerabilidades, tornando-o apto a enfrentar todo o tipo de ameaças que possam pôr em causa a segurança nacional.

Defesa passiva

Medidas tomadas para reduzir a probabilidade de danos causados por uma acção hostil preocupando-se com a segurança da população civil, a sua saúde e alojamento, assim como a sua alimentação e trabalho.

Democratização (da variável) nuclear

Conceito adoptado por alguns autores da Segunda Era Nuclear, como Robert O'Neill e John Baylis. Esta democratização reflectiu-se, sobretudo, na readaptação da equação da dissuasão nuclear em que se baseou a chamada

Primeira Nuclear (1945-1991). Em face de um poder militar de natureza convencional mais avançado (antes a URSS, agora os EUA), a forma de o fragilizar e de deter mais poder e influência passou a residir na capacidade de possuir armas ADM, em especial, nucleares por parte das potências regionais e Estados da Segunda Era Nuclear.

Desarmamento nuclear

Por desarmamento entende-se a redução ou abolição de armas nucleares, sendo o seu objectivo a total eliminação deste tipo de armamento.

Designed Ground Zero (DGZ)

Ponto sobre a superfície da terra ou da água, verticalmente acima ou abaixo do centro da explosão de uma arma nuclear.

Desnuclearização

Política que pretende estabelecer zonas geográficas que podem ficar á margem de todo o tipo e acções, ensaios, fabrico e instalação de armas nucleares. Ver Zona Livre de Armas Nucleares.

Destruição assegurada

Capacidade de infligir danos inaceitáveis a um agressor singular ou uma combinação de agressões, em qualquer momento, durante o curso de troca de ataques nucleares estratégicos, mesmo de absorver um primeiro ataque de surpresa.

Destruição mútua assegurada (MAD)

Conceito de dissuasão mútua que assenta na capacidade de qualquer uma das actuais superpotências nucleares poder infligir danos inaceitáveis na outra, mesmo depois de ter sofrido um primeiro ataque nuclear. Este conceito é a base fundamental do Equilíbrio do Terror.

Destruição preventiva

Modalidade da Estratégia Nuclear muito próxima da noção de dissuasão defensiva, que se baseia no levantamento e accionamento de sistemas que conduzam o adversário a pensar que não é gratificante atacar, ou seja, a par da superioridade estratégica do defensor, conclui pela impossibilidade de ganhar ou pela possibilidade mas apenas à custa de um preço insuportável.

Détente

Termo diplomático francês que descreve uma situação de dissipação de confrontos e redução da tensão entre dois ou mais países. Um período de détente proporciona um melhor ambiente internacional, que por sua vez pode contribuir para a resolução de questões específicas ou para reduzir as tensões suscitadas pelos problemas políticos que estiveram na base das relações

hostis. A *détente* pode resultar de acordos entre chefes de Estado obtidos no decurso de uma reunião, cimeira, da assinatura de um importante tratado ou de alterações das tácticas e estratégias básicas dos Estados envolvidos. A maioria dos analistas coincide em referir que o período de *détente* entre os EUA e a URSS foi iniciado na primeira cimeira entre Richard Nixon e Leonid Brezhnev, em Maio de 1972, prolongando-se até ao final da Administração Ford. Outros autores, como André Fontaine, defendem que esse período só terminou em 1979 – Administração Carter – quando as forças soviéticas invadiram o Afeganistão. Em Portugal utiliza-se normalmente o termo *desanuviamento*.

Deutério

Um isótopo de hidrogénio com uma massa atómica de 2 unidades, sendo algumas vezes referido como o hidrogénio pesado. O seu núcleo contém um próton e um neutrão e chama-se deuterão. Ele pode ser usado nas reacções de fusão termonuclear para a libertação de energia. O deutério é extraído da água, que sempre contém 1 átomo de deutério, o que corresponde a cerca de 6.500 átomos de hidrogénio comum.

Dilema da Segurança

É um termo usado nas RI que traduz os sentimentos de insegurança resultantes de políticas de fortalecimento da capacidade militar de um Estado, com propósitos de aumentar a sua segurança em termos defensivos, interpretadas como ameaçadoras e encorajando o rearmamento de outros Estados. Ao procurar inicialmente reforçar a sua segurança, o Estado dá origem na qual ele acabará por sentir ainda mais insegurança. É a uma situação de incerteza, a mudança (armamento) e de desconfiança que se podem combinar para criar um conflito, mesmo quando nenhuma das Partes envolvidas realmente o deseja.

Diplomacia Coerciva

Pode definir-se como uma prática diplomática que emprega ameaças ou força limitada para persuadir um adversário a desistir de uma acção já iniciada: uma invasão, uma agressão ou ocupação do território. A diplomacia coerciva distingue-se assim do uso concreto da força, antes dando particular ênfase à utilização de ameaças que tornem credível a determinação de defender os interesses em perigo, nomeadamente pelo ulterior emprego de meios armados ou sanções, se para tanto for necessário; por vezes, tais ameaças são acompanhadas por compensações, para tornar mais fácil um eventual compromisso. A diplomacia coerciva será portanto um sinal ou a comunicação de uma mensagem musculada; é uma dose de pressão psicológica introduzida numa das fases negociais, implícita ou explicitamente, com o fim de reforçar a credibilidade da ameaça de recorrer a uma maior violência. O exemplo clássico de diplomacia coerciva é-nos dado pela crise de Cuba dos mísseis, durante a Administração Kennedy, com o bloqueio militar da Ilha pelos EUA. Tratou-se de

uma situação que foi para lá da mera ameaça verbal, empregando uma violência contida para dar às autoridades soviéticas de então tempo para apreciar a credibilidade do sinal simbólico, quer no bloqueio, quer dos preparativos militares americanos, para uma possível invasão de Cuba.

Direito Internacional (Público)

O conjunto de princípios e regras de natureza jurídica, que disciplinam os membros da sociedade internacional, ao agirem numa posição jurídica-pública, no âmbito das suas relações internacionais.

Dispositivo nuclear

Um dispositivo nuclear é constituído pelas armas nucleares, vectores e sistemas de detecção e de comando, e compreende sistemas de armas: estratégicas e tácticas.

Dissuasão a todos os azimutes [Défense de Tous Azimuts]

Expressão usada como referência à recusa da França, durante a presidência de Charles De Gaulle, de indicar uma das superpotências como constituindo a ameaça principal à segurança nacional. Este conceito implica a ameaça do emprego combinado das forças francesas – nucleares e convencionais – para fazer face a uma ameaça proveniente de qualquer direcção e a todos os azimutes, e tem sido a estratégia oficial da França até à actualidade.

Dissuasão defensiva ou por negação

Aquela que se baseia no levantamento e accionamento de sistemas que conduzam o adversário a pensar eu não e gratificante atacar, pois conclui que pela impossibilidade de ganhar ou pela possibilidade de ganhar mas apenas à custa de um preço insuportável.

Dissuasão durante a guerra [Intrawar Deterrence]

A dissuasão durante uma guerra limitada concebida para induzir o inimigo ou o adversário a renunciar à escalada do conflito.

Dissuasão Geral

Implica uma posição política de regulação da relação com um adversário e de equilíbrio de poder, durante um período de tempo que pode ser longo, através da manutenção de um nível de forças satisfatório. Na maior parte do tempo, os adversários não vêem a guerra como iminente ou próxima.

Dissuasão Imediata (ou pura)

Implica uma situação específica em que, um dos lados está a considerar seriamente a possibilidade de proceder a um ataque, enquanto o outro, está a preparar a ameaça de retaliação para impedir esse ataque, e em que ambos os lados percebem o que se está a passar.

Dissuasão nuclear abrangente ou ampla [broad deterrence]

Estabelece a necessidade de uma resposta a todo o tipo de conflitos, unindo a credibilidade da dissuasão para a capacidade de conduzir com êxito a guerra com armas nucleares. Os seus defensores são forçados a concluir que apenas uma força nuclear forte é capaz de fornecer as opções nucleares flexíveis, necessárias para garantir a realização dos interesses dos EUA. Esta dissuasão tem sido defendida pelos “tradicionalistas” como aquela que dá mais garantias às ameaças inerentes à Segunda Era Nuclear.

Dissuasão nuclear alargada

Não se confundindo com as doutrinas complementares de dissuasão nuclear máxima ou perfeita, consiste no poder dissuasório de um Estado cujo benefício de protecção é extensível a um outro Estado, e também, prevendo que um ataque contra as suas forças nacionais em solo estrangeiro tivesse uma resposta equivalente àquela que existiria se o seu próprio território fosse atacado. Esta doutrina basicamente traduzia a postura nuclear da NATO ao longo da Primeira Era Nuclear, e pressupõe que os EUA usassem todos os meios ao seu dispor, incluindo o emprego de armas nucleares, para prevenir que os seus aliados europeus fossem atacados, por exemplo, por forças convencionais soviéticas.

Dissuasão nuclear graduada

Assenta no princípio de que cada ataque nuclear desencadeará uma resposta proporcionada à sua natureza gerindo o processo de escalada, e negociando antes que a guerra atinja os extremos. Isto é, em traços gerais, assenta na afirmação de opor uma agressão do Outro uma represália apropriada, não excedendo, todavia, a força estritamente necessária para o efeito. No entanto, tal não pressupõe que a natureza da represália seja idêntica à da acção inimiga que se pretende sustentar, mas significa sim que cada caso será tratado de acordo com a sua natureza e importância, e que só em último recurso se encarará a execução de represálias massivas.

Dissuasão nuclear limitada [finite deterrence]

Segundo a qual a posse de uma limitada capacidade nuclear pode ajudar pequenos países a afastarem o espectro da ameaça por potências mais fortes, não obviamente pela possibilidade de fazerem prevalecer os seus meios num eventual confronto, mas pela capacidade de poderem infligir um dano inaceitável, por exemplo, através de um ataque a uma cidade principal ou centro vital.

Dissuasão nuclear máxima

Foi um conceito que entrou em vigor na fase de superioridade nuclear norte-americana (anos 40 e 50) que advogava a retaliação massiva, ante qualquer tipo

de ataque; e que consistia nas suas linhas essenciais na ameaça de emprego imediato e sem restrições dos meios mais potentes de que um contendor dispõe, qualquer que seja o tipo de agressão de que se considere vítima, visando também uma dissuasão total, chamada, também de tudo ou nada.

Dissuasão nuclear mínima

Que se traduz na capacidade de infligir um elevado grau de danos (presumivelmente inaceitáveis) sobre a população e indústria no adversário, com um número limitado de armas nucleares estratégicas, em retaliação, mas prevê-o de uma forma descontinuada. No final da Primeira Era Nuclear, esta doutrina foi uma resposta às inquietações daqueles que estavam contra a utilização de ataques nucleares contínuos sobre um determinado local (cidades, indústrias).

Dissuasão nuclear mútua

Situação de dissuasão existente entre duas potências nucleares adversárias, em que cada uma é dissuadida a lançar o primeiro ataque nuclear porque prevê que resultem da retaliação do atacado (mormente através da capacidade para um segundo ataque) danos inaceitáveis.

Dissuasão nuclear perfeita

Ideia concebida por Herman Kahn em plena Guerra Fria, para ilustrar certos excessos da doutrina estratégica, criando ficticiamente uma máquina do juízo final (*doomsday machine*) que teria como finalidade a dissuasão nuclear perfeita. Esta máquina estaria programada para lançar bombas *doomsday*, e como tal destruir a civilização humana, e possivelmente o planeta, caso a URSS cometesse um acto de agressão nuclear que ultrapassasse um certo patamar na escalada. Os EUA informariam a URSS da sua existência, para dissuadir esta de atacar o seu território.

Dissuasão nuclear proporcional

Conceito originalmente defendido pelo general francês Pierre Gallois, que sustenta que o desenvolvimento de uma força nuclear retaliatória, ainda que pequena, é capaz de infligir grandes danos sobre um adversário potencialmente mais forte, excedendo largamente as expectativas antecipadas de um ataque armado. O pequeno Estado terá sucesso na neutralização de qualquer impulso por parte superpotência para atacá-lo. Neste aspecto, sugere-se que o recurso à equidade e/ou à proporcionalidade contribua para uma dimensão moral, sobretudo em relação às práticas militares e inibições políticas na utilização de armas nucleares contra um oponente não nuclear, sendo que os efeitos desta situação acabaram por subvalorizar a eficácia do poder nuclear como dissuasor. Embora este conceito de dissuasão já existisse na Era pré-nuclear, Gallois empreendeu uma dimensão bastante mais incisiva na Era nuclear, já que qualquer erro de cálculo estaria sujeito a efeitos catastróficos para o destino de um Estado.

Dissuasão ofensiva ou punitiva

É aquela que se baseia numa ameaça de punição, caso ele tome determinada atitude hostil, e envolvendo a destruição de algo que o adversário valoriza (ver conceito de retaliação).

Doutrina Brezhnev ou da Soberania Condicionada

Conceito doutrinário formulado pelo líder soviético Leonid Brezhnev que prevê a utilização, se necessário, das Forças Armadas soviéticas para manter no poder regimes comunistas amigáveis em Estados vizinhos ou considerados vitais para os objectivos de segurança da URSS. Esta doutrina da Soberania Condicionada foi posta em prática na Checoslováquia, em 1968, e no Afeganistão, em 1979.

Doutrina Carter

Ver Estratégia de Compensação.

Doutrina McNamara

Ver Resposta Flexível.

Doutrina Militar

Princípios fundamentais pelos quais as forças militares guiam as suas acções na consecução de objectivos nacionais. A doutrina é peremptória, mas requer uma decisão política quando é aplicada.

Doutrina Monroe

Declaração unilateral da política externa americana, enunciada pelo presidente James Monroe na sua mensagem anual ao Congresso em 1823, foi considerada como um aviso às potências europeias da época. Os seus dois postulados eram: a oposição a qualquer intervenção europeia nos assuntos do continente norte-americano e, em contrapartida, a não intervenção dos EUA em quaisquer assuntos ou disputas na Europa (isolacionismo continental). A doutrina teve como objectivo impedir a Santa Aliança de ajudar a Espanha na reconquista das novas repúblicas latino-americanas.

Doutrina Nixon ou Guam

Anunciada pelo presidente Nixon em 1970, a Doutrina Nixon proclamava aos aliados dos Estados Unidos que a dissuasão nuclear continuaria a ser assegurada pela triade estratégica americana, mas que, em caso de guerra local, o país ameaçado assumiria a maior parte das responsabilidades de defesa. Esta declaração de princípios, também conhecida por Doutrina de Guam, reflectiu pressões internas no sentido da redução das despesas com a defesa e dos compromissos com o estrangeiro.

Doutrina Truman

Política geral adoptada em 1947 pela Administração Truman para construir “situações de força” na periferia da União Soviética e Europa de Leste com vista a conter o poder comunista dentro das suas fronteiras. Subjacente à política de contenção estava a crença de que, se a expansão soviética pudesse ser travada, o comunismo desmoronaria-se apenas por efeito da sua fraqueza interna. Esta política foi primeiro aplicada num programa de ajuda militar à Grécia e à Turquia.

Dropshot

O Plano Estratégico Operacional *Dropshot* foi o nome de código do Pentágono para um documento interno que descreve uma possível ofensiva – a guerra nuclear e convencional com a URSS –, no período pós-Segunda Guerra Mundial mais comumente conhecido como a Guerra Fria.

Dupla Decisão

A 12 de Dezembro de 1979, a Aliança Atlântica aprovou a “Dupla Decisão” para fazer face à instalação dos mísseis SS-20 pela URSS. A primeira decisão apelava para negociações com a URSS de forma a repor-se o equilíbrio nas forças nucleares de alcance intermédio instaladas na Europa ao nível mais baixo possível. Na ausência de um acordo, como se verificou, a segunda decisão da NATO anunciava a modernização das suas forças INF com a instalação em países aliados de 464 mísseis de cruzeiro e 108 Pershing II, a iniciar em Dezembro de 1983, o que veio a acontecer.

E

E = mc²

Formulada por Albert Einstein, é a equação mais famosa na história da Ciência, até hoje. Esta defende que a energia e a massa são equivalentes, um conceito que permitiu aos cientistas compreender a fonte de energia do Sol e de outras estrelas do Universo, levando ao desenvolvimento de energia nuclear. Especificamente, a equação afirma que a massa (m), teoricamente, pode ser transformada numa quantidade de energia (E) igual ao m, multiplicada ao quadrado pela velocidade da luz (cerca de 299 792 458 m / s). Einstein inferiu este conceito através da sua teoria da relatividade especial. A equação apareceu pela primeira vez num artigo publicado pelo cientista em 1907.

Earth-penetrating weapons (EPW)

Bombas nucleares que penetram profundamente no subsolo ou atravessam vários metros de betão reforçado para atingirem os alvos/objectivos pretendidos antes de explodirem.

Energia atómica

É mais correctamente chamada de energia nuclear.

Energia nuclear

Entendida no seu início como atómica, tem na realidade a sua origem, na mais pequena mas também mais importante parte constitutiva do átomo, isto é, no rearranjo dos nucleões – os prótons e neutrões – o núcleo. O núcleo atómico é 100.000 vezes mais pequeno do que o átomo, contém a quase totalidade da sua massa. Por sua vez, um átomo é constituído por electrões (possuem uma carga negativa) que giram à volta do núcleo, prótons (possuem a mesma carga que os electrões, mas positiva) e neutrões (partícula neutra de massa de dimensões muito próximas do próton). Os prótons e neutrões formam o núcleo atómico (não são elementares, mas têm igualmente uma estrutura interna – os *quarks*), enquanto os electrões formam uma nuvem ou atmosfera electrónica (está ligada ao núcleo pela atracção Coulombiana que existe entre as cargas eléctricas de sinais contrários) dispersa em torno do núcleo. As partículas nucleares estão animadas dentro do núcleo dum movimento incessante, sendo que a energia nuclear resulta da fissão ou da fusão no núcleo. Ora, os núcleos muito pesados e os núcleos muito leves têm uma energia de ligação muito grande (*binding energy*). Se parte do núcleo se separar, esta situação leva a uma recombinação diferente dos nucleões para formar um núcleo novo, e pode haver excesso de energia libertada. É o caso da fissão, como por exemplo do Urânio 235 e o Plutónio 239, usado nas primeiras armas nucleares; ou da fusão de dois núcleos leves, como o Hidrogénio e os isótopos de Deutério e Trítio, libertando também energia, e usada momentaneamente nas mais recentes armas nucleares e/ou termonucleares. A energia libertada é igual à diferença de massa vezes a velocidade da luz ao quadrado (fórmula de Einstein): $E = mc^2$.

Enriquecimento de urânio

Refere-se ao processo de aumento da concentração de isótopos fissionáveis de urânio-235 em relação aos não fissionáveis de urânio-235.

Equilíbrio de poder (ou poderes)

Sistema de alinhamento de poder no qual a paz e a segurança podem ser mantidas graças a um equilíbrio entre blocos rivais. As nações participantes num sistema de equilíbrio de poder aliam-se a Estados amigos para protegerem as suas posições de poder. O conceito pode ter sido originado por J. Robert Oppenheimer que descreveu o equilíbrio mundial, registado durante a Guerra Fria, como o que existe entre dois escorpões encerrados dentro de uma garrafa, cada um deles evitando picar o outro porque sabe que este pode, simultaneamente, responder da mesma forma.

Equilíbrio de terror

Expressão introduzida por Albert Wohlstetter que exprime o estado de equilíbrio instável ou de dissuasão mútua entre as duas superpotências (como por exemplo os EUA e URSS) baseada na capacidade de destruição mútua assegurada (MAD).

Equivalência em TNT

Medida da energia libertada pela detonação de uma arma nuclear, ou pela E explosão de uma dada quantidade de matéria físil, e comparada em termos da quantidade de trinitrotolueno (TNT) que seria necessária para libertar a mesma quantidade de energia ao explodir.

Escada nuclear [escalation ladder]

Assemelhando o espectro dos conflitos a uma escada, um degrau corresponderia a um determinado nível de intensidade do conflito.

Escalada (nuclear)

Intensificação de um conflito através do uso de armas mais poderosas, de um maior número de forças ou do seu alastramento geográfico. A escalada é o fenómeno de algo que se torna cada vez mais intenso degrau a degrau, neste caso relativo à ameaça e/ou efectivação de conflitos nucleares. Este termo considera-se normalmente associado ao trabalho seminal de Herman Kahn, “*On Escalation*” de 1965, evidenciando-se pela originalidade dos cenários uma possível guerra nuclear. Kahn que fez tanto como ninguém para desenvolver o conceito, foi capaz de identificar quarenta e quatro degraus (desde do primeiro cenário de “crise ostensiva até ao cenário apocalíptico de no seu esquema abstracto de cenários possíveis (“escalation ladder”) com a utilização das armas nucleares a ser primeiro emprego no degrau quinze (correspondente quase a um cenário de guerra nuclear).

Estabilidade estratégica

Situação em que nenhuma parte tem qualquer razão para iniciar o emprego de forças nucleares estratégicas numa crise ou qualquer incentivo para realizar grandes programas de novas armas com receio de ser colocado em desvantagem estratégica. Parafraseando Herman Kahn um sistema estratégico é estável quando as tensões ou choques não tendem a produzir mudanças grandes e irreversíveis.

Estabilidade Mútua Assegurada (MAS)

Um relacionamento entre nações e organizações internacionais em que as armas nucleares não sejam mais uma característica central para a sua segurança, a dissuasão baseada na destruição nuclear não seja mais necessária e a probabilidade de uma guerra nuclear seja considerada remota, porque o

seu inter-relacionamento seja livre de grandes tópicos de segurança, como elementos ideológicos e territoriais ou a competição por recursos naturais, e os benefícios de uma integração pacífica, nas esferas econômica, política e diplomática, proporcionem um contrapeso às vantagens percebidas do conflito nuclear. Assim, em vez da “destruição mútua assegurada” (*Mutual Assured Destruction* – MAD) da Guerra Fria, uma nova estratégia baseada na “estabilidade mútua assegurada” (*Mutual Assured Stability* – MAS), que favoreça uma integração pacífica nas esferas econômica, política e diplomática, entre os EUA e as demais nações dotadas de armamentos nucleares, especialmente, a Federação Russa. Esta é a essência das propostas de um documento audacioso e inovador intitulado “Relatório sobre Estabilidade Mútua Assegurada” Este estudo foi apresentado em 14 de Agosto de 2012, em Washington, D.C., tendo sido elaborado pelo ao Conselho Consultivo de Segurança Internacional (*International Security Advisory Board* – ISAB) – tendo sido encabeçado pelo cientista político Graham Allison – do Departamento de Estado dos EUA.

Estados pária ou rogue states

Países considerados hostis aos EUA e seus aliados e suspeitas de desenvolvimento ou implantação de ADM. Embora Departamento de Estado norte-americano desencoraje oficialmente o uso deste termo, é ainda usada comumente por alguns funcionários e acadêmicos em referência à Coreia do Norte e ao Irão.

Estratégia contra-cidades ou Contra-valores

Conceito estratégico que procura a destruição ou neutralização de zonas inimigas não militares tais como centros populacionais, complexos militares industriais, recursos naturais ou instituições selecionadas que constituem o tecido social de uma sociedade. É, também, uma estratégia defensiva que apenas permite dissuadir a execução de determinadas ações, com vista a uma solução de compromisso.

Estratégia Contra-forças

Conceito estratégico que apela ao emprego de forças nucleares estratégicas para destruir, danificar ou tornar impotentes, as capacidades militares (instalações de armamento estratégico e infra-estruturas militares) do inimigo. Silos ABM e instalações de defesa aérea, centros de comando e controlo, instalações do exército e da marinha, aeroportos, silos ICBM e submarinos nucleares são alvos típicos da estratégia contra-forças. Em qualquer das suas formas, é uma estratégia ofensiva, isto é, só ela permite impor uma solução militar, tornando plausível a iniciativa de um ataque nuclear.

Estratégia de compensação [countervailing strategy]

Foi o secretário da Defesa Harold Brown que empenhou os Estados Unidos na estratégia de contraposição durante a Administração Carter. Esta estratégia

determina a existência de forças capazes de responder a qualquer tipo de ataque e de modo a que o inimigo não tenha qualquer esperança de alcançar um objectivo racional. Por outras palavras, qualquer vitória inimiga conduzirá a importantes perdas.

Estratégia de contenção

Medidas para desencorajar ou prevenir a expansão ou influência do inimigo. Concretamente a estratégia e política dos EUA dirigida contra o expansionismo comunista.

Estratégia de Segurança Nacional dos EUA [National Security Strategy]

É uma estratégia nacional que tem por base um documento elaborado periodicamente pelo Poder Executivo do governo dos EUA para o Congresso que define as principais preocupações de segurança nacional norte-americana e como a administração pretende lidar com eles. A sua base legal encontra-se na Goldwater-Nichols Act de 1986.

Estratégia militar

Entendida pela doutrina militar norte-americana como a arte a ciência do emprego das forças armadas de uma nação para assegurar a conquista dos objectivos da política nacional pelo emprego ou ameaça da força.

Estratégia operacional

Referida, por vezes, por arte operacional, entre aqueles que interpretam a Estratégia de uma forma restritiva, trata da concepção e execução da manobra estratégica ao nível dos grandes subordinados. É seu objecto não só conciliar os objectivos a atingir com as possibilidades proporcionadas pelas táticas e técnicas do domínio considerado, mas também orientar a evolução daquelas de forma adaptá-las às necessidades da estratégia, e responde essencialmente à seguinte pergunta: como devem ser utilizados os meios existentes, atendendo às suas características e possibilidades, para se alcançarem os objectivos superiormente fixados.

Euromísseis

Armas nucleares estratégicas produzidas e concebidas para serem usadas no teatro europeu.

Expansionismo

Política externa que visa a expansão, essencialmente territorial, isto é, uma modificação a seu (Estado) favor da relação de forças e o controlo político de novas áreas. Esta pode ser alcançada pela via da conquista directa ou pela via indirecta (por exemplo, forçando o Estado visado a um elevado grau de dependência económica ou procurando subverter o seu sistema político. Contudo, o expansionismo pode resultar não só de uma política deliberada, mas

também, como a História demonstra, através de certas situações ou conjunturas que conduzem a este tipo de política. Entre essas situações figuram uma guerra vitória e momentos de fraqueza política.

F

Factores geoestratégicos

São aspectos da geografia que contribuem para a Estratégia alcançar os seus objectivos, agrupados em duas categorias: estáveis e variáveis. Os primeiros centram-se no território, sua extensão, posição, configuração e estrutura física. Os segundos dizem respeito à população, recursos, transportes e comunicações, energia e estruturas orgânicas.

Fat Man

A bomba nuclear de implosão-tipo de plutónio básico lançada sobre Nagasaki, Japão, em 9 de Agosto, de 1945. A segunda e última arma nuclear alguma vez usada em combate, a Fat Man, tinha uma potência explosiva de 25kt de TNT.

Fissão nuclear

Processo de divisão do núcleo atómico – por bombardeamento de neutrões – de elementos pesados (como o urânio e plutónio), geralmente em dois elementos mais leves. Esta fissão é acompanhada por uma considerável libertação de energia, calor e radiação. A fissão foi o processo utilizado nas primeiras bombas nucleares, as chamadas Bombas A ou Atómicas.

Fissionáveis

São todos os materiais cujos átomos podem sofrer fissão nuclear. Por exemplo, o urânio-238 é fissionável mas não fissil.

Força (ou Forças)

Os meios, recursos ou capacidades de toda a natureza (militares, económicos, humanos, organizacionais, psicológicos, etc.) de que um actor político pode lançar mão ou tirar partido para alcançar os seus objectivos. Podendo materializar-se, através do emprego, ameaça de emprego, exibição, demonstração, sugestão, etc.

Forças nucleares estratégicas

Constituem o meio de realizam das acções nucleares estratégicas independentes, visando duas finalidades estratégicas complementares: ofensivas e defensivas. A primeira pode infligir a um adversário destruições inaceitáveis. A segunda, visa reduzir os possíveis danos próprios, neutralizando, por meios ofensivos e defensivos, os meios ofensivos do adversário.

Force de Frappe

Termo aplicado às forças nucleares francesas quando usadas como força de retaliação no caso de ter falhado o seu efeito de dissuasão, e o território da França ter sofrido um primeiro ataque. A noção de *force de frappe* apareceu progressivamente depois da explosão das primeiras bombas termonucleares.

Fusão nuclear

Processo gerador de uma enorme quantidade de energia através da fusão de dois elementos leves de hidrogénio (deutério-trítio) para formar um núcleo pesado, desencadeando uma reacção em cadeia. Este processo utiliza o calor libertado por um pequeno explosivo convencional para iniciar a fusão dos núcleos, e a designação de termonuclear advém desta reacção ser sustentada pelo calor e não por neutrões.

G

G8 Global Partnership against the Spread of WMD

Iniciativa que pretende proteger, desmantelar e dispor de ADM, material fissil e de infra-estruturas da ex-URSS. O G8 é um fórum internacional que reúne os Chefes de Governo do Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido e dos EUA. A Parceria Global contra proliferação de ADM foi iniciada na Cimeira de 2002 do G-8, em Kananaskis (Alberta, Canadá). No âmbito desta Parceria Global, os Estados do G-8, além de uma série de outros Estados que apoiaram estas medidas principalmente europeus, comprometeram-se a fornecerem mais 20 biliões de dólares num período de dez anos para realizar esses esforços.

Garantias de segurança negativa [Negative security assurances]

A promessa de um Estado dotado de armas nucleares que não vai empregar armas nucleares contra um país sem armas nucleares. Alguns estados têm políticas que permitem o emprego de armas nucleares se for atacado com outras armas ADM por um país sem armas nucleares, como é o caso dos EUA.

Garantias de segurança positiva [Positive security assurances]

Garantias por parte dos Estados que possuem armas nucleares que vão ajudar qualquer país sem armas nucleares, que é o alvo ou está ser ameaçado de agressão nuclear.

Geografia

Contenta-se em estudar a influência do meio geográfico na formação das entidades políticas – sobretudo, os Estados. Neste sentido, a geografia, sobretudo a clássica, acentua-se, preocupa-se em estudar a mesma influência como justificação ou em proveito do poder, do domínio de um Estado sobre outros, da hegemonia de uma entidade política num determinado espaço.

Embora, a opinião de Políbio Almeida radique na importância que a realidade geopolítica tem tido o elemento geográfico como factor estável na política do poder dos Estados. A geografia deve, assim, ser considerada como uma geratriz básica do poder.

Governo mundial

O debate actual sobre esta matéria cinge-se sobretudo em torno da concepção adoptada por Richard Falk, professor de Direito Internacional na Universidade de Princeton, autor de *“On Human Governance”* (1995), de governação humana (um processo e um objectivo). No essencial, esta consiste em implementar novas formas de governação à escala mundial, que permitam garantir um conjunto de direitos de todos os povos da Terra, devendo, nesta construção, ser dada prioridade aos mais frágeis e objecto de abusos. Esta proposta que poder ser qualificada como imbuída duma visão construtivista, no sentido que Nicholas Onuf, autor de *“World of Our Making”* (1989), e Alexander Wendt, com a sua soberamente conhecida *“Social Theory of International Politics”* (1999), dão termo na disciplina. Pressupondo, também, como objectivos, o respeito pela qualidade do ambiente que condiciona a saúde e vida humana e o bem-estar económico-social das populações, evitar conflitos e estabelecer ordem internacional, com um recurso mínimo a meios de coacção.

Grande potência

Tradicionalmente, a medida utilizada na definição de grande potência é defensiva. Para ser uma grande potência, um Estado tem de ser capaz de evitar a derrota numa guerra defensiva contra uma invasão lançada pelo Estado mais poderoso do sistema. Ora, de acordo com esta definição, o mundo de hoje seria multipolar. Vários Estados seriam possivelmente capazes de evitar a derrota contra uma invasão lançada pelos EUA, desde logo todos aqueles que possuem armas nucleares – Rússia, França, China, Grã-Bretanha, Israel, Índia, Paquistão e a Coreia do Norte. Ao utilizarem esta bitola tradicional na definição de Grande Potência, alguns analistas afirmam que o mundo não é unipolar. Para Huntington ou Mearsheimer, por exemplo, os EUA são uma potência hegemónica apenas a nível regional, pelo que o mundo continua a ser multipolar

Guerra absoluta

Concepção introduzida por Clausewitz, a guerra absoluta é entendida como extremo lógico ao qual o combate militar pode ser conduzido através do elemento psicológico, procurando cada parte chegar à perfeição na tentativa de quebrar a resolução e a resistência do Outro. A guerra absoluta não passaria de um mero conceito ideal, na medida em que as guerras mais ou menos perfeitas (modelo de ascensão aos extremos) seriam todas políticas, sendo a Política que determinaria o seu carácter absoluto.

Guerra das estrelas [Star Wars]

Expressão utilizada pela primeira vez na imprensa norte-americana para designar a Iniciativa de Defesa Estratégica anunciada pelo presidente Ronald Reagan em 1983. (Ver Iniciativa de Defesa Estratégica)

Guerra fria

É um estado activo de tensão internacional, que inclui um conjunto de acções em que a coacção reveste as formas de acção económica, psicológica, diplomática e política no interior do adversário, combinada com o eventual apontamento e movimentação de meios militares e com a ameaça potencial da acção militar (normalmente por meios insidiosos e/ou subversivos). Em letras minúsculas, referir-se-á ao conceito genérico e técnico, patente na explicitação anterior, e, em letras maiúsculas, denominar-se-á exclusivamente o conflito político-ideológico entre os EUA e a URSS (1945-1991). Este período também é qualificado por Raymond Aron de guerra improvável uma vez que a dissuasão nuclear impediu as duas superpotências rivais de desencadear uma guerra quente, neste caso nuclear, e de “paz impossível”, uma vez que os dois actores em causa eram adversários antagonistas.

Guerra limitada

Uma guerra em que um ou mais dos beligerantes, voluntariamente, faz restrições, por exemplo, no tipo de armas usadas, nos limites geográficos em que a guerra é conduzida, nos objectivos.

Guerra quente

Os conflitos em que acção militar passa a ter um carácter efectivo constituem, genericamente, a guerra quente. O que distingue a guerra fria da guerra quente não é só o emprego só por si de forças militares. O essencial é o vector predominante na forma de coacção (militar, ou outro). Deste modo, também se percebe que a guerra não é apenas militar e que fazer a guerra económica, por exemplo, não é alvejar militarmente os objectivos económicos do adversário. Sobre outro aspecto, pode-se ainda considerar uma guerra quente, em que sejam usados ao mesmo tempo muitos mecanismos coactivos típicos de uma guerra fria, no papel coadjuvante e em que a mesma não configure uma guerra limitada para um dos contendores, mas sentida como tal pelo outro, em virtude do diferencial de poder.

Guerra subversiva

A luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito e de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção. O objectivo final é a conquista de poder mediante objectivos intermédios específicos. Todavia, não

se confunde com o fenómeno da subversão (processo de acção deliberado levada efeito por um movimento ou organização, recorrendo a formas de actuação ilegais, com o objectivo de destruir o poder ou a ordem social estabelecida, que pode passar apenas pela manipulação de vontades), nem se confunde com a noção de guerra revolucionária, isto é, aquela que exprime a visão marxista-leninista da guerra, assente na ideia de revolução mundial de Marx e Engels, sistematizada e desenvolvida fundamentalmente por Lenine, Trotsky, Che Guevara e Mao Tsé-Tung. Embora toda a guerra revolucionária seja subversiva, nem todas as guerras subversivas são revolucionárias.

Guerra total

A teoria da guerra total e a correspondente terminologia foram desenvolvidas durante o período entre as duas Guerras Mundiais, especialmente pelo general alemão Erich von Ludendorff, sendo divulgada e exposta numa das suas obras famosas intitulada “*Der Totale Krieg*”, publicada pela primeira vez em 1936. De acordo com Ludendorff, a guerra moderna (e industrial) é total, no sentido em que abrange todas as vidas e almas de cada civil dos países em guerra, ou seja, mobilização a todo o tempo de todos os recursos, de todas as capacidades (económicas, humanas, científicas, etc.) de um Estado a favor do esforço militar numa guerra, com intuito de esmagar o adversário. O bombardeamento aéreo intensificou o conceito, desde que a área inteira de um país ficou à mercê do teatro de guerra. Esta situação implicou uma inversão da pirâmide (estratégica) e do modelo paritário de Clausewitz, isto é, a Estratégia é exacerbada e subordina a Política. Deste modo, em certos períodos da II Guerra Mundial, de facto, a Estratégia formou e orientou a Política; inspirou o esforço bélico para uma guerra ilimitada, sustentada numa Estratégia de escalada e ideológica, e não na racionalidade, empenhando todos os meios na determinação dos objectivos da guerra. No entanto com advento nuclear, a guerra total tornou-se um conceito datado e obsoleto, muito por culpa da capacidade destrutiva das armas nucleares e das suas consequências, tornando impossível o empenhamento de todos os recursos no esforço bélico. Do ponto de vista racional, o uso destas armas, num conflito desta natureza, não compensaria as vantagens da vitória, que poderia muito bem resultar na morte física dos beligerantes, de terceiros, e de toda a Humanidade.

H

Hegemonia

Termo usado desde o séc. XIX para significar a influência excessiva que um Estado exerce sobre outro criando uma situação geradora de poder que possibilita a sua dominação. Num sistema unipolar, a potência dominante adquire uma posição de hegemonia, sendo comum na literatura das RI,

encontrar duas concepções de hegemonia (liberal e constitucional). Para Robert Kagan, no seu livro intitulado “*Of Paradise and Power*”, parece querer explicar que a hegemonia norte-americana é um *manifest destiny* inscrito na sua História, e decorrente da inspiração dos *founding fathers* da República dos EUA.

Hegemonia constitucional

Para os defensores desta concepção, o exercício do poder hegemónico deve ser limitado e institucionalizado. Para G. John Ikenberry, um dos grandes defensores da ideia de hegemonia constitucional, uma ordem política só é legítima quando o exercício do poder é limitado. Para o exercício do poder ser limitado, é necessário criar instituições, apoiadas em consensos políticos. Quando isto acontece, o poder transforma-se em autoridade legítima.

Hegemonia liberal

Esta traduz-se numa concepção realista de hegemonia, afirmando que a criação e a manutenção da ordem internacional dependem exclusivamente do poder da potência hegemónica.

Hegemonia multilateral

O exercício de uma hegemonia multilateral, por sua vez, contribui de um modo decisivo para a criação de uma ordem política multilateral. Assim, o termo multilateralismo aplica-se a um sistema político de três ou mais Estados, cujas relações se regulam por princípios gerais não-discriminatórios e recíprocos. Estes princípios vinculam de igual modo todos os Estados, independentemente do seu poder, incluindo naturalmente a potência hegemónica.

Holocausto nuclear

Termo utilizado para exprimir a situação que ocorreria se fosse desencadeada uma guerra nuclear ilimitada entre grandes potências nucleares, isto é, presumivelmente o extermínio de todo o povo do mundo.

I

ICBM

Míssil balístico intercontinental com um alcance de 5500 a 14 800 quilómetros. Nesta categoria incluem-se todos os mísseis estratégicos dos EUA, Rússia, França, e do Reino Unido.

Incerteza

A incerteza conduz a um determinado tipo de monismo estratégico que confia demasiadamente na autocontenção imutável e na propensão dos políticos para correrem poucos riscos. Ignora o seu efeito provocador e temível no gerar

de confiança injustificada na regularidade e previsibilidade desse equilíbrio o que, por seu turno, diminui as limitações à acção militar.

Indução [inducement]

O outro lado da moeda da dissuasão, ambas são estratégias que visam influenciar, uma baseada em sanções, a outra baseada em recompensas, assim como a dissuasão deve funcionar para reduzir a utilização das acções preemptivas, a estratégia de indução deve funcionar para diminuir a necessidade da estratégia de dissuasão.

Infra-estrutura nuclear

Termo geralmente aplicado a todas as instalações permanentes ou fixas, fábricas ou instituições, para o apoio e controlo das forças nucleares de um Estado.

Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI)

A 23 de Março de 1983, o presidente Ronald Reagan anunciou a sua intenção de empenhar os meios económicos, técnicos e científicos dos EUA num programa de investigação que estudasse as possibilidades das tecnologias emergentes para criar um avançado sistema de defesa – baseado em terra e no espaço – que eliminasse a ameaça causada pelos mísseis balísticos. Nesse discurso à nação, Ronald Reagan apelou à comunidade científica para que empenhasse o seu talento à causa da Humanidade e da paz mundial num esforço intensivo para definir um programa de pesquisas e desenvolvimento a longo-prazo para produzir sistemas capazes de interceptar e destruir os mísseis balísticos antes de atingirem o território. A iniciativa apontava para a existência de sistemas de armas colocados no espaço (laser; feixes de partículas; estações de batalha de mísseis) e em terra (ABM e ASAT) que interceptam os mísseis numa das três fases do seu percurso: impulso, voo balístico, reentrada na atmosfera. Este programa de pesquisa foi oficialmente designado por Iniciativa de Defesa Estratégica, tendo-se popularizado com a expressão “Guerra das Estrelas”.

Iniciativa de Segurança contra a Proliferação (PSI)

É uma iniciativa multinacional liderada pelos EUA envolvendo a interdição de navios de países terceiros no alto mar, com base a possibilidade de estes transportarem materiais nucleares. A PSI tem mais de 90 países membros, incluindo a Rússia, Canadá, Reino Unido, Austrália, França, Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, Japão, Países Baixos, Polónia, Singapura e Noruega. Entre os países que se opõem ao PSI estão China, Indonésia, Malásia e Irão, que contestam a sua legalidade.

Insurreição

Acção de força destinada a substituir um governo vigente ou rebelar-se contra um determinado grupo político soberano resultante de uma acção de massas

populacionais, correspondendo na maior parte das vezes a uma reacção espontânea das mesmas.

Interesse nacional (ou Interesses nacionais)

Conjunto de elementos altamente generalizados que constituem as necessidades essenciais de um Estado, como a auto-preservação, a independência, a integridade nacional, a segurança militar e o bem-estar económico e social. A salvaguarda do interesse nacional em política externa exige um tratamento “realista” dos problemas internacionais, baseado no uso do poder divorciado de princípios e valores morais. Os conflitos de interesses nacionais no sistema de Estados são resolvidos através da diplomacia, da lei internacional, das instituições internacionais ou, em último caso, através da guerra. Historicamente, o interesse nacional evoluiu como *raison d'état*, uma doutrina elaborada no século XVI por Maquiavel, que defendia que a segurança e a vantagem nacionais são as considerações mais importantes para a acção do Estado.

Interim Committee

Na Primavera de 1945, o Presidente Harry S. Truman criou o Interim Committee sobre a Energia Atómica para discutir as opções políticas sobre o uso de armas nucleares em combate e as possíveis implicações políticas, acerca do seu possível emprego. O Interim Committee, presidido pelo então Secretário da Guerra Henry L. Stimson, foi constituído por altos funcionários do governo dos EUA e cientistas envolvidos no Projecto Manhattan. O Interim Committee acabaria por emitir um relatório que recomendava que uma arma nuclear devia ser usada sem aviso prévio logo que possível contra um determinado alvo militar no Japão.

IRBM

Míssil balístico com um alcance intermédio de 2700 a 5500 quilómetros.

Isolacionismo

Doutrina que advoga que um Estado pode defender melhor os seus interesses os seus próprios interesses evitando interferir nos interesses dos outros e afastando-se das grandes questões da política internacional ou mesmo regionais.

Isótopo

Refere-se aos átomos de um elemento químico cujos núcleos têm o mesmo número atómico, mas diferentes massas atómicas.

Ivy mike

Nome de código dado ao primeiro teste bem-sucedido de uma arma de fusão nuclear (ou termonuclear) realizado pelos EUA, de 1 de Novembro de 1952,

no atol de Enewetak, no Oceano Pacífico, como parte da Operação Ivy, oitava série de testes nucleares norte-americanos, destinados a melhorar a capacidade das armas nucleares dos EUA como resposta ao programa nuclear soviético, na época da Guerra Fria. O dispositivo foi projectado pelos cientistas Edward Teller e Stanislaw Ulam, teve uma potência explosiva de 10,4 Mt de TNT, e é geralmente considerado como o primeiro teste de uma bomba de hidrogénio.

J

Junta dos Chefes de Estado-Maior [Joint Chiefs of Staff]

É um grupo de líderes militares (Chefes de Estado-Maior) das forças armadas norte-americanas que aconselham o governo federal dos EUA. A Junta é definida por lei e é composto por um Presidente e um Vice-presidente nomeado por aquele, e Chefe de serviço dos quatro ramos das forças armadas (Exército, Marinha, Força Aérea e Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA).

K

Killian Report

O relatório do Technological Capabilities Panel, dirigido por James R. Killian, foi criado por Eisenhower para estudar a susceptibilidade de um confronto – e sobrevivência – a um ataque nuclear surpresa sobre os EUA promovido pela URSS. Entre as suas várias recomendações, o relatório Killian, emitidas em Fevereiro de 1955, permitiu o aceleração de programas de ICBMs e Polaris SLBM, bem como a diversificação e estabilização da força de dissuasão nuclear, em termos de segurança

L

Lançador

Estrutura concebida para apoiar e sustentar um míssil em posição de fogo.

Launch on Warning (LOW)

Doutrina que determina o disparo de mísseis balísticos no momento em que é detectado o lançamento de mísseis inimigos e antes de as suas ogivas atingirem os respectivos alvos.

Liberal internationalism

É uma doutrina de política externa que sustenta que os Estados liberais devem intervir em outros Estados soberanos, a fim de prosseguir os objectivos liberais. Esta intervenção pode incluir a intervenção militar e a ajuda humanitária. Esta visão é contestada pelas doutrinas do isolacionismo, realista ou não-

-intervencionista, que se opõem a tal intervenção. Esses críticos caracterizam como intervencionismo liberal.

Liberdade de acção

Reflecte a possibilidade de intervir utilizando em pleno as forças materiais disponíveis e em função de escolhas próprias. Neste sentido, terá elevada liberdade de acção, aquele que pode utilizar no confronto a totalidade, ou uma parcela muito significativa, dos meios tangíveis de que dispõe, de acordo com regras por si definidas forçando simultaneamente o Outro a respeitar essas regras.

Little Boy

A arma nuclear explosiva com urânio altamente enriquecido (U.235) lançada em Hiroshima, Japão, em 6 de Agosto de 1945. A primeira arma nuclear alguma vez utilizada em combate, com uma potência explosiva de 13kt de TNT.

Living SIOP

No contexto de uma nova Era Nuclear – a Segunda Era Nuclear –, este plano nuclear que viria a ser implementado em 1994, correspondia, concretamente, ao plano militar de um conflito nuclear em tempo real, que poderia, virtualmente integrar actualizações e alterações às orientações iniciais do combate. Para que tal fosse possível e respondendo ao desígnio do planeamento adaptável, com maior flexibilidade, neste novo conceito deixou de ser feita a distinção entre armamento estratégico e tático, permitindo a planificação nuclear com qualquer tipo de armamento, o que correspondia à existência de maiores recursos à disposição da planificação da estratégia militar.

Logística

Conjunto de actividades que visam assegurar a satisfação das necessidades das Forças Armadas em quantidade, qualidade, momento e lugar adequados. A logística engloba actividades como a obtenção, armazenagem, transporte, distribuição, manutenção, evacuação e destino de todo o tipo de materiais. O uso deste termo extravasa, actualmente, o âmbito militar.

Loose nukes

O termo originalmente referia-se à falta de protecção das armas nucleares na antiga URSS, que poderiam cair nas mãos de terroristas ou criminosos. Hoje em dia, os especialistas utilizam o termo, de uma forma mais abrangente, para se referir às armas nucleares, materiais ou *know-how* que poderiam cair em mãos erradas (nomeadamente Estados pária e grupos terroristas transnacionais). As áreas de particular interesse particular incluem o mercado negro de urânio e plutónio, bem como a tentação de ex-cientistas nucleares soviéticos venderem o seu *know-how* ao melhor preço.

M

Madman Theory

Esta teoria era uma característica primordial da política externa conduzida pelo presidente norte-americano Richard Nixon. Durante a sua administração, o Poder executivo do governo federal dos EUA, sensivelmente entre 1969-1974, tentou criar a ideia, nos líderes de outros países, que Nixon estava louco, e que o seu comportamento era irracional e volátil. Assim, temendo uma reacção imprevisível (*in extremis* a hipótese de um primeiro ataque nuclear) por parte dos EUA, os líderes das nações hostis do Bloco Comunista evitavam provocar os EUA.

Manifest destiny

Tese formulada nos meados do séc. XIX, pelo jornalista nova-iorquino John O'Sullivan, segundo a qual a vontade divina vocacionava os EUA para a expansão territorial (e consequente da sua doutrina ideológica-política e social-económica), para um avanço irresistível, primeiro no continente americano, depois para o exterior através dos oceanos. Esta tese foi utilizada pelos Democratas, na década de 1840, para justificar a guerra com o México, que resultou na anexação da Califórnia, do Novo México e do Texas em 1847, permitindo consolidar as fronteiras terrestres dos EUA.

Manobra estratégica

Movimento destinado a colocar tropas ou dispositivos militares numa posição vantajosa face ao inimigo, e consequentemente cumprir com a missão estratégica definida.

MARV

Cabeça (Veículo de Reentrada Manobrável) de um míssil balístico com capacidade de alterar a sua trajectória durante a fase de reentrada na atmosfera, o que implica uma maior precisão e maior capacidade de letalidade.

Material físsil

Contém elementos cujos núcleos são capazes de ser divididos por neutrões de diferentes velocidades. O urânio-235 e plutonium-239 são materiais físsis. Assim os materiais físsis podem sofrer fissão mais facilmente do que outros materiais fissionáveis, e são mais desejáveis para a maioria dos tipos de reactores e essenciais para a construção de armas nucleares.

Material fissionável

Todo o material cujos átomos podem ser susceptíveis de fissão. Inclui todos os materiais nucleares, mas também os materiais que podem ser divididos por neutrões rápidos, como por exemplo o U.238.

Megatonelada [Megaton – Mt]

Poder explosivo equivalente a 1 000 000 (um milhão) de toneladas de trinitrotolueno (TNT). Usada como medida de potência das armas nucleares.

Memorando de Budapeste sobre Garantias de Segurança

É um acordo político assinado em Budapeste, Hungria, em 5 de Dezembro de 1994, oferecendo garantias de segurança por parte dos seus signatários em relação à adesão da Ucrânia ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. O Memorando foi originalmente assinado por três potências nucleares e membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas: a Federação Russa, os Estados Unidos e o Reino Unido. Mais tarde, China e França deram declarações individuais de garantia também. O memorando inclui garantias de segurança contra ameaças ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política da Ucrânia, assim como as da Bielorrússia e do Cazaquistão. Como resultado, a Ucrânia cedeu o seu arsenal de armas nucleares do mundo entre 1994 e 1996. Durante a Crise da Crimeia de 2014, os Estados Unidos afirmaram que o envolvimento russo é em violação das suas obrigações para com a Ucrânia no âmbito do Memorando de Budapeste, e em clara violação da soberania e da integridade territorial da Ucrânia

Metaestratégia [métastratégie]

Conceito adoptado pelo filósofo francês Jean-Paul Charnay, a *métastratégie* englobaria todas as análises estratégicas, todos os modelos e todos os comportamentos estratégicos. A expressão metaestratégia já tinha sido também utilizada anteriormente por um outro estrategista francês, e oficial da marinha Xavier Sallentin (1976). Até certo ponto próximo do pensamento de Charnay, mas com um cunho assumidamente voluntarista e socialmente empenhado. A metaestratégia é, para este autor, uma sobre-reflexão completando as estratégias *strictu sensu*, conflituais e fraccionadas, por intermédio de uma matriz universal, fundadora de uma paz na clarividência do que são conflitos; ela é a completude reflexiva sobre as reflexões e práticas estratégicas, e enquanto tal, completude de caminhos, de fins teleológicos, ou melhor escatológicos para a pax.

Minuteman III

Míssil balístico intercontinental (ICBM) de terceira geração, considerado a espinha dorsal dos ICBM norte-americanos. Entrou em funcionamento em 1975, tem um alcance de 11 mil quilómetros, e possui três ogivas MIRV de potencial desconhecido (CEP-300m). Actualmente os EUA utilizam a classe LGM-30 Minuteman.

MIRV

Veículo de Reentrada Múltipla e Independente de um míssil ICBM ou SLBM contendo várias ogivas e cada, uma capaz de atacar um alvo diferente.

Missão (ou Missão Estratégica)

Conjunto da tarefa e da sua finalidade através do qual se indica claramente a acção estratégica a executar e qual a razão para a sua execução.

Mísseis Anti-Balísticos

Ver ABM.

Mísseis balísticos

Míssil lançado para o espaço por um foguete de um ou mais andares e sem apoio de estruturas aerodinâmicas exteriores (asas, etc.). Terminada a fase de impulso, os veículos de reentrada seguem trajetórias balísticas determinadas principalmente pelas leis de gravidade e pelo “arrastamento” aerodinâmico. Estes mísseis apenas permitem pequenas correcções de trajetória durante o voo e na fase de condução terminal (Ver por exemplo MIRV, MARV, e ICBM).

Míssil de Cruzeiro

Míssil guiado que voa a altitudes muito baixas (até um mínimo de 20 metros), a velocidade subsónica e está programado para seguir o contorno do terreno de forma a não ser detectado por radar. Pode ser lançado do solo, ar ou mar e transportar um explosivo nuclear ou convencional. Entre os quais os ALCM e os SLCM.

Míssil Móvel

Míssil balístico ou de cruzeiro instalado numa plataforma móvel terrestre, aérea ou naval. Hoje, em dia, muito associado ao – Phased, Adaptive Approach – ao sistema de defesa anti-míssil europeu, proposto pela administração Obama.

MRBM

Míssil balístico com um (médio) alcance de 1100 a 2700 quilómetros. Nesta categoria incluem-se os Pershing II e Cruise dos EUA.

Multilateralismo

Sistema de coordenação de relações entre três ou mais Estados de acordo com determinados princípios de conduta, e com fins específicos, que são desenvolvidos de forma colectiva por parte dos Estados. Assim, o objectivo principal do multilateralismo é a criação de plataformas comuns de forma a enfrentar todas as ameaças à ordem internacional, sejam elas: os alarmantes níveis de pobreza e de doença, a degradação das condições ambientais, a sistemática violação dos direitos humanos, a proliferação dos conflitos regionais e nacionais, o terrorismo, a extensão da posse de armas nucleares, radiológicas, químicas e biológicas ou o crime mundialmente organizado.

Multipolaridade

Sistema internacional que engloba mais do que dois centros de poder identificados como predominantes, podendo estes pólos ser Estados, blocos ou coligações.

MX

Míssil balístico intercontinental de quarta geração, com um alcance previsto de 10 mil quilómetros e com 10 ogivas MIRV de 350 quilotoneladas (CEP-100m). A Administração Reagan designou este míssil por *peacekeeper* (guardião da paz). No entanto, com fim da Guerra Fria, estes mísseis têm sido, gradualmente, desmantelados e removidos do arsenal nuclear norte-americano. E, desde Novembro de 2005 que estes mísseis passaram ao estado de reserva, ou simplesmente foram destruídos.

N

Não-proliferação nuclear

Medidas de controlo de armamento delineadas para prevenir a aquisição de armas nucleares e respectivos e os de lançamento por nações que não têm capacidade nuclear, nos termos do tratado NPT.

National Counterproliferation Center (NCPC)

Esta agência foi fundada em 21 de Novembro de 2005, sob a égide do Gabinete do Director Nacional de Inteligência para ajudar os EUA no combate às ameaças causadas pela proliferação de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares.

National Defense Research Committee (NDRC)

Foi uma organização criada para coordenar, supervisionar e realizar investigação científica sobre os problemas subjacentes ao desenvolvimento, produção e utilização de mecanismos e dispositivos de guerra nos EUA a partir de 27 de Junho de 1940 até 28 de Junho de 1941. A maior parte do seu trabalho foi feito com o mais rigoroso segredo, e a esta se deve a investigação daqueles que se tornariam uma das mais importantes tecnologias durante a II Guerra Mundial: o radar e a arma nuclear. O NDRC foi substituído pelo Office of Scientific Research and Development em 1941, e foi reduzido apenas uma organização de consultoria, até que acabou por ser encerrada em 1947.

National Military Establishment

Foi a organização precursora do Departamento de Defesa, que combinou anteriormente os Departamentos de Guerra e de Marinha. Criado pela National Security Act em 1947, seria renomeado de Departamento de Defesa em 1949.

NATO

A organização foi criada ao abrigo do Tratado do Atlântico Norte (1949) no quadro do artigo 51, capítulo VII da Carta das Nações Unidas. É uma organização política e Defesa que nasceu devido à necessidade de dar resposta ao posicionamento da nova potência do pós II Guerra Mundial – a URSS –, e destinada a promover a criação de uma única força de defesa para salvaguarda da segurança na área do Atlântico Norte. Em 1949, foram doze os Estados – membros fundadores da Aliança – que assinaram o Tratado de Washington, a saber: a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, a França, a Islândia, a Itália, o Luxemburgo, a Holanda, a Noruega, Portugal, o Reino Unido, e, claro, os EUA. Em 1952, juntou-se-lhes a Grécia e a Turquia; em 1955, a Alemanha, então República Federal da Alemanha (RFA); em 1982, a Espanha; em 1999, três antigos membros do Pacto de Varsóvia, a República Checa, a Hungria e a Polónia; em 2004, para além das três ex-repúblicas bálticas da União Soviética (Estónia, Letónia, e Lituânia), a Roménia, a Bulgária, a Eslováquia e a Eslovénia; e, por último, em 2009, a Albânia e a Croácia. Actualmente, com o fim da Guerra Fria e da URSS, a NATO é basicamente uma organização regional de Defesa cujo objectivo perene é garantir um espaço de segurança e estabilidade aos seus Estados Membros. Se a área militar no seio da NATO é um factor essencial, os trabalhos e decisões que decorrem a nível político são estruturantes para afirmação da sua força. Os seus principais órgãos políticos são o Conselho do Atlântico Norte; o Secretariado-Geral; e o Conselho dos Representantes Permanentes. Ao contrário da maior parte das organizações intergovernamentais, os Estados-membros da NATO decidem na base do consenso.

Neo-isolacionismo

De acordo com as teses “neo-isolacionistas”, os EUA devem abandonar a diplomacia internacionalista, adoptada com desde a Doutrina Truman, e voltar a ser um país com uma política externa unilateral. O programa político neo-isolacionista apoia-se em três ideias centrais: em primeiro lugar, a recusa em estabelecer alianças com outros países durante os períodos de paz internacional, defendendo assim o abandono dos compromissos multilaterais efectuados durante a Guerra Fria; em segundo lugar, a defesa de política de segurança unilateral, com alinhamentos variáveis consoante os interesses específicos dos EUA; e, em terceiro lugar, uma extrema relutância em envolver o país em crises internacionais que não afectem directamente a segurança nacional. Em suma, os neo-isolacionistas defendiam que os EUA deveriam continuar a ser actores intervenientes no seio da política internacional, seguindo porém estratégias unilaterais.

Neutrão

Electricamente neutro, escapava aos efeitos de repulsão que conhecem prótons e electrões, qualidade que lhe conferia uma forte capacidade de penetração no átomo.

New Look

Programa político norte-americano, apresentado pelo Presidente Eisenhower em 1953, que previa basear a segurança dos EUA na arma nuclear em detrimento das forças convencionais. Foi a base da estratégia de represálias, ou de retaliação massiva.

NORAD (North American Aerospace Defense Command)

É uma agência do Canadá e dos EUA, que assegura protecção e alerta em prontidão aeroespacial, soberania e defesa do espaço aéreo do Canadá e EUA. Foi fundada em 12 de Maio de 1958 (em consequência da Guerra Fria), como um comando conjunto entre os governos do Canadá e dos EUA, conhecido originalmente como o North American Air Defense Command.

Nuclear establishment

Constituído pelos complexos militares ligados ao desenvolvimento de armas nucleares, existindo milhares de empregos e carreiras que dependem da produção ou manutenção deste tipo de armamento. Acresce que a estes se juntam estruturas burocráticas com poderes de influência destes complexos industriais.

Nuclear freeze

Movimento pacifista que propunha a suspensão unilateral da construção de novos armamentos nucleares. No essencial, a sua proposta tinha como objectivo a prevenção dos posicionamentos de armas nucleares da NATO e o impedimento da modernização nuclear dos EUA.

Nuclear overkill

Capacidade de destruição superior à que é teoricamente necessária para destruir alvos específicos e atingir os objectivos de segurança designados. Termo vulgarmente utilizado em referência ao excesso de armas nucleares no mundo.

Nuclear stalemate

Empate forçado pelas circunstâncias das condições entre potências nucleares.

Nuclear Suppliers Group (NSG)

Criado em 1974, após o teste nuclear pacífico da Índia, o NSG é um grupo de 46 países fornecedores nucleares, que visam controlar a disseminação da tecnologia nuclear e armas nucleares relacionadas através de leis rígidas de exportação nacionais (proteccionistas).

Nuclear umbrella

O termo descreve a segurança obtida por protecção militar de uma potência nuclear. Um país protegido contra inimigos potenciais através das armas nucleares de um aliado caracteriza o nuclear umbrella ou guarda-chuva nuclear. Por estar sob um guarda-chuva nuclear, os países aliados com um Estado nuclear vivem na esperança de impedir um ataque nuclear ou a dissuadir a ameaça nuclear por parte de outros países com capacidade desta índole. É o caso dos EUA e a maior parte dos seus aliados europeus.

O**Objectivo**

Alvo, fim ou objecto que se tem em vista.

Objectivos estratégicos

Aqueles que desarticulam a estrutura do adversário, ou seja, são objectivos estratégicos todos aqueles susceptíveis de levantar hostilidade e que se destinam a frustrar uma vontade política adversa.

Off-shore balancing

É um conceito estratégico utilizado na análise realista das RI. O termo descreve uma estratégia onde uma grande potência usa a sua influência perante potências regionais aliadas para verificar a subida ou crescimento da ameaça de potenciais poderes hostis. O defensor mais consistente da estratégia norte-americana de off-shore balancing no debate do pós-Guerra Fria é Christopher Layne, sendo que enunciado original pertence a Nicholas John Spykman (1942). Portugal também um caso típico de off-shore balancing, que assenta no facto de que para as pequenas potências periféricas os seus vizinhos imediatos, mesmo que mais fracos do que a potência marítima dominante, lhe parecem bem mais ameaçadores – era o caso da nossa vizinha Espanha.

Ogiva (nuclear)

Cabeça de um míssil, projectil, torpedo, foguete ou outra munição, a qual contém o sistema nuclear ou termonuclear, sistema de explosivo convencional, materiais químicos ou biológicos, ou materiais inertes concebidos para infligir danos. A maioria das ogivas nucleares é utilizada em mísseis nucleares, e são muitas vezes contidas no interior dos veículos de reentrada.

Organização do Tratado de Interdição Completa de Ensaio Nucleares (CTBIO)

A CTBIO é uma organização internacional que será instituída após a entrada em vigor Tratado CTBT, a Comissão Preparatória da CTBIO foi criada em 1996 com sede em Viena, Áustria. É também uma organização provisória

encarregada de construir o regime de verificação e com intuito de promover universalidade deste Tratado.

P

Paridade

Estrutura de uma força standard que indica o máximo das capacidades militares que podem ser comparadas a uma força igual de um determinado opositor. O termo paridade também é utilizado em referência ao equilíbrio de forças nucleares entre EUA e URSS.

Patriot

Patriot é um míssil terra-ar (SAM), o é normalmente usado pelo Exército norte-americano e por outros seus aliados.

Paz [Pax absentia belli]

A paz como ausência de guerra. Porém, o séc. XX viria a ser portador de tantas mudanças que a compreensão de paz não seria excepção. Houve um alargamento do conceito: a paz viria a ser ausência, não só da violência pessoal mas também da estrutural, para no fim se tornar uma definição entendida como pacificação e vinculada com a justiça, congregando não apenas a desactivação da violência mas também a construção da própria paz.

Pershing II

Míssil balístico de alcance intermédio estacionado no teatro europeu (euomíssil). Substituiu o Pershing I em finais de 1983, na sequência da “dupla decisão” da NATO. Possui um alcance de 1800 quilómetros e tem uma ogiva de 250 quilotoneladas (CEP-20m). Móvel.

Persuasão [dissuasão]

Visa persuadir/influenciar as outras potências a absterem-se de iniciar uma “corrida aos armamentos” ou uma concorrência em matéria de capacidades militares convencendo o adversário da sua inutilidade.

Plano Baruch

Plano anunciado por Bernard Baruch, em Junho de 1946, que previa a criação da International Atomic Energy Development Authority para controlar todas as fases do desenvolvimento e utilização da energia atómica. Este plano foi considerado como a primeira tentativa de controlo das armas atómicas, numa altura em que a URSS ainda não possuía a sua bomba A.

Plutónio-239

Um isótopo físsil se o plutónio for produzido em reactores nucleares como o U.238 é bombardeado com neutrões e sofre desintegração radioactiva. O

Plutónio – 239 é um dos dois únicos materiais utilizados para núcleos de armas nucleares, com urânio altamente enriquecido.

Poder hegemónico

Este tende a ser coercivo e unilateral, sem procurar a construção de posições consensuais. Para os realistas, a condição de hegemonia permite a máxima liberdade de acção, o que dá origem a uma política externa unilateral.

Poder político

É a capacidade de impor uma vontade política, independentemente de haver ou não consenso. No plano jurídico, um poder de injunção dotado de coercibilidade material, isto é, um poder de natureza vinculativa marcado pela susceptibilidade de, quer do uso da força física ou pressão material. No plano estratégico, o poder político é responsável pela fixação da missão estratégica, participando activamente na formulação e na execução da Estratégia.

Pólis

Etimologicamente o termo está ligado a *akropolis*, cidadela ou parte alta da cidade; designa cidade, por oposição aos campos circundantes, mas cidade-estado como uma pequena comunidade política, auto-governada, que inclui o núcleo urbano e território adjacente. A polis como cidade-estado é uma unidade política peculiar, que não corresponde à ideia moderna de Estado, englobando para além deste a sociedade civil, e seus domínios público e privado. Segundo Aristóteles, se é certo que todas as comunidades visam algum bem, a comunidade mais elevada de todas e que engloba todas as outras visará o maior de todos os bens. A polis é, portanto, uma comunidade política que surge de outras associações, como uma comunidade familiar e doméstica, tendo como principais fins, a par da Estratégia (fundamentalmente enquanto cultura): assegurar sobrevivência e subsistência, tendo em vista a ordem e o bem-estar social.

Política

O vocábulo Política designa a organização da comunidade humana (*polis, civitas, respublica, societas*), assente na presunção aristotélica de que o Homem é um animal político concebido para viver em sociedade. A Política, nestes termos e no âmbito do presente livro, pode ser entendida como uma actividade social e humana, geralmente fundada no Direito, que tem por objecto a conquista e o exercício do poder, tendo em vista a arte e a ciência de bem governar.

Potencial estratégico

Conjunto de forças de qualquer natureza, morais e materiais, que um Estado pode utilizar em apoio da sua estratégia, que normalmente conduz ao conhecimento das possibilidades e vulnerabilidades estratégicas.

Primazia nuclear

Este termo é usado para descrever a situação em que um único país tem a superioridade nuclear para poder destruir capacidade de retaliação nuclear do adversário.

Primeiro Ataque

Primeiro movimento ofensivo de um conflito armado aplicado geralmente à guerra nuclear. Tem por objectivo eliminar a hipótese de retaliação por parte do inimigo.

Project Politique

No esquema estrutural estratégico do general francês Lucien Poirier, o *Project Politique* apresenta-se hierarquicamente como uma espécie de enquadramento superior da estratégia integral. Aquela compreende fins globais, sendo definido quanto à produção de efeitos no campo das tensões e objectivos, positivos e negativos, gerados pela intersecção de vários projectos, tanto mais ou menos antagónicos e convergentes, convivendo no espaço *géohistorique*. Por sua vez, a resolução destes conflitos causados pela coexistência de projectos – tendo em conta a vontade política – é a função da estratégia integral. Esta abrange todas as manifestações de conflitualidade, predominantemente a nível económico e cultural, quando se trata de realizar objectivos positivos, e no modo de interdição militar, quando geralmente se quer produzir objectivos negativos.

Proliferação

Termo usado para referir a existência de capacidades e/ou armas nucleares em países não considerados no Tratado NPT.

Proliferação horizontal [Spread]

Crescimento do número de países com armas nucleares e disseminação dos materiais físséis pelo globo.

Proliferação vertical [Proliferation]

A melhoria qualitativa e quantitativa dos arsenais das potências nucleares.

Prompt Global Strike (PGS)

É uma iniciativa militar dos EUA com vista a desenvolver um sistema capaz de um ataque de armas convencionais em todo o mundo, tão rapidamente quanto um ataque nuclear podendo, hoje em dia, também, ser realizada com mísseis balísticos intercontinentais.

Q

Quilotonelada (Kiloton - Kt)

Poder explosivo equivalente a 1000 (mil) toneladas de trinitrotolueno (TNT) e usado como medida de potência para as armas nucleares.

R

Radioactividade

A emissão espontânea de energia, em geral, através partículas alfa ou beta, muitas vezes acompanhada por raios gama, a partir de um núcleo atómico instável.

Ratificação

É o acto jurídico individual e solene pelo qual o órgão competente do Estado (normalmente é o Chefe de Estado após a aprovação de um órgão legislativo) afirma a vontade deste de se vincular ao Tratado cujo texto foi por ele assinado (a chamada carta de ratificação, incorporada no instrumento de ratificação, a que é junto o texto do Tratado). E, é a ratificação, e não a assinatura, que vincula o Estado ao Tratado. Seguramente procede-se à troca de ratificação, modo habitual dos Estados se darem mutuamente a conhecer que ratificaram os Tratados entre si já negociados. O Tratado é então oficialmente proclamado, e produzindo eficácia jurídica.

Reacção em cadeia

O processo repetitivo, pelo qual os neutrões são libertados a partir de uma reacção de fissão inicial incessante até ir dividir outros átomos, libertando mais neutrões que, em seguida, provocam mais reacções de fissão e assim por diante. As armas nucleares possuem versões explosivas de energia, porque a reacção em cadeia é extremamente rápida.

Reactor nuclear

A infra-estrutura onde material fissionável é usado para gerar calor através de uma reacção em cadeia controlada. O calor é usado para gerar electricidade, normalmente por alimentar uma turbina. Os reactores produzem plutónio como um subproduto e, portanto, pode ser usado como uma fonte de material fissil.

Realismo estrutural

De acordo com a tese estruturalista, as grandes potências têm como principal objectivo a sua segurança (e não a acumulação de poder *per se*) e tendem a contrabalançar concentrações de poder através do chamado *balancing*.

Resolução 1540

Resolução adoptada pelo Conselho de Segurança da ONU, em Abril de 2004, e que obriga os Estados a criar e a reforçar os controlos das exportações, para criminalizar a proliferação de ADM, e para proteger todos os materiais relacionados com estas armas.

Resolução 1887

Resolução aprovada por unanimidade pelo Conselho de Segurança das ONU em 24 de Setembro de 2009. Com esta resolução, o Conselho demanda um mundo mais seguro para todos e criar as condições para um mundo sem armas nucleares, em conformidade com os objectivos do Tratado NPT, de uma maneira que promova a estabilidade internacional, e com base no princípio da segurança comum para todos.

Resposta Flexível

Estratégia oficial da NATO desde 1967, que prevê a utilização de forças e armas adequadas para responder a qualquer espécie de conflito, e permite a flexibilização no tipo de armas a empregar, designadamente a passagem de convencionais a nucleares, para conter uma eventual invasão, mesmo que o inimigo não tenha transposto o limiar da nuclearização. Esta estratégia foi formulada pelo secretário da Defesa, Robert McNamara, no início dos anos 60 e adoptada pela Administração Kennedy em substituição da retaliação maciça. A resposta flexível é também conhecida por doutrina McNamara.

Retaliação massiva

Ação que procura causar ao inimigo um dano maior ou igual ao recebido

Revisão da Postura Nuclear (NPR)

O NPR é uma revisão legislativa, que estabelece a política, estratégia, recursos e postura de força nuclear dos EUA, durante cinco a dez anos.

Revisão da Postura de Dissuasão e Defesa da NATO (DDPR)

Em Novembro de 2010, a Cimeira de Lisboa ordenou uma revisão abrangente da postura geral da NATO para a dissuasão e defesa contra o espectro geral de ameaças. Os elementos essenciais desta Revisão da Postura de Dissuasão e Defesa da NATO (*Deterrence and Defense Posture Review – DDPR*) incluem a análise da Postura Nuclear da NATO, juntamente com a defesa de mísseis e outros meios de dissuasão estratégica e de defesa da Aliança. Os resultados desta apreciação foram definidos, aprovados e divulgados pelos Chefes de Estado e de Governo da NATO, entre 20 de Maio de 2012, durante a Cimeira de Chicago.

Risco

O risco num certo sentido é uma acção não directamente intencional e eventualmente sem carácter intrinsecamente hostil podendo influenciar a estratégia (nomeadamente o seu carácter, decisões e acções) por discricionariedade; um evento, tão volátil quanto a própria dinâmica e inconstância da mente humana.

S**SAM**

Designação de todos os mísseis tácticos míssil terra-ar que podem ser transportados por veículos ou soldados.

Sanções

Medidas punitivas de carácter diplomático, económico, financeiro e social, aprovada pela sociedade internacional contra um Estado por violação grave duma convenção no âmbito do Direito internacional.

SCUD

Nome para uma série de mísseis balísticos de curto alcance, desenvolvidos pela URSS na década de 1950 e transferidos para outros países. A maioria dos mísseis balísticos desenvolvidos e implementados nos países de risco são baseados no design SCUD.

Segurança Colectiva

Conjunto de disposições que asseguram a paz mediante decisões dos Estados que compõem as organizações internacionais visando a paz e a segurança internacionais, de âmbito regional, continental e mundial. No quadro das Relações Internacionais, a ideia de Segurança Colectiva, de modo simples, é a de que a agressão (ataque ou intervenção ilegal, injustificada ou imoral, de um Estado ou aliança de Estados contra Outro) pode ser melhor contida ou limitada perante a acção conjunta de um número de Estados. A teoria da Segurança Colectiva baseia-se na assunção na qual a guerra e os conflitos internacionais estão enraizados na insegurança e incertezas das políticas de Poder. Sugere o compromisso dos Estados a defender-se mutuamente; tendo estes a capacidade, quer para prevenir a agressão, quer para punir um transgressor, se a ordem internacional for quebrada. Tendo em conta o que foi referido, o sucesso da segurança colectiva depende de três condições: os Estados deverão ter uma dimensão semelhante com intuito da não existência de um poder preponderante; todos os Estados têm de estar dispostos a assumir os custos e responsabilidade de defesa mútua; e deverá haver um organismo internacional com autoridade moral e capacidade militar para actuar sempre que necessário.

A concepção deste organismo internacional foi codificada na *League of Nations*, reaparecendo de forma modificada na Carta das Nações Unidas, representado sob a forma do Conselho de Segurança. Não se confundido com o conceito de Segurança Internacional.

Segurança Internacional

Traduz a ausência de ameaça, e a sua obtenção constitui uma objectivo fundamentam da política governamental dos Estados. A segurança internacional é principalmente sobre como as colectividades humanas (os Estados) se relacionam entre si em termos de ameaças e vulnerabilidades e o modo como utilizam medidas cooperativas necessárias a ultrapassar os obstáculos criados por aquelas; embora às vezes esta aproxime da forma como os Estados se relacionam com as ameaças do ambiente natural. Com o final da Guerra Fria, novas ideias foram incorporadas na agenda de segurança, alargando o seu âmbito, a factores e considerações políticas, económicas, sociais, culturais, ecológicas e ambientais. Estas novas valências integradas do conceito de segurança internacional visam dar resposta aos novos desafios, como por exemplo a intensificação do terrorismo internacional e a necessidade da protecção ambiental.

Segurança Nacional

Conjunto de actividades desenvolvidas pelo Estado para garantir o normal funcionamento das instituições democráticas, o exercício dos direitos e liberdades, a manutenção da tranquilidade e da ordem pública, e a prevenção contra ameaças externas.

SIOP

O Plano Operacional Integrado Único (SIOP) é o plano global conjunto de estratégia militar em caso de conflito nuclear, o que envolve todas as forças estratégicas (bombardeiros, ICBMs e SLBMs) e não-estratégicas dos EUA. O SIOP é um documento altamente confidencial, e tem sido uma das questões mais sensíveis e secretas da política de segurança nacional norte-americana.

SIOP-93

Entrou em vigor a partir de Julho de 1992. Foi o primeiro plano a incluir referências à ameaça das ADM a partir do Terceiro Mundo.

Sistema ASAT [Anti-satellite weapons]

Armas concebidas para destruir ou tomar inoperacional um satélite colocado em baixa órbita terrestre. Os métodos de destruição dos sistemas ASAT podem ser por explosão nuclear; carga explosiva convencional com fragmentação; ou choque frontal com o satélite-alvo.

SLBM

Míssil balístico nuclear transportado e lançado de um submarino ou navio. Incluem-se na categoria de armas nucleares estratégicas.

Smart power

O termo ganhou expressão na política externa de Obama, quando Hillary Clinton usou durante sua audiência de confirmação no Senado em 13 de Janeiro de 2009. Clinton, trouxe para a ribalta um conceito até há pouco mais discutido na academia e nos fóruns online do que aplicado pela Administração americana – *smart power*, poder inteligente, em contraposição com o exercício unilateral e quase exclusivo do *hard power*, colado à estratégia nacional de George W. Bush. Para os académicos, como Joseph Nye, Jr, este conceito da Relações Internacionais implica desenvolver uma estratégia integrada, e significa dar mais ênfase à diplomacia e implica a habilidade de saber conjugar os recursos de *soft power* e de *hard power* de que se dispõe para se levar a cabo uma estratégia ganhadora. Contudo, o termo foi introduzido por Suzanne Nossel, ex-representante da missão diplomática dos EUA na ONU, em 2004 num artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, e intitulado “*Smart Power*”. Nele criticava duramente a política internacional de George W. Bush assente em ferramentas unilaterais do exercício do poder como os ataques e guerras preventivas, as invasões ao abrigo da legitimidade de “mudança de regime”, o corte com a diplomacia nas instituições internacionais em questões centrais, e mesmo o esvaziamento de algumas delas. Nossel adianta que não vê o uso desta estratégia com o objectivo de repor os EUA como um hegemomista.

Sobrevivência Mútua Assegurada

Princípio que deriva da Iniciativa de Defesa Estratégica que se opõe ao princípio da MAD, e que possibilita a capacidade de sobrevivência dos EUA em caso de um conflito nuclear entre a URSS.

SRBM

Míssil balístico com um (curto) alcance até 1100 quilómetros. Nesta categoria incluem-se os Pershing II e Cruise dos EUA. A URSS possuía o SCUD, Scateboard e Frog.

Status Quo

Termo descritivo usado por analistas de política internacional para descrever a política externa de um Estado que pretende manter a distribuição de poder existente no mundo. O conceito deriva do termo diplomático *status quo ante bellum*, cláusula normalmente incluída nos tratados de paz que prevê a restauração das condições existentes antes da guerra.

STRATCOM

O Comando Estratégico foi criado em 1992 como sucessor da Strategic Air Command (SAC). O STRATCOM é responsável por operações espaciais (como o satélite militar), operações de informação, de defesa anti-missil, de comando e controlo global, de inteligência, de vigilância e reconhecimento, de ataque e dissuasão estratégica global (do arsenal nuclear norte-americano), e de combate contra ADMs adversas. USSTRATCOM está sediada em Offutt Air Force Base no sul de Omaha, Nebraska.

Strategos

Era o responsável pela Defesa e Segurança da *polis*, e a Estratégia, a arte de articular e dispor as tropas e combinar manobras para se atingirem os objectivos de uma campanha militar.

Submarino Estratégico Balístico Nuclear (SSBN)

Submarino movido a energia nuclear e equipado com mísseis balísticos nucleares.

Suficiência

Nível de força militar adequado para atingir os objectivos de um dado país. Dependendo de vários factores, como a: superioridade, igualdade, ou inferioridade do poderio militar face a uma potência rival pode ser considerada suficiente.

T

Tabu nuclear

Conceito adoptado por Nina Tannenwald, investigadora e professor de Relações Internacionais da Universidade de Brown, que se refere à inibição generalizada sobre o emprego de armas nucleares desde o final da II Guerra Mundial. Na verdade, mais de setenta anos se passaram desde que uso de armas nucleares sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, curiosamente a única utilização deste armamento em combate ou em cenário de guerra. O “não-uso” da variável nuclear, desde então, tem moldado as Relações Internacionais, e continua a ser um dos fenómenos mais importantes desde o começo da Era nuclear.

Táctica

Na Antiguidade Clássica os gregos utilizavam a palavra Tática (*taktikhé*, de *tekné*) para definir a arte de ordenar e dispor tropa, para designar o mesmo que Estratégia para a arte da guerra. No entanto, esta paridade nocional foi desaparecendo ao longo dos séculos, muito por força da subordinação da Tática à Estratégia. Actualmente é entendida como a ciência e arte de utilizar,

da melhor forma, os meios militares em função do ambiente operacional (mar ou espaço aéreo) e das facilidades proporcionada pela técnica, tendo em vista reduzir o adversário pelo combate ou pela ameaça do combate, a fim de atingir os objectivos que lhe foram fixados pela Estratégia.

Teoria da paz democrática

Teoria que sustenta a ideia de que as democracias constitucionais consolidadas, partilhando regras de actuação e organização, não se envolvem em conflito entre si, ou seja, as relações entre Estados são intrinsecamente mais pacíficas do que as relações entre Estados com outro tipo de regimes políticos (teoria de raiz Kantiana).

Threshold states

Estados com capacidade nuclear própria conhecida mas não declarada ou capazes de construir uma arma nuclear em pouco tempo.

TOKAMAK (método)

Método utilizado pelos físicos soviéticos Igor Yevgenyevich Tamm e Andrei Sakharov para construção da primeira bomba de hidrogénio da URSS nos anos 1950, através de reactor de fusão termonuclear controlada. O Tokamak é um dispositivo experimental que serve para estudar plasmas de alta temperatura que são mantidos confinados por campos magnéticos intensos. O objectivo final da pesquisa nesta área é viabilizar no futuro a construção de reactores nucleares de fusão, onde núcleos de Deutério e Trítio possam se unir, libertando uma grande quantidade de energia que servirá para aquecer água, gerar vapor e assim mover uma turbina, acoplada a um gerador eléctrico. Actualmente, a pesquisa em *tokamaks*, portanto, está ligada à procura de fontes alternativas de energia para produção de electricidade.

Tomahawk ALCM

Míssil de Cruzeiro Lançado do Ar (ALCM). Tem um alcance de 2500 quilómetros, uma velocidade subsónica (850 km) e possui uma ogiva de 250 quilotoneladas (CEP-80m).

Tratado de Interdição Completa de Ensaíos Nucleares [CTBT]

Um tratado que proíbe todas as explosões nucleares, e aberto à assinatura dos Estados desde Setembro de 1996. O Tratado não entrará em vigor até que todos os 44 países listados no Anexo 2 do respectivo Tratado ratifiquem o mesmo. Em Abril de 2010, cerca 182 países já tinha assinado o CTBT e outros 151 tinham-no ratificado. Não obstante, 9 dos 44 Estados do Anexo 2 (cuja assinatura e ratificação é necessária para que o Tratado possa entrar em vigor) não ratificaram o CTBT, incluindo os EUA, a China, o Irão, a Coreia do Norte, a Índia e Israel.

Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares (LTBT)

Assinado a 5 de Agosto de 1963, entrou em vigor em Outubro do mesmo ano, proíbe os ensaios de armas nucleares na atmosfera, no espaço exterior e nos mares. O tratado é de duração ilimitada e, em Agosto de 2008, cerca de 121 Estados já tinham ratificado ou aderiram ao LTBT, sendo que outros 10 Estados tinham assinado mas não ratificado. No entanto, este Tratado ajudou a reduzir a contaminação radioactiva causada por explosões nucleares à superfície, mas não limitou os testes subterrâneos.

Tratado de Não-Proliferação Nuclear [NPT]

O NPT entrou em vigor em 1970, e tem com objectivo proibir a transferência de armas nucleares por parte das actuais potências nucleares e a sua aquisição ou desenvolvimento por parte de outros Estados, que ficam sujeitos ao controlo da Agência Internacional de Energia Atómica, para impedir o desvio da energia nuclear de uso pacífico para a construção de engenhos nucleares, e mover o mundo na direcção do desarmamento nuclear. Desde de Janeiro de 2010, 190 Estados aderiram ao Tratado. Porém, Estados como a Coreia do Norte, desvinculou-se do Tratado em Janeiro de 2003, e outros como a Índia, Paquistão e Israel nunca chegaram a assiná-lo.

Tratado SALT I

Richard Nixon e Leonid Brezhnev assinam a 26 de Maio de 1972, em Moscava, o primeiro Tratado para a Limitação de Armas Estratégicas (SALT I), pondo fim a três anos de negociações entre delegações dos EUA e URSS. O SALT I consta de dois documentos básicos: um Tratado ABM, que limita os sistemas de mísseis anti-balísticos a apenas duas áreas de cada país; um Acordo Interino, que limita o número de mísseis balísticos aos níveis existentes na altura, e permite o aumento de submarinos portadores de mísseis a determinado nível, tendo como contrapartida o desmantelamento ou destruição de um número correspondente de ICBMs ou SLBMs.

Tratado SALT II

Reunidos em Viena a 18 de Junho de 1979, Jimmy Carter e Leonid Brezhnev assinam o segundo Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT II), do qual constam os seguintes pontos fundamentais: permissão de um total de 2400 mísseis e bombardeiros estratégicos para cada lado, dos quais só 1200 baseados em terra, ar ou mar podem ser MIRV; a URSS aceita desmantelar 270 mísseis até atingir o nível de 2250; ambas as partes podem desenvolver e produzir um novo tipo de ICBM que não possua mais de 10 ogivas, ou 14 no caso de um SLBM; o Tratado ABM mantém-se em vigor; um Protocolo com o limite temporário de três anos que impõe algumas restrições sobre os ICBMs móveis e mísseis de cruzeiro; aceitação de observações por satélites e outros meios nacionais de informações. O Tratado SALT II não foi ratificado pelo Congresso dos EUA, na

seqüência da invasão soviética do Afeganistão, em Dezembro de 1979. Contudo, os EUA anunciaram que respeitariam as cláusulas do acordo.

Tratado START I

As conversações que levaram aos Tratados START iniciaram-se em Junho de 1982 em Genebra, e culminaram em Julho de 1991 com a assinatura, por parte de Mikhail Gorbachev e George H. Bush, de um Tratado que previa a redução das forças estratégicas norte-americanas e soviéticas. O Tratado estabeleceu uma série de limites ao sistema de armamentos, reduzindo os lançadores de mísseis de longo alcance de cada país para 1600 e o número de ogivas para 6000, e prevendo um regime de verificação com base em meios técnicos e inspecções.

Tratado START II

Com o final da Guerra Fria e a implosão da URSS, os sistemas de armas nucleares eram até então vistos como parte da solução para segurança nacional e internacional, tornaram-se parte dos novos problemas e ameaças. Como resultado, o START II permitiu reduções radicais nos armamentos nucleares, foi assinado entre o então Presidente da Rússia (como Estado sucessor da URSS), Boris Yeltsin e George H. Bush, Presidente dos EUA, em Janeiro de 1993. Este segundo Tratado reduziu para metade do valor inicial o número de ogivas que cada uma das Partes poderia manter. Em resultado da assinatura do START II, as duas partes comprometeram-se a prosseguir com a desnuclearização e políticas de não-proliferação.

Tratados Internacionais

Por Tratado entende-se um acordo de vontades, em forma escrita, entre sujeitos de Direito Internacional (geralmente os Estados), agindo nesta qualidade, de que resulta a produção de efeitos jurídico-internacionais relevantes. Normalmente, o procedimento geral de conclusão dos Tratados normalmente envolve 5 fases: de negociações ou negociação do texto, da adopção de um texto, da vinculação internacional (que pode revestir isoladamente ou concomitante estas modalidades: a assinatura, troca de instrumentos constitutivos, ratificação, aceitação ou aprovação, e adesão), da entrada em vigor, do registo e publicação (que garante a sua total operacionalidade e execução no Direito Internacional). No caso dos Tratados solenes a forma de vinculação internacional normalmente é a ratificação. Para além da distinção entre tratados não solenes (acordos internacionais) e solenes (Tratados internacionais), distingue-se comumente o critério que tem a ver com o número de partes dos Tratados e, por essa via, com a sua estrutura interna: os Tratados celebrados entre apenas dois Estados são chamados bilaterais, enquanto os que envolvem mais de duas partes são multilaterais, sendo ainda neste caso de diferenciar os Tratados multilaterais gerais – para uma apreciável quantidade de Estados outorgantes, isto é, a quase totalidade de

Estados com acesso à sociedade internacional – e os Tratados multilaterais restritos – para um número reduzido de sujeitos partes convencionado. Os Tratados podem ainda expirar ao fim de um prazo específico, quando certas condições foram atingidas, ou por mútuo acordo. A denúncia de um tratado por uma das partes pode dar-se quando existe um estado de guerra ou quando as condições foram substancialmente alteradas (*rebus sic stantibus*).

Tribunal Internacional de Justiça [ICJ]

O ICJ é o principal órgão judicial da ONU. Foi criado em Junho de 1945, pela Carta das Nações Unidas, e começou a actuar em Abril de 1946. A sede do Tribunal de Justiça é no Palácio da Paz em Haia (Países Baixos). O papel do Tribunal é julgar e resolver, de acordo com as normas do Direito Internacional, disputas legais submetidas por Estados, e dar pareceres consultivos sobre questões jurídicas submetidas por órgãos da ONU e agências especializadas. O Tribunal é composto de 15 juizes, que são eleitos para um mandato de nove anos pela Assembleia-Geral da ONU e pelo Conselho de Segurança.

Tritio

Um isótopo de hidrogénio com um prótão e dois neutrões. O tritio pode ser usado em armas de fissão para produzir neutrões extras que ampliam a reacção em cadeia. Desta forma, qualquer material fissil é menos necessário ou o rendimento da arma é estimulado cinco vezes.

Tsar-bomb

É o nome ocidental da RDS-220, a mais potente arma nuclear já detonada. Desenvolvida pela URSS, a bomba com uma capacidade explosiva de 50 mega toneladas de TNT, foi testada em 30 de Outubro de 1961, em Nova Zembla, uma ilha no oceano Árctico.

U

UGM-133A Trident II (D-5)

O Trident II, ou Trident D5 é um míssil balístico lançado de um submarino nuclear, construído pela Lockheed Martin Space Systems em Sunnyvale, Califórnia, e implementado pela Royal Navy e pela Marinha dos EUA, desde 1990.

Unilateralismo

Política que conta com os recursos próprios de um Estado para o prosseguimento dos objectivos de política externa. Pode ser expressa de diferentes formas, envolvendo geralmente algum grau de não participação na política internacional, sendo a mais comum isolacionismo ou neo-isolacionismo.

Unimultipolaridade

Tese defendida, sobretudo por Samuel Huntington, no final do séc. XX, que no caso dos EUA, caracteriza-se, por um lado, pela capacidade de possuírem um poder genérico de vetar propostas internacionais ou qualquer que afecte os interesses vitais, por outro lado, o sucesso de qualquer iniciativa internacional importante depende inteiramente da participação americana, acrescentando-se uma margem de manobra considerável para intervenção unilateral em questões internacionais, apesar de dependerem, em questões importantes, de um número mínimo de aliados europeus, ou de um qualquer outro novo aliado relevante para questão em causa – a promoção de alianças bilaterais.

Unipolaridade

Sistema marcado por um só pólo dominante. Num sistema unipolar, o actor dominante deve ser capaz de definir e impor às demais potências regras para todo o sistema internacional.

Unipolaridade multilateral

Para os defensores desta concepção, o exercício do poder hegemónico deve ser limitado e institucionalizado. Segundo, John Ikenberry, um dos grandes defensores da ideia de hegemonia constitucional, uma ordem política só é legítima quando o exercício do poder é limitado. Para o exercício do poder ser limitado, é necessário criar instituições, apoiadas em consensos políticos. Quando isto acontece, o poder transforma-se em autoridade legítima.

Urânio

A ocorrência natural do elemento radioactivo. Há dois isótopos naturais comuns: o urânio-235 e urânio-238.

Urânio – 235 (U. 235)

O único material fissionável encontrado na natureza. U. 235 só possui até 0,7% de urânio natural.

Urânio – 238 (U. 238)

Um isótopo fértil, o que significa que não é fácil a fissão, mas pode ser convertido em material físsil através da assimilação de neutrões. Quase todo (cerca 99,3%) o urânio natural é composto por este isótopo.

Urânio enriquecido

Urânio em que o natural isótopo de U.235 é aumentado para ou acima de 20% das particularidades naturais do U.235. O urânio enriquecido é normalmente usado para a construção de armas nucleares, onde o isótopo U-235 é geralmente aumentado para cerca de 90% ou mais. Para além das armas nucleares, o urânio enriquecido é usado em alguns tipos de pesquisa e em reactores de propulsão de submarinos.

V

Vector

Veículo utilizado para lançar e transportar armas nucleares. Bombardeiros, submarinos e veículos terrestres são exemplos dos vectores actualmente desenvolvidos pelas potências nucleares mundiais.

Verificação

No controlo de armamentos, qualquer acção, incluindo a inspeção, detecção e identificação que levem à certeza de que os acordos são cumpridos.

Violência

O termo deriva do latim *violentia* (é qualquer comportamento ou conjunto de deriva de *vis*, força, vigor), aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa ou ente. Violência é um comportamento que causa dano a outra pessoa, ser vivo ou objecto. Portanto, existe violência quando, numa situação de interacção, um ou vários actores agem de maneira directa ou indirecta, concentrada ou dispersa, prejudicando um ou Outros, em graus variáveis, quer na sua integridade física, quer na sua integridade moral, quer nos seus bens, quer nas suas participações simbólicas ou culturais.

Vulnerabilidade estratégica

Ponto débil de um país, aliança ou sistema, sobre qual um adversário pode aplicar as suas acções ante a possibilidade que se lhe ofereça a danificá-lo ou destruí-lo.

WXYZ

Zona livre de armas nucleares [Nuclear Free Zone]

Áreas nas quais a produção, o transporte e o posicionamento de armas nucleares são proibidas.

Zona vital

Zona onde um Estado dispõe de todos os meios que lhe permitam subsistir e na qual pode desenvolver todas as suas possibilidades